

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, 1983: “Reapreciar Descobrimentos com olhos postos no futuro”

Rafaela Santa Marta da Rocha

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro 2022

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

A XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, 1983: “Reapreciar Descobrimentos com olhos postos no futuro”

Rafaela Santa Marta da Rocha

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro 2022

RESUMO

Em 1983, realizou-se em Lisboa, sob os auspícios do Conselho da Europa, a *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura: Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*. Equacionada em 1976, a exposição foi concebida, organizada e realizada após o pedido de adesão à CEE e enquanto duravam as necessárias - e intermináveis - negociações.

Tendo presente como a memória histórica se ajusta às conjunturas políticas e sociais, em função das necessidades de explicação e orientação do presente, este trabalho procurou avaliar se, e em que medida, é que a evocação dos descobrimentos, numa atualização da sua leitura histórica cultural, procurou, na nova conjuntura, demonstrar o histórico lugar de Portugal *na*, e a sua mais-valia *para a*, Europa, aonde nunca deixara de pertencer.

A investigação confirma que a perspetiva adotada foi a de evidenciar que Portugal partiu para os descobrimentos já firmemente enraizado na cultura europeia, e que, ao proporcionar o encontro e ao trazer o “outro” para a Europa, assumiu uma vocação universalista privilegiada, tornando-se natural interlocutor - ontem e hoje - no diálogo entre a Europa e o mundo.

Abrindo o caminho para as comemorações que se seguiram, a Décima Sétima foi o primeiro evento cultural que, sob o prisma do “encontro de culturas”, reutilizou o mito da “vocação ecuménica” portuguesa (a especial capacidade para o relacionamento com outros povos, num luso-tropicalismo recondicionado) para alavancar a posição no mundo do Portugal moderno, democrático e - num futuro tão próximo quanto possível - europeu.

Palavras-chave: memória histórica; memória da expansão, descobrimentos; exposição; Conselho da Europa; CEE.

ABSTRACT

In 1983, under the auspices of the Council of Europe, *the 17th European Art Exhibition: The Portuguese Discoveries and Renaissance Europe* was held in Lisbon. Considered in 1976, the exhibition was conceived, organised and carried out after the application for accession to the EEC and while the necessary - and endless - negotiations lasted.

Bearing in mind how historical memory adjusts to political and social conjunctures, depending on the needs of explanation and orientation of the present, this work sought to assess whether, and to what extent, the evocation of the discoveries, in an update of its cultural historical reading, sought, in the particular new context, to demonstrate Portugal's historic place *in*, and its added value *to*, Europe, where it never ceased to belong.

The research confirms that the perspective adopted in the Exhibition was to show that Portugal set out for the discoveries already firmly rooted in European culture, and that, by providing the encounter and bringing the “other” to Europe, it assumed a privileged universalist vocation, making it a natural interlocutor - yesterday and today - in the dialogue between Europe and the world.

Opening the way for the commemorations that followed, the 17th Exhibition was the first cultural event that, under the prism of the “encounter of cultures”, re-used the myth of the Portuguese “ecumenical vocation” (the special capacity for relationship with other peoples, in a reconditioned luso-tropicalism) to leverage the position in the world of the modern, democratic and - in the desired near future - European Portugal.

Keywords: collective memory; expansion memory, discoveries; exhibition; Council of Europe; EEC

ÍNDICE

Resumo	i
Abstract	iii
Índice	v
Siglas	vii
Introdução	1
1. Significado da evocação da memória da expansão em eventos públicos ao longo do tempo	5
1.1. A ‘memória’ da expansão	5
1.2. De meados do século XIX à I República	8
1.3. A memória da expansão na ‘mística imperial’ do Estado Novo	13
1.4. A memória da expansão no Portugal democrático no século XX	21
1.5. E a memória da expansão evocada na Décima Sétima?	29
2. A XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura: <i>Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento</i>	33
2.1. Breve contextualização histórica	33
2.2. Conselho da Europa. <i>Convenção Cultural Europeia</i> . Exposições Europeias de Arte.	38
2.3. O interesse em realizar em Portugal uma exposição europeia de arte (1976)	41
2.4. O I Governo Constitucional equaciona organizar uma exposição europeia (1977)	45
2.5. O II Governo Constitucional e os governos de iniciativa presidencial (1978-1979)	50
2.6. O VI Governo Constitucional e o Decreto-lei n.º 224/80, 22 de julho (1980)	53
2.7. O Comissariado, a Comissão Executiva e a Comissão Organizadora Europeia	59
2.8. A conceção da Décima Sétima	66
2.8.1. O desenho da Exposição segundo o seu comissário-geral	66
2.8.2. A visão do presidente da República e do(s) ministro(s) da Cultura	70
2.8.3. Síntese sobre o significado da Décima Sétima	75
2.9. Os cinco núcleos da Décima Sétima	76
2.10. A recusa do ‘gesso’ e a renovação dos monumentos que acolheram os núcleos	79
2.11. As atividades paralelas	81
2.12. A receção à Décima Sétima	91
2.12.1. As expectativas	91
2.12.2. A crítica nacional	93
2.12.3. A crítica internacional	101
Síntese Conclusiva	104
Fontes e Bibliografia	109

SIGLAS

ADSTR	Arquivo Distrital de Santarém
ADSTR-PPC	Arquivo Distrital de Santarém - Fundo Pedro Passos Canavarro
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CCC	Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa (até 1978)
CDCC	Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa (a partir de 1978)
CE	Conselho da Europa
CEE	Comunidades Europeias (CECA, CEE e CEEA - Euratom)
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CNCDP	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
DAR	Diário da Assembleia da República
DGRCE	Direção-Geral das Relações Culturais Externas do MNE
DR	Diário da República
EMP	Exposição do Mundo Português
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
GC	Governo Constitucional
GRCI	Gabinete das Relações Culturais Internacionais da Secretaria de Estado da Cultura
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
MCCC	Ministério da Cultura e Coordenação Científica (VIII Governo Constitucional)
MNAA	Museu Nacional de Arte Antiga
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SPN	Secretariado da Propaganda Nacional

INTRODUÇÃO

Em 1940, sete anos após a Constituição de 1933, a *Exposição do Mundo Português*, na qual os descobrimentos ocuparam um lugar central, constituiu, nas palavras do seu comissário-geral, uma celebração da “festa do encontro do Portugal consigo próprio”, numa manifestação cultural de assumida propaganda do regime autoritário, empenhado na consolidação do Estado Novo.¹

Em 1983, curiosamente sete anos após a Constituição de 1976, na *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura: Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento* (Décima Sétima ou Exposição), os descobrimentos foram, novamente, evocados num relevante evento cultural, cujo comissário-geral descreveu como “um grande e renovado encontro de Portugal com o Mundo” e o ministro da Cultura como “de certo modo, uma forma de a Europa se sentir mais portuguesa e Portugal mais europeu”, evidenciando “que somos europeus há muitas décadas”.²

Levada a cabo pelo governo, sob os auspícios do Conselho da Europa, ao qual o país aderira numa das primeiras medidas da aproximação europeia do Portugal democrático, a Décima Sétima começou a ser equacionada durante o último Governo provisório e ainda antes de aprovada a Constituição de 1976, sendo concebida, organizada e realizada no chamado período da consolidação democrática, na expectativa de adesão à CEE e, assim, no período das negociações - ao tempo consideradas intermináveis - para a concretização desse objetivo.

O que se pretendeu com este trabalho foi apurar se, e em que medida, é que a evocação dos descobrimentos, numa atualização da leitura histórica cultural desta “placa giratória da cultura nacional”³ procurou, na particular nova conjuntura, num aproveitamento político deste evento cultural, demonstrar - externa, mas também internamente - o histórico lugar de Portugal *na*, e a sua mais-valia *para a*, Europa, aonde nunca deixara de pertencer. Como afirmou o comissário-geral, este era um “momento importante como tempo de inserção numa política de unidade europeia de que a cultura não pode deixar de ser um fator essencial”.⁴

As principais questões que orientaram a investigação foram, assim, as relativas ao momento e aos contornos da escolha do tema (como foi escolhido e justificado), ao papel do Comissariado e da tutela na conceção da Exposição (o grau de autonomia daquele face a esta e a existência - ou não - de

¹ Augusto de Castro, no “Discurso Inaugural”, a 23 de junho de 1940, em Castro, 1940: 69.

² Pedro Canavarro, no “Prefácio” dos Catálogos da Décima Sétima; Lucas Pires no *Diário de Lisboa*, 6/05/1983 e no Discurso na Cerimónia de Abertura, a 7 de maio de 1983, respetivamente.

³ Expressão de Pedro Canavarro na apresentação pública da Décima Sétima (cf. *O Dia*, 28/03/1981), muito próxima da utilizada por Joaquim Barradas de Carvalho, em julho de 1974. Em *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*, o autor analisa as relações históricas peninsulares, concluindo pela inexistência histórica de unidade de civilização ibérica, entre Portugal e Espanha, para, depois, apresentar ‘uma explicação de Portugal’, onde realça os descobrimentos e a extrema importância cultural da literatura de viagens e da literatura científica àqueles associada. “Toda a história de Portugal gira em torno dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais do que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo o que aconteceu depois foram - e são ainda - consequências desses empreendimentos”, ou seja, “*o Renascimento português é a placa giratória de toda a história de Portugal*”, cf. Carvalho, 1974 (itálico meu).

⁴ No “Prefácio” dos Catálogos da Décima Sétima.

instruções, implícitas ou explícitas, sobre o que deveria ser a mensagem da Exposição) e, finalmente, a receção da Décima Sétima e da mensagem subjacente à mesma no panorama interno e externo. O acesso às fontes permitiu conhecer elementos informativos que, para lá das respostas à específica questão colocada, possibilitaram uma melhor perceção do que foi a Décima Sétima.

Se se pretende conhecer a forma como os descobrimentos foram convocados na particular conjuntura explicitada, importa, para aferir de eventuais continuidades ou descontinuidades, começar por averiguar, nos seus aspetos gerais, os eventos públicos em que, ao longo do tempo e em diferentes regimes políticos, a memória da expansão foi evocada e qual o significado que os estudiosos atribuíram a essa evocação.

Esta tarefa é prosseguida na Primeira Parte deste trabalho na qual se revê a literatura que abordou a memória da expansão, desde o simbólico e paradigmático Tricentenário de Camões de 1880 até ao ciclo comemorativo dos descobrimentos que se iniciou em 1986, pouco depois da realização da Décima Sétima, mas após a adesão de Portugal à CEE e, portanto, num diferente ciclo da vida do país.

Nesta Primeira Parte é conferida atenção à análise histórica, mas também à realizada a partir da antropologia, da sociologia, da geografia social, bem como dos estudos museológicos, da literatura e dos estudos culturais e pós-coloniais. Refira-se, porém, que, por economia de espaço, e apesar de aparente secundarização e irremediável prejuízo para a leitura, optou-se por apresentar em texto as linhas mestras destas investigações sendo remetida para notas de rodapé, inevitavelmente extensas, a descrição dos particulares dos estudos analisados.

Como se verá, a análise nesta Primeira Parte evidenciou que, apesar de a Décima Sétima, em 1983, ter evocado os descobrimentos num evento de grande escala e de carácter internacional, os estudiosos da história da memória da expansão, transitando do Estado Novo para os eventos promovidos pelo Portugal plenamente europeu, não se detiveram naquela Exposição a qual recebeu apenas uma breve referência em obras gerais. É uma lacuna que cumpre preencher pois, atento o *tempo* da Décima Sétima, justificarse-ia que fosse aprofundada a leitura do significado deste certame no contexto do país, então desafiado a repensar a forma como se via a si próprio no mundo.

É este o propósito da Segunda Parte, dedicada à forma como foi concebida, organizada, realizada e recebida a Décima Sétima.

A título introdutório procurar-se-á, precisamente, fazer uma breve contextualização histórica do período em causa (1976-1983), absolutamente fundamental para distinguir a Décima Sétima dos eventos comemorativos - anteriores e posteriores - e que, como se verá, na perspetiva defendida, lhe confere a sua própria especificidade.

Só depois desta contextualização histórica se passa, propriamente, à abordagem da Décima Sétima. Apresentado o papel do Conselho da Europa e os objetivos das exposições europeias de arte por si promovidas, transita-se para o rastreamento histórico da génese da ideia de realização em Portugal de uma exposição desta série, o qual é fixado, como se verá, no momento da adesão à *Convenção Cultural Europeia*, em fevereiro de 1976, ainda durante o VI Governo Provisório, apesar de a primeira

manifestação oficial de interesse na realização da exposição europeia de arte só chegar só no I Governo Constitucional.

De 1976 até à criação do Comissariado em 1980, o percurso da ideia da (futura) Décima Sétima é passado em revista em relato cronológico, com base nas fontes da SEC, de sete diferentes governos, e nos relatórios das reuniões do Conselho de Cooperação Cultural, do Conselho da Europa. O relato é entrecruzado com a indicação da ocorrência de eventos contemporâneos cujo conhecimento se considera pertinente para o enquadramento dos factos relatados.

De 1980 a 1983, um pouco como foi feito pelos autores que analisaram outras exposições e cujos trabalhos são referidos na Primeira Parte, as fontes são abordadas a partir de uma perspectiva temática. Começa-se por apresentar a estrutura organizativa do Comissariado, dado ênfase à sua relação com a tutela e ao envolvimento da comissão organizadora do Conselho da Europa. De seguida, procura-se explicar a forma como a Décima Sétima foi concebida, conferindo destaque ao papel desempenhado pelo seu comissário-geral sem, porém, descurar a perspectiva assumida pelos governantes. O texto segue com a apresentação dos cinco núcleos da Décima Sétima e da opção pela recusa do ‘gesso’ em prole da renovação arquitetónica dos monumentos que os acolheram. Indicam-se, depois, as extensas atividades paralelas, ao estilo positivista, promovidas sob os auspícios da Exposição. O próximo segmento detém-se na receção interna da Décima Sétima, escrito com base na consulta de um amplo conjunto de artigos críticos surgidos na imprensa nacional. A menção a ecos da receção internacional da Exposição constitui o último elemento desta Segunda Parte.

A investigação termina com uma Síntese Conclusiva que sumaria os seus principais achados.

Para a elaboração deste trabalho, procurou-se articular diferentes fontes históricas, por forma a conhecer a Décima Sétima a partir de várias perspectivas.

No que toca às fontes de arquivo, no ANTT foram consultadas uma seleção de documentos, de entre as cerca de duzentas e cinquenta caixas, do fundo do Comissariado da Décima Sétima (1980-1984), bem como um conjunto de documentos do fundo da SEC (1976-1980). Do Arquivo do MNE foi possível obter uns escassos documentos com informação complementar à encontrada nos demais arquivos, não tendo sido possível aceder aos documentos da missão permanente em Estrasburgo, ainda não remetidos para Portugal. No ADSTR, foi passado em revista o fundo Pedro Passos Canavarro, na parte relativa à Décima Sétima, de que aquele foi comissário-geral. Além de memorandos e correspondência relevante, e múltiplos elementos sobre atividades paralelas, este acervo permitiu o acesso a um número vastíssimo de notícias e artigos saídos na imprensa nacional, em múltiplas diferentes publicações, entre 1980 e 1984, a que, de outro modo, dificilmente se poderia ter chegado.

Foram também contactados os serviços do Arquivo do Conselho da Europa. Uma vez que grande número dos documentos se encontra digitalizado, estes foram acedidos *online*, a maioria após um pedido de acesso que acabou por conduzir à sua desclassificação e divulgação pública. Alguns documentos do Conselho da Europa citados, não disponíveis no *site*, foram obtidos nos arquivos acima referidos.

A informação, por assim dizer, institucional, foi completada pela consulta do *site*

www.historico.portugal.gov.pt, nomeadamente para se conhecer a sucessão de governos, sua composição e, bem assim, os programas dos governos constitucionais relevantes (I a IX).

A legislação, em sentido amplo, aqui se incluindo não apenas os decreto-lei mais relevantes, mas também múltiplos despachos ministeriais exarados para fins diversos, constituiu, igualmente, um importante elemento de estudo. Por seu turno, no *Diário da Assembleia da República* foi obtida informação sobre os debates parlamentares aqui referidos.

Procurando conhecer o pensamento dos ‘protagonistas’ que acompanharam o evento (em especial, membros dos governos com pastas relevantes e comissário-geral), buscaram-se as suas memórias e testemunhos, tais como autobiografias ou livros de entrevistas, artigos de opinião, ou discursos. No caso do comissário-geral, Pedro Canavarro, esta pesquisa foi completada por uma entrevista pessoal realizada, em Santarém, a 25 de março p.p. Para documentos pontuais, foi consultado o arquivo Mário Soares, na Casa Comum.

O acesso aos discursos nas cerimónias de abertura e encerramento da Exposição foi feito através de uma edição do Comissariado da Décima Sétima. De edição deste, foram, igualmente, consultados os catálogos dos cinco núcleos expositivos, com um prefácio comum de comissário-geral, mas, no demais, da responsabilidade dos respetivos coordenadores.

Na imprensa, a coleção de notícias e artigos obtidos no ADSTR-PCC, já por si muito significativa, foi completada em duas vias. Por um lado, procurou-se aceder a *todos* os artigos de opinião nacionais de crítica à Décima Sétima de que se conheceu a existência (as mais das vezes através de referência cruzada em artigos de outros críticos). Por outro lado, para se obter uma imagem geral do acompanhamento durante todo o período em que a Exposição esteve aberta, foram consultadas *todas* as edições do *Diário de Lisboa*, publicadas entre 1 de maio e 31 de outubro de 1983. A escolha deste periódico foi motivada pela facilidade de acesso, já que é o único totalmente disponível *online*.

Foi, pois, a partir destas fontes que se procurou apreender “o espírito” da Décima Sétima.

PARTE 1

Significado da evocação da memória da expansão em eventos públicos ao longo do tempo

1.1. A ‘memória’ da expansão

Mais do que a história produzida pelos historiadores (a historiografia ou a história-ciência), é aqui necessário levar em linha de conta a *memória histórica*, a consciência da história apreendida coletivamente, de geração em geração, na escola, em casa, divulgada por políticos, jornalistas, romancistas, artistas ou cineastas. Omnipresente no ar que respiramos, nas cidades que habitamos e nas paisagens que percorremos, raramente questionada e, às vezes, nem reconhecida,⁵ a memória histórica está, assim, sujeita à influência do Estado, das ideologias, dos partidos, dos grupos sociais e culturais, exercendo também uma significativa força sobre os próprios historiadores, os quais, não poucas vezes, acabam por estudar os temas e as questões que, no seu próprio tempo, adquirem significado político, social e cultural.^{6 7}

Deste modo, não sendo *produzida* de forma cumulativa e linear, a memória da nação - a percepção do passado, fundamental na forma como a comunidade histórica se concebe e se posiciona face aos outros -, ajusta-se às conjunturas políticas e sociais, nas quais (numa espécie de “*bricolage* simbólica intencional”, na sugestiva expressão de Francisco Bethencourt), interesses públicos e privados (políticos, éticos, culturais, e até materiais) selecionam e mobilizam *alguns* eventos do passado (e esquecem e silenciam outros), em função das necessidades de explicação e de orientação do presente, obrigando a memória coletiva a ser reorganizada a cada conjuntura, a cada momento de viragem, “como

⁵ Furtado, 2017, 10.

⁶ Torgal, 1989 e Matos, 1998. Sobre classificações que distinguem memória social, memória coletiva, memória histórica, memória nacional ou da nação, veja-se Matos, 1998: 55-61. José Mattoso nota como, no passado, a memória colectiva até em milagres se apoiou e dá o exemplo do de Ourique. Surgido no fim do século XIV, princípio do século XV foi “cuidadosamente cultivado pelas elites nacionalistas até meados do século XIX”, assumindo na memória coletiva um peso que justificou a “emotividade que rodeou a polémica em torno da sua historicidade, quando Herculano demonstrou a sua falta de base documental.”, cf. Mattoso 1998: 103.

⁷ Como refere Rui Bebiano, “quando falamos de *Memória histórica* não falamos de uma simples soma aritmética da memória e da História, mas antes de uma interpenetração de influências, fazendo com a História possa contaminar a memória, e esta, por sua vez, determine algumas das interpretações e das escolhas da História. Os factos objetivos alimentam a memória, enquanto os temas que a preocupam servem muitas vezes para que se preste particular atenção a determinados episódios ou para que se iluminem, ou retirem da escuridão, certos momentos da História”, cf. Bebiano, 2019.

se ela nunca fosse dada mas se realizasse constantemente”.^{8 9}

Ao investigador compete, então, aferir a forma como foi sendo construída essa memória e quais os seus significados, seja aquele um historiador interessado em descrever a mudança de atitudes em relação ao passado, ou um sociólogo com um interesse mais geral em articular a ligação entre memória coletiva e estrutura social.¹⁰

No que toca, em particular, à memória da expansão,¹¹ essa análise constituiu já o objeto de múltiplas investigações, número justificado pelo realce que a expansão e as ideias míticas difundidas sobre a mesma ocuparam, política e culturalmente, no percurso histórico nacional.

Alguns estudiosos analisaram *a memória da expansão* no âmbito mais vasto de apreciação de uma questão geral. Assim Sérgio Campos Matos (1998), a propósito da relação entre a historiografia e a memória nacional,¹² ou Fernando Catroga (1998), na leitura dos diversos eventos de uso ou “ritualização” da história, expressão cunhada para descrever o modo como o poder político ritualizou “uma certa ideia de história” em comemorações que funcionaram como verdadeiras liturgias cívicas.¹³

⁸ Bethencourt, 2000: 442. Sobre memória coletiva, ver também Bethencourt e Curto, 1991: 8-10. Sobre o papel do erro e do esquecimento histórico no processo de formação e de imaginação da nação, ver Jerónimo, 2015. Para uma análise da memória coletiva do ponto de vista da psicologia, onde se explica que um viés omnipresente naquela é a reivindicação coletiva exagerada (*collective overclaiming*), ou seja, julgamentos inflacionados sobre o próprio grupo em detrimento de outros, referindo também o papel fundamental aqui desempenhado pelos vieses cognitivos e sugerindo vias para desenviezar a memória coletiva através da adequação dos programas no ensino da história, veja-se Yamashiro e Roediger, 2022.

⁹ A falta de linearidade remete para a conceção espacial do tempo, em oposição à linear, proposta por Thomas Cottle (em *Perceiving Time*, 1976). Como explicado por Schwartz, na conceção espacial, o tempo é atómico e divisível, “é espacial porque sugere que, em vez de conceber o tempo como uma cadeia inquebrável de eventos, podemos usar a nossa imaginação para soltar um instante passado do seu lugar no continuum do tempo e soltá-lo num outro lugar”, como explicado por Cottle, citado por Schwartz (em 1982: 395) (tradução minha).

¹⁰ Em obras do fim do século XX, Matos (1998) e João (1999) davam nota de como o interesse pela memória coletiva na historiografia contemporânea era relativamente recente. Matos (1998: 55) chama a atenção para o facto de a noção ter sido utilizada por Lucien Febvre. Ambos realçam os trabalhos pioneiros do sociólogo Maurice Halbwachs. A autora considera que o interesse dos historiadores pela memória deveu-se a duas obras fundamentais: *The Invention of Tradition* (1983), obra coletiva publicada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger e *Les Lieux de la Mémoire* (1984), dirigido por Pierre Nora, sendo este último autor igualmente destacado por Matos. Bethencourt (1991) destaca *The Past is a Foreign Country* (1985) de David Lowenthal e *How Societies Remember* (1989), de Paul Connerton. Na historiografia portuguesa, segundo a mencionada autora, os primeiros passos terão sido dados pelo colóquio *A Memória da Nação*, realizado, em 1987, pelo gabinete de Estudos de Simbologia e organizado por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, bem como pelos trabalhos de Fernando Catroga, Luís Reis Torgal e Sérgio Campos Matos. Igualmente em 1987, realizou-se o encontro “A construção social do passado”, organizado pela Associação dos Professores de História, com apoio do ICS e FSCHUNL, com o objetivo de refletir sobre o processo de formação da memória coletiva, em particular da memória acerca da nacionalidade (ver Mattoso, 1992). Por seu turno, Vakil (2006), incluindo o diálogo com outras ciências sociais, acrescenta os estudos de João Leal, Augusto Santos Silva, José Sobral, João Medina e Rui Ramos. Nos últimos anos, houve uma verdadeira explosão de estudos sobre a memória, sendo de destacar os trabalhos de Enzo Traverso, em particular sobre o *combate pela memória* nas interpretações sobre o passado recente, cf. Traverso (2012). Pontes (2011) indica vários outros autores que se têm vindo a ocupar da matéria.

¹¹ Este termo é utilizado de forma ampla, incluindo descobrimentos, expansão e império colonial.

¹² Atente-se também nos demais trabalhos de Sérgio Campos Matos referidos na bibliografia.

¹³ Em “Ritualizações da História” (1998), Fernando Catroga, com base em fontes históricas (programas, discursos, imprensa), faz uma leitura global da justificação e concretização destes ‘acontecimentos-espetáculos’, desde o Centenário de Camões (1880) até às vésperas da Expo 1998. Ainda que considere que quase todos partilhem o

Em outros casos, o enfoque encontra-se na própria memória da expansão, na sua concetualização e manifestações, tais como analisadas por Francisco Bethencourt na leitura do *passado* da expansão (2000).¹⁴

Numa abordagem mais específica, encontram-se os trabalhos dos autores que escolheram analisar a construção da memória da expansão subjacente a eventos comemorativos especificamente relacionadas com esta temática. Distinguem-se, então, os autores que procedem a uma análise histórica temporal alargada, como Maria Isabel João (1999), que se ocupa dos eventos celebrados do século XIX ao século XX,¹⁵ e os que elegem como objeto de estudo a construção da memória num evento em especial, como a participação portuguesa no IV Centenário do Descobrimento de América (1892-93), investigada por José Pimenta Silva (2012) ou a emblemática Exposição Histórica do Mundo Português (adiante EMP) (1940), analisada, designadamente, por Ramos do Ó (1987), Angela Guimarães (1987), Sergio Lira (2002), David Corkill e José Carlos Almeida (2009), Annarita Gori (2018) e, previamente, com enfoque na história da arte, por José Augusto França (1980), Rui Mário Gonçalves (1981), Artur Portela (1982) e Margarida Acciaiuoli (1991), cujos trabalhos se retomarão à frente.

Porque sentimento nacional e império cruzaram-se desde cedo, a memória da expansão - e dos novos ‘mitos’ criados em torno desta no período pós-colonial (nomeadamente na Expo 98, invariavelmente confrontada com a EMP) - tem sido também analisada, as mais das vezes noutros campos disciplinares, por investigadores determinados a estudar a temática na sua relação com o patriotismo, o nacionalismo e a identidade nacional. Entre estes, atentar-se-á nos trabalhos de AbdoolKarim A. Vakil (1996), Timoty Sieber (2001), Marcus Power e James D. Sideway (2005), José Carlos Almeida (2005) e Paulo S. Polanah (2012).

Deslocando o enfoque para a literatura e estudos culturais e pós-coloniais, registem-se as obras de

mesmo propósito antidecadentista, nacionalista e revivescente, distingue cinco diferentes ciclos: nacionalista-imperialista e refundação nacional, questão religiosa, consagração de regimes, engrandecimento e heroicidade militar e enaltecimento da grandeza artístico-científica.

¹⁴ Refletindo sobre “A memória da expansão”, na *História da Expansão Portuguesa*, Francisco Bethencourt analisa o passado da expansão a partir de múltiplos suportes de expressão: a que encontra inscrita no espaço público (em monumentos, estatutária, toponímia, arranjos de praças), a modelada a partir dos cortejos cívicos, a representada nas exposições universais e coloniais e cerimónias de Estado e a refletida nas formas de produção de conhecimento sobre as colónias (Bethencourt, 2000).

¹⁵ Inspirada pela ideia de Magalhães Godinho de que só uma “sociologia histórica das comemorações, uma análise da sua inserção nas maneiras de pensar, sentir e agir” é suscetível de elucidar sobre o que aquelas representaram para a coletividade nacional, a autora, em doutoramento, analisa exaustivamente as comemorações dos centenários relacionados com os descobrimentos, a expansão e o império, situando os seus contextos e justificações, caracterizando as formas de organização e os protagonistas, e analisando as práticas e os ritos, bem como a iconografia e os discursos, nestes procurando identificar a memória e a identidade nacional configuradas em cada evento. As balizas temporais são o Centenário de Camões (1880) e as Comemorações Henriquinas (1960), que a autora articula com a edificação do império africano - dos primeiros passos ao chegar ao fim - e, assim, com o essencial da construção da memória e do imaginário nacionalista-imperialista do país.

Margarida Calafate Ribeiro (2004)¹⁶ e de Cidália Viegas de Carvalho (2013).¹⁷

Como tem sido, então, (re)configurada a memória da expansão?

1.2. De meados do século XIX à I República

Na sequência da busca das raízes históricas da cultura portuguesa anteriormente iniciada pela primeira geração romântica e liberal (Almeida Garret e Alexandre Herculano)¹⁸, a partir de meados do século XIX, a par da consolidação do sistema liberal, e acompanhando o movimento intelectual e político de reformulação dos nacionalismos europeus, a história e a memória histórica adquiriram, também em Portugal, um significativo destaque público. Ambas se tornaram instrumentos privilegiados de formação cultural e cívica e de coesão moral e social, imprescindíveis no restabelecimento da confiança nacional e na preparação da regeneração do país, em conjuntura de crise profunda, nos planos político, económico-financeiro, social e colonial, crise essa que trouxera à tona, de novo, o tema da decadência nacional. A evocação do passado servia um propósito de “re-nacionalização” dos portugueses que deveria impulsionar a sua confiança e auto-estima e travar o desalento.^{19 20}

A imprensa e a escola, bem como a literatura histórica, eram os veículos privilegiados para combater o problema do esquecimento e da ignorância popular sobre a história nacional e, assim, para

¹⁶ Com base no estudo da produção literária (e política), a autora, num doutoramento em estudos portugueses no *Kings College London*, analisa a identidade nacional portuguesa, a partir da relação entre Portugal e o império, desde os descobrimentos até ao período pós-colonial. Uma vez que a dimensão simbólica da política portuguesa conducente à elaboração de uma imagem de Portugal ‘como centro’ se realizava através de Portugal como nação imperial, a autora, partindo do conceito de ‘Estado-como-imaginação-do-centro’ de Boaventura de Sousa Santos, conduz a sua investigação a partir do conceito de ‘o império como imaginação do centro’, com base no qual, tendo presente os quadros teóricos do conceito clássico de *translatio imperii* e dos estudos pós-coloniais, revisita “os contornos míticos de uns espessos cinco séculos de imaginário imperial” (2004: 15).

¹⁷ Num doutoramento em literatura, na Universidade de Coimbra, a autora estudou a forma como os descobrimentos se constituíram como mito identitário na cultura e na literatura nacionais e como a literatura pós-colonial representa ou revisita aquele período numa atitude que, quer questionando a versão tradicional dos eventos, quer perpetuando o processo de mitificação, se revela devedora da memória e da mitologia nacionais. A pesquisa do rasto histórico-literário destas memória e mitologia nacionais obrigou a autora a dialogar com uma série de obras desde o século XVI até ao período após o 25 de abril. Aqui a autora analisa as reinterpretações literárias da temática das descobertas, agora patentes nas representações da guerra colonial, descolonização e retorno dos ex-colonos, distinguindo, por um lado, a partilha de memórias traumáticas e dos seus fantasmas por exumar, e, por outro, as situações de ‘desconstrução irónica’ da memória nacional. Porque se torna “evidente a ansiedade de encontrar outras derivações para uma nova identidade cultural (nacional e transnacional)” (2013: 15), a autora concluiu com *A Jangada de Pedra* (1986), de José Saramago.

¹⁸ Sobre a revolução estética que foi o ‘regresso às origens’ e a intensa criação de géneros literários e artísticos que acompanhou a ‘invenção das nações’, ver Thiesse, 2000.

¹⁹ Matos, 1992: 51 e 1998: 73; Caldeira, 1995: 123; Ramos, 1994: 65-67. A questão da decadência do país e as acusações de ignorância e incultura geral haviam sido já levantadas no século XVIII, quando alguma *intelligentsia* sentiu a necessidade de colocar Portugal a par da Europa e identificou os fatores que o afastavam das dinâmicas desta, cf. Calafate, 2016: 57-72.

²⁰ Para uma imagem geral da diversidade de interpretações relativas à formação das nações e o nacionalismo, distinguindo os paradigmas modernista (vinculado às transformações do Estado Moderno) e processual (sublinhando a importância de elementos pré-modernos), com uma explicação sumária do pensamento de autores selecionados em uma (Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Michael Mann e Benedict Anderson) e outra interpretação (Anthony Smith, Josep Llobera, Adrian Hastings, Jose Antonio Maravall), veja-se Sobral: 2003.

a produção (e reprodução) da nova memória nacional.²¹ Mas, e recorde-se a elevada taxa de analfabetismo, este propósito foi também impulsionado, no último quartel do século, por um surto de monumentos públicos e, na sequência do que se passava no estrangeiro, pela realização, de comemorações públicas, ritos de evocação do passado destinados a criar representações simbólicas que, junto das massas, funcionassem como ‘lições vivas de memorização’ em prole do culto da nação e dos grandes homens e dos grandes acontecimentos,²² simultaneamente num expediente *político* para nacionalizar as massas e num expediente *nacionalista* para as politizar.²³

Atenta a crise interna, bem como o ‘luto’ da perda do Brasil, quem poderiam ser esses grandes homens e quais seriam os grandes acontecimentos a comemorar? Onde se deveria encontrar a ‘idade de ouro’ da nação que urgia recordar? E com que objetivo?

Dada a incapacidade da monarquia constitucional em adotar um modelo comemorativo adequado aos novos tempos, a tarefa foi, fundamentalmente, prosseguida - e aproveitada - pelos ideólogos republicanos, como Teófilo Braga - autor da simbólica obra *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas* (1884) - e Manuel Emídio Garcia, inspirados em Auguste Comte.²⁴

O primeiro grande evento comemorativo, que viria a servir de matriz para os seguintes, foi o III

²¹ No ensino oficial, a história seguia a genealogia da casa real e pouco acrescentava aos factos políticos e militares, cf. Matos, 1992: 52.

²² Sobre a construção de monumentos, Matos, 1998: 428-434. Ramos, 1994: 69. No que toca tendência natural para seguir os exemplos estrangeiros, Maria Isabel João (1999: 19 e 845) reitera como qualquer análise das motivações e objetivos dos centenários portugueses obriga a atender à popularidade dos centenários no ‘ocidente’, destacando-se: o da declaração da independência americana (1876), o da Revolução francesa (1889) e o do próprio século (1900). Também Catroga (1998: 226) menciona que os impulsionadores do jubileu de Camões foram explícitos acerca da influência recebida da Europa, que comemorara já Schiller (Alemanha), Petrarca (França e Itália, 1874), Rubens (Bélgica, 1877) e Voltaire e Rousseau (França, 1878). A propósito das ‘lições vivas de memorização’, Catroga (1998: 225) explica que “As comemorações nasceram da tomada de consciência (...) de que as representações racionais só seriam mobilizadoras se fossem completadas por *uma vivência cultural* que, tal como no rito religioso, conferisse significado simbólico e coletivo ao sentido do tempo e congregasse as consciências atomizadas à volta de memórias consensualizadoras. Daí a importância de ritualizar a invocação (e a evocação) do passado e *de o seleccionar* de acordo com os interesses do presente.” (itálico meu). Esta criteriosa seleção de *certos* eventos do passado conduz também José Mattoso (1998: 104) a evidenciar como os rituais coletivos, “contribuíram para generalizar a função social da memória coletiva, mesmo que o fundamento histórico das comemorações não fosse inteiramente objetivo, e que em várias delas a iniciativa pretendesse valorizar uma determinada corrente ideológica, e suscitasse, por isso mesmo, o alheamento ou a oposição dos sectores de opinião de sentido contrário”.

²³ As expressões são de Vakil, 2006: 41.

²⁴ João, 1998: 404.

Centenário de Camões, em 1880.^{25 26}

O mais universal autor de língua portuguesa é não só identificado com a própria nação (através de um paralelismo entre a sua vida e a existência histórica da comunidade nacional), como é visto como símbolo da Europa, pois, como afirmava Teófilo Braga, “universalizou e perpetuou a missão histórica de Portugal no percurso da humanidade, abrir caminho para o desenvolvimento das civilizações dedicadas às atividades pacíficas de mercancia, da indústria e da civilização, deixando para trás as ‘civilizações militares’ mediterrâneas”.²⁷

Ou seja, conclui Fernando Catroga, Camões permitia reivindicar para a nação uma parcela da construção da marcha da humanidade, já que o que se celebrava não era tanto a estética d’*Os Lusíadas*, mas a ‘idade de ouro’ nacional e um momento alto da evolução da humanidade: os feitos “tão úteis e humanitários” do povo português por aquele cantados.²⁸ Pinheiro Chagas bem sintetizaria o sentimento, ao afirmar que o poeta deu ao povo português a sua consciência nacional.^{29 30}

²⁵ O figurino comum do modelo comemorativo incluía abordagens mais históricas (a *palavra* - expressa em sessões solenes, discursos, conferências, colóquios, congressos, edição de obras e artigos na imprensa), mas também manifestações recreativas e lúdicas (a *imagem* - transmitida em encenações nos cortejos cívicos, exposições, manifestações artísticas e eventos), além, naturalmente, da *síntese afetiva* - a força dos ideais que mobilizavam e uniam os cidadãos. As comemorações constituíam também propósito para a produção de um sem número de *souvenirs* - alfinetes de peito, gravatas, lenços, pratos, sabonetes, bolachas - que bem espelhavam os interesses industriais e mercantis igualmente associados a estas realizações, cf. João, 1998: 415 e João, 1999: 370-371, 845-846.

²⁶ Já em 1867 se inaugurara a Estátua de Camões, evento esse que Bethencourt (2000: 450-451) considera a primeira grande iniciativa diretamente relacionada com a memória da expansão, destacando como aquele largo se tornou um ponto de referência de manifestações cívicas, tanto em 1880, como em 1890. Por seu turno, João (1998: 416) faz recuar o início do ciclo comemorativo dos descobrimentos a 1839, ano da colocação da lápide em memória do Infante D. Henrique, na Fortaleza de Sagres, reconhecendo, porém, que aquele ciclo comemorativo só ganhou expressão significativa depois do tricentenário de Camões, sob a pressão da questão colonial. Curioso é notar, com Curto (2015: 95), que, já nos séculos XV e XVI, a memória da monarquia e dos seus servidores se confundia com a celebração (ou com a crítica) dos feitos imperiais.

²⁷ Teófilo Braga, citado por Matos, 1998: 441-442.

²⁸ Expressões dos republicanos Manuel Emídio Garcia e Teixeira Bastos, citados por Matos, 1992: 59. Como sintetizado por Catroga “Camões é interpretado como figura cimeira do Renascimento e, através dele, os Descobrimientos são elevados a acontecimento-inaugurador da modernidade” (1998: 229-230). Analisando o discurso de feição militante e de propaganda de Consiglieri Pedroso (em 1898), refere João (1999: 765): “Em seguida, o conferencista republicano destacou a *influência dos descobrimentos nacionais no processo geral*, Portugal abriu a ‘era da civilização atlântica’ e provocou uma ‘revolução política’ mudando o centro do poder do Mediterrâneo para o Atlântico; uma ‘revolução comercial’ e uma ‘revolução geográfica’, com as grandes navegações e descobertas. O poder, a economia e o conhecimento foram os elementos de uma mudança que representou *um passo gigantesco para a humanidade e a civilização*. Leia-se civilização europeia, ocidental, civilização da Renascença e das Luzes, da Razão e da Ciência. Na perspetiva positiva de Consiglieri Pedroso, *os portugueses tinham dado um contributo inestimável para a implantação no mundo desse modelo de civilização*, o que era uma suprema glória para qualquer povo e inseria Portugal, de acordo com a conceção evolucionista, no movimento geral do progresso humano. A conclusão mais óbvia deste tipo de discurso comemorativo era que o povo português, tal como tinha demonstrado no passado, tinha condições para se impor ao respeito e admiração das outras nações.” (itálico meu).

²⁹ Matos, 1998: 442. Não por acaso, Eça de Queiroz elegeu o ‘Brigadeiro Chagas’ como o representante daqueles para quem “o patriotismo era a sua magnífica carreira” (citado por Ribeiro, 2004: 60).

³⁰ Sobre a relação entre a ‘versão’ de Camões de 1880, refletida nos textos republicanos, e as questões de identidade nacional colocadas pelo medo secular da Espanha, a relação ambivalente com Inglaterra e o início de uma nova fase do imperialismo europeu em África, ver Freeland: 1996.

Ora, como se começou por esclarecer, o alcance total da invocação da memória do passado só pode ser verdadeiramente apreendido se se atender à conjuntura em causa. Não é o passado em si que é comemorado, mas ali se projetam as ideias contemporâneas, essas sim a impor como ideal de futuro.

Considerando o crescente interesse económico, político e cultural por África por parte das elites europeias, resulta evidente que não eram (só) os descobrimentos que se homenageavam, mas a colonização (e a nova economia colonial) e o império (e o reposicionamento geo-político do país).

Como Abdoolkarim Vakil esclarece, a nação cuja identidade é revelada na leitura republicana da história não é a nação tal como existe, mas a nação como projeto, na sua identidade orientada para o futuro. Através de uma eficaz mobilização baseada em eventos festivos e publicação de obras e artigos, o que o republicanismo alcançou foi “a projeção da circularidade redutiva e totalizante da política identitária: a nação = o povo = Camões; Camões = tradição nacional; tradição nacional = momento histórico paradigmático = ‘Descobrimientos’; ‘Descobrimientos’ = colonialismo; decadência = negligência da tradição nacional e do Império = Monarquia; regeneração = tradição nacional + colonialismo = Republicanismo; Republicanismo, portanto = o povo = a nação = regeneração.”³¹

Ademais, apesar da existência de vozes críticas, para a maioria da elite política nacional a conservação das colónias constituía um imperativo histórico pois a sua perda colocaria em causa a autonomia nacional, atento o peso daquelas na imagem que o país fazia de si mesmo.³² Assim se compreendem a contestação ao princípio da ‘ocupação efetiva’ adotado na Conferência de Berlim (1884-1885), os sentimentos de espoliação, humilhação e vitimização que se seguiram ao *ultimatum* inglês de 1890 e o enorme contributo deste episódio para a sacralização do império por parte da opinião pública, império popular esse que passa, então, a elemento central no nacionalismo (ou sentimento nacional) português.³³

Assim, apesar do ‘certificado de subalternidade’ passado pelo *ultimatum* à nação e às suas pretensões imperiais,³⁴ ao permanecerem a conjuntura e as motivações, na década seguinte, as Comemorações Henriquinas (1894) e a celebração do Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia (1897-98), voltam a convocar o apogeu da expansão para estimular o orgulho nacional e mobilizar a nação contra o decadentismo, sublinhar a legitimação *histórica* das colónias e reforçar a unidade em torno da *imperialização* da política nacional, não obstante as pretensões das

³¹ Cf. Vakil, 1996: 42-43 (tradução minha).

³² Trata-se do que Alexandre (1995) identifica como ‘mito da herança sagrada’, o qual, a par do ‘mito do Eldorado’ (a crença inabalável na riqueza das colónias africanas), terá sido central na sustentação do projeto colonial português.

³³ Alexandre, 1995 e 2006. A ligação da questão imperial com a identidade nacional é de tal modo profunda que se reflete até nos estudos antropológicos realizados na viragem do século XIX para o XX. João Leal considera que a ideologia de decadência nacional e o pessimismo decorrente do *ultimatum* foram determinantes na imagem negativa da cultura popular portuguesa então traçada pelos antropólogos, cf. Leal, 2006: 68-79.

³⁴ A expressão citada é de Ribeiro, 2004: 90.

grandes potências europeias sobre o ‘império’ português.^{35 36}

É certo que as comemorações eram, essencialmente, acontecimentos espetáculo focados na visualização da mensagem a transmitir, que deixavam para segundo plano a investigação historiográfica. Porém, foram os próprios historiadores, “sempre condicionados pelas circunstâncias do seu tempo”,³⁷ que, ao longo de oitocentos, fixaram um conjunto de (mi)temas sobre a expansão: a prioridade dos descobrimentos portugueses e o pioneirismo tecnológico e científico,³⁸ nomeadamente nas caravelas;³⁹ o conseqüente lugar de Portugal na construção da modernidade e entre os grandes artífices da

³⁵ Sobre o Centenário da Índia e a mitificação de Vasco da Gama por razões conjunturais de estruturação e legitimação do discurso nacionalista, com base na visão do descobrimento do caminho marítimo para a Índia como o início da era moderna, veja-se Matos, 2008b. Um pequeno aspeto curioso é a circunstância de, contra a corrente dominante, diversas vezes se terem erguido contra a exclusiva focagem das comemorações em Vasco da Gama, já que entre os objetivos enunciados no programa do centenário encontrava-se o de homenagear a memória dos navegadores que participaram nos descobrimentos, como Bartolomeu Dias e Gil Eanes ou o rol dos esquecidos navegadores e tripulantes das armadas da Índia (Matos, 2008b: 134). Curiosamente, cem anos depois, em 1998, foi a *falta* de Vasco da Gama que motivou um voto de protesto na Assembleia da República., cf. 1.4. e nota 117.

³⁶ João (1998: 415) ilustra a importância da afirmação, na política externa, do papel histórico dos portugueses nos descobrimentos e dos ‘direitos’ que daí advinham na partilha do mundo, chamando a atenção para o facto dos organizadores do Centenário da Índia terem contactado o MNE para ser dada a maior publicidade ao evento, além de promoverem a edição do programa geral noutras línguas.

³⁷ Matos, 1998: 66. Como nota Rosas (2000: 148), a historiografia não pode ser ‘objetiva’ ou ‘natural’ pois o historiador não paira imune acima das paixões e das opções que estruturam a conflitualidade da sua época, essa circunstância é, porém, mitigada pela seriedade ou cientificidade do trabalho por si realizado, pois existem metodologias de utilização das fontes, de heurística e de hermenêutica que o devem estruturar.

³⁸ João (1998: 408-409 e 1999: 197) realça como a atividade da comissão de representação oficial portuguesa no IV Centenário Colombino (1892-93) foi norteadada pela preocupação em demonstrar o papel de Portugal no arranque dos descobrimentos e o seu contributo para o sucesso das viagens de Colombo. De igual modo, Silva (2012, 122), que analisou em profundidade aquela participação, é peremptório sobre o seu significado: “deve ser compreendida como um acto de reafirmação do contributo de Portugal e do seu papel pioneiro para o conhecimento do mundo e para o nascimento da designada civilização ocidental (...) todos os trabalhos realizados pela comissão portuguesa tiveram como principais objetivos (...): primeiro, defender a memória portuguesa e os territórios coloniais que Portugal reivindicava como seus das ameaças que iam surgindo por parte de ingleses e franceses; segundo, divulgar o maior número possível de provas históricas que possibilitassem a fundamentação da defesa da memória nacional; terceiro, devolver a Portugal o prestígio que tivera no passado, com vista a fortalecer a posição portuguesa a nível internacional.”.

³⁹ Um exemplo dos *mitos* que a historiografia ajudou a criar é a ‘lenda’ da caravela latina, embarcação emblemática dos descobrimentos quatrocentistas cuja sustentação é débil. Contente Domingues (2009) explica como as afirmações consolidadas da historiografia, desde finais do século XIX, sobre as características morfológicas e funcionais daquela caravela não encontram suporte nos dados efetivamente verificáveis na documentação técnica (que só existe depois de 1570-80) e na iconografia, o que evidencia a inadequação da crítica das fontes desses estudos. Para o autor, a justificação para esse desacerto terá que ver com *motivações encontradas além do discurso historiográfico*. Por exemplo, o estudo pioneiro sobre os navios portugueses dos séculos XV e XVI de Henrique Lopes de Mendonça surgiu em 1890, numa época de crise sobre o destino nacional e com o objetivo de, face às comemorações colombinas de 1892, acrescentar um instrumento funcional à afirmação da prioridade portuguesa estabelecida pelos trabalhos do Segundo Visconde de Santarém. Um outro exemplo é o do destaque conferido à caravela como navio especialmente criado pelos portugueses por Jaime Cortesão, o qual, na opinião de Domingues, terá encontrado na imagem que construiu da caravela o instrumento que necessitava para sustentar a sua tese da política de segredo de Estado.

civilização,⁴⁰ e a sobrevalorização do papel histórico do Infante D. Henrique.⁴¹

Pese embora a I República não ter trazido uma ruptura relativamente à questão colonial (o novo regime havia, aliás, sido propulsionado pelo *ultimatum*), a instabilidade política, a mobilização para as expedições africanas e a participação na guerra não proporcionaram condições para a realização de grandes comemorações, que, as mais das vezes, limitaram-se a sessões solenes. Os principais eventos ligados à memória da expansão foram o duplo centenário da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque (1915), a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, integrada nas comemorações portuguesas do centenário da independência do Brasil (1922), o centenário do nascimento de Camões (Festa da Raça) (1924) e o Centenário de Vasco da Gama (1925). Tanto Fernando Catroga como Maria Isabel João assinalam continuidade face ao regime anterior no que toca aos ritos comemorativos e ao objeto das comemorações: os descobrimentos e a expansão continuam a ser associados a um período de grandeza, numa perspetiva apologética, mitificada, alheada de um qualquer julgamento crítico.⁴²

Este julgamento crítico também não chega pelas mãos do Estado Novo.

1.3. A memória da expansão na ‘mística imperial’ do Estado Novo

Como todos os regimes autoritários, o Estado Novo usou e abusou da história, sendo a edificação do regime e a validação do seu poder político acompanhadas - e suportadas - por uma abordagem de hegemonização ideológica que, como não poderia deixar de ser, impôs uma imagem histórica nacional, uma *memória oficial* que o regime pretendeu fazer passar por *memória nacional*.⁴³ A ‘verdade nacional’ era, em primeiro lugar, veiculada na escola, local privilegiado para “nacionalizar” os jovens,⁴⁴ sendo

⁴⁰ É certo que a modernidade se centra nas transformações trazidas pelas revoluções políticas e industriais do final do século XVIII, mas, segundo uma outra genealogia, Portugal teria tido um papel fundamental no “longo século XVI” e período renascentista, quando, através das chamadas proto manifestações da modernidade, foram criadas as condições para essas outras futuras transformações, sobre a distinção Vakil, 1996: 38.

⁴¹ Não foi apenas na interpretação da expansão que a história foi submetida a juízos a-históricos. O Centenário de Pombal (1882) foi, igualmente, aproveitado por republicanos, e outros grupos, para propagandear as suas ideias, assumidamente esquecendo ‘defeitos’ ou ‘imperfeições’ do governante para frisar uma leitura favorável do seu papel de precursor das transformações sociais, políticas e culturais de Oitocentos, cf. Matos, 1992: 63. Veja-se, também, Bebianno, 1982 e citação da passagem do jornal republicano *A Folha do Povo*, de 8/05/1882: “O centenário de Camões fez-lhe lembrar [ao povo português] que tinha sido grande e, fazendo reviver o entusiasmo pelas glórias passadas, deu-lhe força para se levantar do abatimento em que o prostrou a sua indiferença. O centenário do Marquês de Pombal dá orientação, ministra a luz que o deve guiar.”

⁴² Catroga, 1998: 243-251 e João, 1998: 424.

⁴³ Cf. Caldeira, 1995: 122. Como sintetizado pelo autor, “o Secretariado Nacional de Informação inventava uma memória histórica que contrabandeava como memória popular” (1995: 130). Neste esclarecedor artigo, é examinada a forma como o regime pretendeu controlar o passado de acordo com os seus propósitos políticos, analisando, em especial, a revisão da história evidenciada nos manuais escolares (em várias edições de um mesmo manual, do período monárquico, da I República e do Estado Novo), não deixando de mencionar outras formas de ‘manipulação’ da memória. Para o autor, a História no Estado Novo é “tão profundamente ideológica, tão política na sua génese (resulta do esforço impositivo do Estado), que é praticamente o espelho do próprio regime” (1995: 135). Como notam Corkill e Almeida (2009: 388), os esforços de produzir uma *história única* equivalem, na prática, ao papel do *partido único* na esfera política.

⁴⁴ A expressão é de Loff, 2008: 223, que aqui analisa a manipulação do passado histórico como instrumento político no Estado Novo em paralelo com a revalorização do passado na Espanha franquista. A propósito dos

essa ‘aprendizagem’ completada por um discurso político que repetia continuamente os lugares-comuns da memória histórica oficial, mas também por uma encenação desta capaz de ser levada às massas, quer através da recuperação de monumentos⁴⁵ e da construção de estátuas, quer através de um enorme impulso nas comemorações públicas, com todo o role de iniciativas que as mesmas sempre envolveram,⁴⁶ acrescido do cinema, e os outros meios que o novo século proporcionou, todos promovidos pelo profissionalismo de um secretariado de propaganda devidamente institucionalizado que, assumindo o papel do que Marc Ferro chamou um *foyer de la conscience historique*, fabricou ideologicamente uma história oficial.⁴⁷

O passado nacional volta a ser evocado para a (re)construção da nação, mas agora não com o propósito, como no período liberal, de o confrontar com a decadência do presente como passo prévio à regeneração, mas antes para anunciar que - certamente sob o olhar benigno da Providência - chegara, com novos heróis (à frente dos quais Salazar), o tempo de ressurgimento nacional, o de um Estado forte, uno, corporativo, cristão, nacionalista e imperial.

Para o discurso histórico do Estado Novo os períodos mais relevantes são a formação de Portugal e, naturalmente, a expansão, pois aqui se encontravam as raízes históricas da vocação missionária e civilizadora portuguesa, que o regime, antes de fazer aprovar uma Constituição, transpôs no diploma legal que procedeu à reorganização política e administrativa das colónias, o *Acto Colonial* de 1930, pois é “da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”.⁴⁸

Este constitui um dos primeiros passos na campanha empreendida para, internamente, suscitar uma ‘mística imperial’ em todo o povo português⁴⁹ e, externamente, afirmar uma imagem de Portugal

compêndios de História, é a letra da lei que explica “que o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional - quer diz, a verdade que convém à Nação”. “Tudo neles [compêndios] deve contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo”. Deve ser exaltado “todo o feito que significa esforço da Nação, desde o início da História Pátria até ao presente” e censurado “tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados”, cf. Decreto n.º 21203, do Ministério da Instrução Pública, 15 de abril de 1932. Sobre este diploma, Torgal, 1989: 32-33; Caldeira, 1995: 122; Loff, 2008: 223.

⁴⁵ Daí a criação, logo em 1929, da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. Os monumentos nacionais restaurados constituem verdadeiras ilustrações da história contada pelo regime. Sobre a sua importância, enquanto “documentos vivos das épocas de glória”, e sobre o paralelo entre a intervenção no património arquitetónico e a recuperação de valores histórico-ideológicos / intenção nacionalista de “reconduzir Portugal na tradição do seu passado épico”, veja-se Neto, 2001.

⁴⁶ Com o regresso do catolicismo em pleno, as comemorações públicas deixam de ser pagãs e anticlericais, mas, além de uns *te-deum*, as práticas mantiveram-se estáveis: sessões solenes com discursos, congressos, espetáculos populares, cortejos, grandes exposições, estatutária e toponímia, cf. João, 1999: 838.

⁴⁷ Marc Ferro Citado por Torgal, 1989: 31. Como afirmava António Ferro, “a arte, a literatura e a ciência constituem a grande fachada de uma nacionalidade, o que se vê lá de fora”, citado por França, 1980: 33.

⁴⁸ Decreto n.º 18570, no *Diário do Governo*, I Série, n.º 156, de 8-07-1930 (artigo 2.º, itálico meu).

⁴⁹ A propaganda para suscitar a ‘mística imperial’ era prosseguida, sobretudo, para apresentar o Estado Novo como essencial para a salvaguarda do ‘império’. O ideário colonial em si, na vertente de ‘imperialismo popular’ que

vinculada à antiguidade e à grandeza do seu império,⁵⁰ propósito esse, aliás, muito evidente nos moldes em que era construída a participação portuguesa nas exposições internacionais, onde o SPN divulgava publicações tão expressivas como *Portugal, le pays qui a plus contribué à la connaissance géographique du monde* (Paris, 1937) e a imagem transmitida recorria obsessivamente à temática dos descobrimentos.⁵¹

Muitos foram os eventos patrocinados pelo regime para mobilizar e atualizar a memória da expansão e imaginário imperial, sendo o mais relevante as celebrações do Duplo Centenário (1940) e, nestas, a Exposição Histórica do Mundo Português (EMP), a qual viria a ser, nas palavras de Augusto Castro, comissário-geral, a celebração da “festa do encontro do Portugal consigo próprio”.^{52 53}

Diversos autores escreveram, após o fim do Estado Novo, sobre a EMP.

Atentos o peso da arquitetura e da arte na propaganda do regime e a qualidade da *mise-en-scène* da EMP, bem se compreenderá que os primeiros estudos cheguem em obras sobre a arte durante aquele período, nomeadamente de José Augusto França (1980),⁵⁴ Rui Mário Gonçalves (1981),⁵⁵ Artur Portela (1982)⁵⁶ e Margarida Acciaiuoli (1991).⁵⁷

vinha do passado, era já genericamente apoiado, por razões diversas, por todas as classes sociais, à esquerda ou à direita, num consenso alargado em, pelo menos, quatro aspetos: a ‘missão histórica’ de colonizar e civilizar, a conceção da superioridade do homem branco, o direito histórico à ocupação e à manutenção do império face às, reais ou mitificadas, conspirações estrangeiras e a perspetiva de que a defesa das colónias era a defesa da própria independência nacional, assim Rosas, 1995: 19-32.

⁵⁰ O império português vinha “do fundo dos tempos”, ao contrário dos das demais potências europeias, que seriam um “resultado accidental da conjuntura internacional de finais de oitocentos” (Alexandre, 2006).

⁵¹ Cf. Castro (2020). A exaltação fora de portas da grandeza imperial de raízes históricas foi amplamente evidenciada nos edifícios das Exposições Universais: em Paris 1931, as cruces da ordem de Cristo e o portal manuelino de Raul Lino (além da ampla iconografia de navegadores e descobridores); em Paris 1937, as esculturas na fachada de figuras dos descobrimentos no edifício de Keil do Amaral; ou em Nova Iorque 1939, o pavilhão com friso com mapas e caravelas e, no jardim, estátuas de figuras da época.

⁵² No “Discurso inaugural” da EMP, em Castro, 1940: 69.

⁵³ Como referem Corkill e Almeida, a EMP representou a maior marca d’água do ‘*festival state*’ salazarista (2009: 386 e 398). Também Gori considera que a seção histórica da EMP “representou o auge do regime em termos de política de memória e uso público da história, tornando-se encarnação viva da nação e forte conexão entre passado, presente e futuro. Encenada por quase 6 meses, recebendo grande atenção dos media e atraindo grande público, o EMP tornou-se uma espécie de ‘bolha do tempo do nacionalismo’, o que, seguindo a definição de Randall Collins, é uma curta e intensa cápsula de tempo vivenciada coletivamente em que o sentimento nacionalista é fortemente sentido entre a população.” (tradução minha) (2018: 716).

⁵⁴ A partir desta obra apreende-se muito bem a estética e *imagerie* da EMP. Destacam-se as considerações feitas sobre a realização da exposição Pedro - Dacosta que, ao expor uma pintura surrealista de conteúdo trágico (a Europa estava em guerra e Portugal era invadido por refugiados), totalmente diferente da arte oficiosa do SPN, constituiu como que uma resposta à EMP, ainda aberta à data da inauguração daquela (França, 1980: 34-35).

⁵⁵ Refere o autor que, para quem pudesse pensar fora do sistema dominante, eram visíveis os sinais de atemporalidade em que a sociedade portuguesa vivia, “enraizada mais profundamente ainda do que a *nefelibática* Exposição do Mundo Português poderia deixar supor” (itálico meu), 1981: 10-11.

⁵⁶ Igualmente com o acento na arte, o autor intenta averiguar qual a História evocada pela arte salazarista e como é que o regime se serviu das artes plásticas para a conquista do poder e para a institucionalização do regime.

⁵⁷ Em investigação de doutoramento em história da arte, a autora procura reconstituir a atmosfera dominante nos anos 40 a partir das artes plásticas, as quais “aglutinam as aspirações dos tempos traduzindo, como nenhum outro registo, os seus mais significativos investimentos” (1991, II). As questões de ordem ideológica e política são atendidas numa perspetiva secundária, subordinada à compreensão do propósito cultural das artes plásticas. Ainda assim, além da vertente visual, artística e arquitetónica, este trabalho e, em particular, a parte do mesmo adaptada

Nenhum destes autores deixa de reconhecer como a cultura estava ao serviço de um projeto ideológico, mas a tónica no decifrar da memória da expansão veiculada na *lição de história* patente na EMP foi colocada por outras vozes, como as de Fernando Catroga (1998) e Maria Isabel João (1999) (examinando, como se viu, *todas* as comemorações), bem como de Ramos do Ó (1987),⁵⁸ Angela Guimarães (1987),⁵⁹ Sergio Lira (2002),⁶⁰ José Carlos Almeida (2004), também com David Corkill (2009)⁶¹ e Annarita Gori (2018),⁶² autores cujas investigações estão na base das considerações que se seguem.

Ao contrário do comemorativismo liberal, no qual a iniciativa partia de grupos de cidadãos,

no livro *Exposições do Estado Novo 1934/1940* (2007), constituem, na descrição exaustiva e muitíssimo detalhada dos vários pavilhões da EMP, baseada nas apresentações feitas por figuras do regime e na imprensa da época, uma inestimável fonte para ajuizar da memória da nação narrada naquela exposição.

⁵⁸ Privilegiando a análise das fontes escritas, mais do que a iconografia, para apreender o significado da EMP, o autor parte da ‘palavra’ (discursos e entrevistas) para conhecer “o ambiente cultural, os temas e as ideias, e até os conceitos que envolvem as obras de arte” e aferir quais as ideias que o aparelho ideológico pôs a circular, através das diversas manifestações artísticas, e quais os objetivos que se pretendiam alcançar, cf. Ramos do Ó, 1987.

⁵⁹ Num artigo sugestivamente intitulado “O labirinto dos mitos”, a autora analisa o simbolismo do filme sobre a EMP de António Lopes Ribeiro, enquanto produção cultural e doutrina oficial destinada a estender aquele evento no espaço e no tempo. Além da exaltação do carácter heróico e predestinado da expansão e do destino histórico civilizador, a autora destaca a visão racista, disfarçada pelo recurso ao sagrado e à missão divina, sobre as relações com outros povos, as quais não são de interação cultural, mas antes de ocultação e apropriação: “Portugal apaga os povos não europeus e dá-lhes uma nova existência através de si próprio, apresentando-se aos olhos do mundo ocidental como ele próprio e os outros, integrando em si a vastidão africana e asiática; e aos olhos dos povos dominados como o mediador indispensável para o seu reconhecimento no mundo ocidental e base da sua existência como elemento da realidade mundial.” (1987: 112).

⁶⁰ Num doutoramento em estudos museológicos, da Universidade de Leicester, a partir de fontes históricas, o autor analisa como um conjunto de museus e exposições temporárias foram utilizados para fins de propaganda política e ideológica nacionalista, demonstrando como o Estado Novo estava ciente do potencial da cultura para apresentar a sua versão da História e como, desde o final da década de 20 e até à de 70, atribuiu àqueles papéis propagandistas e ideológicos. Os achados desta investigação são muitos e, naturalmente, não cabe aqui a sua exposição. Porém, há aspetos a sublinhar, como exemplos da instrumentalização da cultura: (i) o extenso número de exposições temporárias organizadas e patrocinadas pelo Estado (32, em 1931-1968); (ii) a prioridade conferida a exposições temporárias face a museus, evidenciada na legislação que permite às comissões responsáveis pelas exposições temporárias solicitar objetos a museus, na realização de empréstimos com o risco de comprometer a integridade dos objetos e contra a opinião de museólogos, na circunstância das exposições raramente serem organizadas por museólogos e no facto do orçamento atribuído a um museu depender das suas potencialidades propagandistas, e (iii) a forma como a história era construída em exposições que combinavam habilmente objetos e documentos históricos e artísticos com propaganda ideológica.

⁶¹ Corkill e Almeida, sublinhando como o enfoque no papel da cultura e estética na construção de regimes autoritários fascistas tem vindo a beneficiar a compreensão da dinâmica do autoritarismo do período entre guerras, adotam uma abordagem culturalista para examinar os moldes em que o Estado Novo utilizou a EMP para promover a “portugalidade”, projetando uma representação específica de historiografia e identidade nacional, re(construindo) a ideia de nação através de um conjunto de imagens, mitos e símbolos, todos cuidadosamente planeadas.

⁶² Em complemento aos estudos já existentes sobre aspetos arquitetónicos, antropológicos, coloniais e folclóricos da EMP, a autora analisa, seguindo a abordagem da história cultural, como a seção histórica foi concebida para comemorar a história portuguesa e celebrar a nação, mas também para justificar o regime, “mostrando a magnificência da história portuguesa num contínuo cruzamento de passado e presente” (minha tradução). Após análise das políticas de memória utilizadas pelo Estado Novo, a autora examina detalhadamente os pavilhões da seção histórica da EMP como exemplo do uso público da história para fins de propaganda, destacando, ainda, afinidades com outras ‘exposições políticas’ realizadas no mesmo período, como a *Mostra Augustea della Romanità*, organizada em Roma, em 1937, para celebrar o bimilénio do imperador Augusto, e que teve em comum com a EMP ter sido igualmente planeada como uma visita histórica ao passado para justificar teologicamente a ditadura.

posteriormente apoiados, as mais das vezes, pelo Estado, no modelo autoritário regista-se um estrito controlo político dos eventos.⁶³

Em sintonia, um primeiro aspecto unanimemente salientado pelos autores é o envolvimento do Presidente do Conselho na conceção do modelo das comemorações, evidente no programa desenhado, “pela mão implacavelmente minuciosa de Salazar”,⁶⁴ na conhecida *Nota Oficiosa* de 27 de março de 1938.⁶⁵

Os objetivos das celebrações são “dar ao povo português *um tónico de alegria e confiança em si próprio*, através da evocação de oito séculos de História - que foram simultaneamente oito séculos da História do mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência” e “pela pressão do tempo e pelo entusiasmo criador levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua atividade, com o intuito de *afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização*, e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos, tantas vezes admiráveis”, o que equivaleria, portanto, a demonstrar “com a clareza da evidência (...) que Portugal, Nação civilizadora, não findou e continua pelo contrário a sua alta missão no mundo”. Por seu turno, “os fins” da exposição histórica seriam “apresentar uma síntese da nossa ação civilizadora, da *nossa ação na História do mundo*, mostrar, por assim dizer, *todas as pegadas e vestígios de Portugal no globo*”.^{66 67}

É certo que as comemorações festejavam os centenários da Fundação (1140) e da Restauração (1640) mas, atento o que se referiu sobre o peso da ideologia imperial e os objetivos das comemorações, a memória que mais importava evocar era a dos descobrimentos, o ‘fastígio do império’ (1540). Deste modo, a ‘cidade histórica’ não seguiu um estrito plano cronológico, tendo-se antes optado por apresentar as “grandes expressões coletivas” do génio da nação.⁶⁸

O percurso iniciava-se na Fundação e terminava nas realizações do Estado Novo, mas a época

⁶³ Na expressiva descrição de João (1999: 841), em ditadura, “o controlo ideológico percebe-se na forma como o coro das intervenções na maior parte das cerimónias públicas surge bem afinado”.

⁶⁴ Portela, 1982, 66.

⁶⁵ *Nota Oficiosa da Presidência do Conselho sobre a comemoração dos Centenários da Independência e da Restauração*, publicada nos jornais, a 27 de março de 1938, e em Salazar, 1943: 41-58. Sobre este comunicado ao país que “não era nem um discurso, nem um decreto, nem um programa”, ver Acciaiuoli, 1998: 108-112.

⁶⁶ Salazar, 1943: 42-43 e 52 (itálico meu). De entre as infraestruturas previstas estavam a realização das obras do anexo ao Museu das Janelas Verdes “de forma a que fique em condições de nele se poderem realizar exposições temporárias de arte” e “a libertação definitiva da Torre de Belém, ninguém compreenderia que, ao realizarem-se comemorações de datas de tão grande significado na nossa História e quando exatamente por meio delas se procura *exaltar o valor da raça e o seu esforço mundial*, aquele belíssimo monumento não esteja definitivamente livre da aviltante vizinhança que há perto de meio século o enodoa e a nacionais e estrangeiros pode dar a falsa ideia de desapego nosso às tradições e ao património artístico português”. (*idem*, 50-51).

⁶⁷ Corkill e Almeida (2009: 392) dão mesmo nota de que Salazar sempre se interessou pelo projeto e muitas vezes telefonava para saber como o trabalho estava a progredir. Como viria a afirmar Augusto de Castro, no discurso inaugural, Salazar “ensinou o caminho, os realizadores da Exposição procuraram a fórmula arquitetónica e estética ...”, citado por Portela, 1982: 66-67.

⁶⁸ Augusto de Castro, citado por Ramos do Ó, 1987: 180. Gori (2018: 709) sublinha, precisamente, a descontinuidade e o destaque de partes da história em detrimento da linearidade dos eventos, justificando a menor ênfase no mito tradicional anti castelhano (manifestada na ausência de um pavilhão dedicado à Restauração de 1640, um dos dois centenários a celebrar) como uma estratégia política em termos de diplomacia cultural face à situação da Europa de então.

predominante, o “cume dos cumes” das épocas ditas gloriosas,⁶⁹ pois “Portugal pertence ao número limitado dos Povos que escreveram a História do Mundo”,⁷⁰ foi a da expansão, que incluiu, um Pavilhão dos Descobrimentos,⁷¹ uma grande Esfera dos Descobrimentos, uma Nau Portugal,⁷² um Padrão dos Descobrimentos,⁷³ uma exposição de cartografia portuguesa,⁷⁴ um Pavilhão da Colonização,⁷⁵ além da Secção Colonial (no Jardim do Ultramar).⁷⁶ Na Praça do Império, o Pavilhão Portugueses no Mundo estabelecia a devida articulação com o Estado Novo, legítimo herdeiro da missão civilizadora, num sentido espiritual e material.

Revelando preocupação em garantir um efeito cenográfico impactante, a história era contada combinando objetos e documentos históricos, artísticos ou etnográficos (“a coisa real”) com ideologia e propaganda, através de uma evidente mediação do presente.⁷⁷

Como ficou claro na análise dos eventos comemorativos do último quartel do século XIX, nas comemorações são os evocadores que se consagram a si mesmos.

⁶⁹ Ramos do Ó, 1987: 181,

⁷⁰ Cf. Augusto de Castro, “Prefácio do Catálogo Oficial da Exposição”, em Castro, 1940: 44.

⁷¹ O qual, segundo Augusto de Castro, “encerra a síntese evocativa dum dos maiores factos, não da História Portuguesa, mas da História do Mundo. (...) *A face do Mundo foi então mudada*, A Civilização Mediterrânea transformou-se na Civilização Atlântica. Podemos dizer com orgulho, sem exagero nem ênfase, que *a Europa moderna nasceu aqui*. Os Descobrimentos Portugueses são o facto geográfico mais importante de todos os tempos (...), cf. “Discurso proferido na inauguração do Pavilhão dos Descobrimentos, em 28 de junho de 1940”, cf. Castro, 1940: 89 (itálico meu).

⁷² Uma “ressurreição exata de um galeão das Índias, com mil e trezentas toneladas”, cf. Castro, 1940: 67.

⁷³ “O grito da exposição”, a peça mais importante, verdadeira “escultura da feira”, cf. França, 1980: 38.

⁷⁴ No âmbito do Congresso do Mundo português, apresentada no Mosteiro dos Jerónimos, a exposição reuniu “um conjunto notável de mapas, portulanos e cartas de marear portuguesas do final do século XV e dos séculos XVI e XVII, originais e reproduções, que se encontraram em bibliotecas e arquivos de Estado, museus e coleções privadas da Europa e da América”, cf. João, 1999: 439.

⁷⁵ “A epopeia da colonização segue, a par e passo, nos seus primeiros períodos, a marcha dos descobrimentos. A evangelização e a consulta confundem-se. (...) O génio português não desvendou apenas mundos - o que seria já imenso, *formou-os, moldou-os, educou-os, sobre preservá-los, nacionalizá-los, defendê-los. Soube exercer até ao fim a sua missão paternal* (...)” cf. Augusto de Castro no “Discurso proferido na inauguração do Pavilhão da Colonização, em 1 de julho de 1940”: em Castro, 1940: 106-107 (itálico meu).

⁷⁶ Augusto de Castro é esclarecedor: “A civilização portuguesa é essencialmente uma civilização de “expansão”, grande, sempre que o Destino a integrou na sua função histórica que é muito mais universal que nacional. O nosso génio é um génio de irradiação. Daí provem o nosso cosmopolitismo criador e, porventura, os nossos defeitos domésticos. Fomos sempre muito maiores fora de casa que dentro de casa.” e “Na nova civilização, não continental, mas intercontinental que será a Civilização de amanhã, Portugal volta ao seu destino histórico e geográfico, à universalidade para que a terra o criou e o mar fecundou”, em Castro, 1940: 19 e 70.

⁷⁷ Como destaca Sérgio Lira se, numa lógica positivista e por uma questão de autenticidade da história narrada, se valorizava “a coisa real”, era também comum expor pessoas como objetos (quer estátuas ou retratos de heróis, quer o uso de seres humanos como objetos de exposição), bem como apresentar, simultaneamente, símbolos do orgulho nacional, como a bandeira, o hino, ou alusões ao exército, a Salazar e ao presidente da República. Ou seja, acrescenta o autor, a própria noção de documento e de objeto de museu foi ampliada para incluir peças de propaganda fabricadas especificamente para esse fim, cf. Lira, 2002: 244 - 248. Como colocado por Cunha, 1994: 100 “Na Exposição do Mundo Português (...) o papelão e o estuque permitiram oferecer ao olhar o que as palavras vinham ditando aos ouvidos. A especificidade portuguesa, o brilho da sua história e a projeção do seu futuro tornavam-se presas de um olhar que confirmava o que não se discutia.”.

A EMP constituiu, em suma, um ato de propaganda histórica,⁷⁸ cujo aparato simbólico e discursivo procurou apresentar uma continuidade entre a (gloriosa) história de Portugal e o regime do Estado Novo, ali legitimado e justificado como “ponto de chegada, síntese das sínteses de todos os heróis que moldaram a grei portuguesa”,⁷⁹ em redor do qual se pretendida estimular a unidade e o orgulho nacionais e inflamar emoção sobre o que significa ser português e a sua alta missão no mundo.⁸⁰

Retenha-se, por fim, que a EMP se realizou na zona de Belém, em área objeto de um plano de urbanização recente.⁸¹ Programada para maio, foi inaugurada a 23 de junho de 1940, no Pavilhão de Honra e de Lisboa,⁸² capital do império, sendo os demais pavilhões inaugurados sucessivamente, garantindo o constante acompanhamento da imprensa. Encerrou a 2 de dezembro.⁸³

As Comemorações dos Centenários, realizadas no período de consolidação do regime, foram a mais importante celebração da (memória da) expansão promovida pelo Estado Novo, mas outras se seguiram, como o V Centenário da Descoberta da Guiné (1946), as homenagens a Chaimite e Mouzinho de Albuquerque (1945, 1955), a Restauração de Angola (1948), a ação de São Francisco Xavier (1952) e o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960).

No périplo que se faz sobre os significados da evocação da memória da expansão, as comemorações

⁷⁸ Ramos do Ó, com certa surpresa, sublinha que são os próprios organizadores que afirmam que “as exposições são instrumentos de propaganda” (Augusto de Castro) e, em discursos e entrevistas, revelam, com uma “transparência notável”, que a interpretação da história se assume como interpretação da história, cf. 1987: 178.

⁷⁹ Catroga, 1998: 272.

⁸⁰ “A exposição foi um ‘palco’ para uma ‘performance’, tendo como atores o nacionalismo português, as tradições portuguesas, a história portuguesa, os próprios portugueses e as razões portuguesas de existir. A exposição foi feita para impressionar.”, cf. Lira 2002: 165 (tradução minha). Nesta linha, também Victor Barros (2021), ao analisar as manifestações das Comemorações Centenárias nas colónias, conclui que, não partilhando estas a genealogia histórica e cronológica da metrópole, a evocação ali, em 1940, do passado da Fundação e da Restauração, prosseguiu objetivos de validação do colonialismo e, sob o mito da autoridade histórica, de glorificação de Portugal como potência colonizadora.

⁸¹ Belém, de onde “como em nenhum outro sítio de Portugal, o nosso génio pode dizer-se que dominou os quatro continentes. O Promontório Henriquino abriu-nos a rota do oceano - mas foi nestes cem metros de areia que Portugal se encontrou a si próprio, que fixou o seu destino universal. Foi aqui que se fundou Portugal, pátria de dois mundos”, Augusto de Castro, citado por Ramos do Ó, 1987: 181. A área tinha já sido palco dos Centenários de Camões (1880) e da Índia (1898).

Não há autor que se tenha debruçado sobre a EMP que não teça considerações sobre o simbolismo da sua localização no local mítico do império, cf. Ramos do Ó, 1987: 181; Catroga, 1998: 274; João, 1999: 434; Bethencourt, 2000: 443-444; Almeida, 2005: 117; Power e Sidaway, 2006: 870; Corkill e Almeida, 2009: 388 e 396; Gori, 2018: 702. Além da memória do império, a escolha de Belém contribuía igualmente para a celebração do próprio regime, já que a renovação urbana da área funcionava como uma espécie de ‘jóia da coroa’ do dinamismo urbano e da eficiência do Estado Novo (João e Gori, *cit.*).

Sobre Belém como ‘paisagem cultural’, veja-se o estudo de Peralta (2013) sobre o modo como a zona se transformou num lugar de composição de um complexo de memória pública, onde edifícios e espaços concorrem para a criação de uma conceção ‘glorificada’ da história de Portugal, aproveitada hoje como atração turística.

⁸² De Cristino da Silva, foi considerado o pavilhão mais conseguido de toda a exposição, apresentando uma fusão entre linhas simples e elementos decorativos de inspiração histórica. A principal decoração foi inspirada na Casa dos Bicos (pontas de diamante) e o edifício incluiu janelas que imitam *loggias* renascentistas, bem como baixos-relevos em caravela, cruzes de Cristo, esferas armilares, e legendas em caracteres góticos: “Nós Demos ao Velho Mundo Novos Mundos” e “Somos Pátria e Nação Há Oito Séculos”, cf. Ramos do Ó, 1987, 183. Sobre as críticas, contemporâneas da EMP, deste edifício, ver Acciaiuoli, 1999: 132-136.

⁸³ Uma representativa galeria de fotos panorâmicas da EMP, provenientes de diversos arquivos, está disponível em <https://padraodosdescobrimentos.pt/galeria/exposicao-do-mundo-portugues/>

henriquinas de 1960, programadas desde julho de 1954, de vincado cunho oficial⁸⁴ e realizadas, depois da revisão constitucional de 1951, em período de descolonizações e num momento de incertezas quanto ao futuro do império, merecem uma paragem.

Em primeiro lugar, ainda que, cada vez mais, a renovação da historiografia sobre os descobrimentos, crítica das conceções cruzadísticas, apologéticas e míticas, apontasse para o esmorecimento de comemorações escoradas neste tipo de visão,⁸⁵ os objetivos oficiais permaneceram a exaltação da “grande gesta dos Descobrimentos” e da “ação civilizadora dos Portugueses”,⁸⁶ voltando os discursos oficiais a apoiar-se num - cada vez mais anacrónico - nacionalismo historicista destinado a legítimar uma política de “afirmação ultramarina” em sintonia com a vocação pioneira, missionária e civilizadora da nação, de que o evocado Infante era um modelo exemplar (aliás, comparado com Salazar).^{87 88}

A segunda justificação do particular significado destas comemorações tem que ver com o facto de as mesmas terem ocasionado um momento de reflexão sobre as relações com a Europa. Explica Sérgio Campos Matos que, se o ‘ultramar’ era um dado adquirido, as opiniões sobre as relações com a Europa dividiam-se, enquanto uns negavam *rotundamente* a dimensão europeia de Portugal, como o contra-almirante Sarmiento Rodrigues, para quem era “evidente que nós não somos Europa”,⁸⁹ outros

⁸⁴ Para Catroga (1998: 287), o facto de a comissão organizadora funcionar junto da Presidência do Conselho evidencia o controlo diretamente político desta homenagem.

⁸⁵ Desde o V Centenário da Descoberta da Guiné (1946), o primeiro no pós-guerra, eram debatidas as relações entre o comemoracionismo e a historiografia, cf. Catroga, 1998: 281-282. A reflexão de Vitorino Magalhães Godinho *Dúvidas e problemas acerca de algumas teses de história da expansão* havia sido publicada em 1943 e, desde então, o historiador procurou promover a renovação teórica e metodológica da história da expansão, incitando à exploração dos arquivos, à publicação de fontes e ao conhecimento dos ambientes asiático e africano que permitissem compreender o passado não através de visões simplistas, unilaterais e eurocêtricas, mas à luz de uma história universal e comparativa, recorrendo à sociologia e à psicologia histórica. Sobre a historiografia do autor e suas críticas ao comemoracionismo e usos políticos da história, veja-se Catroga, 1998: 293; Mendes, 1998: 369-376; Bethencourt, 2000: 478; Curto, 2015: 100-101.

⁸⁶ Devendo constituírem “uma lição de vitalidade, de confiança e de otimismo e, simultaneamente, uma confirmação do esforço e da *capacidade realizadora do povo português*. Não estão voltadas para o passado, como mera manifestação de saudosismo histórico, mas serão a demonstração do valor e das possibilidades das gerações de hoje e como que um ato de fé nos destinos da Pátria - bem necessário nesta hora incerta da vida do mundo” (itálico meu), cf. Objetivos expressos em agosto de 1954, citados por Catroga, 1998: 287.

⁸⁷ Cf. Matos, 2008c: 147. Eis os tópicos da imagem idealizada do Infante D. Henrique sistematizados pelo autor a partir de discursos e conferências: i) homem de formação científica, estudioso de astronomia, cartografia e matemática (tradição da Escola de Sagres); ii) autor do plano da Índia, a alcançar por via marítima, para aceder diretamente ao comércio oriental, em prejuízo dos turcos; iii) a conquista de Ceuta teria sido motivada pela ideia de cruzada (a missão histórica de Portugal); iv) imagem romântica do solitário de Sagres; v) iniciador do luso-tropicalismo, nomeadamente nas relações entre os portugueses e os negros da Guiné.

⁸⁸ Deixe-se referido que, tanto Catroga (1998: 289), como João (1999: 598), mencionam a utilização de versos da *Mensagem*, de Fernando Pessoa, na edição oficial do programa das comemorações e fazem notar a importância deste facto no empolamento do mito henriquino.

⁸⁹ Cf. as suas palavras: “A própria Europa se isola cada vez mais de nós. A Europa, praticamente toda a Europa, tinha o seu espírito empenhado na África; hoje tem-no em grande parte comprometido por abdições (...) movimento de retirada, por vezes de abdição, mas sempre com precipitação. A Europa, portanto, está a perder África. Mas é evidente que nós não somos a Europa. Nem agora nem nunca, depois de Quinhentos. Não nos temos, logicamente, de considerar ligados à política da Europa. A Europa continua sendo para nós uma frente. Temos uma parte da nossa vida neste velho continente, é certo. Daqui levámos os valores morais que espalhámos pelo mundo, valores de que seremos, quero crer, os últimos guardiões (...). Mas não somos uma Nação europeia. Somos

sublinhavam a ligação histórica e cultural com a Europa. Para Adriano Moreira, subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, a ‘experiência histórica europeia’ caracterizava a maneira portuguesa de estar no mundo: uma convivência fraternal e não racista com os outros povos, caminho para uma aculturação que seria devidamente proporcionada por um Estado ‘de tipo universal’, como o português, que atuaria em consonância com a política universalista do Infante, o qual, no seu tempo, soubera fazer convergir as razões políticas com as ‘conveniências do cristianismo’, rejeitando uma concepção regionalista da Europa. Para Leite Pinto, ministro da Educação, a maior característica da cultura europeia não adviria da herança greco-romana, da tradição humanista ou dos valores do cristianismo, mas da criação da matemática e da fé no poder técnico, decorrente do método científico. E, se a superioridade da Europa se encontra no poder da ciência, o Infante teve um papel pioneiro, pois com ele ‘a cristandade tornou-se Europa’. Ou seja, como conclui Campos Matos, “de algum modo, Portugal conferiu à Europa a sua essência, já D. Henrique se orientara pela ‘confiança no poder do saber’, e Portugal fora pioneiro no movimento expansionista, alargando o espaço europeu.”⁹⁰

Finalmente, e muito que ver com ‘a maneira portuguesa de estar no mundo’ referida por Adriano Moreira, retenha-se a crescente apropriação, no nacionalismo português, do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre (a singularidade do génio colonizador português caracterizado pela fraternidade, fusão cultural, ausência de preconceito racial e propensão para a mestiçagem, e cujo iniciador havia sido... o Infante D. Henrique!),⁹¹ o que justifica ter Marcos Cardão encontrado números de feição popular em diálogo com representações luso-tropicalistas, no extenso programa destas comemorações henriquinas, “apostadas em substituir as concepções etnocêntricas propostas pela Exposição do Mundo Português por uma *mística luso-cristã de integração*”.⁹²

1.4. A memória da expansão no Portugal democrático no século XX

Depois de 1960, refere Maria Isabel João, os centenários perderam o *élan* e tiveram uma projeção mais limitada, o que terá sido visível na comemoração do nascimento de Vasco da Gama (1969) e de Pedro Álvares Cabral (1968), daí que a autora termine ali a sua investigação, no que considera o princípio do fim da memória e do imaginário nacionalista-imperialista que procurou traçar. Fernando Catroga, por seu turno, estende a sua análise das “ritualizações da história” para o Portugal democrático e propõe-se

igualmente africanos e também asiáticos. Nação essencialmente marítima, que foi sempre acrescentando valores de toda a ordem à herança que a Europa lhe legou”, citado por Matos, 2008c: 153-154 (itálico meu).

⁹⁰ Matos, 2008c: 154.

⁹¹ Segundo Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, 1933), “A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura”, citado por Cardão, 2014: 15 e 48 (nota 23). Sobre luso-tropicalismo, ver Castelo, 1999 e a síntese de Léonard, 2000: 42-44.

⁹² Cardão, 2014: 32. Sobre a “*mística luso-cristã de integração*”, título de um capítulo de um livro de Freyre, ver 27 e 54 (nota 64).

averiguar como é que a consciência democrática, crítica do nacionalismo e do imperialismo-colonialismo, lidou com a herança simbólica dos descobrimentos.

A pertinência desta análise advém, naturalmente, de tudo quanto se começou por dizer em relação à circunstância da memória coletiva ser flexível e mutável e se adaptar às conjunturas políticas e sociais.

Catoga empreende essa tarefa a partir do lançamento, em finais de 1986 - doze anos e meio passados da Revolução e após a adesão à CEE -, da *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses* (CNCDP).⁹³ Também Ramada Curto, ao apreciar as políticas e os usos da memória da expansão no Portugal democrático, inicia a sua análise na CNCDP, não sem antes notar “as grandes consequências” do 25 de abril na organização do campo de especialistas e nas políticas da memória relativas ao passado colonial, traduzidas, nos meios mais progressistas, por um esquecimento, uma recusa em estudar a história da expansão e do império “tal como se este fosse o fator do bloqueio à modernização, e por isso mesmo tivesse que ser condenado ao desprezo”.⁹⁴

Sob um governo PSD, pelo Decreto-lei n.º 391/86, de 22 de novembro, a CNCDP foi criada para assegurar, com carácter de continuidade e sob uma perspectiva uniforme, as comemorações dos descobrimentos portugueses do final do século XV, em particular, os 500 anos sobre a passagem do cabo da Boa Esperança (1487), a chegada à Índia (1498) e a descoberta do Brasil (1500).⁹⁵

As atividades da CNCDP e, mais ainda, a realização, em Portugal, da última exposição universal do século XX - a Expo 98 (Exposição Internacional de Lisboa de 1998), sob o tema “Os oceanos, um património para o futuro” -, constituíram objeto de análise não apenas pelos historiadores acima citados, mas também, como indicado anteriormente, por outros investigadores, os quais, a partir da antropologia, da sociologia e da geografia social, se debruçaram sobre o significado da evocação da memória da expansão nesses eventos.

Logo em 1998, Timoty Sieber (2001), antropólogo, realizou em Lisboa trabalho de campo (*maxime* entrevistas e acompanhamento dos *media*), que lhe permitiu analisar a receção e o impacto da Expo 98, enquanto esforço para re-imaginar e representar a identidade nacional. Concluiu que, além dos inerentes

⁹³ Catoga, 1998: 295-304. No que toca a aspetos formais, o autor não deteta grandes novidades relativamente ao modelo clássico positivista. Manifestações comemorativas, exposições e congressos são, detalhadamente, descritos pelo autor: o Congresso Internacional Bartolomeu Dias (1988), as festas henriquinas (1994), o sexto centenário do Tratado de Tordesilhas (1994), o 450º aniversário da chegada dos portugueses ao Japão (1993) e a (expectativa) da futura comemoração do centenário da viagem de Vasco da Gama e a Expo 98.

⁹⁴ Cf. Curto, 2015: 102-103.

⁹⁵ O diploma foi proposto pelo Ministério da Defesa Nacional. Do seu preâmbulo destacam-se os seguintes parágrafos: “Os descobrimentos de há 500 anos tiveram lugar num momento histórico em que o povo português, ultrapassada grave crise interna e externa, se lançou de forma coesa, sistemática e arrojada na prossecução de novos objetivos cuja realização assegurava a identidade e independência nacional, se inseria na defesa e projeção dos valores cristãos e contribuiu decisivamente para a abertura das vias do comércio internacional. / O carácter científico, a cuidadosa preparação, a definição firme de objetivos e a sua prossecução merecem ser recordados, como projeto de mobilização do todo nacional, pelos Portugueses de hoje, que daí podem extrair valiosos ensinamentos sobre os valores e determinação que permitiram alcançar tão vastos e grandiosos objetivos. / As repercussões profundas que os descobrimentos da era de Quinhentos tiveram na história da Humanidade devem igualmente ser evocadas no contexto das relações com os países para cuja formação e integração universal contribuíram.”

desenvolvimentos urbanos, a evocação da ‘idade de ouro’ serviu para atestar a relevância do passado de Portugal no seu papel, presente e futuro, nas economias emergentes europeias e globais, através da reivindicação de especial *expertise* na intermediação de intercâmbios culturais, especialmente entre Europa, África e Ásia.⁹⁶

Do campo disciplinar da geografia social, Marcus Power e James D. Sidaway (2005) encontraram na Expo 98 reminiscências da linguagem e continuidade com a prática das grandes exposições estado novistas e é a partir da análise daquela exposição que desenvolvem uma acérrima crítica às representações ocidentais de descoberta, centralidade e autoidentidade.⁹⁷

A ligação com o passado é, precisamente, a base do trabalho de doutoramento em sociologia (Universidade de Bristol) de José Carlos Almeida (2005), no qual, com base em documentos históricos, confronta as comemorações públicas de 1940 e de 1998 (enquanto duas ocasiões em que o país se apresenta ao mundo e a si próprio) sob o ponto de vista da sociologia do nacionalismo (e da sociologia do Portugal moderno) e das (mudanças e permanências das) políticas de identidade. O autor conclui que, independentemente do regime, as elites políticas e culturais têm mobilizado repertórios de imagens e símbolos da ‘idade de ouro’ da expansão para integrar os *outros*.⁹⁸

⁹⁶ Para Sieber, a Expo procurou, também, destacar a importância histórica e contínua da cosmopolita Lisboa nesses intercâmbios. O artigo analisa, igualmente, as controversas suscitadas a propósito da substituição de uma narrativa histórica oficial por uma narrativa revisionista “mansa, higienizada e liberal”, desafiada tanto pela direita, como pela esquerda, e igualmente criticada na Índia.

⁹⁷ Muito críticos da Expo 98, Power e Sidaway, defendem que os geógrafos, navegadores e cartógrafos portugueses foram celebrados e homenageados pelo seu papel pioneiro, pelo ‘presente à humanidade’ e pela construção da modernidade europeia e, portanto, ocidental. Ainda que considerem que a Expo 98 foi aproveitada para o país retrabalhar o discurso imperialista no Portugal pós-colonial, o que os autores criticam é a celebração da ‘essência portuguesa e europeia de descoberta e exploração’, como se ser europeu equivalêsse a possuir um espírito especial de descoberta quando, pelo contrário, a expansão envolveu tecnologia e saberes de ‘geografias ocultas’. Para o atestar citam diversos escritos críticos que começaram a reposicionar os exploradores europeus como dependentes de outros, seja reconhecendo o uso pelos capitães portugueses de pilotos locais, seja o conhecimento por aqueles das cartas geográficas construídas pela China da dinastia Míng. Em suma, o que os autores pretendem realçar - que não viram refletido em quaisquer exposições portuguesas - é a presença do ‘não-Occidente’ no coração da aventura ocidental, ou seja, a circunstância do conhecimento e das descobertas geográficas ditas ocidentais terem origens híbridas, o que expõe a natureza de puro mito da ideia de que Portugal ou uma ‘Europa’ - ou o ‘Occidente’ mais amplo - são a fonte privilegiada e a origem única daquele empreendimento. Finalmente, é curioso notar que, para os autores, as narrativas oficiais portuguesas são tão contínua e invariavelmente baseadas na ‘ânsia do mar’ e nas ‘viagens’ dos séculos XV e XVI, que, mesmo a escrever sobre o Portugal pós-colonial, não deixam de citar o diplomata George Ball e o famoso telegrama, dirigido a Kennedy, na década de sessenta, em que terá dito que Portugal era governado por ‘um triunvirato constituído por Vasco da Gama, o Infante D. Henrique (o Navegador), e Salazar’.

⁹⁸ O ponto de partida de José Carlos Almeida é a assunção de que o tema da identidade emerge em circunstâncias históricas particulares, quando a comunidade nacional tem de enfrentar mudanças profundas e novas ameaças, como sucedeu com o 25 de abril, o qual, ao significar o fim de um projeto nacional com cinco séculos, deu origem a um processo de reconstrução e reconciliação da identidade nacional (acentuado com a subsequente integração europeia). Como as comemorações e a organização de grandes exposições constituem importantes ferramentas desse tipo de processos, o autor propôs-se comparar 1940 e 1998 como “símbolos de duas conceções da mesma nação, em tempos diferentes”. Para o autor, a Expo 98 procurou ser um símbolo da visão do Portugal moderno, democrático, liberal e progressivo, tentando combinar a opção europeia, sem perder a sua *atlanticidade*, atento o universalismo e a vocação portuguesa para o diálogo entre os povos. Assim, ambos os regimes procuram a integração dos *outros*: no Estado Novo através do luso-tropicalismo que legitima o colonialismo; nos anos 90 do século XX, através da metáfora do *encontro de culturas* que reconstrói a nação historicamente humanista,

Esta mesma ideia, num âmbito temporal mais alargado, ainda na sociologia, é apresentada por Paulo S. Polanah (2012), quando procura traçar o desenvolvimento histórico e usos político culturais dos descobrimentos portugueses, desde a segunda metade do século XIX até à Expo 98, para ilustrar a a contínua importância daqueles - como verdadeira ideologia nacionalista - na formação da identidade nacional portuguesa, mesmo após o termo do projeto imperial.⁹⁹

Regressando à memória histórica e à historiografia.

Se num estado autoritário o recurso ao passado constituiu um elemento fundamental de propaganda, em democracia esse recurso à história dilui-se, seja porque existe uma maior vigilância das forças políticas na oposição, seja porque a memória coletiva pode agora refletir a emergência de uma pluralidade de juízos na historiografia.¹⁰⁰ Porém, o grau dessa ‘diluição’ varia, assim como varia o que se poderia chamar a resiliência da memória coletiva relativamente à historiografia ‘revisionista’.¹⁰¹

Como, em 1987, no pioneiro colóquio sobre *A Memória da Nação*, Luís Filipe Thomaz e Santos Alves chamaram a atenção - lamentando-o -, “a história ideológica da expansão portuguesa raramente tem sido escrita no passado”, i.e., independentemente dos interesses dominantes do presente da escrita, “escrita ontem em tom de lenda cor-de-rosa, para justificar a colonização, escrita hoje em tom de lenda negra, para justificar a descolonização, continua a mais das vezes a escrever-se no presente.”¹⁰²

Este peso do contexto social e ideológico no presente da escrita historiográfica foi, em 1989, sublinhado por Luís Reis Torgal, o qual, não só questionou o propósito da “agora explosiva preocupação europeia, nomeadamente ibérica, de conhecer - ou, ainda mais, de ‘dar a conhecer’ - os Descobrimientos?”,¹⁰³ como criticou as comemorações então em curso, nas quais, em vez de propósitos

universalista e não racista. Veja-se o artigo Almeida (2004), para uma versão resumida dos principais temas tratados na tese.

⁹⁹ Se, em 1998, a exaltação imperialista de 1940 já não estava presente, a Expo 1998 - que Polanah considera “moderna, mas resilientemente nostálgica” - tentou reviver antigas glórias e conquistas sob o lema de “dar novos mundos ao mundo”, silenciando, porém, a centralidade do colonialismo na identidade nacional. Os descobrimentos ganharam o que o autor chama “um lugar novo-velho”, foram reformulados para ajudar a moldar uma nova identidade europeísta, pós-colonial, pós-imperial, mas a sua centralidade no tema da Expo 98 não deixou de revelar o persistente apego nacional a grande parte da antiga identidade imperial.

¹⁰⁰ Assim, Catroga, 1998: 296; Bethencourt, 2000: 468 e 480. Como colocado por Bebiano, (2019): “a intervenção da História e da memória está permanentemente sujeita aos apetites dos grupos interessados em legitimar programas políticos ou formas incontestadas de autoridade, sendo, por isso, frequentes vezes sujeita a manipulações e a abusos. Porém, em democracia, História e memória devem estar permanentemente sujeitas à crítica e alimentar a diversidade das sociedades democráticas”.

¹⁰¹ Sobre a incapacidade da historiografia - em particular no domínio da questão colonial - em alterar a narrativa identitária da sociedade portuguesa, veja-se Alexandre, 2006.

¹⁰² Thomaz e Alves, 1991: 81.

¹⁰³ “Não se poderá ligar à renovação do ‘europocentrismo’ e do reforço de ‘uma certa conceção de Europa’ (‘Occidental’) e, neste contexto, ao interesse de países como a Espanha e Portugal, recentemente integrados na CEE, se afirmarem como ‘pioneiros do diálogo Norte-Sul’, fazendo valer o peso histórico das relações culturais com as áreas ‘descobertas’, na África e na América, com o correspondente significado que isso poderá vir a ter no jogo de influência dos grandes blocos mundiais?” (Torgal, 1989: 29). O autor exemplifica com a publicação, em 1988, de *Portugal, Pioneiro do Diálogo Norte - Sul*, de Luís Filipe Barreto. A hipótese levantada parece encontrar eco no prefácio do ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, a uma das edições, onde afirma que a publicação “evidencia de forma expressiva a história da Nação Portuguesa, que foi a primeira a estabelecer

essencialmente científicos, afluíam interesses diversos, “por vezes encapotados por uma ‘ideologia da nação’ ou por uma ‘ideologia europeia’ se não mesmo por uma ultrapassada ‘ideologia colonialista’”.¹⁰⁴

Ou pela ideologia do *marketing* ... Como criticou, na alocação inaugural do mencionado colóquio (1987), Vitorino Magalhães Godinho, ao apontar a incapacidade das instituições comunitárias e do Estado em entender e criar uma cultura universal baseada na “capacidade de nos pormos em causa, que é um dos vetores fundamentais da civilização europeia”, obcecadas que estão com a modernização, o *marketing* e o mecenato, “o que é necessário é a publicidade, é o espetáculo. É esse o mundo de hoje. (...) O mundo da publicidade, o mundo do espetáculo multiplica as comemorações, as celebrações, as homenagens, as condecorações. Criam-se novos mitos, engrena-se num ritualismo constante (...) Ressurgem todas as fábulas, abusões e fantasias do passado. Se hoje o mito não é o de Portugal que graças à virgindade do Infante D. Henrique levou o Evangelho a todos os pontos da terra, é o de Portugal que teria criado, pensem bem, a ciência moderna! Ora, neste mundo dos mitos é afinal o ritual o que vale; mas o ritual não respeita os valores fundamentais, é no fundo uma forma de esquecimento.”¹⁰⁵

Em suma, o significado da evocação da memória da expansão nas comemorações finiseculares novecentistas, incluindo a internacional Expo 98, não pode ser apurado sem se atender à (possibilidade de) diversidade de opiniões e à revisão da historiografia.

Daí que se recorra a um testemunho de António Manuel Hespanha,¹⁰⁶ no qual o historiador, vinte anos depois dos acontecimentos, revisita a sua experiência de comissário-geral da CNCDP (1997-2000), um organismo que sempre soube ser “um elemento de política cultural - e, até certo ponto, da diplomacia - dos governos”, tanto do socialista, que o nomeara, como do anterior, um governo social-democrata, cada um fazendo a sua própria leitura dos descobrimentos.^{107 108}

Se se opta por seguir Hespanha é porque permite conjugar o pragmatismo de quem conheceu em profundidade a questão, com a visão distanciada no tempo e crítica de atento historiador.

contactos com os povos do Sul. Antecipando-se nos séculos XV e XVI aos parceiros europeus na descoberta de novas terras e novas gentes, Portugal não se tornou apenas o promotor dos valores religiosos e culturais do Ocidente. Com efeito, se a epopeia dos Descobrimentos Portugueses constituiu o esforço da expansão social e económica de um povo voltado para o mar, ela está também na raiz do espírito universalista, característico da civilização moderna, ao permitir um melhor conhecimento do mundo, a partir dos contactos culturais e étnicos entre as gentes do ‘Norte’ e as do ‘Sul’, cf. Barreto, 1988.

¹⁰⁴ Torgal, 1989: 29 e 36-37.

¹⁰⁵ Comunicação com o sugestivo título “O naufrágio da memória nacional e a Nação no horizonte do *marketing*”, Godinho, 1991, 17-18 (itálico meu). As suas críticas ao comemoracionismo já se tinham feito ouvir em 1940 e 1960, cf. nota 85 e Catroga, 1998: 295-296.

¹⁰⁶ Escrito na sequência da participação no seminário “Descobrimentos, Política, Memória, Historiografia”, organizado pela revista *Práticas da História* em 21 de junho de 2018, cf. Hespanha, 2019.

¹⁰⁷ Na sequência das eleições de 1 de outubro de 1995, tomou posse o XIII GC, cujo primeiro-ministro foi António Guterres. O XII GC havia sido chefiado por Cavaco Silva.

¹⁰⁸ Para Ramada Curto, as orientações da CNCDP foram marcadas pelas personalidades dos comissários: “Vasco Graça Moura (...) assumiu-se acima de tudo como um político interessado em apoiar Cavaco Silva” e “o seu discurso visava projetar nos Descobrimentos os valores de modernização associados ao seu mentor político”; já António Manuel Hespanha “ganhou distância relativamente ao poder político”, tendo a sua passagem ficado marcada “por uma perspetiva mais crítica e antropológica”, cf. Curto, 2015: 103-104.

Explica Hespanha que, para o governo PSD, cujo comissário-geral foi Vasco Graça Moura,¹⁰⁹ escritor e ensaísta, dever-se-ia privilegiar uma versão mais ‘heróica’ e ‘sacralizadora’ da história portuguesa, próxima do luso-tropicalismo. O ‘encontro de culturas’ permitiria subtender aspetos ‘menos amáveis’, sendo dada primazia à “empresa técnica e científica, a aventura da viagem, os esplendores da cultura, tudo envolvido numa linguagem universalista ao gosto destes tempos inaugurais da ‘epopeia da globalização’”.¹¹⁰ Os socialistas “desejavam uma narrativa histórica mais ‘moderna’, que valorizasse mais a inovação, a aurora da modernidade, o diálogo inter-cultural”.

Assim, mal assumiu funções, o novo comissário-geral teve, desde logo, a percepção do seu “espaço estreito de manobra” e do esforço que lhe era solicitado de combinar, por um lado, o compromisso intelectual “com uma história desmitificadora, fiel às fontes, cultivando a pluralidade de leituras e o relativismo dos olhares” e, por outro lado, a resposta a ‘uma encomenda’ de reforço da coesão nacional e de enriquecimento das relações externas.¹¹¹

É certo que este modo pragmático de dividir sensibilidades não reflete as *nuances*, e que é o próprio Hespanha que, mais à frente no seu testemunho, ao discutir a ética das comemorações e ao relatar a polémica gerada em torno da biografia de Vasco da Gama de Sanjay Subrahmanyam e a chamada “Carta dos 98”, considera que o nacionalismo não se abriga exclusivamente à direita e que é largo o espectro político-ideológico dos defensores de comemorativismo acrítico, “incluindo pessoas que se situam à

¹⁰⁹ Em rigor, o primeiro comissário foi um militar, o comandante Serra Brandão, o qual, refere Vakil, terá seguido uma linha nacionalista vincada que obrigou Vasco Graça Moura, seu sucessor, a, imediatamente após assumir o cargo, vir defender que Portugal, ao contrário de outros países, não tinha necessidade de afirmar a sua identidade nacional, pois tinha-a definida há oito séculos, razão pela qual as comemorações portuguesas não teriam que ver com a afirmação da identidade nacional, mas com a fisionomia desta. Para uma análise detalhada e desconstrutora desta afirmação, veja-se Vakil, 1996: 35-37.

¹¹⁰ Como apontado por Hespanha, 1999: 18 (e reproduzido em Hespanha, 2019: 209-210), “A metáfora com que se substituiu a do descobrimento foi a do ‘encontro’. Mas *este tema do ‘encontro de culturas’*, juntamente com o da inovação científica e tecnológica, vêm a tornar-se centrais no novo ciclo comemorativo aberto em 1986. / Portugal, saído havia dez anos de uma situação colonial, *recompunha a sua memória coletiva* de forma a poder torná-la partilhável com o conjunto do mundo lusófono. A imagem identitária de um Portugal ecuménico e moderno era adequada tanto à tarefa de educação cívica pós-colonial, como a este projeto de partilha da memória. / Em si mesma, a ideia de ‘encontro’ é uma ideia neutra. Nada se diz acerca de como foi o encontro, se pacífico, se guerreiro, se igual, se desigual, se benéfico, se prejudicial. Nem muito menos se diz quem ganhou ou perdeu, e o quê, com o evento. Mas a palavra sugere igualdade e bilateralidade e aponta para uma leitura amável da história em que europeus e não europeus se encontram amigavelmente, pondo em comum culturas e aproveitando mutuamente disso. *O carácter desigual, conflitual, frequentemente brutal, dos contactos é discretamente silenciado*. Do mesmo modo, o balanço histórico foi insinuado por expressões de sentido positivo como ‘diálogo de culturas’ e ‘abertura do mundo’. Pelo que sugere, mas, sobretudo, pelo que tenta esconder, esta nova formulação do ‘encontro’ é um expediente retórico bastante mais demagógico do que o anterior.”

¹¹¹ Logo no seu Plano Estratégico, foi apontado o “evidente enviesamento eurocêntrico” da própria expressão ‘descobrimientos’, pois que “sendo descobridores, os portugueses (os europeus) foram também descobertos, dando o mote para a insistência no ‘olhar dos outros’, para a recusa do etnocentrismo e para o descentramento da gesta portuguesa com que o novo comissário-geral tentou orientar as atividades, cf. Hespanha, 2019: 198-203.

Segundo Magalhães Godinho, a substituição de “descoberta” por “encontro” foi sugerida, em 1967, por Gabriel Sánchez de la Cuesta, para aquele historiador uma “peregrina perspectiva” que fez escola e se empenhou em “demolir o conceito de Grandes Descobertas”, já que, de acordo com aquele movimento, “apenas haveria descoberta do ponto de vista da ignorância europeia”. Sobre o significado de “descobrir” e sobre a difusão do termo (bem como do de “descobrimento”) na língua portuguesa, desde finais do século XV, de forma muito mais corrente do que os “conquista” e “conquistador”, veja-se Godinho, 1994.

esquerda e que leem este luso-tropicalismo recondicionado como sinónimo de um humanismo cosmopolita”.¹¹²

O mais interessante, porém, é que, se se atentar nos trabalhos acima referidos, em antropologia, geografia social ou sociologia, que procuraram analisar o significado da evocação dos descobrimentos na Expo 98, estes parecem não distinguir um e outro discurso.

Para os autores, sejam estes mais ou menos críticos do uso da história na Expo 98, as elites portuguesas atualizaram a narrativa sobre ‘a idade de ouro’ e passaram a usar a metáfora do “encontro de culturas”, precisamente para enriquecer as relações do Portugal moderno, democrático e definitivamente europeu com o mundo contemporâneo. Aliás, se se atentar, em especial, no estudo de Power e Sidaway (2005) - no qual a Expo 1998 é utilizada como estudo de caso para provar a necessidade de adoção de perspetivas pós-coloniais críticas que rompam com o eurocentrismo e que permitam apreciar o papel de outras culturas na contribuição ocidental para a construção da modernidade - todo o empenho de Hespanha em *desenviezar* aquilo que os portugueses tinham contribuído para *enviesar* e em insistir num estudo rigoroso e justo das modalidades dos “encontros” e das suas consequências parece ter sido totalmente ignorado.¹¹³

Talvez o “espaço estreito de manobra” de Hespanha não lhe tenha dado oportunidade de atingir plenamente esse objetivo, ou talvez a natureza e a projeção internacional da Expo 98 tenha conduzido os seus organizadores - independentes da CNCDP - a, deixando subentendido o papel português na expansão e na navegação, privilegiar a questão da projeção de uma imagem contemporânea e aberta do país e a sua capacidade em assuntos internacionais.¹¹⁴

¹¹² Hespanha, 2019: 203-207.

¹¹³ Vale a pena atentar no seu editorial da revista *Oceanos* de abril-junho 1998, reproduzido em Hespanha, 2019: 204-205: “Fomos nós, há cerca de 500 anos, que mais contribuímos para modelar aqui a imagem do Oriente. Comerciantes, missionários, viajantes, capitães, homens de letras e homens de ciência, oriundos de Portugal ou levados pelos portugueses, descreveram o Oriente. Como sempre acontece, essa descrição foi unilateral. Foi-o pelo enviesamento próprio de quem vem e vê de fora. Mas foi-o também pelo carácter auto-apologético, ‘imperial’ e ‘de cruzada’ que caracterizou, fundamentalmente, a expansão portuguesa. Não falamos muitas vezes disso. Ou falamos menos disso do que de um alegado natural ecumenismo lusitano. / Mas temos hoje o dever - que se cumpre com atos e não com piedosas, anacrónicas e inúteis desculpas - de tentar revelar o Oriente inabsorvível, incompreensível, indomável, radical e escandalosamente outro que os nossos cronistas não descreveram, que os nossos santos não catequizaram, que os nossos heróis não conquistaram, que os nossos reis não governaram, que os nossos mercadores nunca compraram, que os nossos sábios não entenderam, que os nossos salões não albergaram e que, finalmente, os nossos antropólogos exotizaram. / Afastada a festa, deixada a história em paz, este é o grande desafio moral que se nos coloca. Saber se temos hoje a vontade e a força para corrigir aquilo que os nossos antepassados, com vontade e força, foram enviesando durante quinhentos anos.” Sobre *collective overclaiming* e vias de desenviesamento, ver nota 8.

¹¹⁴ A verdade é que também Catroga, ao advertir para o perigo de releituras acrílicas conducentes a novas apologias, pela substituição do “espírito de cruzada” pelo mito do pioneirismo da modernidade científica e consequente revalorização dos efeitos universalistas dos descobrimentos portugueses, não deixa de apontar que, mesmo depois da saída de Vasco Graça Moura, e “ainda que integrada numa maior sensibilidade no que respeita às descentrações culturais”, essa perspetiva permanece na CNCDP. Se essa ideia da prioridade portuguesa na génese da civilização moderna havia sido sublinhada em 1880 para reforçar a posição portuguesa na partilha imperialista do mundo, e substituída no Estado Novo pelo cruzadismo, “hoje, ela não faz mais sentido”. Com a adesão à CEE e a continentalização das relações políticas económicas, a celebração dos Descobrimentos parecia, antes, ganhar nova utilidade para sustentar, junto dos parceiros europeus, uma posição privilegiada de Portugal no

Esta parece ser a visão que do evento fez Francisco Bethencourt, defendendo que a escolha do tema dos Oceanos constituiu uma “referência inteligente ao passado e ao futuro, tirando proveito simultaneamente da experiência (reconhecida internacionalmente) das navegações dos Portugueses e das pesquisas oceanográficas atuais ligadas aos movimentos ecologistas”, num momento em que “a história é utilizada agora pelo poder democrático como mera referência de *marketing* cultural e turístico, despedido, tanto quanto possível, de carga ideológica, pois funciona apenas como forma de chamar a atenção para um passado reconhecido no outros países, afirmando-se como ponto central *a capacidade de realização dos portugueses* na viragem para o século XXI.”^{115 116}

Como se viu, foi a imagem de ‘renovação’ da reivindicação da relevância universal do génio cultural português, agora para o século XXI, que a generalidade dos investigadores apreendeu da Expo 98, imagem essa que, do que se disse, pareceria até aceitável para os partidos de direita... Porém, na sua data de abertura, a 20 de maio de 1998, PSD e CDS uniram-se, na Assembleia da República, num voto de protesto contra o facto de não se ter valorizado, no quadro daquela, a efeméride dos 500 anos da descoberta do caminho para a Índia, nem realizado comemorações capazes de projetar, nacional e internacionalmente, a figura de Vasco da Gama. O voto foi rejeitado com os vossos do PS e PCP, mas o debate constitui evidência da possibilidade de pensar diferente, naturalmente inexistente ao tempo da EMP.¹¹⁷

diálogo da Europa com a ex-colónias (como se passava com Espanha, então empenhada no Centenário de Colombo e na Exposição Internacional de Sevilha), cf. Catroga, 1998: 300-301 e 303.

¹¹⁵ Cf. Bethencourt, 2000: 450 (itálico meu).

¹¹⁶ António Mega Ferreira (que viria a ser comissário-geral da Expo 98 e ao qual é atribuída a ideia - em finais de oitenta - da exposição internacional como forma de realçar o quinto centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia) afirmou, em 1996, que a exposição destinar-se-ia a “reconciliar os portugueses com a sua capacidade de pensar de forma mais grandiosa do que alguma vez pensaram”, desvalorizando o nacionalismo do regime anterior e explicando que “o que nos interessa na exploração dos oceanos não é evocar a glória dos Descobrimientos portugueses, mas evocar numa escala universal a glória da relação humana com o mar”, citado em Sieber, 2001: 559 (tradução minha).

¹¹⁷ Para José Calçada (PCP), o voto de protesto constituía “uma autêntica máquina do tempo” que, magicamente, tinha permitido o transporte do “Portugal de abril” para “o Portugal de Salazar” e da EMP de 1940. Perante o desconhecimento, por parte do PSD, dos ‘heróis’ da História e a sua insistência no protagonismo de Vasco da Gama, o deputado concluiu citando um verso de Bertolt Brecht: “Alexandre conquistou a Pérsia. Nem levava um cozinheiro com ele?...” António Reis (PS) considerou que o protesto evidenciava deliberada ignorância do que estava a ser feito, decorrente da “oposição ideológica do deputado Ferreira do Amaral (...) à perspetiva histórica que subjaz às comemorações em curso: uma perspetiva aberta e generosamente ecuménica e não tacanha e arrogantemente nacionalista; (...) atenta à complexidade e rigor da história e avessa ao simplismo das efabulações míticas; (...) *que faz do passado uma alavanca para a construção do futuro* e não um espelho para exercícios de fixação narcísica e saudosista”. O deputado do PS conclui a sua intervenção com um ‘contra-ataque’: “Seja como for, uma coisa é certa: o Governo PS está a fazer muitíssimo mais para comemorar o V centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia que o Governo da AD em 1980 para comemorar o V centenário da morte de Camões e que foi praticamente zero. Lembro que há 18 anos o Governo da AD, no seu afã de deitar para o lixo tudo o que o Governo Pintassilgo fizera, prescindiu da comissão criada para preparar essas comemorações e do programa por ela elaborado. Surdo ao nosso protesto neste Plenário, o Governo AD, pura e simplesmente, ignorou o poeta de Os Lusíadas!”. Na defesa do voto de protesto, Carlos Encarnação (PSD) confrontou a “enormíssima dignidade” das celebrações de 1898 e sua realização num ambiente “de grande exaltação patriótica”, com a “excessiva modéstia” das celebrações de 1998 e, em particular, como o facto de que “visitando o pavilhão português da Expo 98 não se descortina uma alusão concreta à descoberta do caminho

Aliás, além da crítica pela *falta* de Vasco da Gama, as atividades da CNCDP e a Expo 98 foram, igualmente, criticadas pela presença *em demasia* de Vasco da Gama e dos descobrimentos. Timothy Sieber relata que, para alguns críticos de esquerda, as novas ‘imagens doces’ dos benignos encontros e intercâmbios culturais proporcionados pelas viagens portuguesas constituíam apenas uma outra versão do luso-tropicalismo, que não só excluía todos os elementos de poder e de conflito sobre o imperialismo, como silenciava a continuada exclusão e exploração das comunidades africanas imigrantes, como então defendido no Colóquio Internacional “Em Tempo de Expo Há Outras Histórias para Contar”, promovido pelas organizações *SOS Racismo* e *Abril em Maio*.¹¹⁸

Em face do exposto, em linhas muitíssimo gerais, pode-se afirmar que, se, no fim do século XIX, a evocação de Camões e dos descobrimentos reivindicavam para Portugal, que abriu a era da civilização atlântica, uma parcela da construção da modernidade, justificando o novo impulso no colonialismo e no império português; em 1940, na EMP, a evocação da “idade de ouro” de Portugal serviu o propósito de celebrar a nação e justificar o regime, legítimo herdeiro da missão civilizadora. E, se em 1960, em período de descolonizações, as comemorações henriquinas procuraram legitimar a política portuguesa de afirmação ultramarina, constituindo “um ato de fé nos destinos da Pátria - bem necessários nesta hora incerta de vida do mundo”; a partir de 1986, no Portugal democrático e plenamente europeu, nas comemorações finisseculares do século XX e Expo 98, independentemente das metáforas de “encontro de culturas” ou “diálogo de culturas” preferidas pelos governantes, a evocação da memória da expansão foi entendida pelos estudiosos como uma renovação da vocação universalista portuguesa, agora para enriquecimento das relações com o mundo contemporâneo do Portugal moderno, democrático e definitivamente europeu.

Em suma, em Portugal, ao longo do tempo, a memória da expansão, assente num figurino de ideias que, com alguns retoques, atravessou ideologias e regimes, foi sendo colocada ao serviço das concepções e necessidades de *cada* presente em que foi evocada, não deixando, porém, de, em *todas* as ocasiões, procurar proporcionar alento aos portugueses, bem como atestar a sua capacidade realizadora.

1.5. E a memória da expansão evocada na Décima Sétima?

É certo que, em 1983, na Décima Sétima, não se estava a ‘comemorar’ - em sentido estrito - o aniversário de qualquer grande homem ou qualquer grande acontecimento. Mas, a verdade é que os descobrimentos foram evocados numa exposição de grande escala e de caráter internacional, organizado pelo Estado e pelo Conselho da Europa e concebida, organizada e realizada num período de consolidação do regime

marítimo para a Índia”. Finalmente, Ferreira Ramos (CDS) criticou a “postura de orgulho calculista sobre factos da nossa História”, revelada nas “comemorações envergonhadas e modestas, discretas e minimalistas”, pois “da nossa parte, como certamente da parte da maioria do povo português, nos orgulhamos de todo o nosso passado e não vemos factos que eventualmente possam parecer criticáveis à luz dos nossos dias, não vemos esses factos com óculos de uma determinada esquerda, que quer hoje fazer a História com toda a vivência que existe hoje.” Cf. Voto n.º 116/VII, no DAR, I Série, n.º 71, 21/05/1998, 21-23.

¹¹⁸ Sieber, 2001: 571-573.

democrático e na expectativa e pendência do processo de adesão à CEE. Justificar-se-ia que fosse aprofundada a leitura do significado desse episódio no contexto do país, então desafiado a repensar a forma como se via a si próprio no mundo.

Porém, os estudiosos da história da memória da expansão não se detiveram naquela, a qual recebeu apenas uma breve referência em obras gerais.

José Augusto França, ao rever a arte nos anos oitenta, considerou que, apesar do ambicioso caráter internacional e do tema aparentemente atrativo, a Décima Sétima “penosamente (e curiosamente) se formulou no espírito nacionalista de anos 40, com grande fracasso de bilheteira - e perdendo-se uma oportunidade de afirmação nacional no quadro europeu em questão, com temáticas mais inéditas (o urbanismo, do Renascimento a Pombal; o retrato, desde Nuno Gonçalves), que foram oficialmente arredadas”. Donde resultou uma realização de “discutível responsabilidade cultural, por falta de entendimento de uma estratégia intelectual”.¹¹⁹

Também Eduarda Dionísio considerou que a Décima Sétima relançou o tema dos descobrimentos numa perspetiva nacionalista, destacando, porém, que foi o evento que marcou a viragem cultural e o reforço de uma vida cultural institucional, o arranque das recuperações de monumentos e a maior atenção conferida aos museus, questões essas que viriam a caracterizar o privilégio conferido ao património na política cultural na década de oitenta.¹²⁰

Finalmente, a *História de Portugal* de José Mattoso, no volume relativo a 1974 - 1985 (Portugal em Transe), coordenado por José Medeiros Ferreira, na análise relativa à evolução cultural e das mentalidades, escrita em colaboração com Cecília Barreira, ao considerar o binómio inovação/tradição, por contraposição à inauguração do Centro de Arte Moderna da FCG, apresenta a Décima Sétima como exemplo da defesa de certos valores tradicionalistas e do renascimento “de uma visão comemorativista da história de Portugal que se acentuou com o decorrer do tempo”, citando as mencionadas leituras do evento feitas por José Augusto França e Eduarda Dionísio. Note-se, porém que, além dessas referências, a imagem que é aqui transmitida é que o *potencial* da exposição seria outro. Com efeito, não só é dito que “a exposição do Conselho da Europa propunha uma tema em ouro para ser realizado por portugueses e em Portugal”, o contributo luso para a expansão ultramarina europeia desde o século XV, como é expressamente referido que “o espírito com que o I Governo Constitucional lançou o projeto de candidatura portuguesa era o de permitir ultrapassar a fixação nos direitos históricos que tinham limitado os estudos e a compreensão do fenómeno para permitir uma leitura mais humana e ecuménica daquela

¹¹⁹ França, [1991] 2000: 69. O autor menciona ainda que a Décima Sétima encontrou contraponto crítico “algo gozoso” na exposição “História trágico-marítima”, na SNBA. Este foi um aspeto por si realçado na imprensa, durante a Décima Sétima, defendendo que aquela exposição da SNBA ocupava o papel crítico que a Pedro - Dacosta desempenhara relativamente à EMP, em 1940, cf. *Diário de Lisboa*, 19/07/1983. Ver nota 54.

¹²⁰ Dionísio: 1994: 474, 477-78.

época.”¹²¹

Ou seja, aparentemente a Décima Sétima, realizada seis-sete anos e sete-oito governos constitucionais depois do lançamento da sua ideia pelo I Governo Constitucional, não respeitou o espírito com que havia sido lançada.

Qual foi, afinal, o seu “espírito”?

¹²¹ Ferreira, 2001: 139. É certo que o coordenador desta História de Portugal é *o historiador*, mas quem mais habilitado para explicar ‘o espírito’ de um projeto internacional do I GC do que o ministro dos Negócios Estrangeiros desse mesmo governo?

PARTE 2

A XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura: Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento

“O facto portentoso do descobrimento e da conquista do Novo Mundo produziu-nos um abalo semelhante ao que sofreu a Europa inteira com o movimento das cruzadas. Desse abalo resultou nas hereditariedades e nos atavismos da nossa raça, na nossa constituição psicológica a mania da *grandeza* ou *megalomania* coletiva, pertencente ao grupo dessas grandes versânicas epidémicas que por vezes desolaram a Europa.”

Ramalho Hortigão ¹²²

2.1. Breve contextualização histórica

Antes da análise do significado da evocação dos descobrimentos na Décima Sétima importa atentar no contexto histórico do período em que esta foi concebida, projetada e realizada e que a distingue dos eventos comemorativos que se veio de referir. Se a diferença face ao regime imediatamente anterior e ao contexto da EMP dispensa qualquer explicação, o que a distingue do ciclo comemorativo iniciado em 1986, depois da adesão à CEE, deve ser sublinhado.

Como se verá, a ideia de realizar uma exposição europeia em Portugal começa a ser discutida no princípio de 1976, durante o VI e último governo provisório, e a Décima Sétima tem lugar no verão de 1983. A cronologia relevante (1976-1983) integra-se, portanto, no mais vasto período do “Portugal em Transe” (1974-1985), na criativa expressão com que Medeiros Ferreira procurou transmitir “a passagem entre o velho e o novo” onde reside a renovação da sociedade portuguesa, um período que, sob uma outra perspetiva, António Telo identifica como o da “consolidação em instabilidade” (1976-1985).¹²³

O *tempo* da Décima Sétima é, assim, um período “de passagem” caracterizado por instabilidade política e governativa, evidenciado não apenas pelos dez governos nesses oito anos, mas também pela luta e guerrilha institucional entre órgãos de soberania, nomeadamente entre o Governo e o presidente

¹²² Texto de maio de 1886, em *As Farpas*, vol. 6, Lisboa: Clássica Editora, 1991, 50.

¹²³ Respetivamente em Ferreira, 1985: 27 (ver também Ferreira 2001: 14) e Telo, 2007.

da República.¹²⁴ Ademais, pese embora a aprovação da Constituição em abril de 1976, ainda se vive num período de institucionalização e estabilização do regime democrático, sendo o Conselho da Revolução - um órgão não democrático e de natureza militar -, apenas suprimido na revisão constitucional de setembro de 1982.¹²⁵ Do ponto de vista económico e financeiro, num período de recessão mundial, o clima é de austeridade, pois o país atravessa uma muito grave crise, que, além da celebração de protocolos financeiros com a CEE e a receção de apoios do Conselho da Europa, conduz à intervenção do FMI em 1978 e em 1983. Além disso, quando, em 1976, é equacionada a ideia da realização de uma exposição europeia de arte, sob os auspícios do Conselho da Europa, não só a descolonização (ou o chamado fim do “ciclo imperial”) era um evento recente, como o era a assunção unívoca da “opção europeia”. Após as primeiras eleições parlamentares, o I Governo Constitucional, um governo minoritário socialista, pôs termo às hesitações e à indefinição estratégica do “período revolucionário”, decidindo-se pela viragem de Portugal na direção da Europa, um projeto que, enquanto visava a modernização e o desenvolvimento económico, servia, sobretudo, o propósito político de consolidação do regime democrático pluralista, civilista e ocidental.¹²⁶

Neste período, já não há império, os discursos e propostas terceiro-mundista haviam ficado para trás, mas Portugal ainda não é Europa e, por isso, o regresso do país às fronteiras continentais é um fator que espoleta a questão da *identidade nacional*.¹²⁷

Se já o Programa do I Governo Constitucional fazia a ligação entre a crise profunda em que o país vivia e a questão da “identidade nacional - Portugal reduzido aos seus limites europeus”,¹²⁸ o certo é

¹²⁴ Para uma caracterização geral deste período, ver Ferreira, 2001 e Telo, 2007. Para uma súmula, com enfoque na instabilidade política, ver Belchior, 2016. Entre o surgimento da ideia da realização de uma exposição europeia em Portugal e o encerramento da Décima Sétima (1976-1983), houve dez governos, sete diferentes primeiros-ministros, dez ministros dos Negócios Estrangeiros, oito responsáveis pela Cultura e três embaixadores junto do Conselho da Europa.

¹²⁵ A questão não é despicienda. Tiago Moreira de Sá apesar de, na sua investigação, ter balizado em 1976 o final do período da transição para a democracia em Portugal, cita Juan Linz e Alfred Stepan como exemplo de autores que consideram que esse processo só se completou com a revisão constitucional de 1982, quando foram removidos os elementos não democráticos do texto fundamental e extinto o Conselho da Revolução, cessando “a tutela militar sobre o regime democrático”, cf. Moreira de Sá, 2009, 42.

Por seu turno, Pinto Balsemão sublinha a ligação entre o empenho dos governos em que foi primeiro-ministro (1981-1983) nas negociações com a CEE e a alteração constitucional já que “a adesão como membro de pleno direito obrigava a rever a Constituição. Ou seja: a CEE não aceitaria Portugal se não fosse corrigida a anomalia democrática da tutela militar exercida por um Conselho da Revolução”, cf. Balsemão, 2013.

¹²⁶ Veja-se, por exemplo, Bruneau, 1982; Sousa, 1985; Magone, 1998; Martins, 2005; Pires, 1991; Pinto e Teixeira, 2005; Pridham, 2005.

¹²⁷ José Carlos Almeida, sociólogo, cujo trabalho foi referido a propósito do confronto entre as comemorações de 1940 e 1998, não parece ter dúvidas de que, com o 25 de abril, a comunidade nacional enfrentou mudanças profundas que deram origem a um processo de reconstrução e reconciliação da identidade nacional (posteriormente acentuadas com a integração europeia), cf. Almeida, 2005. Para uma análise histórica da evolução do tema da identidade nacional portuguesa, sua reconfiguração e sentidos, em particular no discurso político, entre 1974 e 2004, veja-se Vakil, 2006.

¹²⁸ Sobre o debate parlamentar em que o programa do I GC foi discutido, no qual Sá Carneiro afirma que, ainda que haja uma série e grave crise nacional, não há crise de identidade, “porque o povo português, juntamente com as forças democráticas, soube preservar a sua identidade nacional”, e Mário Soares se escusa a analisar o problema, que classifica “como um tanto metafísico”, veja-se Vakil, 2006. No programa do II GC, o país continua “envolvido num processo de afirmação da sua nova maneira de estar no mundo e de redescoberta da sua vocação nacional”.

que, ao comunicar à Assembleia da República, em março de 1977, a projetada adesão à CEE, Mário Soares defendeu, precisamente, que o pedido se inseria “não só na *busca de uma nova identidade nacional, que a descolonização tornara urgente*, mas também na necessidade de apresentar ao País um projeto verdadeiramente nacional, que simultaneamente permitisse *situar Portugal no espaço político, geográfico, económico e social a que, por direito próprio, pertencia*. (...) Somos um país europeu, e grande parte do nosso passado e seguramente do nosso futuro está na Europa”. Ou, noutra passagem, “feita a descolonização - cujos reflexos transcendentais no nosso viver coletivo continuam a fazer-se sentir -, Portugal, regressando às suas fronteiras europeias, *reassume a sua verdadeira identidade na integração europeia*, onde melhor se realçarão as nossas potencialidades nacionais, sem esquecer a vocação universalista e africana”.¹²⁹

Após apresentação do pedido de adesão à CEE, em março de 1977, as negociações, inicialmente estimadas em três anos, concluem-se oito anos depois.¹³⁰ Durante esse longo período, enquanto “como numa estrada, enlameada, as rodas do nosso carro europeu patinam sem avançar”,¹³¹ o acelerar das negociações assumiu um lugar central no discurso oficial de todos os governos e a classe política exaltou, como nunca antes, o “destino” europeu de Portugal.^{132 133}

Por seu turno, Pinto Balsemão, primeiro-ministro entre janeiro de 1981 e junho de 1983, a escrever, nos anos oitenta, é perentório em afirmar que, em 1974/75, o país entrou numa crise de identidade nacional profunda que resultou, em parte, da ausência repentina de uma clara definição do papel de Portugal no mundo ou, por outras palavras, de um desafio externo. Balsemão não deixa, contudo, de reconhecer a existência de vários sentidos de ‘identidade nacional’ e, assim, o que procura deixar claro é, independentemente do enquadramento terminológico, a existência de um sentimento generalizado de que, com a revolução e a descolonização, Portugal entrou num novo ciclo da sua história, necessitando de redefinir o seu papel, tanto externa como internamente. Não estando essa redefinição ainda feita, considera correto chamar a situação “uma situação histórica de crise”, cf. Balsemão, 1986: 197 e 226-227 (nota 1).

¹²⁹ Comunicação do primeiro-ministro sobre a projetada adesão à CEE, em DAR, I legislatura, 1ª Sessão Legislativa (1977), 18-03-1977, 3013-3016 (itálico meu).

¹³⁰ Estimativa no Programa do I GC. A adesão foi apresentada a 28 de março de 1977, o início solene das negociações ocorreu a 7 de outubro de 1978 e o encerramento oficial a 29 de Março de 1985, ou seja, seis anos e seis meses. Datas indicadas por Jaima Gama, o qual acrescenta que as negociações envolveram vinte e sete sessões a nível ministerial e trinta e uma a nível de suplentes, cf. Gama, 1994.

¹³¹ A expressão é de Amaro da Costa, num “Editorial”, de fevereiro de 1979, de um número da *Democracia e Liberdade* dedicado ao processo de integração europeia.

¹³² Vejam-se os Programas de Governo. Atente-se também, por exemplo, na intervenção de Sá Carneiro na Assembleia da República, a 10/2/1977, quando defendeu que o pedido de adesão se tratava de “um projeto nacional, não de uma opção partidária. (...) Regressamos, ao fim de cinco séculos, às nossas fronteiras do século XV. Encontramo-nos, ao fim de cinco séculos, connosco próprios, com o nosso território europeu. *Encaminhando-nos para a Europa correspondemos ao nosso destino histórico*”, cf. Carneiro, s.d. 1989?: 321.

Outro exemplo deste discurso, agora em publicações ligadas ao CDS, são os artigos publicados na *Democracia e Liberdade*, em fevereiro de 1979 (por exemplo, aquele em que Borges de Macedo demonstra a existência nos portugueses de “um sentido de consciência europeia” ou um outro em que Lencastre da Veiga exorta que “somos europeus tanto quanto o fomos e ao cruzarmos os mares levávamos afinal a outros povos a mensagem cultural que brotava do pensamento europeu”) ou nos *Cadernos Europeus - Porque vamos entrar para a CEE*, de 1983, em cujo “editorial” Fausto de Quadros explica como Portugal, ao ter que escolher um novo destino, “optou naturalmente pela Europa - Europa a que, como este livro demonstrará, *nunca deixou de pertencer*, mas na qual quer agora participar de corpo inteiro.” Uma das razões apontada nos *Cadernos Europeus* para a adesão à CEE é, precisamente, a necessidade de resolver “a crise de identidade nacional”.

¹³³ Andando a Europa “quotidianamente nas primeiras páginas dos jornais”, e sendo “oferecida aos portugueses como uma espécie de panaceia capaz de curar todos os males que tão profundamente afetam o Ser nacional”

É certo que os problemas de *identidade nacional*, tal como invocados no discurso político, pareciam reconduzir-se, afinal, à mais circunscrita questão da contração geográfica, e que, como referido por alguns autores, pode até não ter emergido uma ‘crise de identidade’ em sentido próprio.¹³⁴ Porém, não é possível passar ao lado da constatação de que, no *tempo* da Décima Sétima, num cenário de “um passado que ruiu e um futuro que anda não se definiu de maneira cabal”, como colocado por Maria de Lourdes Belchior,¹³⁵ a teorização sobre a demanda de *identidade nacional* foi uma constante na reflexão das elites intelectuais.

As observações sobre “o irrealismo prodigioso” da imagem que os portugueses fazem de si mesmos, apontadas por Eduardo Lourenço em *O Labirinto da Saudade - Psicanálise Mítica do Destino Português* (1978); o “projeto-esperança” proposto no *Repensar Portugal* de Manuel Antunes (1979); ou os escritos de José Fernandes Fafe em que este, não só assume a crise de identidade de Portugal, como a considera natural e saudável (1982) são, talvez, as obras sobre a temática, escritas neste período, mais conhecidas e comentadas.¹³⁶

Mas, a par destas, houve muitos outros autores que, na época, retomaram o tema. Por exemplo, em 1980, Teresa Bernardino, sintomaticamente na revista *Nação e Defesa*, teorizou sobre a necessidade de regeneração e adaptação do conceito de *patriotismo* à nova conjuntura, única forma de lhe consignar “a

(Cunha, 1981: 97), o tema foi também, na época, objeto de estudos diversos. Exemplos são, por exemplo, a publicação, por Martim de Albuquerque, em 1980, do *Primeiro Ensaio sobre a História da “Ideia de Europa” no Pensamento Português*. Neste o autor ausculta a história portuguesa para apurar como se desenhou, em Portugal, a consciência da Europa e em que termos essa linha ideológica poderia ser vantajosamente utilizada, sem negação da personalidade histórica portuguesa, ou seja pondo “em evidência pela História, e no que respeita a Portugal, que a *ideia de Europa*, superando a de *Nação*, não se apresenta incompatível com ela. (...) Pelo contrário, a ideia de *Europa* articula-se na nossa história com a ideia de *Nação* e é apta a dar-lhe um significado que talvez agora esteja faltando a esta.” No seu périplo, o autor realça os *descobrimientos geográficos*, como uma das linhas de força na construção da ideia da Europa, atento o “choque do *eu* dos habitantes da Europa com o *não-eu* das novas raças trazidas à luz pela revolução geográfica” e, entre outros, analisa a consciência europeia nos humanistas portugueses e em autores que revelam como os descobrimientos contribuíram para formar aquela mesma consciência continental através do contraste ou oposição com as raças exóticas, cf. Albuquerque, 1980, citação a pp. 13-14. Também Joaquim da Silva Cunha se propôs, em 1981, refletir sobre a ideia de Europa e a relação de Portugal com esta. O ex ministro do ultramar e da defesa apresenta Portugal como um país europeu, não só participante na definição da cultura europeia, mas também veículo da sua expansão, tendo sido “*o país que mais amplamente difundiu o espírito da velha Europa a um nível que nem a Espanha com a grandeza da sua Hispanid jamais alcançou*”. O autor nota ainda a distinção apresentada, no quadro geral da história universal, pelo historiador inglês Arnold Toynbee, entre uma fase ante-gâmica e outra post-gâmica, para concluir que a ligação direta entre a Europa e o Oriente não só abriu novos caminhos à expansão europeia, por implicar uma verdadeira revolução económica, como “definiu, política e culturalmente, a primeira hegemonia mundial de um povo nos tempos modernos”.

¹³⁴ Assim, Nuno Monteiro e Costa Pinto, 2000: 242 e Costa Pinto e Severiano Teixeira, 2005: 41. Essa perspectiva é sufragada nos resultados do inquérito “Nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa atual”, encomendado, em 1987, pelo Instituto da Defesa Nacional ao ICS, em atenção i) à descolonização e a discussão que suscitou sobre a identidade nacional, ii) ao processo de integração europeia, com o horizonte da criação de um novo espaço europeu, e iii) ao projeto de regionalização. Segundo Braga da Cruz, os resultados do inquérito revelam que não existia em Portugal qualquer crise de identidade nacional, cf. Cruz, 1989.

¹³⁵ Cf. Belchior, 1983a.

¹³⁶ Lourenço, 1978; Antunes, 1978; Fafe, 1993 (onde se re-publica “A questão da crise da identidade nacional”, de julho 1982, “Da psicologia à psico histórica”, de setembro de 1982 e “Crise de identidade não é doença de identidade”, de dezembro de 1983).

dimensão definidora dessa tão discutida identidade nacional”.¹³⁷ Na mesma revista, atento o interesse da matéria “no estudo e na preparação da defesa nacional”, em 1982, um ensaio de Maria de Lourdes Belchior analisa o “caráter nacional”, procurando elementos característicos do *modo português de ser e estar no mundo* em textos de ensaístas, escritos e poetas portugueses.^{138 139}

Em 1981, também Vitorino Magalhães Godinho, no encerramento de um seminário para professores, acusando a “crise recente” provocada pelo fim do império, império “que parecia inerente à definição de Portugal e dos portugueses”, contribuiu para esta reflexão, ao questionar “qual o Portugal possível no mundo de hoje”.¹⁴⁰ Magalhães Godinho é, igualmente, um dos autores da obra coletiva *Camões e a Identidade Nacional*, publicada em 1983, pela INCM, que junta as intervenções proferidas, no dia 10 de junho, entre 1977 e 1982, por um conjunto de figuras de relevo nacional, permitindo conhecer textos que “ficaram a demarcar uma específica (embora diversificada) visão da realidade nacional portuguesa em tempos de difícil construção duma democracia”, como mencionou, na época, Álvaro Salema, na *Colóquio/Letras*.¹⁴¹

Finalmente, registre-se que, logo após a realização da Décima Sétima, a identidade nacional é também a temática escolhida para o *inquérito* do primeiro número da revista *Prelo*, da INCM, em outubro de 1983 (cujo segundo tema de capa é a expansão), escolha justificada pelo facto de, apesar de o tema ter, nesses últimos anos, propiciado frequentemente “matéria para discursos oficiais, investigações em alguns campos do saber e e desafios, mais ou menos enfáticos, de pessoas ligadas aos mais diversos domínios da vida pública” e de ter sido um lugar-comum da retórica dominante, não existir

¹³⁷ “Regressados de novo à pequena Pátria Lusitana, dimensionamo-nos ainda nas ilhas atlânticas no Brasil e na ex-África portuguesa, onde deixámos a nossa língua, a nossa cultura, os nossos costumes a marcar a sua história e no mundo que os nossos emigrantes ajudam a construir. É com esse carácter universalista de Portugal que podemos vislumbrar a nossa pátria, projetada no mundo e ao seu serviço realizando pela cultura, pela variedade das experiências e pela vontade dos seus cidadãos a sua ancestral missão de unificar povos tão diversos e distantes.”, cf. Bernardino, 1980: 101 (itálico meu).

¹³⁸ Belchior, 1982. Da autora, ver também os artigos, publicados em *A Capital*: “Como subsistir como povo autónomo” (11/03/1983), “Consciência de crise e demanda de identidade” (18/03/1983), “Portugal: O Labirinto da Saudade” (8/04/1983) e “Repensar Portugal” (15/04/1983).

¹³⁹ A propósito da Defesa Nacional, note-se que a ideia de “crise de identidade nacional” decorrente da amputação, em ano e meio, de 95% do “território sob a sua soberania e há séculos integrado nos seus circuitos vitais” é expressamente manifestada pela *Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974)*, criada pelo Estado-Maior do Exército, no início de 1980, durante o governo Sá Carneiro. Sobre o primeiro estudo apresentado por esta Comissão, em 1988, e o discurso revisionista sobre a temática colonial nele subjacente, veja-se Loff, 1996: 86-90.

¹⁴⁰ Godinho, 1982.

¹⁴¹ *Colóquio/Letras*, n.º 75, set. 1983, 90. A compilação inclui intervenções de Virgílio Ferreira (1977), Jorge de Sena (1977), Fernando Namora (1978), Vitorino Magalhães Godinho (1979), David Mourão Ferreira (1980), Eduardo Lourenço (1980), Agustina Bessa Luís (1981) e José de Azeredo Perdigão (1982). Como explica Eduarda Dionísio, com o I GC “inaugura-se um novo modelo de 10 de junho que recupera o conceito de Pátria com um passado glorioso”, em que “a cultura oficial produz discursos e comemorações, distribui condecorações e cargos, preocupada em reatar tradições interrompidas com o 25 de abril e contentar a direita”, cf. Dionísio, 1994: 466. Esclarece-se, porém, que se o I GC determinou que o dia de Camões passasse a ser dedicado às comunidades portuguesas, foi o II GC que determinou que o Dia de Portugal passasse a ser celebrado a 10 de junho, pois “o dia 10 de Junho, Dia de Camões e das Comunidades, melhor do que nenhum outro, reúne o simbolismo necessário à representação do Dia de Portugal. Nele se aglutinam em harmoniosa síntese a Nação Portuguesa, as comunidades lusitanas espalhadas pelo Mundo e a emblemática figura do épico genial”, cf. Decreto-Lei n.º 39-B/78, de 2 de março.

unanimidade na sua interpretação. Jorge Borges de Macedo, José Augusto França e Eduardo Lourenço são os autores que respondem às questões colocadas.¹⁴²

E, em 1984, no número 2 da mesma revista, o tema é revisitado por José Fernandes Fafe (em “Reflexões sobre ‘a crise da identidade nacional’”). O autor, reconhecendo que “os novos mundos que demos ao Mundo o Mundo os levou” e que “ficámos de mãos vazias, ao esgotar-se um projeto fundamental que desde o século XV nos afumava”, assume a existência de uma “crise *chapada* de identidade”.^{143 144}

Em síntese, como se verá, na atenção que (não) lhe foi dada (sobrepunham-se questões governamentais, políticas e partidárias, uma revisão constitucional e uma grave crise social, económica e financeira), na excessiva tónica ‘europeia’ (o longo processo de adesão à CEE estava em curso e a Europa andava quotidianamente nas primeiras páginas dos jornais) e na insistência num discurso de reconstrução da identidade nacional no fim do ‘ciclo do império’, a Décima Sétima reflete a sua própria conjuntura histórica que nada tem que ver com a segunda parte dos anos oitenta - quando a CNCDP foi criada - nos quais a democracia pluralista está consolidada, o governo de Cavaco Silva dispõe de maioria parlamentar que assegura estabilidade governativa, existe paz institucional com o presidente da República Mário Soares, em primeiro mandato, e chegam os fundos comunitários proporcionados pela - finalmente - consumada adesão à CEE.

2.2. Conselho da Europa. *Convenção Cultural Europeia. Exposições Europeias de Arte.*

O Conselho da Europa, cujo Tratado-Estatutos foi assinado em Londres a 5 de maio de 1949, foi a primeira organização política intergovernamental criada na Europa Ocidental, constituindo um primeiro resultado da consciencialização política europeia, a que se seguiram, numa perspetiva de maior integração, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951) e a Comunidade Económica Europeia, a qual criou um mercado comum entre os Estados signatários (1957).¹⁴⁵

Instituído após a II Guerra Mundial, e num período de emergência da Guerra Fria que convidava os

¹⁴² Cf. *Prelo*, 1, out-dez, 1983. Curiosamente, o primeiro ilustra o texto com uma imagem do astrolábio símbolo da Décima Sétima (onde colaborou) e o segundo crítica o país proposto nessa mesma Exposição.

¹⁴³ Fafe, 1984.

¹⁴⁴ Como também se viu na primeira parte, as “crises” de identidade portuguesa não são uma novidade do pós 25 de abril. Sobre a necessidade de combater a imagem arquetípica de Portugal como “país problema”, sugerindo “desportugalizar” Portugal, veja-se Cardina, 2012. Numa perspetiva similar, adotando uma abordagem multidisciplinar para enquadrar o Portugal moderno, “desnaturalizando” as Histórias de Portugal lineares “constantemente em busca da identidade e destino do país” e colocando o foco da análise na criação (*making of*) de situações políticas e circunstâncias sociais de modo a desfazer (*unmake*) as dramatizações de identidade, veja-se Trindade, 2013.

¹⁴⁵ Sobre o *Comité Internacional de Coordenação dos Movimentos para a União Europeia*, o *Congresso da Europa* e o *Movimento Europeu*, que antecederam o Tratado, veja-se *Portugal no Conselho da Europa*, 1976. Para uma reflexão sobre as modificações da consciência europeia ao longo dos séculos XIX e XX, com uma síntese do contributo de figuras destacadas da sua *intelligensia*, considerados os pioneiros, promotores e dinamizadores das ideias e dos modelos dos “Estados Unidos da Europa”, veja-se Tavares Ribeiro, 2009.

países europeus a um posicionamento conjunto,¹⁴⁶ o objetivo do Conselho da Europa foi o de alcançar uma união mais estreita entre os estados europeus, através da promoção da democracia e da salvaguarda do Estado de direito e dos direitos humanos. Este propósito seria prosseguido através do debate de questões de interesse comum, da celebração de acordos e da adoção de uma ação comum nos domínios económico, social, cultural, científico, jurídico e administrativo.

A pedra angular da estrutura era a *Convenção Europeia dos Direitos do Homem (1950)*. Porém, não bastaria definir e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais. A cada indivíduo deveriam, igualmente, ser asseguradas oportunidades de auto-enriquecimento, desempenhando a cultura e a educação um papel determinante.¹⁴⁷ A plena consciência disso por parte do Conselho da Europa refletiu-se no estabelecimento, apenas cinco anos após a sua fundação, de um sistema de cooperação cuja base jurídica é a *Convenção Cultural Europeia (1954)*, uma segunda pedra angular da estrutura, destinada a promover a compreensão mútua através de uma política comum de salvaguarda e fomento da cultura europeia, estimulando o contributo nacional para o património cultural comum da Europa e incentivando o estudo recíproco das línguas, história e civilização.¹⁴⁸

Esta fé na inalienabilidade e na importância da cultura europeia como instrumento para, independentemente de divergências na esfera política, reconciliar os Estados europeus levou ainda a, num gesto temerário, ter sido prevista a possibilidade de adesão àquela Convenção por *todos* os estados europeus, democráticos ou não.¹⁴⁹

A *Convenção Cultural Europeia* tem efeito prático através de dois instrumentos operacionais: o Conselho de Cooperação Cultural (CCC) e o Fundo Cultural.

Criado em 1962, o CCC foi incumbido de coordenar e executar o programa cultural do Conselho da Europa, não só ajudando os países aderentes à *Convenção Cultural* a melhor atender às suas necessidades culturais, como sensibilizando os seus habitantes para a interdependência cultural no seio da família europeia de nações. Foi, assim, o primeiro e único organismo intergovernamental europeu preocupado exclusivamente com a cooperação cultural no sentido mais lato: o do desenvolvimento

¹⁴⁶ Sobre a ligação entre a Guerra Fria e os esforços de integração Europeia, evidenciando os momentos em que o peso daquela teve, mais ou menos, impacto neste outro fenómeno, veja-se Schwabe, 2001.

¹⁴⁷ Ver discurso do secretário-geral Franz Karasek, no 20.º aniversário do CDCC, junho de 1982, cf. Arquivo CE: Addendum to CM (82) 137/ CDCC (82) 35.

¹⁴⁸ A *Convenção Cultural Europeia* foi adotada em 19 de dezembro de 1954 em Paris e entrou em vigor em 5 de maio de 1955, cf. <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/european-cultural-convention>.

¹⁴⁹ Ainda hoje a *Convenção Cultural Europeia*, com afirma Oliveira Martins - que foi presidente do comité de redação, do Conselho da Europa, da *Convenção de Faro sobre o Valor do Património Cultural na Sociedade Contemporânea (2005)* - continua a ser “uma referência fundamental quando falamos de património cultural”, constituindo “a base constitucional de uma vida cultural aberta, livre e criativa, centrada na promoção dos ideais e princípios que correspondem a um património cultural comum”, cf. Martins, 2020: 16. A questão, aliás, vem de longe. Tavares Ribeiro realça como a Europa da cultura precedeu, em larga escala, a organização política: “a Europa da cristandade, dos mosteiros, das universidades, das Luzes era mais unida culturalmente, se comparada, a partir de finais do século XVIII, à Europa dos Estados-Nação, a qual veio fragmentar e, por vezes, comprometer a ‘consciência europeia’”, cf. Tavares Ribeiro, 2017: 37.

cultural e da educação permanente.¹⁵⁰

No final dos anos setenta do século XX, em resposta ao apelo do Comité de Ministros à racionalização estrutural nos sectores da educação e da cultura, o CCC passou a constituir um comité de direcção (*steering committee*). O nome Conselho de Cooperação Cultural foi mantido (sendo a sigla alterada para CDCC), mas foram reformuladas as suas estruturas e métodos de trabalho.

Apesar do principal impulso do CCC ser a troca de ideias, a partilha de experiências e a realização de projetos conjuntos (como as conferências de ministros), o Conselho da Europa sentiu, desde o início, necessidade de celebrar a cultura europeia *de forma tangível* e envolver o interesse e o apoio do público, concebendo para esse fim uma série de *exposições* de grande arte europeia.¹⁵¹

Revelando cooperação e empenho intensos, a primeira exposição europeia de arte abriu em Bruxelas, a 16 de dezembro de 1954, três dias *antes* da assinatura da *Convenção*. O tema foi o humanismo, o qual, na opinião de David Mardell, coordenador das exposições europeias de arte entre 1979-2000, não poderia ter sido mais bem escolhido: “pois o humanismo é seguramente a base do que é a Europa e do que a Europa deseja partilhar com o resto da humanidade. Ninguém, independentemente da origem, raça ou religião, que adere a esta filosofia da igual dignidade de cada ser humano, é um estranho na Europa, e é isso, mais do que quaisquer fronteiras míticas, históricas ou políticas questionáveis, que define a essência da Europa”.¹⁵²

O objetivo original das exposições, explica David Mardell, era demonstrar a unidade da arte europeia e, assim, fortalecer a noção de pertença a uma ampla cultura europeia que transcende sentimentos nacionais, numa conceção política em estreita ligação com o período da Guerra Fria na qual a série de exposições nascera. Mais tarde, porém, continua o autor - no prefácio de um livro de 2005 que celebra o 50.º aniversário da primeira exposição -, foram os principais museus que propuseram que o objetivo deveria ser simplesmente “aumentar o conhecimento e a apreciação da arte europeia”, como uma das mais altas expressões da cultura e valores comuns da Europa.¹⁵³

Com efeito, os *Princípios Gerais das Exposições Europeias de Arte (1976)* estabelecem como objetivo de estas “evidenciar a universalidade do espírito europeu e a comunidade do património artístico da Europa através dos séculos, ilustrando as épocas altas da cultura europeia”, como a Europa bizantina, romana, gótica, humanista, clássica, romântica e contemporânea.¹⁵⁴ Porém, nas *Linhas Diretrizes relativas à Organização das Exposições Europeias de Arte (1981)*, adotadas em 1981, já se refere que o seu objetivo é apenas “ilustrar aspetos importantes da arte, da cultura e da história da Europa

¹⁵⁰ Criado em 1 de janeiro de 1962, substituiu o Comité de Peritos Culturais (1950) e o Conselho Administrativo do Fundo Cultural (1959), cf. Discurso do presidente do CDCC, Raymond Weber, no 20.º aniversário do CDCC, junho de 1982, em Arquivo CE: Addendum to CM(82) 137/ CDCC (82) 35.

¹⁵¹ Mardell, 2004: 6-7.

¹⁵² Mardell, 2004: 9-10 (tradução minha).

¹⁵³ Mardell, 2004: 7 (tradução minha).

¹⁵⁴ Documento do Conselho da Europa CCC/DC (76) 23, “*Principes Généraux des Expositions Européennes d’Art*”, em PT/TT/SEC-GAB 2/001/0492, fls. 214-220 (tradução minha).

para tornar o património cultural europeu mais conhecido e apreciado”.^{155 156}

Até à Décima Sétima haviam sido realizadas as seguintes exposições: I. 1954, Bruxelas: A Europa Humanista; II. 1955, Amsterdão: O Triunfo do Maneirismo de Miguel Angelo e Greco; III. 1956, Roma: O Século XVII na Europa: realismo, classicismo e barroco; IV. 1958, Munique: O Século do Rococo; V. 1959, Londres: O Movimento Romântico; VI. 1960, Paris: As Fontes do século XX - As artes na Europa de 1889 a 1914; VII. 1961, Barcelona e Santiago de Compostela: A Arte Românica; VIII. 1962, Viena: A Arte Europeia cerca de 1400; IX. 1964, Atenas: A Arte Bizantina; X. 1965, Aix-La-Chapelle: Carlos Magno - obra, influência e permanência; XI. 1966, Estocolmo: A Rainha Cristina da Suécia e o seu tempo; XII. 1968, Paris: A Europa Gótica; XIII. 1970, La Valetta: A Ordem de S. João de Malta; XIV. 1973, Londres: A Época do Neoclassicismo; XV. 1977, Berlim: Tendências dos Anos 20; XVI. 1980, Florença: Florença e a Toscana dos Medici na Europa do Século XVI.

2. 3. O interesse em realizar em Portugal uma exposição europeia de arte (1976)

A diferença mencionada entre as condições de adesão ao Conselho da Europa, restringida a Estados democráticos, e à *Convenção Cultural Europeia*, sem aquela exigência, explica a razão pela qual Portugal aderiu a esta durante o VI e último Governo Provisório, ainda antes de promulgada a Constituição de 1976. Pelo contrário, só depois das eleições parlamentares de 25 de abril de 1976 e da tomada de posse do I Governo Constitucional, a 23 de julho, foi possível que o pedido de adesão ao próprio Conselho da Europa, em agosto, constituísse um dos primeiros atos do Governo, empenhado em assim “significar politicamente a vocação europeia de Portugal”, apresentando-o como o primeiro passo para a integração nas instituições democráticas europeias.¹⁵⁷

Mas, regresse-se ao início de 1976.

A 16 de fevereiro, Portugal torna-se o 22.º membro da *Convenção Cultural Europeia*, quando, na sequência das *démarches* anteriormente encetadas por Medeiros Ferreira, então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (o ministro era Melo Antunes¹⁵⁸), Coimbra Martins, embaixador em Paris, deposita o instrumento de adesão na sede do Conselho da Europa, em Estrasburgo.¹⁵⁹

No dia seguinte, em Portugal, a imprensa dá nota de que a adesão “representa um passo importante nas relações de Portugal com o Conselho da Europa” e que “abre-se uma nova perspetiva quanto à equivalência de diplomas, reforma de programas, *exposições de arte europeias*, financiamentos para os portugueses interessados no estudo sobre a política cultural das cidades, assim como medidas

¹⁵⁵ Documento do Conselho da Europa DECS/Expo (81)3, *Lignes Directrices relatives à l'Organisation des Expositions Européennes d'Art (1982)*, em ADSTR PCC (tradução minha).

¹⁵⁶ A preparação da Décima Sétima iniciou-se em 1980, razão pela qual tanto esta, como a XVIII Exposição Europeia de Arte, na Turquia, ambas realizadas em 1983, foram excluídas do seu âmbito de aplicação.

¹⁵⁷ Programa do I GC.

¹⁵⁸ A relação hierárquica não era, porém, ‘tradicional’. O próprio Medeiros Ferreira afirmou que “era secretário de Estado, não por nomeação do ministro, mas por indicação institucional do Partido Socialista e a partir daí agi como força autónoma dentro do Ministério”, citado por Gouveia, 2013: 1.

¹⁵⁹ Decreto-Lei n.º 717/75, de 20 de dezembro (DR, I Série, n.º 293, 1975-12-20).

respeitantes ao desporto, juventude e proteção do nosso património arquitetónico”.¹⁶⁰

Provavelmente a propósito da adesão, David Mourão Ferreira, poucas semanas antes nomeado secretário de Estado da Cultura do VI Governo Provisório,¹⁶¹ encontra-se, a 26 de fevereiro, em Lisboa, com Heiner Klebes, do Conselho da Europa (diretor-adjunto de Assuntos Políticos e Relações Internacionais), junto do qual - por sugestão ou não deste último - terá manifestado interesse nas exposições de arte, motivando Klebes a, regressado a Estrasburgo, logo remeter exemplares dos catálogos de algumas das exposições europeias de arte organizadas até então.¹⁶²

Menos de um mês depois, dando nota de que havia sido posto ao corrente do interesse manifestado e congratulando-se com a cooperação cultural iniciada com a adesão à *Convenção Cultural*, é o próprio Kahn-Ackermann, secretário-geral do Conselho da Europa, que, a 25 de março, se dirige a Mourão Ferreira, informando que “Dans le cas où vous souhaiteriez poursuivre l'idée d'organiser un telle exposition à Lisbonne, il serait sans doute utile d'approfondir davantage toutes les implications d'un tel project pour le Portugal.”¹⁶³

A essa primeira comunicação do secretário-geral, segue-se uma segunda, de 26 de abril, na qual, voltando a referir o *entretien* com Heiner Klebes e o interesse manifestado nas exposições europeias, remete a Mourão Ferreira uma nota que descreve os objetivos destas. Além do objetivo geral, expresso nos *Princípios Gerais das Exposições Europeias de Arte (1976)* atrás referidos, este documento distingue os seus objetivos político, científico e pedagógico.¹⁶⁴

Em nome de Mourão Ferreira, o seu chefe de gabinete (António Sennfelt) agradece a documentação enviada e dá conhecimento de “tout son intérêt pour l'analyse du project d'organization d'une Exposition d'Art au Portugal sous les auspices du Conseil de l'Europe”.¹⁶⁵

Esta manifestação de interesse chega a Estrasburgo e a resposta não se faz esperar.

Agora é o Consulado-Geral de Portugal em Estrasburgo que, a 10 de maio, dirigindo-se ao MNE (que, posteriormente, remete essa comunicação à SEC), envia os *Princípios Gerais*, bem como um

¹⁶⁰ *Diário de Lisboa*, 17/02/1976 (itálico meu).

¹⁶¹ Cf. Decreto 86/76, da Presidência da República (*Diário do Governo* n.º 23/1976, 1º Supl., Série I, 1976-01-28). O VI Governo Provisório, “uma manta de retalhos, sem coesão e sem um real poder” (Telo, 2007, 158), que tomara posse a 19 de setembro de 1975, foi chefiado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo. O ministro da Comunicação Social, em cujo ministério se insere a SEC agora criada, é Almeida Santos.

¹⁶² PT/TT/SEC-GAB 2/001/0057: Nota de Klebes relativa ao envio de três catálogos, “me rapportant notre entretien à Lisbonne de 26 février dernier”, 16/03/1976.

¹⁶³ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0057: Carta do secretário-geral Kahn-Ackermann para Mourão Ferreira, 25/03/1976, Entrada SEC-Gabinete n.º 620, 14/4/1976. Despacho “Archive-se Conseil de L'Europe. 5/5/76”. A carta faz menção ao envio prévio dos catálogos e ao envio simultâneo de um conjunto de documentos do CCC.

¹⁶⁴ No que toca ao objetivo *científico*, são realçadas a cooperação técnica ao mais alto nível, a qualidade dos catálogos, a excelente reputação mundial das exposições e a circunstância de estas serem exclusivamente compostas por *objets originais* de grande valor. O objetivo *pedagógico* apresenta as exposições europeias como fonte de elementos para difusão no ensino, a partir dos textos de conferências, diapositivos e afins. Do ponto de vista *político*, a nota destaca as exposições como instrumento de valorização do património comum da Europa (cujo impacto na opinião pública é atestado pelo facto de, geralmente, assistirem à cerimónia de inauguração as mais altas personalidades do país e pelo destaque que lhes é concedido pela imprensa).

¹⁶⁵ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0057: Carta do chefe de gabinete do secretário de Estado da Cultura (António Sennfelt), para secretário-geral do CE, 814/76-DGAC/GRE - 37 - CA/MJ, 4/05/1976.

documento sobre a XV exposição (Berlim, 1977), com a expressa menção de que “ao que parece a Secretaria de Estado da Cultura estaria interessada neste assunto”, sendo solicitada informação sobre “o que houver por conveniente”.¹⁶⁶

No final de maio, Portugal participa, pela primeira vez, no CCC (30ª sessão), tendo a SEC sido representada por Lopes Serrado, do Serviço de Relações Culturais Externas. Nessa reunião, o assunto exposições europeias de arte não foi, formalmente, abordado.¹⁶⁷

Entretanto, Mourão Ferreira, em junho, participa, em Oslo, na *1ª Conferência de Ministros Europeus com responsabilidade por Assuntos Culturais*, na qual terá estreitado laços com os seus pares, mas também com os responsáveis pela área cultural do Conselho da Europa. Assim o atesta o ofício que lhe foi dirigido por Victor de Pange, diretor adjunto de Educação e Assuntos Culturais e Científicos, que, mencionando uma conversa do secretário de Estado da Cultura com um tal de Roulet durante a Conferência, se permite chamar a atenção para a exposição “Tendências dos anos 20”, a realizar em Berlim, em 1977, para a qual os organizadores desejam vivamente que Portugal possa contribuir, pois a FCG é “rica em obras suscetíveis de entrar no quadro da exposição”.¹⁶⁸

Um outro exemplo da proximidade é a carta manuscrita de Heiner Klebes - já mencionado a propósito da conversa de fevereiro -, felicitando Mourão Ferreira pelo novo governo e congratulando-se com a possibilidade de se manterem em contacto e com a perspectiva de Portugal vir a ser o 19.º membro do Conselho da Europa.¹⁶⁹

Com efeito, no final de julho, na sequência das primeiras eleições parlamentares, havia tomado posse o I Governo Constitucional. Mourão Ferreira manteve-se na SEC, agora autonomizada e dependendo diretamente do primeiro-ministro, Mário Soares.¹⁷⁰ Os Negócios Estrangeiros são assumidos pelo anterior secretário de Estado da pasta, Medeiros Ferreira.

¹⁶⁶ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0492: Ofício CLT 1822-83,5, de 28/06/1976, da Direção-Geral dos Negócios Políticos (MNE), para SEC, para remessa da Comunicação 188/DPI, 10/05/1976, do Consulado-Geral em Estrasburgo (envia documento CCC/DC (76)23 do CE sobre Exposições de Arte e, informa de que a XVI exposição realizar-se-á em Berlim, tendo-se reunido em março o seu comité de organização, reunião para a qual foi convidado um delegado português a participar, como informado por telegrama de 27 de fevereiro, junta documento CCC (DC (76)18 sobre a exposição de Berlim). Entrada SEC-Gabinete n.º 1484, 2/7/1976. Despacho “Exmos Srs. Drs. Joaquim Ferrer e Lopes Serrado. 7/12/76.”

¹⁶⁷ Arquivo CE: CCC, 30st Session (Strasbourg, 31 May - 4 June 1976), CM(76)184; CCC(76)17, 1976.

¹⁶⁸ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0057: Carta de Victor de Pange, diretor-adjunto de Educação e Assuntos Culturais e Científicos, para Mourão Ferreira, ref. CK/DM/fc, 23/07/1976. Entrada SEC-Gabinete n.º 1786, 4/8/1976. Remete Relatório da 1ª reunião da comissão de organização europeia e informa que a segunda reunião terá lugar em Berlim, entre 13 e 15 de outubro p.f.

¹⁶⁹ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0057: Carta manuscrita de (Heiner) Klebes para Mourão Ferreira, 19/08/1976, Entrada SEC-Gabinete n.º 3819, 7/7/1977(??)

¹⁷⁰ Cf. Programa do II GC: “Com a autonomização da Secretaria de Estado da Cultura - que passa a depender diretamente do primeiro-ministro -, considera-se que estão reunidas as condições para que a cultura, em Portugal, possa libertar-se de situações ambíguas que até agora a comprometiam, já porque simultaneamente se desvincula de intenções estreitamente didáticas e de conotação de propaganda imediata, já porque disporá de instrumentos necessários para promover e coordenar, a nível nacional e internacional, as ações de organismos até hoje dispersos por outros departamentos de Estado e instituições particulares, bem como para apoiar ou articular, sem quaisquer propósitos centralizadores ou dirigistas, os projetos e planos apresentados por tais organismos.”

No programa do I Governo, a *vocação europeia* de Portugal aparece como “indesmentível” e “irrecusável”, sendo considerado urgente a adesão ao Conselho da Europa. Imediatamente solicitada, a adesão ocorre a 22 de setembro de 1976. Nessa data, Medeiros Ferreira, dirigindo-se à Assembleia Parlamentar da organização, explicou como o regresso de Portugal “à convivência com a Europa”, “às suas raízes continentais”, não ocorria por “expediente temporário” ou “acaso político”, mas antes “porque esse ato exprime a *consciência do nosso destino histórico*”. Além do mais, apontava o ministro dos Negócios Estrangeiros, a emancipação recente dos povos das ex-colónias portuguesas não só marcara o fim do império colonial português como constituía o último ato da expansão europeia do mundo, o que tornava a presença de Portugal no Conselho da Europa “duplamente importante: para nós e para a Europa”, já que, “daqui por diante, a influência europeia no mundo deve caracterizar-se também pela solidariedade e pela fraternidade”.¹⁷¹

Também o presidente da República, Ramalho Eanes, na mensagem enviada na ocasião aos chefes de Estado dos países membros, afirmava o empenho de Portugal, “que no passado abriu à Europa as rotas dos novos mundos”, em contribuir para a consolidação da identidade europeia.¹⁷²

Entretanto, quanto às exposições europeias de arte do Conselho da Europa, ainda que, como se viu atrás, o interesse da SEC fosse bem conhecido, qualquer iniciativa de análise de um eventual projeto sobre a sua realização em Portugal tardava em começar.

A verdade é que parecia não haver tempo nem pessoal para o efeito. Numa exposição de outubro de 1976, Lopes Serrado, o colaborador do Serviço de Relações Culturais Externas da SEC que havia participado na 30ª sessão do CCC, chama a atenção para as múltiplas atribuições daquele Serviço cuja atividade não considera satisfatória, atenta a falta de uma estrutura e o escasso número de funcionários, inadequado à notável expansão nas relações culturais internacionais, bilaterais e multilaterais ocorrida após o 25 de abril, com a entrada e presença de Portugal em organizações internacionais e o estabelecimento de acordos e de intercâmbios com países da Europa ocidental e de leste, afro-asiáticos e de todo o continente americano.¹⁷³

Aparentemente, só em dezembro o assunto exposições europeias de arte volta à tona. Duas notas internas do chefe de gabinete de Mourão Ferreira remetem a Lopes Serrado, a 7 desse mês, a carta do secretário-geral do Conselho da Europa, de 26 de abril e o ofício do MNE, de 28 de junho, com a comunicação do Consulado-Geral em Estrasburgo, cujo conteúdo foi acima explicitado.¹⁷⁴

¹⁷¹ Ferreira, 1976: 44-46.

¹⁷² Cf. *Portugal no Conselho da Europa*, 1976: 10.

¹⁷³ A exposição termina com um pedido de dois técnicos, um tradutor-correspondente-intérprete e dois escrivãos-dactilógrafos. Em PT/TT/SEC-GAB 2/001/0490, fls. 164-167: Exposição de Lopes Serrado, do Serviço das Relações Culturais Externas da SEC, 20/10/1976. A carência de funcionários não terá, porém, sido resolvida pois, em julho de 1977, Lopes Serrado volta a dar nota ao secretário de Estado da Cultura das, cada vez mais, acentuadas dificuldades do seu serviço, agora Gabinete das Relações Culturais Internacionais, solicitando oito novos colaboradores, cf. PT/TT/SEC-GAB 2/001/0492.

¹⁷⁴ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0492: Notas 1724-SEC-G/76 e 1725-SEC-G/76, 7/12/1976, do chefe de gabinete do SEC, para Lopes Serrado (Serviço de Relações Culturais Externas).

Bem a propósito, dois dias depois, a 9 de dezembro, chega à SEC um ofício do Conselho da Europa, onde Niels Borch-Jacobsen, diretor de Educação e Assuntos Culturais e Científicos, explicando que o CCC adotará, em janeiro, na 31ª sessão, o calendário das futuras exposições europeias de arte, fazendo notar que “Je sais qu’à diverses reprises on a évoqué la possibilité d’organiser une telle exposition au Portugal, exposition qui aurait pour thème *les grandes découvertes ou l’âge d’or du Portugal*”, envia exemplar dos *Princípios Gerais*, com todas as indicações sobre a preparação administrativa e financiamento das exposições europeias de arte. Mais indica que Itália já confirmara oficialmente a intenção de organizar a exposição “A influência dos Medici sobre a arte e a cultura do seu tempo”, a realizar em Florença em 1979, pelo que a seguinte dever-se-ia realizar em 1981 (por razões financeiras, só era possível realizar uma exposição de 2 em 2 anos).¹⁷⁵

Retenha-se que este é o primeiro documento que refere o tema da (potencial) exposição europeia de arte a ser organizada por Portugal, tema esse que surge logo ‘cristalizado’ e sem qualquer suporte documental justificativo da sua escolha.

Registe-se, ainda, que, com esta nova missiva, em cerca de oito meses, chegaram, pelo menos, quatro vezes, de Estrasburgo para o secretário de Estado da Cultura, os *Princípios Gerais das Exposições Europeias de Arte (1976)* ou súmula destes ...

Este interesse do Conselho da Europa em assegurar que, na reunião do CCC de janeiro de 1977, fosse efetivamente apresentada a proposta portuguesa, saiu, ainda, reforçado pela carta que, a 20 de janeiro, Kahn-Ackermann dirige a Mourão Ferreira. Nesta, o secretário-geral, começando por referir a grande satisfação com que recordava a inauguração em Lisboa, a 30 de novembro último, de uma exposição - itinerante - do Conselho da Europa sobre o património arquitetónico e a receção calorosa que lhe foi proporcionada, o que procurou verdadeiramente foi “Permettez-moi de rappeler ici l’espoir que j’avais exprimé dans mon discours d’inauguration de voir un musée portugais abriter l’une des grandes expositions d’art que le Conseil de l’Europe organise régulièrement”.¹⁷⁶

Entretanto, no final de janeiro de 1977, precisamente em Estrasburgo, no Comité de Ministros do Conselho da Europa, o ministro dos Negócios Estrangeiros defende a candidatura de Portugal à CEE, em moldes de adesão plena. Anúncio esse a que se seguiu uma ronda do primeiro-ministro, e do ministro dos Negócios Estrangeiros, pelas capitais dos “Nove” e Vaticano, que precedeu o pedido de adesão, apresentado a 28 de março de 1977.¹⁷⁷

2.4. O I Governo Constitucional equaciona organizar uma exposição europeia de arte (1977)

Chegados, então, à 31ª sessão do CCC (31 de janeiro - 4 de fevereiro de 1977), na qual o Conselho

¹⁷⁵ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0057: Carta de Niels Borch-Jacobsen (CE), para Mourão Ferreira, 23/11/1976. Entrada SEC-Gabinete n.º 3352, 9/12/76. Despacho “Arquive-se original em ‘Conselho da Europa: Exposições de Arte Europeia’. Fotocópia ao Exmo Senhor Lopes Serrado - para conhecimento”. 24/12/76” (itálico meu).

¹⁷⁶ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0057: Carta do secretário-geral Kahn-Ackermann para Mourão Ferreira, 20/01/1977. Entrada SEC-Gabinete n.º 281, 31/1/77. Despacho “Tomei Conhecimento. 2/2/77.”

¹⁷⁷ Ferreira, 1995.

aceita “com gratidão” a oferta do governo italiano para organizar a XVI Exposição em Florença, em 1979,¹⁷⁸ o representante de Portugal informa que o governo português *estuda a possibilidade de organizar a XVII Exposição Europeia de Arte*, solicitando a reserva de 1981 para este fim. O tema não é revelado no relatório oficial. A reunião seguinte é agendada para outubro.¹⁷⁹

O representante da SEC voltara a ser Lopes Serrado,¹⁸⁰ para quem, recém-chegado de Estrasburgo, foi remetida, a 7 de fevereiro, pela secretária do gabinete cultural, “toda a documentação existente neste Gabinete relativa ao Conselho da Europa”.¹⁸¹

Este envio poderia fazer pensar que a ideia do estudo da realização de uma exposição europeia de arte iria, finalmente, tomar forma, mas, aparentemente, não foi o caso.

Entretanto, como já mencionado, no final de março é apresentado o pedido de adesão às Comunidades Europeias (CECA, CEE e CEEA - Euratom).

Um mês depois, a 28 de abril, o primeiro-ministro, na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, reafirma como a adesão a este - a primeira grande manifestação da opção europeia da política portuguesa -, “é em si mesma *a afirmação do caráter europeu de um povo que procura reencontrar o seu lugar no velho continente*”. Mário Soares destacaria, ainda, a participação ativa do país nos trabalhos da organização, evidenciada pelo crescente número de delegados portugueses em reuniões do Conselho da Europa. O discurso não terminaria sem a referência ao especial *expertise* português ... “*com a sua experiência africana, com os laços históricos e culturais que o unem à América Latina, Portugal tem uma percepção muito clara da importância das relações entre o velho continente e o resto do mundo*”, importância essa fundamental no contexto da *détente*.¹⁸²

Em junho, o embaixador José Cutileiro assume a chefia da nova missão permanente em Estrasburgo

¹⁷⁸ Sob o tema “A influência dos Medici na arte e na cultura do seu tempo”, foi explicado que o objetivo da XVI Exposição seria ilustrar, através de obras de arte, documentos de arquivo, painéis explicativos e meios audiovisuais, a atividade dos Medici em toda a Europa, observada em toda a sua complexidade como veículo da cultura humanista e, portanto, não apenas como atividade artística e literária, mas também política e económica.

¹⁷⁹ Arquivo CE: CCC, 31st Session (Strasbourg, 31 January - 4 February 1977), report, CM(77)116; CCC(77)8. Atento o aumento do custo de vida, o CCC considerou, ainda, necessário rever as disposições financeiras relativas às contribuições dos Estados para a realização das exposições. Porém, várias delegações manifestaram interesse na revisão dos *Princípios Gerais das Exposições Europeias de Arte (1976)*, pois “surgiram dúvidas sobre se o padrão tradicional dessas exposições era o correto”, tendo o CCC decidido (i) solicitar às delegações o envio ao Secretariado de observações para a revisão daqueles *Princípios Gerais*; (ii) solicitar parecer ao Comité Europeu de Organização da XVI Exposição; (iii) tomar uma decisão na sessão seguinte sobre aquela revisão. O processo acabou por ser mais demorado do que inicialmente previsto. Ainda que, logo em maio de 1977, em Portugal, o Centro de Coordenação e Planeamento Culturais remetesse ao Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Externas, a nota do Secretariado do CE solicitando observações aos referidos *Princípios Gerais* (PT/TT/SEC-GAB 2/001/0216: nota n.º 218/CCPC/77, 5/5/77), a aprovação da revisão só veio a ter lugar na reunião do CDCC de junho de 1981 (40ª sessão), o qual aprovou as novas *Linhas Diretrizes relativas à Organização das Exposições Europeias de Arte*, DECS/Expo (81) 3.

¹⁸⁰ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0491 (pedido de nomeação) e PT/TT/SEC-GAB 2/001/0494 (ofício 028-GAB/77 da SEC para o MNE relativo a essa nomeação, incluindo documentação de suporte da mesma).

¹⁸¹ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0491: Nota n.º 347-GAB/77, 9/2/1977, da secretaria do gabinete cultural para Lopes Serrado. A nota não está acompanhado dos documentos enviados, nem tão pouco os identifica.

¹⁸² Texto do discurso em Casa Comum, Fundo: AMS, Pasta 00520.003, <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00520.003#!9> (itálico meu).

sendo, assim, o primeiro representante de Portugal junto do Conselho da Europa.¹⁸³

Porém, pese embora todo o entusiasmo pró-europeu, o estudo da realização em Portugal de uma exposição europeia de arte continua sem desenvolvimentos.

Só no mês seguinte, Nikias Skapinakis, do Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Externas (em organização) da SEC, “em concordância com o despacho do senhor secretário de Estado da Cultura, de 13/1/1977,¹⁸⁴ e com a finalidade de *assegurar a confirmação* no decorrer da 32ª sessão do CCC, em outubro de 1977, *da proposta portuguesa relativa à realização, em Portugal, em 1981, da 17ª Exposição Europeia de Arte, subordinada ao tema “As Grandes Descobertas”*, propõe a designação de uma Comissão de Trabalho, com elementos da SEC e do MNE, a quem competiria a recolha de elementos orçamentais, administrativos e técnicos suscetíveis de, oportunamente, habilitarem o Governo a concretizar a entrega, em 1978, da necessária “Proposta de Trabalho”.¹⁸⁵

Mourão Ferreira foi favorável à proposta de despacho conjunto que enquadrasse legalmente aquela Comissão, mas, se a mesma chegou a ser criada, não deixou testemunho documental.

Outubro chega e a 32ª sessão do CCC é dominada pela discussão sobre a alteração das estruturas e dos métodos de trabalho daquele órgão, o qual, como se referiu, a partir de fevereiro de 1978, constituir-se-ia num novo órgão de cooperação cultural e educacional, mantendo a designação, mas com sigla CDCC. O assunto das exposições europeias de arte é sumariamente tratado em ‘outros assuntos’. Além de se congratular com o “notável sucesso” da XV Exposição “Tendências dos anos vinte” (Berlim), o Conselho limita-se a notar que a XVI seria realizada em 1979, em Florença, com o tema antes referido, e que “a XVII exposição seria organizada por Portugal em 1981 sob o tema ‘A idade das grandes descobertas’”. O representante da SEC foi Lopes Serrado.¹⁸⁶

Pela assertividade do texto do relatório da reunião, pese embora a ausência de qualquer tipo de apresentação sobre o que realmente se pretendia, a realização da Exposição em Lisboa, parece, a partir de então, ponto assente para o CDCC.¹⁸⁷

Porém, tudo o que existe é um nome.

De “As grandes descobertas ou a idade de ouro de Portugal” passou-se para “As Grandes Descobertas” e de “As Grandes Descobertas” para “A idade das grandes descobertas”, sem que se tenha explicado a justificação para a esta escolha e os objetivos prosseguidos na sua realização.

Afinal, quem lançou o tema para a primeira exposição europeia de arte a ser realizada em Portugal?

Não foi possível apurá-lo.

¹⁸³ Decreto-lei n.º 63/77, de 24 de fevereiro: cria a missão permanente em Estrasburgo.

¹⁸⁴ A referência a um despacho de 13 de janeiro (não identificado no Fundo da SEC), logo após a nomeação de Lopes Serrado para a 31ª sessão do CCC, parece atestar que a posição por este ali tomada - no sentido de que o governo estuda a possibilidade de organizar a XVII - foi formalmente documentada.

¹⁸⁵ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0406: Ofício n.º 544-GAB/77, da SEC para MNE, 3/07/1977, com projeto de Despacho Conjunto de designação da Comissão, acompanhado pelo parecer de Nikias Skapinakis (itálico meu).

¹⁸⁶ Arquivo CE: CCC, 32nd Session (Strasbourg, 17-21 October 1977), CM(78)41; CCC(77)21, 1978.

¹⁸⁷ Em contraste, veja-se a nota 178, sobre a apresentação feita ao CCC da proposta italiana para a XVI Exposição.

José Augusto França, num artigo de jornal publicado em 1983, afirma que o tema “As Grandes Descobertas” teria resultado de uma ideia tida e apresentada por um funcionário da Cultura, e logo aceite em Estrasburgo, sem que tivesse sido objeto de estudo ou discussão prévia em Portugal.¹⁸⁸

Pelo que ficou exposto, o alegado “funcionário do Ministério da Cultura” só poderia ter sido Lopes Serrado, mas nenhum documento analisado lhe atribui a autoria do tema, autoria essa que, em si mesma, extravasaria as suas funções técnicas.

Talvez mais robusta seja a hipótese do tema “As Grandes Descobertas” (não exclusivamente as portuguesas) ter sido sugerido informalmente por um dirigente do Conselho da Europa, até a título exemplificativo, ao desafiar Portugal a realizar uma exposição desta série, sugestão essa acolhida tão espontaneamente quanto foi proposta.

O certo é que a *História de Portugal* já citada, da responsabilidade de Medeiros Ferreira, refere que “a exposição do Conselho da Europa *propunha* um tema em ouro para ser realizado por portugueses e em Portugal”,¹⁸⁹ o que, em rigor, não faria sentido afirmar se tivesse sido uma ideia originalmente portuguesa.¹⁹⁰

Esta perspetiva de uma proposta informal de tema por parte de alguém no Conselho da Europa explicaria - mas nunca justificando - a inexistência de debate prévio interno sobre o assunto.

Entretanto, depois de, em outubro, Medeiros Ferreira, grande entusiasta da ideia da realização da exposição europeia de arte,¹⁹¹ ter saído do governo por dissidências com o primeiro-ministro, no início de dezembro, é o próprio I Governo Constitucional que caí, na sequência da rejeição de uma moção de confiança, iniciando-se um novo ciclo político, caracterizado por sucessivos governos curtos - incluindo três de iniciativa presidencial -, junto dos quais, como se verá, a ideia da exposição europeia de arte terá eco limitado.

Em 1983, Clara Ferreira Alves, num artigo do *Jornal de Letras* em que intentou contar a ‘história’ da Exposição, afirma que a ideia teria surgido, na segunda metade dos anos setenta, quando Kahan-Ackermann propôs a Mário Soares a organização em Portugal de uma exposição deste género.¹⁹² Porém, como se viu, a documentação analisada faz recuar a ideia ao último Governo Provisório, do qual Mário Soares não fez parte, e coloca antes Mourão Ferreira como destinatário de evidente pressão por parte do Conselho da Europa.

¹⁸⁸ Em *Diário de Lisboa*, 19/07/1983.

¹⁸⁹ Ferreira, 2001: 139.

¹⁹⁰ É também essa a perspetiva que, mais tarde, vem a ser transmitida por Pedro Canavarro, o qual opina que “o Conselho da Europa *propôs* essa interessante temática”, em Canavarro, 2019: 239.

¹⁹¹ Em maio de 1983, Nikias Skapinakis (então consultor do MCCC), ao agradecer a Pedro Canavarro o convite para a abertura oficial da Décima Sétima, não só dá nota de que acompanhara a primeira parte das negociações e a escolha definitiva da sua temática, como recorda que, em 1977, ficou a dever-se a Medeiros Ferreira, a “*démarche*” junto do presidente da República no sentido de, dada a precariedade dos governos, se assumirem responsabilmente os compromissos decorrentes da aceitação da candidatura portuguesa (para, depois, notar o lapso de Medeiros Ferreira não ter sido convidado para a dita abertura), cf. PT/TT/EAC 17 cx. 66, mç. 136.

¹⁹² *Jornal de Letras*, 6/5/1983.

A primeira manifestação oficial do interesse em realizar uma exposição e a menção ao tema das *Grandes Descobertas* surgem, sim, durante o I Governo Constitucional e, atento o interesse no assunto manifestado pelo secretário-geral Kahan-Ackermann, é bem provável que a questão tenha sido por si diretamente abordada junto do primeiro-ministro português, cuja relação com o Conselho da Europa vinha de longe.¹⁹³

De mais a mais, se se atender ao pensamento de Mário Soares sobre o posicionamento de Portugal no mundo e a sua relação com a Europa, o rebuscar do tema dos descobrimentos e da vocação universalista portuguesa proclamada pelo discurso humanista parece surgir de modo natural.

Como explica Dina Sebastião, foi na presidência da República que o político mais exteriorizou “o seu pensamento mais filosófico, numa tentativa de formação da consciência pública sobre a cultura e a identidade portuguesas, exaltando a importância histórica de Portugal para a progressão da civilização europeia, com a evocação dos descobrimentos”, mas o certo é que o universalismo de inspiração histórica foi sempre assumido como um valor fundamental da sua ação política, traduzido no ideal de abertura de Portugal ao mundo.¹⁹⁴

Logo em setembro de 1974, em discurso na 29ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Mário Soares - então ministro dos Negócios Estrangeiros - sublinhou como “o povo português, desembaraçado dos fardos da opressão interna e da dominação colonial, readquiriu a sua feição tradicional e o seu ‘humanismo universalista’, que, no dizer, porventura excessivo, de Arnold Toynbee, o levou a fazer mais pela fraternidade humana do que qualquer outro povo”. Portugal, “nação velha de séculos, pioneira nos contactos entre as mais variadas civilizações”, estava, assim, em condições de “regressar à vocação de lugar de encontro entre dois mundos e porventura vir a constituir um traço de união exemplar entre a Europa e a África.”¹⁹⁵

E, meses depois, numa entrevista dada em novembro de 1974, ao procurar caracterizar a vocação de país para o diálogo e encontro, explica como “há um facto especificamente português, uma maneira de ser. Um escritor brasileiro, Buarque de Hollanda (...) disse que Portugal era “O homem cordial”. Aí está, somos cordiais, abertos, e as nossas relações com os povos do Terceiro Mundo certamente muito

¹⁹³ Pelo menos desde que, em abril de 1970, aceitara o convite para discursar na Assembleia Consultiva. Aliás, explica Dina Sebastião (2018: 53-54), o contínuo relacionamento que Mário Soares e Tito de Morais mantiveram, a partir de 1973, com a organização, proporcionou à *Ação Socialista Portuguesa* lugar de observador no Grupo Socialista daquela Assembleia. Note-se, ainda que, Mário Soares foi ministro dos negócios Estrangeiros dos 3 primeiros Governos Provisórios, entre 15 de maio de 1974 e 26 de março de 1975, sendo Kahan-Ackermann secretário-geral do CE desde setembro de 1974. Circunstâncias que, aliás, foram expressamente explicitados por Medeiros Ferreira, em setembro de 1977, no dia da adesão de Portugal, quando se dirigiu à Assembleia Parlamentar: “É bem conhecida a atitude do Conselho da Europa, e desta Assembleia, em relação às forças que lutaram por um Portugal democrático, e permito-me recordar o acolhimento prestado ao Dr. Mário Soares quando se encontrava no exílio e, novamente, quando se dirigiu a esta Assembleia na sua qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal novo.”, cf. Ferreira, 1976: 52.

¹⁹⁴ Sebastião, 2018: 135-136.

¹⁹⁵ “O Novo Portugal e as Nações Unidas”, em Soares, 1974: 123-137, citação a 135 e 137.

fáceis apesar da experiência da longa guerra africana.¹⁹⁶

Depois disso, antes de a adesão à “Europa” se perspetivar no horizonte, ainda chegaria o tempo do discurso do “ecumenismo sem fronteiras” dominante no período dos governos provisórios,¹⁹⁷ mas o certo é que a subsequente opção europeia de Mário Soares não deixou de significar afirmação e aprofundamento da identidade atlântica do país e da sua história. Na verdade, a ideia de Portugal como “centro nevrálgico das relações Europa/África/América Latina”, numa expressão de Dina Sebastião, passou, precisamente, a constituir a singularidade com que o país se apresentou à Europa, oferecendo-lhe a possibilidade de exercer um papel além das suas fronteiras. Ou seja, no pensamento soarista, “congregando as suas potencialidades civilizacionais, políticas e geográficas, Portugal e a Europa podem fundir os seus desígnios para marcar uma forma de estar singular, que contribua para o equilíbrio, a justiça e a paz mundiais.”¹⁹⁸

2.5. O II Governo Constitucional e os governos de iniciativa presidencial (1978-1979)

Em 1978 seria altura de preparar a “Proposta de Trabalho” da exposição de 1981 para apresentar ao CCC, mas nada disso sucede.

Durante o II Governo Constitucional - chamado de “salvação nacional”, e chefiado por Mário Soares, com base num acordo de incidência parlamentar PS-CDS¹⁹⁹ -, o CDCC, ainda a habituar-se à sua nova forma de *steering committee*, reúne em fevereiro (33ª sessão) e em junho (34ª sessão), sendo a SEC, uma vez mais, representada por Lopes Serrado.

Em fevereiro, o tema principal continuou a ser a nova estrutura organizativa e a consequente realocação de responsabilidades, não sendo sequer abordado o tema das exposições. Em junho, o CDCC tomou nota da oferta da Turquia de organizar, em 1983, uma exposição sobre as antigas civilizações da

¹⁹⁶ Entrevista ao semanário tunisino *Dialogue*, 11/11/1974, em Soares, 1974: 246.

Num livro autobiográfico publicado em 2011, Mário Soares explica que, desde que, em 1974, na Guiné, viu as tropas dos dois lados a confraternizarem começou a pensar “que a colonização portuguesa era diferente das outras, apesar de meio século de Ditadura retrógrada. Graças à maneira de ser do Povo Português e à maneira de se comportar com os outros. Gilberto Freyre, ilustre sociólogo, tinha escrito vários livros sobre esse tema. Mas os portugueses anticolonialistas, como eu, que sabíamos que Salazar o tratava muito bem, fomos levados a desconfiar dele.” Soares conta, ainda, que anos mais tarde, já presidente da República, “fiz uma viagem ao Brasil e entendi dever visitar Gilberto Freyre (...) e de o condecorar solenemente. Foi a melhor maneira que encontrei para lhe demonstrar o respeito e a gratidão do Portugal de abril por ter compreendido e explicado tão bem as diferenças do colonialismo português, em relação ao britânico e ao francês, que subsistiram para além da política agressiva e tão negativa de Salazar e do crime das guerras coloniais.”, cf. Soares, 2011: 198-200.

¹⁹⁷ A expressão é de Ferreira, 1995.

¹⁹⁸ Sebastião, 2018: 201.

¹⁹⁹ O II GC tomou posse em fevereiro de 1978. O seu Programa voltava a dar nota de que “Após a descolonização, que pôs fim a um círculo histórico da vida portuguesa, Portugal encontra-se envolvido num processo de *afirmação da sua nova maneira de estar no mundo* e de redescoberta da sua vocação nacional. O aumento das inter-relações políticas, culturais e económicas com os restantes povos é *uma forma de reforçar*, por contraste, *a identidade nacional* e de evitar os riscos e perigos inerentes ao isolacionismo nacionalista”. Especial prioridade continuaria a ser conferida à opção europeia e toda a acção de política externa consideraria “a necessidade da diversificação das relações internacionais com vista, nomeadamente, à *preservação do modelo convivencial de que é protagonista, na História, a vocação ecuménica do povo português*” (itálico meu). A SEC, então sob a alçada do ministro da Educação e Cultura, Sotomayor Cardia, foi dirigida por António Reis.

Anatólia e lamentou não poder, face aos recursos do Fundo Cultural, aprovar a proposta de aumento do subsídio às exposições europeias de arte.²⁰⁰ Em suma, em nenhuma das reuniões foi apresentada qualquer informação adicional sobre a exposição de Lisboa, a realizar em 1981, a qual, porém, não deixou de constar do projeto de Programa para 1979, aprovado pelo CDCC nessa mesma reunião de junho.²⁰¹

Na sequência da denúncia pelo CDS do acordo de governo, o gabinete é exonerado pelo presidente da República e o II Governo Constitucional cessa funções em agosto desse ano, sendo seguido pelo III Governo Constitucional, o primeiro de iniciativa presidencial, o qual é dirigido por Nobre da Costa.²⁰²

Entre este muito curto Governo e o seguinte, o projeto da exposição europeia de arte em Lisboa continuou a não avançar, nem tão pouco correu de feição a participação portuguesa nas exposições europeias que precederam a Décima Sétima.

José Augusto França, então presidente do Instituto de Cultura Portuguesa, do Ministério de Educação e Cultura, no relatório sobre a sua participação na 2ª reunião da comissão europeia organizadora da XVI Exposição (Florença, 13 e 14/10/1978), dá nota de que atrasos na circulação de informações impediram a participação portuguesa na exposição de Berlim de 1977 e, para 1979, o representante português - ou seja, o próprio - recebeu o processo, 36 horas antes de partir para a 2ª reunião!

Sobre a reunião em si e preparação da exposição sobre os Medici, José Augusto França destaca “as vistas problemáticas originais e inovadoras que afixam uma interdisciplinaridade inédita nas exposições do Conselho da Europa”. A propósito da lista de objetos solicitados (ali identificados), é chamada a atenção para o facto de “convir absolutamente satisfazer estes (e outros eventuais) pedidos, na medida em que a próxima exposição, a realizar em Lisboa, precisará de numerosos empréstimos, nomeadamente de Itália” (sublinhado no original). O relatório termina com um alerta fundamental: “o carácter interdisciplinar desta exposição acarreta obrigações metodológicas futuras, e logo para Portugal, organizador da exposição seguinte, em 1981. O tema genérico da época das descobertas presta-se particularmente a tal tratamento, e exige-o, dentro da seriedade científica indispensável ao projeto. Convém pensar desde já no caso, definindo cientificamente o programa, formando equipas e prevendo visitas de estudo à exposição florentina. *A diminuta prática nacional de exposições desta*

²⁰⁰ Arquivo CE: CDCC, 33rd Session, (Strasbourg, 21-24 February 1978), (1st meeting as a Steering Committee), meeting report. CM(78)54;CDCC(78)9 e CDCC, 34th session (Strasbourg, 20-23 June 1978), meeting report CM(78)171; CDCC(78)22.

²⁰¹ Arquivo CE: CDCC, Draft Programme for 1979. CM(78)172;CDCC(78)10 rev.

²⁰² O III GC toma posse no fim de agosto de 1978, mas, vendo o seu programa de governo rejeitado pela Assembleia da República em setembro, cessa funções em novembro do mesmo ano. Ainda assim, retenha-se como o seu programa apresenta Portugal, como “Nação Europeia e Estado europeu dos mais antigos”, referindo expressamente que “*A identidade europeia de Portugal entende-a o Governo como uma realidade natural e cultural profundamente determinante do nosso perfil como nação - e, por consequência, fator primordial a continuar a ter em conta no desenho e na prática das nossas relações exteriores, para as quais nada do que interesse ou diga respeito à Europa pode ser indiferente.*” (itálico meu).

responsabilidade constitui um óbice que deve ser superado por uma organização acertada e oportuna.”²⁰³

Com a aprovação de uma moção de rejeição do seu programa, cai o III Governo Constitucional e toma posse novo governo de iniciativa presidencial. A partir de novembro de 1978, Mota Pinto dirige o IV Governo Constitucional e, sob a alçada da Presidência do Conselho de Ministros, Mourão Ferreira volta à SEC.

Empenhado em confirmar que “o regime democrático é compatível (...) com a vivificação saudável e equilibrada do sentimento nacional e dos valores especificamente portugueses”, o IV Governo Constitucional fixa entre os seus objetivos o “reforço da *consciência da identidade nacional*”, sem que esse propósito tenha que ver “com qualquer conceção chauvinista, com qualquer nacionalismo estreito, com qualquer isolacionismo virado para dentro, fechado ao mundo”, mas antes consistindo, entre outros, “na preservação do nosso património artístico, (...) na defesa e difusão dos nossos valores culturais” e “na assunção das nossas realizações passadas e presentes e na consciência da nossa contribuição anterior, atual e futura para a civilização universal.” Na cultura, a prioridade conferida ao património cultural está ligada à “*consciência e à preservação da identidade nacional*” e outro dos objetivos é a defesa da língua portuguesa e difusão dos “valores humanísticos por ela veiculados em oito séculos de história”.²⁰⁴

Com o regresso de Mourão Ferreira à SEC não se estranhe que, na reunião do CDCC (35ª sessão) que se seguiu, em março de 1979, este Conselho tenha registado com satisfação a *confirmação da oferta portuguesa de organizar a XVII exposição sobre “As Grandes Descobertas”* em 1981, além da oferta turca para organizar a XVIII sobre “As Civilizações da Anatólia” em 1983, bem como uma nova oferta da delegação grega de organizar, em Atenas, uma exposição sobre a cultura clássica da Grécia como fonte de inspiração na Europa ao longo dos tempos.²⁰⁵

Em junho, na reunião seguinte (36ª sessão), o CDCC concordou em provisionar a primeira tranche do subsídio do Conselho da Europa a Portugal, o qual, em 1981, organizaria a XVII exposição: “Os descobrimentos portugueses e a Europa nos séculos XV e XVI”.²⁰⁶

²⁰³ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0232: Relatório de José Augusto França sobre a 2ª reunião da comissão organizadora europeia da 16ª Exposição do Conselho da Europa: “Florença e a Toscana dos Medici na Europa de Quinhentos” (Florença, 13 e 14 outubro de 1978), 15/10/1978.

²⁰⁴ Nas “Linhas Gerais da Ação Governativa” constantes do Programa do IV GC. Sobre o debate e outras reações a este projeto, ver Vakil, 2006. Em particular sobre a violenta crítica de António Reis e acusação de perigosa aproximação à política do SNI pelo empolamento do “sentimento nacional”, ver Dionísio, 1994: 471.

²⁰⁵ Arquivo CE: CDCC, 35th session (3rd meeting as Steering Committee), Strasbourg 5-9 March 1979, meeting report. CM(79)101; CDCC(79)6.

²⁰⁶ Arquivo CE: CDCC, 36th session (4th meeting as a Steering Committee) (Strasbourg 5-8 June 1979), meeting report. CM(79)187; CDCC(79)14. Registe-se que, na sequência de uma proposta do Secretariado do CDCC, o qual, na reunião de março, lembrara que, no passado, havia beneficiado da assessoria de um pequeno grupo de especialistas para a organização e planeamento das exposições, considerando útil equacionar a recriação de tal grupo para prestar a mesma assistência e ajudar a harmonizar as próximas exposições da série, na reunião de junho, o CDCC decidiu estabelecer um grupo de “exposições europeias de arte”, composto pelos comissários-gerais das exposições de Berlim (1977), Florença (1980), Portugal (1981), Turquia (1983) e Grécia (sem data fixada), responsável para lidar com os problemas de transporte, seguros e publicidade, podendo também examinar os temas propostos para as exposições. Cf. relatórios referidos nas duas notas precedentes.

Em suma, em 1979, no que toca à exposição europeia de arte em Portugal, além da (re)confirmação da sua organização em 1981, a alteração que se regista é a delimitação definitiva da sua temática, agora expressamente restringida às descobertas portuguesas. Uma vez mais, a opção não é justificada nem tão pouco explicitado o objetivo prosseguido. O que se sabe é que o título "foi fixado por David Mourão Ferreira", segundo conta Nikias Skapinakis, numa carta que, em 1983, dirige a Pedro Canavarro para, entre outros, agradecer o convite para a abertura oficial da Décima Sétima.²⁰⁷

Porém, enquanto, em Estrasburgo, era confirmada a realização da exposição europeia em Portugal e mais bem delimitado o seu tema, em Lisboa, o primeiro-ministro português demitia-se, após chumbo do orçamento apresentado.

No princípio de julho, o presidente da República dissolve a Assembleia da República, tendo em vista a realização de eleições legislativas intercalares em dezembro, e promove a formação de um executivo para governar o país até à constituição do novo Governo.

Em agosto de 1979, Lourdes Pintassilgo toma posse como primeira-ministra do V Governo Constitucional, o terceiro e último dos governos de iniciativa presidencial, um governo investido de todas as prerrogativas constitucionais, mas assumidamente de transição, destinado a governar durante pouco mais de "100 dias".

Durante este período nada parece ter ocorrido no dossier exposição europeia de arte, nem tão pouco se realizou qualquer reunião do CDCC.

2.6. O VI Governo Constitucional e o Decreto-lei n.º 224/80, 22 de julho (1980)

Nas eleições intercalares de dezembro de 1979, a Aliança Democrática (AD) é a força mais votada e, a 3 de janeiro de 1980, toma posse o VI Governo Constitucional, de natureza intercalar, o qual é liderado por Sá Carneiro, sendo vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros Freitas do Amaral, e Vasco Pulido Valente secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro e secretário de Estado da Cultura.

O Programa do Governo é claro quanto à necessidade da política externa portuguesa - "concebida e executada pelo Governo, pois é da competência deste nos termos da Constituição" - dever, antes de mais, servir os interesses políticos, económicos e culturais de Portugal, sendo primeira prioridade a plena integração de Portugal na CEE e, para o efeito, a aceleração das necessárias negociações. Na política cultural, as orientações fundamentais são a preservação do património cultural e a descentralização, a democratização e a libertação das "energias criadoras dos homens e da sociedade", devendo ser combatidas "quaisquer veleidades de 'cultura oficial'".²⁰⁸

Cerca de um ano antes, Pulido Valente havia criticado publica e duramente o facto de, pese embora o degradado estado do património nacional e dos seus arquivos, a ausência de cultura universitária, a

²⁰⁷ PT/TT/EAC 17 cx. 66, mç. 136: Ofício de Nikias Skapinakis para Pedro Canavarro, 10/05/1983.

²⁰⁸ Programa do VI GC.

escassez de edições e o estado da cinema e do teatro, o IV Governo tivesse escolhido incitar a recuperação do “orgulho nacional perdido” através da cultura passada (“que tem a grande vantagem de já estar feita”) e de um série de sucessivas *comemorações*, levando-o a afirmar que Mourão Ferreira havia transformado a SEC na “Secretaria de Estado das Efemérides”, com a adoção de uma política cultural meramente memorialista.²⁰⁹

Ora, esta perspetiva do secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro e secretário de Estado da Cultura, encontrou, de algum modo, eco entre os seus pares.

Considerando que “a grave situação económica e financeira do País impõe um sério esforço de contenção no dispêndio dos dinheiros públicos em manifestações ou iniciativas comemoratórias de mero carácter festivo”, “a urgência de se canalizarem as verbas disponíveis para utilizações prioritárias na satisfação das verdadeiras necessidades do País” e o facto de que “a generalidade das datas previstas como motivo de festas ou comemorações pode muito bem ser assinalada com iniciativas que marquem uma posição sem envolver necessariamente a realização de gastos públicos”, uma das primeiras Resoluções do Conselho de Ministros de Sá Carneiro, reunido a 26 de janeiro, determinou (i) a apreciação, caso a caso, da realização de despesas públicas destinadas a custear comemorações, tais como dias nacionais, internacionais ou mundiais, (ii) o estudo da redução das despesas para comemorar o 10 de Junho e o 25 de Abril, e (iii) a suspensão da realização de despesas com os atos preparatórios do 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas e das comemorações do IV Centenário da Morte de Camões, até que a Assembleia da República se pronuncie definitivamente sobre os diplomas.^{210 211}

²⁰⁹ “A Estratégia da Comemoração”, em *Expresso*, 13/01/1979, republicado em Valente, 1979: 359-361.

²¹⁰ Resolução n.º 30/80, DR n.º 34/1980, Série I, 1980-02-09. Esta é uma Resolução do Conselho de Ministros, mas na ‘sua’ SEC, Pulido Valente, logo no segundo despacho, gerou polémica quando determinou a suspensão de todos os atos elaborados e da concessão de subsídios a partir de 3 de dezembro de 1979, dia seguinte às eleições em que a AD foi a força vencedora, cf. PT/TT/SEC-GAG 2/001/0083, fl. 20: Livro de Despachos.

²¹¹ Tanto o Governo presidido por Mota Pinto, como o de Maria de Lurdes Pintassilgo, haviam aprovado legislação relativa às comemorações do IV Centenário da Morte de Camões (respetivamente, Resolução n.º 194/79 do Conselho de Ministros, DR, I Série, n.º 153, 5-07-1979 e Decreto-Lei 513-A/79, de 24 de dezembro). A decisão de suspensão daqueles diplomas pelo governo Sá Carneiro foi amplamente criticada pela classe intelectual (veja-se, por exemplo, a *Colóquio/Letras*, 54, março 80, 101). Também o debate na Assembleia da República relativo à ratificação da suspensão dos dois diplomas - o relativo ao 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas e o do IV Centenário de Camões - foi particularmente aceso. Os deputados dos grupos parlamentares integrantes da AD justificaram a decisão na grave situação económica e financeira do país, mas também na perspetiva de que “as festividades, as comemorações, os dias disto, os dias de aqueloutro, esgotam-se em si mesmos. Não têm qualquer significado material, resolvem-se e apagam-se logo após o termo das comemorações e das festividades e ficam, uma vez mais, por resolver os verdadeiros problemas” (Rui Pena), pelo que, ao invés dessas “dispendiosas exibições de um patriotismo sem dúvida louvável, mas manifestamente estéril”, o Governo mostrava preferência por, quanto à suspensão do congresso das comunidades portuguesas, optar pela audiência dos emigrantes através de canais próprios institucionalizados e, em relação às comemorações camonianas, honrar a sua memória através da realização de obras perduráveis, desde a preservação dos arquivos e bibliotecas à reabertura e conservação de museus, assim como a restauração de monumentos degradados e a proteção de centros urbanos. Natália Correia (PSD) chega até à questionar “porque não iniciar neste centenário da morte de Camões, os estudos para a fundação de um museu do grande poeta nacional? E que melhor edifício para o instalar do que a Casa dos Bicos, que pertenceu à família de Afonso de Albuquerque, sendo uma jóia arquitetónica do ciclo dos Descobrimentos, cuja degradação é intolerável? Sim, porque não recuperá-la para um museu de Luís de Camões?”. A oposição, por seu turno, considerou que as decisões de suspensão se integravam na “estratégia política global” do Governo de

O preâmbulo da Resolução salvaguarda, porém, que “as restrições agora determinadas não deverão, em qualquer caso, afetar a *projeção e o prestígio internacionais de Portugal*”. Apesar de a exposição europeia não se tratar de uma comemoração em sentido estrito, mas, ainda assim, uma “festa” com dispêndio de dinheiro públicos, a ressalva surge em linha com o impulso que, dia antes, o secretário de Estado da Cultura tinha procurado dar à exposição europeia de arte cujo projeto herdara dos governos anteriores. Este era um compromisso assumido junto do Conselho da Europa e a verdade é que, como referido por Pinto Balsemão anos depois, na época o Conselho da Europa era útil como “trampolim para Bruxelas”.²¹²

Com efeito, a 18 de janeiro de 1980, apenas quinze dias após a tomada de posse, tendo presente “a urgência de assegurar, em colaboração com o MNE, a participação portuguesa na ‘XVII Exposição Europeia de Arte’ que deverá realizar-se, no âmbito das atividades do Conselho da Europa, em Lisboa, em 1981”, Pulido Valente solicita um parecer ao coordenador dos Programas Culturais do Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Externas (GCACE) sobre a matéria, para consideração das *medidas urgentes* susceptíveis de definir a intervenção da SEC, e determina que, até à designação de um comissário-geral todos os assuntos relacionados com aquela Exposição sejam, na SEC, encaminhados, conjuntamente, pelos Gabinete de Relações Culturais Internacionais e GCACE.²¹³

Este parecer, se chegou a ser elaborado, não foi identificado na documentação consultada.

Entretanto, em Estrasburgo, entre 4 e 8 de fevereiro de 1980, Lopes Serrado representa a SEC na 37ª sessão do CDCC. Nessa reunião, o CDCC dá nota de que a sessão de abertura da XVI exposição europeia de arte terá lugar em Florença, a 15 de março, com a provável presença do presidente da República italiana. Por outro lado, por questões financeiras, decide-se adiar a primeira reunião do grupo de peritos “exposições europeias de arte”, cuja criação havia sido decidida nas sessões anteriores.²¹⁴ Nada é, oficialmente, referido quanto à XVII Exposição.²¹⁵

Sobre esta, o próximo passo conhecido é a nomeação, em março desse mesmo ano, por Freitas do Amaral, ministro dos Negócios Estrangeiros, por proposta do secretário de Estado da Cultura, de Mourão Ferreira e João Bettencourt, como, respetivamente, comissário-geral e comissário-adjunto, para a organização e coordenação da XVII Exposição Europeia de Arte, subordinada ao tema “Os

intensificação da luta institucional entre órgãos de soberania e de afrontamento ao presidente da República (o qual anunciara o Congresso a 10 de junho de 1978) e ao Conselho da Revolução. No que toca ao IV Centenário de Camões, cuja organização de comemorações condignas se esperava ser, em 1980, “uma das primeiras preocupações em matéria de política cultural, deste ou de qualquer outro Governo”, a decisão de suspensão do diploma justificou-se, para António Reis (PS), porque “este Governo, apenas e simplesmente, não suporta que a referida comissão organizadora tenha sido nomeada pelo presidente da República e, pela ex primeira-ministra Maria de Lurdes Pintassilgo”, cf. Reuniões Plenárias de 5 e 7 de fevereiro de 1980, em DAR, I legislatura, 4ª. Sessão Legislativa (1979-1980), 6-02-1980 e 8-02-1980.

²¹² Cf. Balsemão, 2013.

²¹³ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0234: Despacho 8/80, do secretário de Estado da Cultura, 18/1/1980, para Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Externas e PT/TT/SEC-GAB 2/001/0083: Despachos 1979-1983, fl. 21.

²¹⁴ Cf. nota 206.

²¹⁵ Arquivo CE: CDCC, 37th Session (5th meeting as a Steering Committee) (Strasbourg, 4-8 February 1980), CM(80)98;CDCC(80)16.

Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento”, a realizar em Portugal em 1982.^{216 217}

Este tema, como acima se referiu, havia sido definitivamente fixado durante o IV Governo Constitucional, precisamente por Mourão Ferreira. Conta, porém, José Augusto França que dois outros temas, na sua perspectiva mais favoráveis a uma política cultural portuguesa, no quadro dos temas artísticos e culturais de preocupação na Europa de então (a saber, o urbanismo, do Renascimento a Pombal e o retrato, desde Nuno Gonçalves) chegaram a ser discutidos oficialmente, para substituir o inicialmente aprovado, porém “o súbito anúncio televisivo do então novo ministro dos Negócios Estrangeiros Freitas do Amaral cortou cerce qualquer hipótese de alteração”.²¹⁸

Nomeados para aqueles cargos, Mourão Ferreira e João Bettencourt partiram imediatamente para Florença, para visitar a XVI Exposição que ali decorria e travar contactos com os seus responsáveis. Porém, esses dez dias de reflexão e trabalho, conta Bettencourt, acabaram em “perplexidade mútua” pela dimensão e responsabilidade da organização, não só atentas as débeis estruturas nacionais no plano administrativo e museológico, como “a estreiteza do nosso ambiente cultural, nada propício aos ciclónicos gastos que necessariamente este evento iria gerar”.²¹⁹ Estando Mourão Ferreira decidido a desistir do projeto, o assunto, continua Bettencourt a relatar, foi discutido em Estrasburgo com o embaixador José Cutileiro que insistia na sua prossecução, “independentemente das dificuldades, dadas as importantíssimas repercussões no plano internacional num país que se preparava para integrar a CEE!”. Uma ‘quezília política’ levou a que, mal chegado a Lisboa, Mourão Ferreira pedisse a demissão, com a ressalva de que Bettencourt se mantivesse em funções até à nomeação de novo comissário-geral.

220

Em abril, Freitas do Amaral acolhe e preside, pela primeira vez em Lisboa, à reunião do Conselho de Ministros do Conselho da Europa. No seu discurso de abertura, começando por partilhar que, na sua opinião, este organismo internacional escolheu reunir em Lisboa - na verdade, aceitou o convite que lhe fora dirigido pelo governo português ... - para dar “uma demonstração pública de satisfação, agora que Portugal voltou à democracia plural”, o ministro dos Negócios Estrangeiros recordou que, desde a sua admissão, Portugal tinha sido um dos membros mais ativos e preocupados, assegurando que sempre assim iria ser na medida em que o Conselho da Europa é uma instituição fundamental por várias razões. Uma delas é o facto de, se a NATO e a CEE lidam principalmente com assuntos militares e económicos, cabe ao Conselho da Europa ocupar-se de outros domínios de igual importância, como os culturais,

²¹⁶ Despachos datados, respetivamente, de 6 e de 13 de março (o segundo no DR, II série, de 11/05/1983). Em PT/TT/SEC-GAG 2/001/0410: Ofício da SEC n.º 1136/80ADSTR-PPC: envio para MNE de projeto de despacho de nomeação de João Bettencourt. ADSTR Fundo PPC: Cópias dos originais do despacho de nomeação de Mourão Ferreira e da Informação à Imprensa, 21/03/1980.

²¹⁷ Não foi possível detetar quando é que foi decidido adiar a realização da exposição europeia de 1981 para 1982. Terá, certamente, que ver com o adiamento da XVI Exposição (Florença), inicialmente agendada para 1979 e que se veio a realizar em 1980.

²¹⁸ *Diário de Lisboa*, 19/07/1983 e França, [1991] 2000: 69.

²¹⁹ Bettencourt, 2018: 9.

²²⁰ José Augusto França atribui a desistência a “carência do apoio oficial”. *Diário de Lisboa*, 19/07/1983.

científicos e jurídicos, o ambiente, a administração pública e as autarquias locais. Ou seja, “a Europa não é - e nunca será - uma organização com fins puramente materiais ou económicos. Maior ênfase deve ser dada à sua dimensão cultural. E não há dúvida de que, de todas as instituições europeias, o Conselho da Europa é o um dos mais preocupados em fomentar a vida cultural da Europa que estamos a construir”.²²¹

Por seu turno, Sá Carneiro, no almoço oferecido aos ministros do Conselho da Europa nesse mesmo dia, não só frisou como a reunião em Lisboa constituía “um marco de importância política para Portugal e para a solidariedade democrática da Europa ocidental”, como manifestou grande orgulho em ser, em menos de 15 dias, simultaneamente anfitrião e convidado do Conselho da Europa, uma vez que havia sido convidado para a Assembleia Parlamentar na semana seguinte (onde, aliás, viria a fazer a sua primeira declaração pública no estrangeiro desde que assumira funções).²²²

Está bom de ver que jamais a ideia de desistir do compromisso de realizar a exposição europeia de arte do Conselho da Europa em Portugal teria cabimento nesta dupla perspectiva de entusiasmado empenho português nas atividades daquele organismo internacional e de maior valorização da dimensão cultural no quadro da cooperação europeia.

Assim, ainda em busca de novo comissário-geral,²²³ a preparação da Exposição dá um passo maior com a aprovação, em Conselho de Ministros de 30 de maio, atentas “as múltiplas e complexas tarefas necessárias à concretização de uma iniciativa de tão grande responsabilidade e tão elevado prestígio internacional”, do diploma legal que institui o Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte. Promulgado a 7 de julho, este diploma viria a ser o Decreto-Lei n.º 224/80, 22 de julho.

A Nota Justificativa, preparada pela SEC para acompanhar o projeto de diploma, começa por notar que as exposições do Conselho da Europa, destinadas a “evidenciar a universalidade do espírito europeu e a determinante contribuição de cada um dos países da Europa para os caracteres essenciais daquele mesmo espírito”, foram já realizadas em quase todos os países membros daquele organismo internacional. Porém, constituindo “ocasiões verdadeiramente raras para a *consolidação do prestígio internacional* de cada um desses países”, mesmo os países que já as organizaram continuam empenhados em novas candidaturas, “de tal modo se considera altamente vantajosa, a nível interno e externo, a organização destes eventos culturais”. A candidatura portuguesa para a organização de tal exposição, refere a mencionada Nota Justificativa, havia sido apresentada há quatro anos, visando 1980, para coincidir com o IV centenário da morte de Camões. Mas, “os incidentes da nossa vida política tornaram impossível a concretização do projeto na data assinalada, pelo que veio a Itália a antecipar-se e a alterar

²²¹ Arquivo CE: Minutes of the 66th session of the Committee of Ministers, Lisbon 10 April 1980 (CM (80) PV) (tradução minha).

²²² Carneiro, s.d.1990(?): 153-154.

²²³ Pedro Canavarro, na entrevista realizada em março de 2022, afirmou que tem ideia de que, antes do convite que lhe foi dirigido, já haviam sido convidados para o cargo Maria Alice Beaumont (diretora do MNAA) e José Augusto França. Por seu turno, este último, no já citado artigo do *Diário de Lisboa*, de 19/07/1983, menciona que antes de um escritor [Mourão Ferreira?], foi convidado “um historiador que, por escrúpulo de não ser especialista do século XVI, declinou a incumbência”.

assim o calendário previsto.” A Nota não deixa ainda de salientar “*a importância desta tarefa como contribuição eficaz para o reforço da nossa identidade e destino cultural e histórico, no cenário do nosso imediato projeto político que é a própria Europa*”. Ao terminar, depois de uma referência aos benefícios que a realização da Exposição trará ao nível pedagógico, formativo, científico, e mesmo turístico, a Nota deixa claro que “só com uma estrutura adequada e uma firme vontade política, será possível concretizar um empreendimento desta natureza, cujas características e alcance não encontram paralelo em qualquer outra realização congénere levada a cabo no nosso país durante os últimos decénios”.²²⁴

No final de junho, a SEC, talvez por não ter o nome de um novo comissário-geral a apresentar, nem se faz representar na reunião do CDCC (38ª sessão, de 30 de junho a 2 de julho),²²⁵ solicitando ao representante do Ministério da Educação e Ciência que “assegurasse a informação tida por conveniente para o setor da cultura”.²²⁶ Atenta a sua importância, o resultado da reunião foi transmitido, por telefone, por colaborador desse Ministério (Teixeira Matos) a uma colaboradora da SEC (Iva Delgado), a qual, a 16 de julho, elabora um pequeno relatório onde menciona que o CDCC pretende “saber a data da realização e os responsáveis da 17ª Exposição sobre os Descobrimentos Portugueses”, com “uma alteração a assinalar” no que se refere ao âmbito, pois parecia a Teixeira Matos, “que seriam não os descobrimentos portugueses, mas os descobrimentos em geral e a Renascença na Europa”.²²⁷ No dia seguinte, quinta-feira, o relatório é despachado por Nikias Skapinakis, à atenção de Pulido Valente.

Pouco mais de vinte e quatro horas depois, na sexta-feira ao fim da tarde, Pedro Canavarro é convidado por Pulido Valente para comissário-geral, comprometendo-se a dar uma resposta na manhã da segunda-feira seguinte. Aos 43 anos, licenciado em história, com uma pós-graduação em museologia, pioneiro do leitorado no Japão e então ligado ao associativismo histórico-cultural, Pedro Canavarro era, na época, membro da *Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património*, e, nessa qualidade, na semana anterior ao convite para comissário-geral, havia recebido um louvor atribuído pelo secretário de Estado da Cultura.²²⁸

²²⁴ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0188: Ofício n.º 1518/80, 21/05/1980, remetido pela SEC para Conselho de Ministros, com projeto do decreto-lei que institucionaliza o Comissariado da XVII Exposição Europeia de Arte.

²²⁵ Arquivo CE: CDCC, 38th Session (6th meeting as a Steering Committee) (30 June - 2 July 1980), meeting report, CM(80)206; CDCC(80)31.

²²⁶ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0234: Relatório “Conselho da Europa: Resultados da última sessão do Conselho de Cooperação Cultural (junho de 1980)”, 16/07/1980, de Iva Delgado, com despacho de Nikias Skapinakis.

²²⁷ O relatório oficial da reunião do CDCC (cf. nota 224) dá nota de que, sobre as exposições europeias de arte, além de se ter voltado a adiar a convocação do grupo “exposições de arte europeia” e de se ter registado o notável sucesso da XVI Exposição, foi recordado o calendário: 1982 (Portugal): “Os Descobrimentos Portugueses na Europa Renascentista”, relativamente à qual o CDCC concordou em prever a segunda parcela do subsídio do Conselho da Europa; 1983 (Turquia): “Civilizações da Anatólia;” e 1985 (Grécia): “A influência da arte clássica grega na arte europeia através dos tempos”. Por seu turno, no projeto de Programa para 1981, aprovado na mesma data, Portugal surge como organizador da XVII Exposição “Os Descobrimentos Portugueses e a Europa nos séculos XV e XVI”, cf. Arquivo CE: CDCC draft programme for 1981. CM(80)207; CDCC(80)19 revised.

²²⁸ Cf. PT/TT/SEC-GAB 2/001/0083: Livro de Despachos SEC 1979-1983, n.º 179, 11/07/80: “Louvor aos elementos que integram a Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património.” Sobre

Nesse fim de semana de reflexão, como melhor se explicitará, Canavarro estruturou *toda a Exposição*. “A três anos de distância, a clareza do plano era total”.²²⁹

Na segunda-feira seguinte, Canavarro transmite a sua aceitação em reunião com Pulido Valente, onde conhece João Bettencourt, o qual, imediatamente, mantém como comissário-adjunto.²³⁰ No dia seguinte, Freitas do Amaral exonera Mourão Ferreira do cargo de comissário-geral e designa Pedro Canavarro.²³¹

E, apesar da urgência - “porque a imagem de Portugal estava por terra” - com que o embaixador José Cutileiro solicitava uma deslocação do novo comissário-geral a Estrasburgo para defender, perante os descrentes dirigentes do Conselho da Europa, a capacidade de Portugal em organizar uma exposição desta complexidade e envergadura, só em setembro, depois de iniciados contactos em Portugal e de uma passagem pela XVI Exposição, em Florença, Canavarro vai a Estrasburgo, não só para atestar a inexistência de quaisquer problemas, mas, sobretudo, para acertar o calendário da Exposição e das reuniões de preparação da mesma, conseguindo “dar uma imagem muito segura e estimulante do que se pretende vir a fazer”.²³²

2.7. O Comissariado, a Comissão Executiva e a Comissão Organizadora Europeia

Coincidindo com a data de nomeação do novo comissário-geral, é publicado o já referido Decreto-Lei n.º 224/80, de 22 de julho, que instituiu, no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), o Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, a ter lugar, em Lisboa, em 1982, sob os auspícios do Conselho da Europa, subordinada ao tema “Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento”.²³³

Sendo certo que o Comissariado foi instituído no âmbito da PCM, registre-se, no entanto, que essa

esta: Despacho n.º 68/80, de 15 de fevereiro, do secretário de Estado da Cultura (Vasco Pulido Valente): procurando apoiar e contribuir para que se alarguem e multipliquem as iniciativas de associações de cidadãos “que põem nas mãos dos Portugueses o cuidado da conservação e guarda da herança cultural da Nação, que funda a identidade histórica e define a qualidade da sua vida presente”, determina a criação, na dependência direta daquele Gabinete, da Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património (DR, II Série, n.º 71, 25/3/1980). Sobre a experiência de Pedro Canavarro, desde o início do associativismo histórico-cultural até à participação na referida Comissão e sobre as iniciativas destas, veja-se Canavarro, 2019: 235-239.

²²⁹ Canavarro em entrevista a Araújo, 2018: 84-85. Na autobiografia, Canavarro explica que se tratou de um fim de semana “de uma criatividade e felicidade incríveis já que, dentro de mim, estavam um acumulado de ideias e experiências que permitiam que estas se sucedessem quase com naturalidade. E daí ter viajado, mentalmente, de Oriente para Ocidente, partindo da Madre de Deus (...) e os Jerónimos”. Ou seja, a ponderação sobre o convite estava terminada: “Sentí um enorme poder na transparência e na lógica com que esse discurso explosivo se me apresentava, e fui!”, cf. Canavarro, 2019: 241-242.

²³⁰ Canavarro, 2019: 240-243. Nas palavras de Bettencourt (2018: 10) “o encontro e a conversa foram surpreendentes. Detetei num relance o entusiasmo do historiador, a segurança do técnico, o rigor e a disciplina do organizador nato, assim como o insólito da conjugação de todos estes fatores numa só pessoa.”

²³¹ Despachos de 22/07/1980, DR, II Série, de 1980-08-08.

²³² Cf. primeira reunião da Comissão Executiva, 21/10/1980, ata em PT/TT/EAC17 Cx.190, mç. 409. Ver também Canavarro em Araújo, 2018: 87.

²³³ O diploma foi amplamente alterado pelo Decreto-Lei n.º 189-A/81, de 3 de julho. A descrição do regime jurídico atende à versão consolidada.

circunstância pouco significou a nível de tutela ou envolvimento direto do primeiro-ministro, pois Sá Carneiro, e, sucessivamente, Pinto Balsemão e Mário Soares, sempre se apressaram em proceder à delegação da sua competência, prevista no referido diploma, seja no membro do governo responsável pela cultura, seja no dos negócios estrangeiros.^{234 235}

Repare-se que, Pinto Balsemão, então primeiro-ministro do VII Governo Constitucional, em janeiro de 1981, como o havia feito Sá Carneiro, delega as suas competências exclusivamente no novo secretário de Estado da Cultura, Braz Teixeira.²³⁶ Contudo, a natureza europeia, mesmo internacional, da Décima Sétima exige algo mais. Uma vez que “*a orientação da Exposição, sua conceção e execução emanam, em grande parte, de compromissos assumidos em resultado da ação diplomática e envolvem relações internacionais do Estado e seus organismos*”, sentiu o MNE, em agosto de 1981, a necessidade de dirigir ao primeiro-ministro uma exposição solicitando a alteração do despacho de delegação, dividindo as áreas de competência entre o MNE e a SEC. Só dessa forma poderia o MNE definir “o que deve ser a atuação das missões diplomáticas na promoção da Exposição no estrangeiro, na *divulgação da sua mensagem política* junto de outros Governos, na participação dos núcleos de emigrantes e na colaboração com as entidades que devem ceder os documentos históricos, objetos científicos e obras de arte”.²³⁷

O ministro dos Negócios Estrangeiros era, agora, André Gonçalves Pereira para quem a componente cultural constituía um elemento importante da ação externa do Estado, ao ponto de considerar a criação da Direção-Geral das Relações Culturais Externas do MNE o passo mais marcante da sua gerência. Em sintonia, na sua ‘despedida’ do MNE, não deixou de referir o acompanhamento e a direção, na parte externa, dos trabalhos preparatórios da Décima Sétima, a qual “durante o ano de 1983 recordará aos estrangeiros o que foi Portugal, e aos portugueses aquilo que pode vir a ser”.²³⁸

O facto de o “prestígio internacional” do Estado ter assumido um papel de peso tanto na decisão de não desistir da realização da Décima Sétima (como atestam as posições do embaixador José Cutileiro acima explicitadas), como no decorrer dos trabalhos da mesma, é igualmente corroborado pela reação do MNE a outro evento ocorrido na mesma época.

Veja-se, a título exemplificativo, a forma como o MNE, em novembro de 1981, refletindo

²³⁴ Cf. Despacho Normativo 302/80 (DR n.º 217/1980, Série I, 19/09/1980); Despacho Normativo 51/81 (DR n.º 25/1981, Série I, 30/01/1981), Despacho Normativo 283/81 (DR n.º 229/1981, Série I, 06/10/1981); Despacho Normativo 106/82 (DR n.º 146/1982, Série I, 28/06/1982); Despacho 11/83 (DR, II Série, n.º 158, 12/07/1983).

²³⁵ Em claro contraste com a leitura que Fernando Catroga fizera sobre a evidência de controlo político nas Comemorações Henriquinas de 1960 (ver nota 84).

²³⁶ Intelectual respeitado e integrante do chamado grupo da “filosofia portuguesa”, Braz Teixeira havia sido nomeado por Pinto Balsemão, seguindo a autobiografia deste último, “para podermos impulsionar mais e melhor uma área que estivera a cargo de Vasco Pulido Valente e onde este pouco ou nada fizera. Havia muito a construir na Cultura, quer internamente, quer no exterior”, cf. Balsemão, 2020: 350.

²³⁷ PT/TT/SEC-GAG 2/001/0188: Ofício do (chefe de gabinete do) ministro dos Negócios Estrangeiros, n.º 379, 4/08/81, para (chefe de gabinete do) primeiro-ministro (itálico meu).

²³⁸ Cf. “A Política Externa Portuguesa (Alocução proferida no MNE em 7 de Junho de 1982)”, em Pereira, 1982: 111-112.

informação recebida da Missão Permanente em Estrasburgo, comunicou, em modo ‘muito urgente’, à SEC “o grande desapontamento” que causou no Conselho da Europa o facto das autoridades portuguesas terem desistido de organizar, no ano seguinte, a VII Confrontação Europeia sobre Património Arquitectónico. O projeto português, de que se desistia, “desorganizou o programa do Conselho da Europa, provocou gastos, causou repetidas vezes preocupações no Secretariado daquela Organização e levou ao cancelamento de uma iniciativa de um terceiro país”. Este processo “não poderá deixar de ter reflexos negativos no prestígio e posição de Portugal no Conselho da Europa e na credibilidade de outras iniciativas que, no futuro, o nosso país ali queira tomar”, pelo que o MNE considerava conveniente rever a decisão de desistência da SEC.²³⁹

Em suma, pese embora o seu simbolismo político, onde o fator internacional não é despreciando, a Décima Sétima nunca foi um projeto especialmente apoiado por qualquer dos primeiros-ministros dos governos que a sua organização atravessou: o VI Governo (Sá Carneiro) que instituiu o Comissariado e “acompanhou” os primeiros 6 meses de preparação; o VII e o VIII (Pinto Balsemão), durante os quais a Exposição foi tomando forma e abriu as suas portas (o que sucedeu quando o VIII Governo levava 5 meses de governo de gestão, dirigido por um primeiro-ministro demissionário) e o IX, que tomou posse já durante a Décima Sétima.

Talvez por isso, na autobiografia, Pedro Canavarro afirme que, embora o Comissariado tivesse sido designado por um governo, a Décima Sétima “acabou por não pertencer a nenhuma governação em particular, já que estas variavam sucessivamente, de 1980 a 1983, ano da inauguração”.²⁴⁰

De volta ao regime jurídico.

Ao Comissariado, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa,²⁴¹ competiu: organizar a Exposição, em colaboração com os países participantes; dinamizar o apoio das estruturas nacionais; garantir a execução dos seus objetivos pedagógicos e formativos, e do seu registo audiovisual; promover, no País e no estrangeiro, a sua divulgação; incrementar e apoiar a realização de exposições de temática próxima em locais historicamente significativos e apoiar, em colaboração com o Instituto Português do Livro, a edição de obras originais relacionadas com a temática ou a reedição de outras que se encontrem em depósito.²⁴²

²³⁹ PT/TT/SEC-GAG 2/001/0188: Ofício “muito urgente” do MNE (diretor Geral dos Negócios Políticos) n.º CLT/OI 83.5, 4/11/81, para o secretário de Estado da Cultura (itálico meu).

²⁴⁰ Canavarro, 2019: 272. Canavarro recordou, ainda, que Lucas Pires, aquando da sua saída do MCCC, em junho de 1983, terá dito “Só existem duas pessoas que estão à margem desta dinâmica partidária e que se mantêm: você, Pedro, e o General Eanes, tudo o resto muda a todos os minutos”, cf. Araújo, 2018: 86.

²⁴¹ A alteração do diploma de julho de 1981 veio permitir a adjudicação de obras e a realização de despesas com a aquisição de equipamentos e serviços sem dependência de quaisquer formalidades (nomeadamente a relativa a concursos públicos e limitados e a ajuste direto) e a não aplicação aos despachos relativos à admissão de pessoal contratado a prazo, para execução e produção de efeitos, da exigência de publicação no DR com a declaração de terem sido visados pelo Tribunal de Contas.

²⁴² Atenta a importância do empreendimento, o diploma previu que “Todos os serviços do Estado, museus, bibliotecas e arquivos do continente e regiões autónomas, empresas públicas e nacionalizadas e autarquias locais fornecerão ao Comissariado os elementos que, para a boa execução dos seus objetivos, lhes forem solicitados,

Foi dirigido por um comissário-geral (Pedro Canavarro), com vencimento correspondente a secretário de Estado, coadjuvado por um comissário-adjunto (João Bettencourt), ambos nomeados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, sob proposta do secretário de Estado da Cultura, e três comissários técnicos, nomeados por este último, sob proposta do comissário-geral: Sebastião Formosinho Sanchez, Professor de arquitetura na ESBAL (plano geral de obras); Rui Rasquilho, à data presidente da *Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património* (informação e animação cultural; e Rosalina da Silva Cunha (catálogo).²⁴³

O Comissariado, em sentido lato, compreendeu, ainda, uma Comissão Executiva, uma Comissão Cultural e o grupo de trabalho do catálogo, arquivo e serviços administrativos.

Além dos comissário-geral, comissário-adjunto e comissários técnicos, constituíam a Comissão Executiva: um representante da Direção-Geral da Contabilidade Pública (Francisco Nunes); um representante do MNE (Sequeira Serpa ou Aristides Vieira Gonçalves); um representante do IPPC (Justino Mendes de Almeida); um representante do Gabinete das Relações Culturais Internacionais da SEC (Teresa Gouveia);²⁴⁴ um representante do Ministério da Educação e da Ciência,²⁴⁵ o chefe dos serviços administrativos do Comissariado (Renato Madeira),²⁴⁶ bem como os representantes das regiões autónomas.

À Comissão Executiva competia levantar as dotações consignadas ao Comissariado, depositar as importâncias sem imediata aplicação, emitir parecer sobre a aplicação dos fundos e elaborar a conta de gerência.

Terão sido realizadas cerca de 27 reuniões da Comissão Executiva entre 21 de outubro de 1980 e 4 de abril de 1984.²⁴⁷ Para além de questões de natureza administrativa e financeira, este *forum* foi utilizado para os membros do Comissariado irem dando nota das atividades desenvolvidas, como sejam: a apresentação da Exposição em Estrasburgo, as sucessivas viagens ao estrangeiro (destinadas a contactos com museus e instituições culturais para empréstimo de obras de arte, documentos históricos e objetos científicos, bem como para reuniões com conselheiros e adidos culturais de embaixadas para debater a promoção da Exposição e programar atividades culturais com os núcleos mais significativos

devendo as entidades responsáveis colocar à disposição do Comissariado, mediante termo de entrega, o que lhes for pedido, tomando estas todas as precauções para garantir a sua guarda e conservação” (artigo 20.º).

²⁴³ PT/TT/SEC-GAG 2/001/0083: Registo de Despachos SEC, nomeações de 1/09/1980. A alteração do diploma de 1981 previu a participação de um representante da Região Autónoma dos Açores e outro da da Madeira, nomeados pelos respetivos governos regionais: José Pereira Costa (Açores) e Maria Teresa Freitas (Madeira).

²⁴⁴ PT/TT/SEC-GAG 2/001/0083: Registo de Despachos, n.º 197, 14/08/1980: nomeação de Teresa Gouveia (GRCI) e Bairrão Oleiro (IPPC). O representante do IPPC foi, porém, Justino Mendes de Almeida.

²⁴⁵ Aditado em 1981.

²⁴⁶ Apesar do diploma não o prever, a lista da Comissão Executiva constante dos catálogos inclui Maria Isabel de Lacerda Matos, chefe de gabinete do Comissariado.

²⁴⁷ PT/TT/EAC17 Cx. 190: Inclui as atas das reuniões, mas nem todas em versão assinada, razão pela qual não se pode afirmar que sejam as definitivas. A distribuição anual é: duas reuniões em 1980, nove em 1981, dez em 1982, e, já após o termo da Exposição, duas em 1983 e três em 1984. A partir da 7ª reunião (1/07/1981), o timbre deixa de referir “Exposição Europeia de Arte” para passar a mencionar “Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura”. A seguir à 16ª reunião (21/05/1982), as atas deixam de ser numeradas.

de emigrantes), a realização de reuniões da Comissão Cultural e da Comissão Organizadora Europeia, as conferências de imprensa, o plano editorial, bem como os atrasos nos empréstimos e o andamento dos trabalhos nos diversos locais onde iria ser apresentada a Exposição. A partir de junho de 1982, numa altura em que os contratos para obras estão a terminar, mas as obras de que os núcleos carecem ultrapassam em muito o montante dos contratos efetuados, a principal questão é a “situação financeira preocupante” do Comissariado, e a necessidade de sensibilizar o Ministério das Finanças, através do MCCC e do MNE.²⁴⁸

A Comissão Cultural, nomeada pelo comissário-geral, foi constituída por “personalidades de reconhecida competência nos domínios especificamente relacionados com a temática da exposição”, que seriam consultadas para “traçar as linhas de orientação da Décima Sétima, definir o seu âmbito histórico, estabelecer a subdivisão do tema geral da Exposição pelos vários núcleos para esta definidos e dar apoio científico nas iniciativas culturais que se inscrevam no âmbito da Exposição”.²⁴⁹

Apesar de parte dos nomes dos membros terem sido apresentados ao CDCC (39ª sessão),²⁵⁰ em Estrasburgo, logo em janeiro de 1981, o facto de o despacho de nomeação da comissão cultural ser de junho de 1981, dias antes da 1ª reunião da Comissão Organizadora Europeia, num momento em que muitas das principais decisões estavam já tomadas, torna difícil apurar o seu grau de influência na preparação do discurso da Décima Sétima. Ademais, apesar da periodicidade de reunião mensal

²⁴⁸ PT/TT/EAC17 Cx. 190: Ata da reunião da Comissão Executiva de 30/06/1982. A necessidade urgente de financiamento é reiterada na reunião de 29/09/1982.

²⁴⁹ Os membros da Comissão Cultural foram os seguintes: Rev. Doutor John Correia Afonso (diretor do Heras Institute of Indian History and Culture, Bombaim, Índia), Prof. Doutor Luís de Albuquerque (Universidade de Coimbra), Prof. Jean Aubin (diretor de Estudos, École Pratique des Hautes Études, Paris, França), Prof. Eric Axelson (Universidade de Cape Town, África do Sul), Dra. Maria Alice Beaumont (diretora do MNAA), Prof. Charles Boxer (Universidade de Londres, Inglaterra), Arquitecto Armando Canelhas (Museu Militar), Armindo Aires de Carvalho (presidente da Academia Nacional de Belas Artes), Dr. Pereira da Costa (diretor do ANTT), Prof. Marcel Destombes (Comandante, Paris, França), Vice-Almirante Barahona Fernandes (presidente da Sociedade Nacional de Geografia), Dra. Teresa Gomes Ferreira (ICOM), Dr. João Palma Ferreira (diretor da Biblioteca Nacional), Doutor Gaetano Ferri (Reitor, Universidade de Génova, Itália), Comandante Max Justo Guedes (diretor, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, Brasil), Prof. Doutor Rejer Hooykas (Doutor em Ciências Sociais, Utrecht, Holanda), Prof. Doutor Borges de Macedo (Universidade de Lisboa), Doutor Luís de Matos (Fundação Calouste Gulbenkian), Dra. Irisalva Moita (Câmara Municipal de Lisboa), Vice-Almirante Teixeira da Mota (presidente da Academia da Marinha, falecido em 1982), Ernesto de Oliveira (antigo diretor, Museu de Etnologia), Rev. Padre Doutor José Bacelar de Oliveira (Igreja), Prof. Pinto Peixoto (presidente da Academia das Ciências), Prof.ª Doutora Lucciana Stegagno Picchio (Catedrática de Língua e Literatura Portuguesa na Universidade de Roma, Itália), Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho (Universidade de Coimbra), Capitão-de-mar-e-guerra Luciano Estácio dos Reis (Museu da Marinha), Prof. António José Saraiva (Universidade de Lisboa), Prof. Doutor Veríssimo Serrão (presidente da Academia Portuguesa da História), Prof. Doutor Francisco de Solano (Instituto Fernandez de Oviedo, Madrid, Espanha), Prof.ª Helen Wallis (Map Library, British Library, Londres, Inglaterra). Cf. Despacho do comissário-geral de 11 de junho de 1981 (DR, II Série, n.º 152, 6-07-1981) e PT/TT/EAC 17 mç. 470, cx. 214, fls. 95-96, e Catálogos da Décima Sétima (para identificação dos títulos e cargos).

²⁵⁰ Arquivo CE: CDCC, 39th Session (7th meeting as Steering Committee) (Strasbourg 20-23 January 1981), Meeting Report, CM(81)51; CDCC(81)17 e ADSTR-PPC: Memorando XVII apresentado por Pedro Canavarro para o CDCC de janeiro de 1981, DECS/Expo (80)1.

legalmente estabelecida e de os seus membros receberem uma gratificação anual de 21.000 escudos²⁵¹, não foi possível, em qualquer dos arquivos pesquisados, consultar as eventuais atas das suas reuniões. Houve uma primeira reunião em junho de 1981,²⁵² sendo ainda, nas atas da Comissão Executiva, feitas menções a reuniões em outubro de 1981 e fevereiro de 1982.

De todo o modo, o modelo organizativo de preparação da Décima Sétima privilegiou, antes, uma perspetiva descentralizadora, assente num acentuado grau de autonomia dos coordenadores de cada um dos cinco núcleos onde decorreu a Exposição e respetivas equipas. Como explicado pelo comissário-geral à Comissão Executiva, na primeira reunião desta, o objetivo era o de “responsabilizar determinados peritos pelos vários núcleos a organizar”, coordenados por “especialistas de formação histórica além de museólogos e projetistas”, na medida em que se pensava que a constituição destas equipas para os vários setores proporcionaria “uma maior concentração específica do trabalho”, além de promover “uma salutar emulação entre as várias equipas.”²⁵³

Esta abordagem, que conduziu a uma certa disparidade entre os núcleos, acabou por ser um dos aspetos apontados pela crítica.

Por fim, porque se tratou de uma exposição europeia de arte integrada na série do Conselho da Europa, além da estrutura nacional, existiu, nos termos dos *Princípios Gerais das Exposições Europeias de Arte (1976)*, uma Comissão Organizadora Europeia *ad hoc*, composta por especialistas no tema, representantes dos países membros do Conselho da Europa (ou aderentes à *Convenção Cultural*), e destinada a elaborar a lista dos objetos cuja presença seria desejável e a lidar com questões técnicas relativas aos empréstimos (condições físicas, seguros e transporte). A preparação do catálogo, guia de visitantes, publicidade e cerimónia inaugural foram outros assuntos discutidos nesta sede.

A Comissão Organizadora Europeia da Décima Sétima ²⁵⁴ reuniu em Lisboa em julho de 1981,

²⁵¹ Até à alteração legal de 1981, deveria reunir duas vezes por mês. Sobre a gratificação, ver PT/TT/SEC-GAG 2/001/0188: Despacho Conjunto do ministro das Finanças e do Plano e do secretário de Estado da Cultura, 16/06/1981.

²⁵² Cujá ocorrência se depreende do facto do secretário de Estado da Cultura ter despachado pagamento das viagens aéreas dos membros estrangeiros, em PT/TT/SEC-GAG 2/001/0188: Ofício SEC 2088/81, 3/06/1981.

²⁵³ PT/TT/EAC17 cx. 190: Ata da 1ª reunião da Comissão Executiva, realizada a 21/10/1980.

²⁵⁴ A sua composição foi a seguinte: Pedro Canavarró e João Bettencourt. Áustria: Armand Duchâteau (Museum für Völkerkunde, Viena). Bélgica: Piet Coessens, Inspector-adjunto, Commissariat-Generaal voor de Internationale Culturele Samenwerking, Bruges; Catherine de Croes, Service de Diffusion de Arts, Relations Culturelles Internationales, Ministère de la Communauté Française en Belgique, Bruxelas; Paul Delmotte, Chefe, Kunstverspreiding, Ministerie van Nationale Opvoeding et Nederlandse Cultuur, Bruxelas. Dinamarca: Niels-Knud Liebgott, Inspector de Museus, National Museum, Copenhaga. Espanha: José Ibañez, Bibliotecário, Instituto de Cooperación Ibero-Americana, Madrid. França: Edwige Archier, Conservador, Département des Cartes et Plans, Bibliothèque Nationale, Paris; Monique Pelletier, diretor, Département des Cartes et Plans, Bibliothèque Nationale, Paris. Grécia: Aristomenis Provelengios, Professor, antigo presidente de l'Association des Architectes de Grèce, Atenas. Itália: Franco Borsi, Professor, Universidade de Roma; Maria Grazia Benini Medici, Ufficio Centrale, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Roma; Roseta Agresti Mosko, diretor, Ufficio Centrale, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Roma. Países Baixos: Simon H. Levie, diretor-geral, Rijksmuseum, Amesterdão. Reino Unido: S. George West, Professor, British Council, Londres, com a colaboração de: David Fuller, Exhibition Officer, Fine Arts Department, British Council, Londres. República Federal da Alemanha: Martin Warnke, professor, Kunstgeschichtliches Seminar der Universität, Hamburgo. Suíça: Hugo Loetscher, escritor, Zurique.

março de 1982, dezembro de 1982 e em abril de 1983, permitindo o acompanhamento regular dos trabalhos a decorrer nos locais da exposição e, assim, a constatação *in loco* das suas condições físicas.²⁵⁵ Desde a primeira reunião, i.e., dois anos antes da Exposição, independentemente do reconhecido interesse das obras de restauro em curso, foi apontada a dificuldade em prever o exato cenário físico que resultaria das mesmas e, assim, manifestada particular preocupação relativa às condições físicas em que os objetos seriam exibidos. Desde logo se fez saber que a pouca probabilidade de que de todos os locais viessem a reunir as condições exigidas teria consequências nos empréstimos, os quais não seriam feitos se não se conhecessem, ao tempo do pedido, as condições de temperatura, humidade e nível de luz em causa.

Este viria, de facto, a ser a principal dificuldade da Décima Sétima, com reflexos não só na Exposição em si mesma considerada, mas também na edição do catálogo.

No que diz respeito à temática da Exposição, é interessante notar que, na sua primeira reunião, os membros desta comissão alertaram para o facto do criticismo - então crescente - sobre os desenvolvimentos do colonialismo no período após os descobrimentos ser suscetível de conduzir a reações adversas, ainda que superficiais, relativamente à Exposição e impedir o entendimento da “mensagem” proposta pelos organizadores. Por seu turno, uma vez que o uso eufemístico das palavras “descoberta” e “influência” seriam certamente atacadas, deveria, desde logo, ser apresentado um enquadramento equilibrado, focando tanto as realizações, como os problemas posteriores. Ademais, ainda que os membros do comité simpatizassem, pessoalmente, com a ideia de deixar que os objetos “falassem por si”, e de evidenciar as relações entre estes, haveria o risco de que a ausência de uma explicação pudesse dar uma impressão de etnocentrismo, a qual deveria ser contrabalançada por explicações criteriosamente equilibradas que não justificassem a história nem oferecessem inadequada defesa contra criticismo.²⁵⁶

Vaticano: monsenhor Walter Sanvito, colaborador, secretaria de Estado, Vaticano; padre António da Silva, professor, Faculdade de Filosofia, Braga. Conselho da Europa: Michael Marschall von Biebertstein, diretor da Educação, Cultura e Desporto; David Mardell, chefe da Divisão Central da Educação, Cultura e Desporto; Joan F Davidson, administrador da Divisão Central da Educação, Cultura e Desporto (cf. Catálogos da Exposição).

²⁵⁵ PT/TT/EAC17 Cx. 200, mç. 435: DECS/Expo (81) 6, CDCC, Organising Committee of the XVII European Art Exhibition “The Portuguese discoveries and the Renaissance Europe”, Report First Meeting (Lisbon, 7-8 July 1981); ADSTR-PCC: DECS/Expo (82) 2 P, 24 March 1982, CDCC, Organising Committee of the XVII European Art Exhibition “The Portuguese Discoveries and the Renaissance Europe”, Report Second Meeting (Lisbon, 16-17 March 1982); PT/TT/EAC17 Cx. 214: Comunicado de imprensa sobre reunião da Comissão Organizadora Europeia de 14-15/12/1982; ARQUIVO MNE 3.7.2: Telegrama urgente da missão de Portugal junto do Conselho da Europa, de 24/2/1983, menciona eventual aditamento da última reunião da comissão organizadora de março para abril e Memorando do Comissariado para o primeiro-ministro, de 28/02/1083, sobre a situação das obras nos diversos núcleos, o qual refere futura reunião a 12 de abril.

²⁵⁶ O relatório da reunião finaliza com a afirmação de que, ainda que a Comissão Organizadora Europeia tenha considerado aconselhável estabelecer o limite temporal no final do século XVI, esse período não pode deixar de ser reconhecido como parte das origens da “má consciência europeia”, apesar de, em grande parte, terem sido subsequentes mudanças de mentalidade, as responsáveis pelos “lamentáveis desenvolvimentos” nas relações entre a Europa e outras partes do mundo. Cf. PT/TT/EAC17 cx. 200, mç 435: DECS/Expo (81) 6, CDCC, Organising Committee of the XVII European Art Exhibition “The Portuguese discoveries and the Renaissance Europe”, Report First Meeting (Lisbon, 7-8 July 1981).

2.8. A conceção da Décima Sétima

2.8.1. O desenho da Exposição segundo o seu comissário-geral

O preâmbulo do decreto-lei que instituiu o Comissariado para a Décima Sétima começa por mencionar que o objetivo das exposições europeias de arte é o de “evidenciar a universalidade do espírito europeu e sublinhar a comunidade do património cultural da Europa”. O governo fixou, deste modo, o ponto de partida para o que a Décima Sétima deveria ser: uma apresentação d’“Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento” que correspondesse ao objetivo que aquele governo entendia ser o que o Conselho da Europa, seu copromotor, colocava na Exposição, ou seja encarar essa época como contributo português para a formação da unidade europeia, assente em novas bases científicas e culturais a partir do período renascentista.²⁵⁷

Não foram dadas instruções adicionais ao comissário-geral a quem foi transmitido apenas o tema consagrado na lei e, assim, conferida “total carta branca para organizar a Exposição”.²⁵⁸

A Décima Sétima começou, então, a tomar forma no fim de semana de julho de 1980 em que, refletindo sobre o convite que Pulido Valente lhe fizera, Pedro Canavarro desenhóu os cinco núcleos e determinou os locais onde seria realizada a Exposição, cruzando o estudo feito sobre a aplicação de um ‘museu de cultura’ em Portugal, por si apresentado num curso para conservador, no MNAC, em 1969, com a experiência adquirida durante o leitorado no Japão (durante a qual aproveitara para visitar locais por onde os portugueses tinham passado, apercebendo-se pessoalmente da interculturalidade) e na viagem de regresso, pelo Havai e EUA. A tónica da Exposição seria a do “dar e receber”.²⁵⁹

No referido estudo, Canavarro defendeu que a aplicação de um ‘museu de cultura’ em Portugal teria o maior interesse em virtude de, ao longo da História, terem sido estabelecidos contactos com civilizações heterogéneas e cultura variadas, dos quais resultou um conjunto de material - objetos, alterações semânticas, construções, peças de vestuário, costumes - que, por si, poderia contribuir para se saber como se processaram as relações entre portugueses e os diversos núcleos geoculturais contactados. O que se procuraria não seria tanto os aspetos políticos, religiosos ou económicos da

²⁵⁷ Ainda que, na altura, como se começou por expor (ver 2.2. e notas 153-156, bem como nota 179), o acento tónico na “unidade europeia”, como objetivo das exposições de arte, era já considerado datado e discutido entre os membros do CDCC, os quais privilegiavam antes uma perspetiva menos politizada, de mera divulgação, que, porém, só veio a ser formalmente acolhida nas novas *Linhas Diretrizes relativas às Exposições Europeias de Arte*, em 1981.

²⁵⁸ Entrevista pessoal a Pedro Canavarro realizada a 25/03/2022. Conta Canavarro, na sua autobiografia, que, em novembro de 1980, estranhava o facto de ninguém o interpelar no sentido de saber o que pensava sobre a Exposição da qual estava encarregue. Para poder avançar com o que havia projetado, precisava de uma palavra de apoio e compreensão de alguém responsável ao mais alto nível, razão pela qual pediu várias audiências a Pulido Valente - a identidade do dirigente não consta da autobiografia, mas foi revelada na entrevista - para saber se estaria de acordo com a ideia e a metodologia, mas a resposta que ouviu foi “se foi nomeado é porque temos confiança em si e no seu pensamento”, permanecendo o secretário de Estado a ler o jornal, enquanto o comissário-geral apresentava o seu projeto, cf. Canavarro, 2019: 245-246 e Entrevista.

²⁵⁹ Entrevista pessoal a Pedro Canavarro realizada a 25/03/2022. Ver também entrevista a Pedro Canavarro, em *Crónica Ilustrada*, 20/07/1983 (“O sonho realizado passado 12 anos”).

atuação dos portugueses, mas antes “a expressão de uma atitude de curiosidade para com outras comunidades e meios”, ou, por outras palavras, seria “mais uma manifestação de trocas humanas do que uma afirmação de predomínio de uns sobre os outros”.²⁶⁰

Um outro aspeto focado por Canavarro neste estudo - com reflexos na sua subsequente ‘transposição’ para a Décima Sétima - é o papel da História, não tanto para expor soluções do passado, mas como “possibilidade de se tentar um diálogo com os séculos anteriores”, permitindo que “um povo tome *consciência da sua identidade*, reforçando os sentimentos pela visão dos objetos antes pensados, fabricados, utilizados”, na medida em que “o homem não pode olhar-se somente pela imagem do que foi, mas deve nela também poder reconhecer o seu poder de realização”.²⁶¹

O estudo de 1969 termina com uma frase que, na verdade, constitui também uma síntese do que Canavarro desejou que fosse, em 1983, a experiência do visitante da Décima Sétima: “Se o encontro histórico de tão diversas culturas marcou tão profundamente a maneira de ver e viver do português, parece-me que este, ao encontrar reunidos nesse museu uma tal riqueza de vestígios do seu próprio passado, mais seguro de si estaria na abertura de novos caminhos”.²⁶²

Compreende-se, assim, que Canavarro não tenha considerado o tema dos descobrimentos como nacionalista, preferindo abordá-lo como um tópico em que a importância nacional se salienta na integração não só com a Europa, mas com os mundos que os descobrimentos trouxeram.²⁶³

O que o comissário-geral, primeiramente, se propôs fazer foi abordar a expansão não como um movimento de dentro para fora, mas como “uma explosão cultural”, proporcionada pelo inter-relacionamento entre homens com uma cultura que vão encontrar outros homens com outro tipo de cultura, pondo em evidência esse “casamento” estabelecido pelos portugueses de Quinhentos entre duas culturas, a europeia e a dos mundos visitados, num dar e receber de dados culturais.²⁶⁴

Sem perder de vista o objetivo do Conselho da Europa, a projeção do universalismo da cultura europeia seria abordada começando por explicar que os descobrimentos portugueses não foram um evento casual, mas expressão da maturidade da civilização europeia (o que obrigaria a uma incursão no século XIV, ali evidenciando a identidade cultural europeia de Portugal) para, depois, ser apresentado o impacto geral - na arte, mas também na ciência e na cultura - das novas relações geoculturais que os descobrimentos portugueses proporcionaram.

Assim, a temática geral e a perspetiva adotada obrigaram, desde logo, a duas alterações relevantes face às exposições de arte anteriores do Conselho da Europa.

Por um lado, seguindo o que havia sido ensaiado na XVI Exposição, em Florença, o âmbito foi alargado à ciência e à cultura, obrigando a toda uma articulação entre dados artísticos, científicos,

²⁶⁰ Canavarro, 1971. O autor oferece, então, exemplos de peças - loiças, mobiliários, alfaias religiosas, biombos japoneses - que, tomando o exemplo do Extremo Oriente, revelariam essa atitude histórica de interligação.

²⁶¹ *Idem*.

²⁶² *Idem*.

²⁶³ Canavarro, em entrevista, *Crónica Ilustrada*, 20/07/1983.

²⁶⁴ Entrevista a Pedro Canavarro por Fernando António Almeida, em *Jornal de Letras*, 1980 (s.d.)

literários, musicais que muito satisfez o Comissariado, por poder “mostrar que a cultura e a apresentação de uma temática devem ser dadas pela articulação, pela simbiose de diversas ciências afins de um tema e não criar compartimentos estanques”.²⁶⁵

Por outro lado, entendido que foi que “pela primeira vez o Conselho da Europa escolheu num tema de *word wide interest*”,²⁶⁶ então, também pela primeira vez, uma exposição europeia de arte transcendeu o continente europeu pela *representação real* de objetos de países não europeus, exigida pelo alargamento da temática. Este pioneirismo da exposição europeia organizada em Portugal em ultrapassar as fronteiras da Europa, assumindo um carácter universal, foi, aliás, uma das características particulares da Décima Sétima mais apregoada publicamente (e, como se verá, aproveitada na mensagem política), além, naturalmente, de ter motivado uma intensa atividade do Comissariado para que a Décima contasse com objetos de todo o mundo,²⁶⁷ cujo empréstimo foi possível graças à credencial de confiança de se tratar de uma iniciativa do Conselho da Europa.²⁶⁸ Brasil, Canadá, EUA, Israel, Japão e Polónia contribuíram com objetos para a Exposição,²⁶⁹ sendo os países africanos de língua oficial portuguesa representados através de filmes.²⁷⁰

A Exposição foi, assim, projetada para, nas palavras de Canavarro, ser um “encontro de culturas”, “um ato de alegria de Portugal com a Europa e da Europa com os outros países do mundo”, “um renovado encontro connosco, com a Europa e com o mundo”, ou “um grande e renovado encontro de Portugal com o Mundo”, resultado d’“a nossa grande missão de expor o que tinha sido esse período glorioso da nossa História, demonstrar *como já éramos tão europeus* e, ainda, de como tínhamos trazido tanto do Outro, para a Europa”.²⁷¹

²⁶⁵ Canavarro, em *Crónica Ilustrada*, 20/07/1983. Ver também, *Correio da Manhã*, 19/12/1982. A alteração do âmbito refletiu-se no próprio nome da Exposição, assim *O Dia*, 28/03/1981.

²⁶⁶ *Diário de Notícias*, 10/11/1982.

²⁶⁷ Como sejam as viagens realizadas por membros do Comissariado pelo continente americano (setembro de 1981), pela Ásia (abril e maio de 1982, relatório em Arquivo MNE: 3.7.2.), Polónia e Macau (outubro 1982) ou, precisamente justificadas na circunstância da Exposição “ter uma dimensão que ultrapassa a cultura europeia e alarga à participação de outros países não pertencentes ao Conselho da Europa”, o destino das cartas solicitando colaboração remetidas pelo Comissariado, incluindo: África do Sul, Alemanha (RDA), Alemanha (RFA), EUA, Áustria, Austrália, Angola, Argélia, Bangladesh, Bélgica, Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Checoslováquia, Chile, China, Costa Rica, Costa do Marfim, Dinamarca, Egipto, Finlândia, França, Ghana, Grécia, Guiné-Bissau, Holanda, Hungria, Índia, Irlanda, Japão, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Oman, Peru, São Tomé e Príncipe, Polónia, Roménia, Senegal (em França), Suécia, Suíça, Turquia, URSS, Venezuela, Reino Unido e Zaire (PT/TT/EAC17 Cx. 53, mçs. 106 e 107).

²⁶⁸ Na sua autobiografia, Canavarro menciona, mais do que uma vez, a fundamental importância das credenciais do Conselho da Europa, cf. Canavarro, 2019: 249 e 255.

²⁶⁹ O reverso desta participação foi o encarecimento dos custos da Décima Sétima pois, ao contrário da regra relativa aos empréstimos provenientes de membros do Conselho da Europa, os seguros de transporte das peças provenientes de outros países foram suportados pelo Comissariado.

²⁷⁰ “Nesses países e devido às características da exposição, como eles não são possuidores de obras de arte, exceto arquitetónicas, foi-nos possível obter desses países um vasto espólio fotográfico e cinematográfico”, cf. Pedro Canavarro em suplemento de *a tarde*, 6/05/1983.

²⁷¹ Em, respetivamente, *Diário de Notícias*, 10/11/82; *Diário de Lisboa*, 17/12/1981; *Jornal de Letras*, 7/05/1983; Canavarro, no “Prefácio” dos Catálogos da Exposição e na autobiografia do comissário-geral, Canavarro, 2019: 278 (itálico meu).

Para os estrangeiros, constituía uma oportunidade de repensar a história da Europa e as modificações profundas dos séculos XV e XVI; para os portugueses, uma redescoberta da sua História e da sua identidade cultural,²⁷² “não através de um certame que salientasse um patriotismo balofo ou saudosista nem culpabilizado, mas revendo cientificamente a grandeza do nosso passado através do diálogo artístico e cultural das peças em exposição.”²⁷³ Ao visitar a Exposição, os portugueses sentiram-se “enquadrados com um espólio que lhes dava uma razão de ser não só passado mas, sobretudo, do presente!”²⁷⁴

E o presente não era um qualquer, antes um “momento psicológico bastante importante para o país e para o povo português, que é o de rever esse grande período dos Descobrimentos após o termo do império colonial”.²⁷⁵ Para Canavarro, o conhecimento das interligações culturais alcançadas durante os descobrimentos “pode ajudar o homem de hoje a sentir-se enquadrado no mundo atual, com a dimensão da sua própria História e, ao mesmo tempo, dar-lhe já a consciência de como o universalismo, que hoje se procura e faz quase parte do nosso quotidiano de muitas maneiras, no fundo *já foi extraordinariamente vivido pelo português de Quinhentos*. É todo esse passado histórico que nos dá *um natural estar no mundo* de hoje. E isso penso que é um tema que pode dar ao português uma grande compensação - chamemos-lhe assim - depois das alterações vividas em Portugal nos últimos anos.”²⁷⁶

Esta redescoberta da identidade cultural implicava, então, o reencontro com a identidade *intercontinental*. Para Canavarro, o facto de o Conselho da Europa ter permitido a realização em Portugal de uma Exposição que extravasou as fronteiras da Europa confirmou a condição histórica de povo dialogante e colocou Portugal, de novo, como veículo de relacionamento entre a Europa e outros continentes. Como afirma na abertura do certame, “o nosso país, de forma singular e própria, revela-se através desta Exposição do Conselho da Europa como um interlocutor natural e histórico entre o continente europeu e esses novos mundos encontrados há quatrocentos anos.”²⁷⁷

Por fim, para Canavarro, a Décima Sétima constituiria também prova da confiança do Conselho da Europa na competência de Portugal para realizar uma grande exposição internacional e, assim, demonstrar à Europa a sua capacidade organizadora, sentido de responsabilidade e contactos internacionais. Prova de confiança muito oportuna pois “os portugueses estavam muito desejosos de ter um grande acontecimento que os libertasse de *falsos ‘fantasmas’ do passado* e que se sentissem capazes de organizar um grande acontecimento que lhes desse orgulho por a sua história lhes possibilitar o acontecimento atual”, daí o desejo de que a Exposição viesse a ser “um ponto de arrancada para todo

²⁷² *Revista ACP*, novembro 1981; *Correio da Manhã*, 19/12/1982.

²⁷³ No seu Discurso na Cerimónia de Encerramento, 29/09/1983.

²⁷⁴ Canavarro, em entrevista, *Crónica Ilustrada*, 20/07/1983. Ou seja, através da evocação da História, os portugueses receberiam um “tónico de alegria e confiança em si próprio”, como o prometido por Salazar na *Nota Oficiosa* sobre as Comemorações dos Centenários.

²⁷⁵ Canavarro em *Diário Popular*, 6/05/1983

²⁷⁶ Canavarro em *Jornal de Letras*, 1981? (s.d.).

²⁷⁷ Cf. Discurso na Cerimónia de Abertura, 7/05/1983. A mesma ideia em *Correio de Manhã*, 19/12/1982, *a tarde (suplemento)*, 6/05/1983, *Diário Popular*, 6/05/1983.

um diálogo com a Europa e com o resto do mundo e não simplesmente como ato de Exposição que fica fechado nas paredes do Museu...”.²⁷⁸

2.8.2. A visão do presidente da República e do(s) ministro(s) da Cultura

Esta foi a perspetiva geral adotada pelo comissário-geral e transmitida a todos aqueles que colaboraram na Exposição, os quais a passaram à prática, com mais ou menos génio e habilidade.

Já se disse que, ainda que os descobrimentos constituíssem um tema relevante da cultura portuguesa, o governo Sá Carneiro deu a Pedro Canavarro “carta branca” para rever a temática e organizar a Décima Sétima como lhe aprouvesse. Anteriormente, já se havia mencionado que nem Sá Carneiro, nem Pinto Balsemão, enquanto primeiros-ministros, se preocuparam especialmente com a Exposição, podendo-se até afirmar que a mesma não pertenceu a um determinado governo, dado que, não contando a fase de diligências preparatórias de 1976 a 1980, entre a instituição do Comissariado, em agosto de 1980, e o termo da Exposição, em outubro de 1983, sucederam-se quatro governos.

Porém, os governantes não estão totalmente ausentes e, por isso, a tentativa de apreender o “espírito” da Décima Sétima só ficará completa com a referência à perspetiva do presidente da República e a do ministro da Cultura, nomeadamente as veiculadas na abertura solene da Exposição, com base nas quais o *Diário de Notícias*, oportunamente, escreveu a machete “Reapreciar Descobrimientos com olhos postos no futuro”, retomada no título deste trabalho.²⁷⁹

Ao inaugurar a Exposição, Ramalho Eanes defendeu que “para além da aventura e da coragem, para além do interesse e da necessidade”, o contributo dos portugueses na construção do mundo moderno assenta no “valor maior da relação com outros povos que expressa *o modo português* de entender o sentido do humanismo”. Assim, o relance sobre o passado proporcionado pela Décima Sétima “não deve imobilizar-nos num saudosismo impotente: pelo contrário, se o soubermos ler corretamente, deverá dar-nos uma visão desinibida do que somos e do que podemos”, num momento em que, confrontados “com situações e com oportunidades muito diferentes, reencontramo-nos na mesma afirmação da nossa identidade nacional” e na persistente vontade e necessidade histórica de Portugal e da Europa na sua abertura aos outros povos. Para o presidente da República, “é este o sentido novo que assume *a presença de Portugal na Europa* e o reforço das suas *relações privilegiadas com os povos que melhor conhece*”.

280

Além da presença e da intervenção na Cerimónia de Abertura, a importância conferida por Ramalho Eanes à Décima Sétima foi, igualmente, atestada pelo facto de o presidente da República ter agraciado Pedro Canavarro e João Bettencourt com os títulos, respetivamente, de Grande-Oficial e de Comendador

²⁷⁸ Canavarro, em *Crónica Ilustrada*, 20/07/1983 (itálico meu).

²⁷⁹ Capa do *Diário de Notícias*, 8/05/1983. O discurso integral do presidente da República foi publicado nessa edição. No *Diário de Lisboa*, de 7/05/1983, o título da notícia foi, igualmente, significativo: “Ao inaugurar a exposição europeia, Eanes fala de ‘estados unidos’ da Europa”. Na verdade, o presidente referiu-se ao “que poderia ser feito com a efetiva cooperação política dos Estados Unidos europeus”, o que não é uma e a mesma ideia.

²⁸⁰ Discurso na Cerimónia de Abertura, 7/05/1983 (itálico meu).

da Ordem do Infante D. Henrique e Formosinho Sanches, Rosalina Silva e Cunha e Rui Rasquilho, com o título de Comendadores da Ordem da Benemerência.²⁸¹

Francisco Lucas Pires, ministro da Cultura e da Coordenação Científica desde setembro de 1981, foi o governante que mais tempo esteve à frente da cultura durante o período de organização da Décima Sétima,²⁸² acompanhando ativamente o projeto.²⁸³ Daí o especial interesse em atentar nas suas palavras.

Na véspera da Cerimónia de Abertura, no ‘dia da imprensa’ e inauguração, na Galeria Almada Negreiros, da exposição retrospectiva das anteriores dezasseis exposições de arte do Conselho da Europa, o ministro da Cultura lançava o mote ao explicar que a Décima Sétima, organizada na perspetiva da unidade europeia, seria “de certo modo uma forma de *a Europa se sentir mais portuguesa e Portugal mais Europeu*.”²⁸⁴

Como Pedro Canavarro e Ramalho Eanes, Lucas Pires considerou que a Exposição constituiu uma oportunidade para “depois da euforia do presente a que uma Revolução sempre incita”, “voltar a olhar todo o passado e em conjunto, até para vermos onde estamos”.²⁸⁵

Na sua perspetiva, a Décima Sétima não viria para reerguer “a raça lusíada” ou “o mundo português”, mas para evidenciar a grande obra, o maior património, da cultura portuguesa e que é “uma forma humana de ser, um tipo humano, uma espécie de humanidade, *que pode ser muito útil à própria Europa* na época de formação de uma nova unidade, com fermento convival e experiência de relação única na História do Mundo”. Para o ministro da Cultura, não subsistia dúvida de que “a Exposição demonstrará que *somos europeus há muitos anos*”, procurando não só lembrá-lo, mas fazer de Lisboa,

²⁸¹ Cf. Alvará de 8 de junho da Presidência da República - Chancelaria das Ordens Portuguesas, DR, II Série, n.º 177, 3-8-1983. Conta Canavarro que Ramalho Eanes, atentas as menos boas relações com o então primeiro-ministro, não quis fazer a entrega das condecorações no 10 de junho, porque queria homenagear especialmente os comissários e “não queria que o seu objetivo se diluísse no âmbito de um governo de Mário Soares, já que em nada este tinha contribuído para a exposição”. As condecorações foram entregues no MNAA, na sala que reunia o políptico de Nuno Gonçalves com as tapeçarias de Pastrana, cf. Canavarro, 2019: 275-276.

²⁸² No VI GC, Pulido Valente acompanhou o Comissariado até ao final de dezembro de 1980 (5 meses). No VII GC, Braz Teixeira assumiu a pasta de janeiro a agosto de 1981 (8 meses). Em setembro de 1981, quando toma posse o VIII GC, foi criado o Ministério da Cultura e Coordenação Científica (MCCC), dirigido por Lucas Pires, o qual se manteve no cargo até um mês depois de inaugurada a Décima Sétima (22 meses, ainda que os últimos 5 se tratasse já de um governo de gestão, atento o pedido de demissão de Pinto Balsemão, em dezembro de 1982, e a consequente dissolução da Assembleia da República, em janeiro de 1983). A 9 de junho de 1983, tomou posse o IX GC, cujo ministro da Cultura foi Coimbra Martins.

²⁸³ Aliás, do Programa do VIII GC, de que fez parte, constava, expressamente, a organização da Décima Sétima, lado a lado com a intensificação da cooperação cultural e com o contributo para a definição dos objetivos da diplomacia cultural. Este é, talvez, um sinal da importância colocada por Lucas Pires na Exposição, consentânea, aliás, com o propósito de maior incentivo à investigação em ciências históricas e de comemoração dos acontecimentos históricos mais relevantes, expressos nesse mesmo Programa de Governo.

²⁸⁴ Cf. *Diário de Lisboa*, 6/05/1983 (itálico meu).

²⁸⁵ Discurso de Abertura, 7/05/1983. O qual o autor integrou, com expressa indicação da sua superintendência na organização da Exposição, numa coletânea de textos, de 1985, sobre as perspetivas de mudança cultural e política em Portugal (Pires, 1985: 41-45). Todas as citações seguintes são deste discurso (itálicos meus).

Já, em fevereiro, no final de uma visita à obras da Exposição, Lucas Pires tinha afirmado que esperava que a Décima Sétima desse ensejo a “uma mobilização nacional no contexto em que se vive, se não mesmo a uma reconciliação”, em *Diário de Notícias*, 6/02/1983.

outra vez, uma capital cultural europeia, um local privilegiado para se dar “o abraço do mundo”, pois “só aqui a História de Portugal, da Europa e do Mundo podem conviver de modo tão natural e solidário”. Na verdade, se coube “a um dos mais pequenos países da Europa, como é o nosso, o mais vasto dos temas até agora objeto destas Exposições do Conselho da Europa” é “porque Portugal é toda a Europa do Mar e a Europa é toda ela, afinal, no seu conjunto, toda a primeira descoberta do Mundo”.²⁸⁶

A ligação entre o desempenho dos portugueses no passado e as suas perspetivas de futuro europeu, já havia sido assumida, e manifestada, por Lucas Pires quando, cerca de ano e meio antes, em outubro de 1981, na abertura do ano académico na Academia Portuguesa de História, anunciara a criação do Museu Nacional dos Descobrimentos, num momento em que “a História e a cultura são hoje a verdadeira Mãe-Pátria”, “a verdadeira base do consenso coletivo”, pois “é a partir da História e do seu conhecimento e saber que se poderão responder a muitos dos nossos problemas atuais”.²⁸⁷

O preâmbulo do Despacho relativo à criação do referido Museu refere, precisamente, que, não só a falta de “repositório vivo e público da grande obra dos descobrimentos” é uma lacuna incompreensível, como esta se torna mais sensível após o encerramento do “Ciclo do Império”, num período em que, “*face ao processo de integração, é decisivo assinalar, de maneira duradoura, a nossa grande contribuição para a abertura da Europa e a afirmação do seu papel no mundo*”. Ademais “também a presença do mar, de outros espaços e de *uma vocação universalista, convivial e policêntrica na formação da nossa cultura* devem ser traduzidos à volta do grande acontecimento que deu mais sentido comum e original à nossa expressão como país - os Descobrimentos”, aquela que foi “a nossa mais pujante experiência histórica”.²⁸⁸

Uma vez que na época, Lucas Pires, além de ministro da Cultura, era, desde o final de fevereiro de 1983, presidente do CDS, o livro *Cadernos Europeus: Porque vamos entrar para a CEE*, publicado, em 1983, pelo Centro de Estudos Europeus do Instituto Amaro da Costa, apoiado nos trabalhos do Gabinete de Estudos do CDS, constitui um elemento adicional para se apreender os traços gerais do pensamento centrista sobre a matéria. Naqueles *Cadernos* destaca-se a insistência num prisma muito similar à “maneira portuguesa de estar no mundo” de Adriano Moreira - anteriormente referida a propósito da

²⁸⁶ E o tom continua “Todas as primeiras descobertas do Mundo passam pelos europeus. Os europeus são o povo mais capaz até de se redescobrir a si próprio, capaz, em suma, de um renascimento permanente”...

²⁸⁷ Notícia de capa em *O Dia*, 14/10/1981.

²⁸⁸ Despacho n.º 31/81 do ministro da Cultura e da Coordenação Científica, de 13/10/1981, DR, II Série, n.º 243, 1981-10-22. O momento seria o ideal para esta iniciativa pois, continua o citado preâmbulo, “já na sessão legislativa de 1978-1979 o então Grupo Parlamentar dos Reformadores apresentou um projeto de lei visando a criação do Museu das Descobertas e do Ultramar, que, embora aprovado na generalidade e por unanimidade, não viria, porém, a ter sequência. A oportunidade, porém, é agora mais propícia dada a possibilidade de aproveitar as energias, o trabalho e a conservação e ampliação sucessiva dos resultados do que vier a ser a XVII Exposição Europeia de Arte, a realizar em Portugal em 1983”. Em PT/TT/EAC17, mç. 137, cx. 66, fls. 254-256: Envio do Despacho 31/81, solicitando a nomeação de representante do Comissariado para integrar a *Comissão Organizadora do Museu Nacional dos Descobrimentos*. Em ADSTR-PCC: Despacho do ministro da Cultura e da Coordenação Científica 63/81, de 30 de dezembro, relativo à constituição daquela *Comissão*: Vice-Almirante Avelino Teixeira da Mota (CEMA e JICU) (presidente), Pedro Canavarró (Comissariado da XVII), Armando Nobre de Gusmão (FGC), António Banha de Andrade (Academia Portuguesa da História), Maria Alice Beaumont e Vítor Pavão dos Santos (IPPC) e convocatória para reunião a 22 de janeiro de 1982.

Comemorações Henriquinas de 1960 - , como denota a seguinte passagem: “a adesão de Portugal à CEE pode ser enriquecedora do ponto de vista cultural para ambas as partes”, sendo que “do lado da Europa da Comunidade, a adesão de Portugal levar-lhe-á uma cultura milenária, caldeada na personalidade e na individualidade próprias que a História nela tão marcadamente gravou, e vocacionada para ser a expressão da tolerância, da fraternidade e, sobretudo, do ecumenismo, concebido como inclinação natural dos Portugueses para se darem bem com todos os povos e todas as gentes, e que consiste num dos mais notáveis valores que a nossa História cultural nos legou. Num mundo em permanente turbulência, e numa Europa que às vezes parece descreer de si própria, a nossa filosofia da Vida e da Política irão sem dúvida enriquecer o património cultural da Europa”.²⁸⁹

No final de 1986, em artigos publicados no *Diário de Notícias*, sobre “A Marca Portuguesa na Europa”, Lucas Pires voltaria a evocar a Décima Sétima a propósito da melhoria da qualidade e da aposta cultural do turismo português requeridas pela integração europeia. Para si, “*em termos histórico-culturais, viajar para Portugal deveria equivaler a viajar até ao que foi o centro do mundo pós-renascentista e a capital do império marítimo de seiscentos*”, atmosfera essa que Portugal ainda não havia sido capaz de sistematizar apesar de a mesma ter vindo à tona com a Décima Sétima, e regressar, à data da sua escrita, com o ciclo comemorativo do meio milénio das Descobertas espanholas e portuguesas. Sem surpresa, Lucas Pires lamentou a ausência de um Museu dos Descobrimentos.²⁹⁰

Como foi já mencionado, um mês após a Cerimónia de Abertura da Exposição, tomou posse o IX Governo Constitucional, o “Bloco Central”, cujo ministro da Cultura foi António Coimbra Martins.²⁹¹

Acompanhando o fim da Décima Sétima (e o pagamento das últimas contas...²⁹²), na intervenção

²⁸⁹ Centro de Estudos Europeus do Instituto Amaro da Costa, 1983. Veja-se também, a “Apresentação” de Fausto de Quadros, onde se refere que “nem a pequenez do nosso território nem a situação de grave crise em que vivemos nos devem impedir de *assumir na Europa o lugar de destaque que a História reservou a um dos seus mais velhos Povos*, que lançou as pontes entre ela e outros mundos e outras civilizações”. Por seu turno, na parte relativa à perspetiva histórico-cultural, é reiterado como, não só “ao longo da sua História, Portugal manteve sempre estreitos laços culturais com a Europa e participou de modo direto e ativo na formação dos valores culturais e civilizacionais que constituem património comum das Nações livres da Europa”, como “a nossa presença efetiva noutros continentes, e a miscigenação de culturas e civilizações que por essa via provocámos, nunca nos impediram de continuar a cultivar com a Europa relações íntimas de cooperação cultural. Pelo contrário, foi justamente nessa fase importante da sua História que Portugal desempenhou um papel ímpar na aproximação e na interpenetração das culturas europeia, por um lado, e africana, asiática e sul americana, por outro. O exemplo, único no Mundo, da fusão de culturas, raças e civilizações tão diferentes, que é o Brasil, prova-o à evidência.”. No final, após breve história das relações culturais de Portugal com a Europa, a conclusão é a de que “tudo isto nos mostra (...) o papel de Portugal como ponte cultural e civilizacional entre a Europa e outros continentes fazem de há muitos séculos parte das melhores tradições da História Universal” (itálico meu).

²⁹⁰ Pires, 1987: 47.

²⁹¹ Na parte relativa à política cultural, o Programa do IX GC dava conta da exigência de esforços de cobertura orçamental, sem perder de vista “os constrangimentos financeiros impostos pela crise, na presente conjuntura”, e declarava que “não se sendo, por princípio, contra as grandes realizações de prestígio, suscetíveis de propor modelos, de proporcionar ocasiões de contato e de facilitar tomadas de consciência”, propunha-se a “*velar porque não falte à promoção o que se empenha no prestígio*” (itálico meu).

²⁹² A 28 e 29/09/1983, o *Diário de Lisboa* noticiava que a Décima Sétima teria 250.000 contos em dívidas, incluindo salários em atraso, cuja liquidação aguardava desbloqueamento do Ministério da Cultura. O

na Cerimónia de Encerramento, o novo ministro da Cultura utilizou a imagem dos recintos vazios nas últimas semanas da Exposição para evidenciar - e criticar - as ausências: “primeiro abandonaram-nos os biombos. Depois cartas, livros, objetos preciosos. Nos lugares vazios novas legendas indicavam que tinham terminado os prazos. Diversos prazos...”.²⁹³ Para si, a Décima Sétima centrou-se no ouro do século de ouro, representando “a ida, na instalação, na frutificação; não a separação, não a desvinculação: como deixámos as praças do Norte de África; como nos deixaram Ormuz, as Molucas, Bombaim, o Brasil, S. João Baptista de Ajudá, Goa ...”. Reconhecendo, porém, o valor cultural do certame, lembrou que não “basta admirar o esforço de ontem, e nisto gastar hoje o esforço do que somos capazes. (...) A cada época, sua navegação. A de ontem contempla-se melhor na ação que aponta para amanhã”.²⁹⁴

O novo ministro da Cultura foi também o primeiro governante a fazer um primeiro balanço público da Décima Sétima. A propósito das prioridades políticas do governo, terá dito, ainda com aquela de portas abertas, que a Exposição custara mais de 1.300.000 contos, as suas receitas não ultrapassando os 50.000.²⁹⁵ A alusão à desproporção entre investimento e receitas foi empolada na imprensa pelo que, dias depois, em entrevista ao *Jornal de Letras*, Coimbra Martins esclareceu que quando invocara aquela relação não queria tanto fazer uma crítica, mas explicar que a Décima Sétima teria sido “a exposição do século” e que o governo de que fazia parte não se iria lançar em empreendimentos de tal dimensão. Confrontado com o facto de que tinha sido sobre a égide de Mário Soares (igualmente, então, chefe de Governo) que Portugal aceitara o convite para organizar a Décima Sétima, numa altura em que existiam já dificuldades financeiras, o ministro sentiu a necessidade de ponderar a relação da Exposição com o tempo de então. Afirmou, a este propósito, “acho que a utilização desta possibilidade que nos dava o Conselho da Europa se coaduna um tanto com o tempo em que a Exposição foi planeada, em que o conteúdo e o plano foram definidos. E isto porque o País e a população, e aqui falaria da população numa larga generalidade, *sentiam como que uma necessidade de reatar as relações com a sua História*. Sentia, e se não me engano ainda sente, uma necessidade de se reconciliar com a sua História e de se fortificar na lembrança de uma época de ouro”. Para o ministro interessaria, sobretudo, atentar nesta “compensação: *Portugal, reduzido à sua dimensão continental, como que recuperou pela Exposição a sua dimensão cultural universal*”, concluindo Coimbra Martins que “a ideia e o conteúdo da Exposição são de natureza a confortar-nos no que se chama, hoje, a identidade cultural.” A convicção não terá sido muita pois logo a jornalista questiona “o senhor ministro acredita mesmo no que está a dizer?”, ao que

Comissariado afirmava que o problema o transcendia e o Ministério que quaisquer esclarecimentos deveriam ser prestados por aquele... Mais de um ano depois, a 3/12/1984, *A Capital* e a 4/12/1984, o *Correio da Manhã*, davam nota de que ainda havia contas da Décima Sétima a pagamento, em relação às quais Coimbra Martins afirmava “ainda vão surgindo algumas faturas que eu passo para a secretaria de Estado do orçamento. Não posso honrar faturas quando não benefício das receitas correspondentes.”

²⁹³ Parece evidente o duplo sentido da utilização - e repetição - de “prazos”.

²⁹⁴ Discurso na Cerimónia de Encerramento, 29/09/1983.

²⁹⁵ *Diário de Lisboa*, 19/09/1983.

Coimbra Martins replicou invocando “o agrado e comoção” manifestados, perante o que lhe era oferecido, por quem viu a Décima Sétima.²⁹⁶

2.8.3. Síntese sobre o significado da Décima Sétima

Em suma, o secretário de Estado da Cultura Pulido Valente parecia estar certo quando, em novembro de 1980, sem mostrar qualquer interesse em conhecer o projeto de Canavarro para a Décima Sétima, lhe terá dito “se foi nomeado é porque temos confiança em si e no seu pensamento”.²⁹⁷ Na verdade, a perspetiva adotada pelo comissário-geral para atualizar, no princípio dos anos oitenta, a temática dos descobrimentos parecia estar alinhada com as preocupações políticas.²⁹⁸ Talvez por isso, em março de 1981, na apresentação pública da Décima Sétima, Pedro Canavarro tenha explicado que o desafio colocado era o de “rever, nas perspetivas atuais, uma placa giratória da cultura portuguesa”, “com *uma vontade política subjacente bem definida*”.²⁹⁹

Em suma, entre Comissariado e governantes, quer à esquerda (se se recordar o que foi mencionado a propósito do pensamento de Mário Soares), quer à direita (considerando, em particular, a opinião manifestada por Lucas Pires), parece ter havido coincidência sobre o significado da evocação dos descobrimentos portugueses na Décima Sétima.

Por um lado, procurou-se mostrar à Europa que Portugal - um país “europeu da primeira hora”³⁰⁰ - partiu para os descobrimentos firmemente enraizado na cultura europeia, de que fazia parte; por outro, que Portugal, ao proporcionar o encontro e trazer o “outro” para a Europa, assumiu uma vocação universalista privilegiada, tornando-se natural interlocutor - ontem e hoje - no diálogo entre a Europa e as áreas não europeias.

Ademais, a exibição de objetos dessa “idade de ouro”, propôs-se recordar aos portugueses - necessitados de uma “compensação” pela redução do país à sua dimensão continental - a sua “dimensão cultural universal” (nas palavras de Coimbra Martins), confiantes que a sua História transmitia uma imagem de esperança para encarar o futuro, a nova etapa no seu caminho, decididamente europeu.

Ou seja, tudo devidamente alinhado com “a prioridade das prioridades”³⁰¹: o regresso às raízes europeias, a uma Europa (CEE) a quem o país muito poderia oferecer.

²⁹⁶ Entrevista a Clara Ferreira Alves, no *Jornal de Letras*, 27/9/1983 (itálico meu).

²⁹⁷ Canavarro, 2019: 245-246. Ver nota 258.

²⁹⁸ Mas, de certo, não com a posição pessoal do próprio Vasco Pulido Valente. Em maio de 1977, em artigo de jornal sobre “A identidade nacional”, não só criticou as tentativas - pré 25 de novembro - de prolongar o Império, com base na teoria da “plataforma giratória” (que colocava Portugal numa posição privilegiada para servir de “medianeiro universal”), como criticou, já depois do país ter batido “à porta da Europa”, a proclamação da “nossa ‘vocação universalista’, que é uma simples revisão vocabular da ‘mística do império’ e da ‘plataforma giratória’, quando sabemos que a nossa pobreza a reduz a um mísero exercício de megalomania”, em Valente, 1979: 135-138.

²⁹⁹ Canavarro a *O Dia*, em 28/03/1981 (itálico meu).

³⁰⁰ Expressão utilizada por Léonard, 1998: 121.

³⁰¹ Para Medeiros Ferreira uma fórmula assaz infeliz, usada “desmedidamente” durante os anos de 1980 e 1981 “sem convencer ninguém”, cf. Ferreira, 1985.

Décadas depois, na sua autobiografia, Canavarro sintetiza bem a ideia ao explicar que, com a Décima Sétima - “a primeira grande afirmação da Democracia em cultura”, “o primeiro grande sinal participativo” na Europa - a EMP ficara para trás, já que “após o 25 de abril, é que seria impensável para nós, que visualizávamos sobretudo as relações culturais intercontinentais de hoje e desse tempo histórico das Descobertas, não aproveitarmos esta oportunidade, já que queríamos bater à porta, em breve, da CEE.”³⁰²

E não haveria razão para a porta não se abrir.

Afinal, como concluía o socialista Tito Morais, presidente da Assembleia da República, na Cerimónia de Encerramento, a oportunidade de observar o repositório inesquecível de obras de arte proporcionada pela Décima Sétima fez presente que “nós Portugueses (...) tanto ou mais que os outros, temos o dever e o direito de uma palavra no concerto das nações europeias”.³⁰³

2.9. Os cinco núcleos da Décima Sétima

O desenvolvimento da exposição foi feito através do desdobramento em cinco núcleos que constituíram outras tantas aproximações à temática geral. A cada núcleo foi associada um verso da *Mensagem* de Fernando Pessoa, bem como a imagem de um objeto ali exposto (imagens essas utilizadas nos selos comemorativos e capas dos catálogos).³⁰⁴

Situados na orla ribeirinha e ocupando monumentos representativos da arquitetura dos séculos XV e XVI, os espaços expositivos procuraram transmitir uma imagem dinâmica e simbólica do percurso da cidade de Lisboa, num “discurso cultural, urbanístico e arquitetónico”, do estuário do Rio Tejo em direção ao horizonte atlântico.³⁰⁵

O núcleo do Convento da Madre de Deus (arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI), cujo coordenador foi José Mattoso,³⁰⁶ acolheu os antecedentes históricos dos descobrimentos. Sob o tema

³⁰² Canavarro, 2019: 272-273.

³⁰³ Discurso na Cerimónia de Encerramento, 29/09/1983.

³⁰⁴ *Mensagem* essa que, em 1960, havia sido preciosa no empolamento do mito henriquino (ver nota 88). Para Maria Helena Ramalho, o poema constitui “a síntese do sentir pessoano sobre a pátria portuguesa e a cultura *universal*”, sentir esse que (...) é inescapavelmente imperial e irremediavelmente eurocêntrico. “Um ‘olhar universal’ mesmo português, ou sobretudo português, no mundo ocidental da primeira metade do século XX jamais poderia deixar de ser ‘imperialista’. (...) O mito pessoano da ‘invenção do mar’ reivindica o seu lugar adentro da ideologia da superioridade ‘cultural’ e da dominação ‘natural’ do Ocidente, já que as Descobertas foram afinal a descoberta do ‘outro’” (1995: 54-55).

Independentemente do significado da utilização da *Mensagem*, registre-se que, como anotado por Eduarda Dionísio, em resenha das práticas culturais dos anos oitenta, Fernando Pessoa estava, na altura, “a sair da arca dos tesouros” e, nesse momento de integração de Portugal na Europa, a descoberta e lançamento do poeta “foi determinante na construção da imagem cultural do país”, cf. Dionísio, 1994, 472 e 478.

³⁰⁵ Citação de Canavarro no Discurso da Cerimónia de Abertura, a 7/05/1983. A descrição dos núcleos segue diversos memorandos que foram sendo preparados e demais informação relevante, como a Ata da primeira reunião da Comissão Executiva, o memorando submetido por Pedro Canavarro para o CDCC de janeiro de 1981, o memorando do Comissariado para a SEC, de 14/02/1981, o documento de apoio ao serviço de imprensa, os artigos publicados pelos coordenadores na imprensa, bem como brochuras e os Catálogos da Exposição. Os versos da *Mensagem* e as imagens associados a cada núcleo são indicados em nota.

³⁰⁶ https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_mattoso.htm

“Portugal, Europa e a sua convergência cultural; o mar por descobrir, contribuições e perspetivas na Idade Média”, procurou-se evidenciar como os laços económicos, políticos e sociais do Portugal medieval com a Europa não só testemunham a identidade europeia daquele, como revelam a diferença e as componentes da identidade nacional, manifestada, entre outros, pela propensão para o mundo exterior, prenúncio da futura epopeia marítima.³⁰⁷

Na Casa dos Bicos (arquitetura civil do século XVI), da responsabilidade de Vítor Pavão dos Santos, foi apresentada “A Dinastia de Avis e a Europa”, sendo colocado o foco nas suas ligações dinásticas e familiares europeias, bem como na europeização da corte e da vida do paço e na internacionalização dos efeitos dos descobrimentos sob a influência desta Dinastia.^{308 309}

No plano inicial de Pedro Canavarro, a Exposição seguiria na Antiga Fábrica Nacional da Cordoaria, mas o núcleo acabou por ser transferido para o chamado ‘anexo’ do Museu Nacional da Arte Antiga (MNAA), edifício curiosamente inaugurado em 1940, com a Exposição dos Primitivos Portugueses, integrada na EMP, e uma das obras expressamente mencionadas por Salazar na sua *Nota Oficiosa* de 28 de março de 1938.³¹⁰ Sob o tema “A arte, a ciência e a cultura nos séculos XV e XVI”, com coordenação de Jorge Borges de Macedo³¹¹, este núcleo procurou mostrar a situação da cultura portuguesa, da segunda metade do século XV até aos primeiros dias do reinado de D. Manuel I e a posterior influência e assimilação de modelos estrangeiros, decorrente da apreensão do ‘exótico autêntico’ e do contacto direto com o mundo europeu renascentista.^{312 313}

Na Torre de Belém (exemplo de arquitetura militar do século XVI), núcleo coordenado por Augusto Mascarenhas Barreto, o tema foi “A armaria nos séculos XV e XVI”, sendo a mostra constituída por um conjunto de armas brancas (punhais, espadas, armaduras, escudos, ...) e de armas de fogo e arcobalísticas (canhões, carabinas, espingardas, mosquetes, pistolas). Os organizadores procuraram evidenciar o peso, na expansão portuguesa, do “génio inventivo no campo da armaria, com

³⁰⁷ Verso da *Mensagem*: “A voz da terra ansiando pelo mar” (D. Diniz). Imagem: Capitel românico proveniente da Igreja da Colegiada de São Pedro, Coimbra (Museu Machado de Castro, Coimbra).

³⁰⁸ Verso da *Mensagem*: “O homem e a hora são um só” (D. João I). Imagem: Ampulheta ostentando nas bases as armas de Portugal e a esfera armilar (divisa de D. Manuel I), datando do 1º terço do século XVI (MNAA, Lisboa).

³⁰⁹ Do Catálogo, sobre D. Manuel I (1495-1521) e a vida do tempo: “Outra particularidade que caracteriza a vida portuguesa, e sempre espanta os estrangeiros que cá aparecem, é a profusão de animais exóticos, desde os coloridos papagaios aos inquietos macacos, produto de longas viagens, e que toda a gente tem em casa, culminando nos assombrosos animais que D. Manuel passeia por Lisboa. E ainda espanta sempre a presença de tão numerosos escravos, de origens várias, que enxameam as casas, que se integram na vida, que se ocupam dos trabalhos domésticos. Estas são as notórias *diferenças*, face à vida na Europa, do viver em Portugal” (p. 98).

³¹⁰ Cf. nota 66, que refere, igualmente, a “libertação definitiva da Torre de Belém”, a qual acolheu, também, um outro núcleo da Décima Sétima.

³¹¹ https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_macedo.htm

³¹² Verso da *Mensagem*: “Abre-se a terra em sons e cores” (Horizonte). Imagem: Pormenor de tapeçaria Flamenga de Tournai encomendada por D. Manuel I, ilustrando a chegada de Vasco da Gama a Calicute, século XVI (Banco Nacional Ultramarino em depósito no Museu do Caramulo).

³¹³ Ou seja, é apresentada, na sua expressão plástica “A permeabilidade entre o Portugal portador de informações e novidades, criador de tecnologias novas e as Europas do Renascimento, portadoras de outras atitudes culturais”, cf. Catálogo, 1983: 98.

extraordinário avanço em relação a outras nações”,³¹⁴ bem como fazer ressaltar o valor artístico e funcional dos objetos e a sua interdependência cultural.^{315 316}

Já na praia do Restelo, o Mosteiro dos Jerónimos (arquitetura religiosa do século XVI), sob a coordenação de Luís de Albuquerque³¹⁷ e Maria Helena Mendes Pinto, acolheu o grande núcleo síntese sobre os caminhos da expansão. Com o tema “Os Descobrimentos portugueses e as suas inter-relações com diferentes áreas geoculturais”, numa primeira parte, foram relacionadas as navegações portuguesas - e seu contributo para o conhecimento da terra - com o movimento renascentista (cartografia, construção naval, literatura de viagens, plantas e animais) e, numa segunda, foram exibidas peças que refletissem a importância da arte portuguesa na África e no Oriente, como os bronzes de Benim, os marfins da Serra Leoa, tapetes persas e indianos, colchas e sedas, móveis lacados, biombos, e padrões deixados pelas costas.^{318 319}

Além dos cinco núcleos, foi apresentada, na Galeria Almada Negreiros, uma exposição retrospectiva das anteriores dezasseis exposições de arte do Conselho Europa, inicialmente projetada para um pequeno pavilhão na área monumental de Belém, área esta que, “como é natural”, deveria assumir particular relevo na estrutura prevista, em 1980, para o tema da Exposição.³²⁰

O “como é natural” decorre, certamente, de Belém ser o espaço mítico (ou mitificado) da memória da expansão, onde, como já se disse, se realizaram os Centenários de Camões (1880), da Índia e a Exposição do Mundo Português (1940),³²¹

E, já que se retoma, por momentos, a recordação da EPM, registre-se que, no plano original, o Comissariado da Décima Sétima chegou a prever a construção de uma nau, cientificamente construída, que ficaria situada na Ribeira das naus e serviria de símbolo à Exposição, ideia que não deixa de recordar a “Nau Portugal” que, em 1940, foi “ressurreição exata de um galeão das Índias”.³²²

³¹⁴ Catálogo, 1983: 39.

³¹⁵ Verso da *Mensagem*: “A mão que ao ocidente o véu rasgou” (Ocidente). Imagem: Morrião Português do século XVI (Coleção Particular).

³¹⁶ No primeiro projeto, a Torre de Belém acolheria a mostra da “Vida quotidiana nos séculos XV e XVI” (cf. Memorando submetido por Pedro Canavarro para o CDCC de janeiro de 1981), mas, a partir do memorando remetido ao SEC a 14/02/1981, já consta a armaria.

³¹⁷ https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_luis_albuquerque.htm

³¹⁸ Verso da *Mensagem*: “Cumpru-se o mar” (O Infante). Imagens: Réplica do Astrolábio Português recuperado na nau Madre de Deus afundada em Nagasaki em 1610 (Museu da Marinha, Lisboa) e Pormenor de Biombo Namban 1593-1600 (MNAA, Lisboa).

³¹⁹ Curiosamente, uma exposição de cartografia no Mosteiro de Jerónimos, com objectos vindos de vários pontos do mundo, foi também um dos pontos altos das Comemorações Centenárias, cf. nota 74.

³²⁰ PT/TT/SEC-GAB 2/001/0188: Comunicado do Comissariado de 11/12/80, sobre a realização de um estudo prévio para tratamento urbanístico e paisagístico da zona da chamada ‘feira de Belém’.

³²¹ Sobre Belém em 194, ver nota 81.

³²² O projeto de construção da nau não teve seguimento, mas, curiosamente, ao ser feito o relato da viagem realizada por alguns membros do Comissariado ao continente americano em 1981, foi dada nota do pedido / desejo formulado pela comunidade portuguesa na Venezuela para que constasse na Exposição uma caravela, cientificamente construída, “para assim poderem mostrar aos filhos o tipo de barco com que os portugueses chegaram aos outros ‘Mundos’”, propondo-se pagar o seu custo. O comissário-geral chegou a solicitar um

2.10. A recusa do ‘gesso’ e a renovação dos monumentos que acolheram os núcleos

Ao planear a Décima Sétima, perante a complexidade, a vastidão e a forte carga histórica do tema, considerou Pedro Canavarro que a Exposição deveria ser visualizada em espaços que, pelas suas características históricas, arquitetónicas, artísticas e implantação urbanística, permitissem uma natural articulação entre os locais e o tema.

Esses espaços, porém, não só careciam de obras gerais de renovação (e reconstrução), como os seus interiores deveriam ser adaptados às finalidades da Exposição e reunir condições de climatização e segurança para receber peças originais, condição *sine qua non* nas exposições de arte do Conselho da Europa. Condições essas que, com exceção da FCG, nenhuma sala em Portugal dispunha em 1980.³²³

Rejeitando, desde o início, a ideia de “erguer enormes pavilhões para serem destruídos quando o certame acabar, como aconteceu com a EMP, em 1940, que era uma exposição de gesso”,³²⁴ o Comissariado não se intimidou com as condições em que se encontravam os imóveis e, mantendo os locais escolhidos, ao longo do Tejo, chamou a si um (muito) ambicioso trabalho de renovação de cinco monumentos nacionais, os quais, numa lógica de rendibilidade do investimento, seriam, posteriormente, reaproveitados como superfícies de animação cultural, então dotados dos mais recentes meios técnicos da museologia.

Esta opção levou a que os trabalhos se complicassem pois, além do que seria exigido para a realização da Exposição propriamente dita - definição do discurso expositivo, elaboração da lista de empréstimos, viagens para estabelecer contactos e promover o evento, preparação do catálogo, determinação do plano editorial ou dinamização de atividades paralelas - o Comissariado viu-se envolvido em tantas obras de construção quantos os núcleos da Exposição, bem como em iniciativas relativas a arranjos paisagísticos das áreas envolventes dos locais escolhidos.³²⁵

Numa brevíssima síntese do que foi feito pelo Comissariado da Décima Sétima, registem-se: os levantamentos fotogramétricos nos edifícios; o estudo prévio para tratamento urbanístico e paisagístico da zona compreendida entre as Praças do Império e Afonso de Albuquerque (zona da chamada ‘feira de Belém’); a conservação geral do edifício e reorganização espacial do Convento da Madre de Deus / futuro Museu Nacional do Azulejo (na época ocupado, como o contíguo Palácio dos Marqueses de Nisa, pela Casa Pia); as escavações arqueológicas e a reconstrução da Casa dos Bicos, com levantamento de

orçamento, mas a ideia acabou por não ser levada a bom porto. Em PT/TT/EAC17 cx. 190: Atas da Comissão Executivas das reuniões de 21/10/1980 e 30/09/1981. Formosinho Sanchez expressou desagrado pela ideia referindo que seria muito mais útil empregar tal verba, por exemplo, na reconstrução do MNAA. Para o comissário-geral, sendo uma caravela “cientificamente construída”, seria perfeitamente válida e poderia vir a ser um dos pontos mais visitado, opinião apoiada por Rui Rasquilho e por João Bettencourt, o qual considerou a peça pedagógica. Em PT/TT/EAC17 cx. 82, mc. 178: Resposta de Pimentel Barata, 28/09/1981, sobre custos, tempo e outros aspetos relativos à construção de uma caravela dos descobrimentos e de uma nau da Índia.

³²³ Cf. Canavarro em Araújo, 2018: 87.

³²⁴ Formosinho Sanchez, comissário técnico para o plano geral da obra, em *Diário de Lisboa*, 28/05/1981.

³²⁵ Cada obra foi adjudicada, por convite, a uma equipa diferente e com abordagem metodológica de intervenção diversa, incluindo na conceção geral do espaço e mobiliário.

dois andares, em articulação com a CML, proprietária do imóvel ³²⁶; a construção do piso intermédio e nova coluna de acessos no anexo do MNAA e sua pintura exterior; a impermeabilização do interior da Torre de Belém, criação de um espelho dá'gua, e recuperação da cave para equipamentos técnicos e instalações sanitárias; a construção de um pavilhão transitório anexo ao Mosteiro dos Jerónimos (em alternativa ao plano original de cobertura temporária do claustro, chumbado pelo IPPC); e, bem assim, a adaptação de *todos os locais* a rigorosas exigências museológicas, com inclusão de sistemas contras roubos, incêndios e variações bruscas de temperatura e humidade. Os trabalhos de renovação foram tão profundos que, como se verá, uma das maiores críticas feita à Décima Sétima foi a de que a arquitetura se sobrepôs à Exposição.

As obras demoraram muito mais tempo do que inicialmente calculado, envolvendo sucessivos trabalhos complementares não previstos originalmente, e agravando substancialmente os custos.³²⁷

Não cabe no âmbito deste trabalho aprofundar este aspeto, mas, ainda assim, refira-se que, quando, em julho de 1982, a situação financeira do Comissariado se começou a tornar “preocupante”, a justificação apresentada pelo arquiteto Formozinho Sanchez, comissário para o plano geral de obras foi: “*não existindo experiência de Exposições deste género é muito difícil quantificar o valor global do empreendimento. Os quantitativos definidos são possíveis tendo um projeto desenvolvido com medições e orçamentos, o que não aconteceu porque o Comissariado não pode esperar que a elaboração dos projetos fosse concluída. Desencadearam-se obras de execução, prospeção arqueológica, demolição de paredes, pinturas, etc, o que não permitiu quantificar à partida um valor orçamental correto. Em condições normais as intervenções que estão a ser feitas em 5 edifícios que são monumentos nacionais, levariam 10 anos a executar. Saindo dos esquemas tradicionais foi possível executar as obras num período muito curto.*”³²⁸

Por seu turno, a dois meses da abertura, na sequência de outros relatórios relativos ao agravamento dos custos das obras e a novos encargos não previstos ou não totalmente estimados, o comissário-geral concluiu um pedido de cobertura dos encargos suplementares dirigido ao ministro da Cultura Lucas Pires, com a afirmação de que “levar a efeito obras de estrutura e movimentar 1700 peças com a logística que a esse movimento está subjacente e à sua apresentação com um equipamento museográfico e de segurança que ombreia com o que de melhor existe no estrangeiro, para além da atenção ao indeclinável cumprimento dos prazos com que nos comprometemos tudo isto, *tem um preço que estimámos menor por erro e dificuldades de aproximação a uma realidade que só o desenrolar da nossa atividade*

³²⁶ Curiosamente, o Pavilhão de Honra e de Lisboa, onde foi inaugurada a EPM, foi inspirado na Casa dos Bicos. Como já mencionado na nota 82, este edifício de Cristino da Silva apresentava janelas que imitam *loggias*, muito semelhantes aquelas que, em 1983, foram colocadas na fachada da nova Casa dos Bicos.

³²⁷ Basta notar que, em março de 1981, na conferência de imprensa de apresentação pública da Exposição, se disse que dos 180.000 contos previstos, 80 por cento seria destinado a obras e que, em setembro de 1983, se ficou a saber que os custos da Exposição ascenderam a cerca de 1.300.000 contos.

³²⁸ PT/TT/EAC17 Cx. 190: Ata da reunião da Comissão Executiva de 30/06/1982. Na primeira reunião, a 21/10/1980, sobre as despesas a efetuar com trabalhos de recuperação e adaptação dos locais, o arquiteto “referindo-se à Torre de Belém frisou que esta se adapta perfeitamente aos fins em vista”.

*evidenciou.*³²⁹

Os atrasos nas obras de adaptação dos locais de exposição, como havia sido antecipado logo na primeira reunião da Comissão Organizadora Europeia, suscitaram apreensão nas entidades cedentes, manifestada ao Conselho da Europa.

Ora, reiterando a consciência muito clara da relação entre a Décima Sétima e o prestígio internacional do país, registre-se, a este propósito, a reação alarmada de Vasco Futscher Pereira, ministro dos Negócios Estrangeiros, em fevereiro de 1983, quando, numa comunicação ‘urgente’ e ‘confidencial’, dirigida ao comissário-geral, manifesta a sua grande preocupação pelo estado em que as obras se encontravam, preocupação esse que, informava, não só sentira necessidade de expressar ao primeiro-ministro, como, segundo informação do embaixador, era igualmente sentida em Estrasburgo, onde se temia a eventual recusa de peças, pois o andamento das obras não inspiraria confiança a algumas entidades cedentes. Daí que o ministro dos Negócios Estrangeiros se permitisse apontar ao comissário-geral a necessidade de serem estudadas alternativas, pelo menos para a Casa dos Bicos, dada “a *muito negativa imagem que daremos ao mundo da nossa maneira de fazer as coisas, se a Exposição correr mal ou não corresponder ao que podia e devia ser*”, pois “o *prestígio do país* está nisto em jogo”.^{330 331}

Dias depois, o Comissariado remetia ao primeiro-ministro, um memorando explicando a situação das obras em curso nos vários núcleos e concluindo pela possibilidade de estarem terminadas no prazo previsto, a 7 de abril.³³²

A Décima Sétima foi inaugurada a 7 de maio de 1983, com a abertura, restrita, dos núcleos do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém. O público em geral pode visitá-los a partir de 9 de maio. O MNAA abriu a 12 de maio, seguido pelo Convento da Madre de Deus, a 19 de maio e, por fim, a Casa dos Bicos, a 27 de maio.

Encerrou a 2 de outubro de 1983, quando muitas peças tinham já sido retiradas por termo dos prazos de empréstimo, já com um novo primeiro-ministro, um novo ministro dos Negócios Estrangeiros e um novo ministro da Cultura, pois o IX Governo Constitucional havia tomado posse a 9 de junho.

2.11. As atividades paralelas

Para ampliar o mais possível o efeito deste importante acontecimento foi organizado um vasto conjunto de eventos paralelos à Exposição.

Se, desde o início, um dos comissários técnicos foi encarregue da tarefa de “informação e animação

³²⁹ Arquivo MNE: Ofício n.º 642 do comissário-geral para o ministro da Cultura, 29/3/1983.

³³⁰ ADSTR-PPC: Carta do ministro dos Negócios Estrangeiros para o comissário-geral, 28/02/1983 e Arquivo MNE 3.7.2.: Telegrama urgente da missão de Portugal junto do CE, de 24/02/1983.

³³¹ Para o mal e para o bem. Dias antes, ao aceitar o convite para fazer parte da Comissão de Honra, o ministro não deixara de mencionar a sua confiança de que a Exposição “em muito prestigiará o nosso país”, continuando a dar todo apoio para que “tão importante iniciativa possa ter o maior êxito, a nível nacional e além-fronteiras”, cf. Arquivo MNE 3.7.2.: Carta do ministro dos Negócios Estrangeiros para o comissário-geral, 24/02/1983.

³³² Arquivo MNE 3.7.2.: Memorando assinado por João Bettencourt, 4/03/1983.

cultural”, não será estranho que, ao atentar nas várias atividades que acompanharam a Décima Sétima, talvez o único evento ausente em 1983, face ao rol de iniciativas, de influência positivista, dos ritos comemorativos desde o século XIX, seja o chamado “cortejo cívico” ... E, ainda assim, não deixou o público de ser convidado a *percorrer um caminho*, já que, a dispersão da Exposição por cinco núcleos (da Madre de Deus ao Mosteiro dos Jerónimos) visou, precisamente, proporcionar, uma leitura-percurso simbólica da própria cidade, ao longo da Lisboa ribeirinha, do estuário do rio Tejo em direção ao ‘mar oceano’.

Assim, na obrigatória *sessão solene* presidida pelo presidente da República, após passar revista à Guarda de Honra constituída pelo batalhão da GNR, com fanfarra, à qual assistiram o presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro, ministro da Cultura e Coordenação Científica, cardeal-patriarca de Lisboa, autoridades militares, representantes do corpo diplomático, além do secretário-geral do Conselho da Europa e individualidades convidadas,³³³ a Décima Sétima, a “maior exposição realizada em Portugal”, foi inaugurada, a 7 de maio de 1983, “entre sessões nobres e discursos circunspectos com a pompa e a circunstância de um certo barroquismo protocolar, bem de acordo com a maneira de ser portuguesa”, como referiu a imprensa.³³⁴

Realizada no Mosteiro dos Jerónimos, a cerimónia inaugural incluiu discursos do comissário-geral, secretário-geral do Conselho da Europa (Frank Karasek), ministro da Cultura e Coordenação Científica, e uma intervenção do presidente da República, intercalados por apresentações do grupo “os Metais de Lisboa” e do Coro do Conservatório. Após colocação de coroas de flores nos túmulos de Camões e Vasco da Gama, foi visitado o núcleo expositivo do Mosteiro dos Jerónimos.³³⁵

Ainda em solenidades, registre-se que, um mês depois, visitas aos núcleos da Décima Sétima fizeram parte do programa oficial dos convidados das comunidades portuguesas, nas celebrações do dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas, a 10 de junho de 1983.³³⁶

A 7 de maio eram inaugurados dois dos cinco núcleos da Exposição, e dado o pontapé de partida para um conjunto de eventos paralelos, logo ali enunciados pelo comissário-geral.³³⁷

³³³ No que toca a ausências, o Comissariado considerou “profundamente estranho” que o presidente da CML se tivesse ausentado para Israel na altura em que em Lisboa era inaugurado “o mais importante acontecimento cultural deste século” (*Diário de Lisboa*, 6/05/1983). Para Krus Abecassis, a explicação era simples: “o presidente da Câmara está sempre em Lisboa, não é apenas uma individualidade. E eu tinha compromissos internacionais assumidos muito anteriormente e não podia continuar à espera de uma inauguração sucessivamente adiada.” (*Diário de Lisboa*, 19/05/1983).

³³⁴ António Sales, *em A Capital*, s.d. A imprensa deu nota de que terão sido distribuídos 6000 convites, porém a assistência não terá ultrapassado as 2500 pessoas, cf. *O Dia* 8/05/1983, *Correio da Manhã* 8/05/1983.

³³⁵ ADSTR-PPC: Convite e Programa. A seguir ao almoço em Queluz, oferecido pelo presidente da República, foi inaugurado o núcleo da Torre de Belém. À noite, o Comissariado ofereceu um jantar aos colaboradores e comissários estrangeiros no Castelo de São Jorge, acompanhado, “como é evidente”, por um fogo de artifício sobre o estuário do Tejo “para festejar o início da XVII Exposição”. No dia 8 de maio, realizou-se um almoço no Grémio Literário, onde Pedro Canavaro foi condecorado, pelo secretário-geral Franz Karasek, com a Medalha de Mérito do Conselho da Europa (cf. Canavaro, 2019: 275).

³³⁶ ADSTR-PPC: Programa.

³³⁷ Além das fontes especificamente indicadas, segue-se ADSTR-PPC: Plano de Programa, s.d.

O cunho mais científico esteve presente, naturalmente, nos *congressos* e nas conferências.

Organizado por uma comissão executiva nomeada pelo ministro da Cultura e Coordenação Científica,³³⁸ o mais oficial destes eventos foi o Congresso Internacional “Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento”, realizado na FCG, de 19 a 26 de junho de 1983. Inaugurado na Sociedade de Geografia de Lisboa - local de eleição das sessões solenes dos centenários dos descobrimentos e da expansão³³⁹ - pelo presidente da República, a quem uma guarda de vinte cadetes da Escola Naval prestou honras militares, este congresso, reuniu em Lisboa 600 congressistas, de 42 países. O encerramento contou com a presença do embaixador do Brasil.^{340 341}

Ainda que não tenham ocorrido todas as *exposições* locais que, inicialmente, o Comissariado manifestou interesse em incentivar, foram realizadas, pelo menos, exposições na Batalha (“A Escultura em Portugal no século XV”³⁴²), em Coimbra (“Pintura Maneirista de Coimbra”³⁴³) e no Porto (“O Porto e a Europa do Renascimento”³⁴⁴ e “Os Portuenses de Oitocentos e o Portugal do Renascimento”³⁴⁵). Além destas, registem-se a exposição de “Ex-Votos Marítimos”, organizada pelo Museu da Marinha, em Lisboa,³⁴⁶ e a exposição “O Astrolábio 1555”, organizada pela Leitão & Irmão, detentora dos direitos para reprodução do símbolo da exposição, exibida em Palmela e em Cascais, tendo esta última feito parte do programa da visita à Décima Sétima de Karl Ahrens, presidente da Assembleia

³³⁸ PT/TT/EAC17 cx. 82, mç. 177: Ofício do MCCC para Comissariado, 12/04/1982 - Despacho n.º 38/82, de 4/04/1982, de nomeação dos membros para a Comissão Executiva do Congresso Internacional: José Vítorino Pina Martins, presidente, [então diretor do Centro Gulbenkian de Paris], Aníbal Pinto de Castro, Jorge Alves Osório, José Adriano Moreira Freitas de Carvalho, Maria Leonor de Lemos Viana Carvalhão Buescu, Maria Vitalina Maymone Martins Leal de Matos, Yvette Kace Centeno Moreira, José da Costa Miranda, José Victor do Carmo Rodrigues Adragão, Luis Filipe Ferreira Reis Thomás e Sebastião Tavares de Pinho.

³³⁹ Segundo João, 1999: 320.

³⁴⁰ *O Dia*, 20/06/1983, *Correio da Manhã*, 20/06/1983, *A Tarde*, 21/06/1983; *Jornal de Letras*, 21/06/1983 e ADSTR-PPC: Brochura.

³⁴¹ Relacionados com a Décima Sétima foram ainda realizados: o II Congresso Nacional de Numismática, Porto, 2 de julho de 1982 (ADSTR-PPC: Texto da comunicação no Congresso); o Congresso “Imaginário Cavaleiresco e Conquista do Mundo”, Gabinete de Estudos de Simbologia, Tomar, 16-23 de abril; a IV Reunião Internacional de Camonistas “Camões e o Renascimento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 12-17 de junho 1983 (ADSTR-PPC: Programa geral; o Congresso Internacional “Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo” (Faculdade de Letras, Lisboa, 28 a 30 junho de 1983; o Congresso “As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimientos”, Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra, 28 a 30 de junho de 1983 (ADSTR-PPC: Relatório e resumo das Comunicações remetido ao Comissariado pelo IHA a 10/02/1984); a IV Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Sagres - Lagos, 4-7 de julho 1983 (ADSTR-PPC: Brochura); o Simpósio de professores de História, ensino secundário, Lisboa, primeira semana de Agosto de 1983; e o Simpósio “Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento: Arte, Ciência e Cultura através da Atividade Missionária”, acompanhado de duas Exposições “A igreja bracarense nos séculos XVI - XVII”, na Biblioteca Pública, e Estatutária, no Museu dos Biscaínhos, Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho, Braga e Ponte de Lima, 27 a 30 de outubro de 1983 (ADSTR-PPC: Brochura e programa).

³⁴² No Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória (ADSTR-PPC: Convite para a inauguração).

³⁴³ No Museu Nacional de Machado de Castro, cf. *Colóquio-Artes*, setembro 1983.

³⁴⁴ Na Casa do Infante, Porto (PT/TT/EAC17 cx. 73, mç. 152).

³⁴⁵ No Museu Romântico de Macieirinha.

³⁴⁶ ADSTR-PPC: Ofício do Museu da Marinha para Comissariado, 22/06/1982. Também *Correio da Manhã*, 8/05/1983, *Jornal de Letras*, 13/09/1983 (“a não perder”) e *Colóquio-Artes*, setembro 1983.

Parlamentar do Conselho da Europa, em setembro de 1983.^{347 348}

Elemento imprescindível para o ambiente festivo foi também a realização de espetáculos de *teatro* renascentista e concertos de *música* antiga.

No inverno e na primavera de 1983, sob os auspícios da Décima Sétima, foram levados ao palco “A Castro”, de António Ferreira, pela companhia de teatro *A Comuna* (dir. João Mota), “Os Estrangeiros”, de Sá de Miranda, pelo *Centro Cultural de Évora* (dir. Mário Barradas), e “Um dia na capital do Império”, sobre a obra de António Ribeiro Chiado, pelo grupo *A Barraca* (dir. Hélder Costa e Maria do Céu Guerra), estando prevista uma *tournee* pelo país durante o verão.^{349 350}

Na música, o Comissariado não poupou esforços para dar a conhecer grupos de música antiga portugueses e vindos da Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Itália, Suíça, Reino Unido e Brasil,³⁵¹ os quais apresentaram concertos de música europeia dos séculos XV e XVI, na Igreja de São Roque e no Teatro de São Luís, entre abril e setembro de 1983.³⁵²

Também a Cinemateca Portuguesa apresentou um *ciclo de cinema* dedicado aos descobrimentos, que abriu a 6 de maio de 1983, com a apresentação do filme, inédito no circuito comercial português, “A Ilha dos Amores” (1982), de Paulo Rocha, sobre a vida de Wenceslau de Moraes, a que seguiu a

³⁴⁷ ADSTR-PPC: Protocolo entre Comissariado e Leitão & Irmão, de 4/08/1982, para concessão do exclusivo da utilização do “Astrolábio”, símbolo da Exposição, para reprodução em joalheria, bem como Comunicado sobre a sua assinatura e a realização de exposição. NMa Pousada do Castelo de Palmela, Maio de 1983, a exposição foi organizada com a Enatur. Nas Galerias do Palácio Presidencial da Cidadela, em setembro de 1983, foi realizada em conjunto com a Câmara Municipal de Cascais e a Junta de Turismo da Costa do Estoril, cf. ADSTR-PPC: Convite para a inauguração. Sobre a visita de Karl Ahrens, cf. *Diário de Lisboa*, 13/09/1983.

³⁴⁸ Uma das ideias apresentadas pelo Comissariado na 1ª reunião da Comissão Executiva (21/10/1980), que acabou por não ter lugar, foi a realização, em Lagos, de uma exposição sobre o mercado de escravos e a formação da Casa da Mina, para a qual foi pedido apoio científico e técnico ao Museu de Etnologia. Em resposta, o diretor explicou que, embora até já tivesse sido elaborado um amplo projeto de uma exposição e seminários sobre o tema da escravatura, o bloqueio do projeto do IMNE e a indefinição em que, na altura, se mantinha o Museu de Etnologia, sem meios pessoais e materiais, não consentiram a realização desse projeto. Em 1981, a re-estruturação do organismo estava ainda dependente da aprovação de legislação referente à reorganização da Junta de Investigação Científica do Ultramar. Cf. PT/TT/EAC17, cx. 190 (ata da Comissão Executiva) e PT/TT/EAC17, Cx. 200, mç. 436: Ofício n.º 130/81 proc. A/8, 14/05/1981.

³⁴⁹ Para uma crítica sobre os autores e encenadores escolhidos, veja-se a opinião de Maria João Brilhante, no *Jornal de Letras*, 7/5/1983.

³⁵⁰ O programa mencionava a realização, no Claustro da Sé, de um espetáculo sobre os Descobrimientos por aquelas companhias e um Festival de Teatro, no Teatro Nacional, cuja efetiva realização não foi possível atestar.

³⁵¹ PT/TT/EAC17 cx. 53, mç. 66: Cartas remetidas pelo Comissariado, no início de 1982, para as Embaixadas em causa a solicitar patrocínio para a viagem dos grupos escolhidos.

³⁵² No *Jornal de Letras*, 7/5/1983, João de Freitas Branco não só refere este programa musical, como, analisando o âmbito mais vasto da área musical na Exposição, elenca um conjunto de objetos significativos, muitos provenientes do estrangeiro, que foram exibidos. Por exemplo, da biblioteca de Munique, o “Dodecachordon” de Glareano (Basileia, 1547), obra-mestra do humanismo musical quinhentista para a qual Damião de Góis terá contribuído como compositor, ou, do *Royal College of Music*, a guitarra de 1581, do português Belchior Dias. No final, dá nota do “poder mobilizador” da Décima Sétima e das iniciativas de colaboração de “modestos agrupamentos não profissionais” que, de feições e em locais diversos, constituíram uma “simpática e juvenil componente da área musical”.

exibição de pequenas, médias e longas-metragens sobre os descobrimentos.³⁵³

Para que a Décima Sétima chegasse aos estudantes, em todas as capitais de distrito foram feitas reuniões para sensibilizar os professores de cerca de 900 *escolas primárias, preparatórias e secundárias*. O programa previa a distribuição de textos e brochuras relacionados com a temática bem como *kits* de jogos populares, e, para o secundário, de um livro sobre história económica dos séculos XV e XVI.³⁵⁴ Foram preparadas baterias de diapositivos para as escolas e organizadas visitas de estudo,³⁵⁵ e dado apoio ao Ministério da Educação na promoção de um “Concurso Internacional Juvenil de Artes Plásticas e Fotografia” sobre o tema da Exposição, sendo uma parte dos 2600 trabalhos submetidos expostos na Estufa Fria, em Lisboa, em julho de 1983.³⁵⁶

Aos organizadores pareceu igualmente interessante desenvolver uma atividade diretamente ligada “às pessoas deste país”, o que foi feito através da realização de uma Festa de *Jogos Populares Portugueses*,³⁵⁷ acompanhada por *ranchos folclóricos*, uma *filarmónica* e quiosques com comida tradicional, dinamizados por associações culturais, realizada na Torre de Belém, a 11 de junho 1983.³⁵⁸

Convidado a participar nas atividades, o Planetário de Lisboa, entre julho e setembro de 1983, reconstituiu a viagem de Vasco da Gama, em sessões baseadas em “A astronomia dos Lusíadas”, de Luciano Pereira da Silva, acompanhadas por um texto do capitão E. da Silva Gameiro.³⁵⁹

A programação envolveu também uma regata “Triângulo-Euro-Atlântico”, com início e final em França, e com escala em Lisboa e nos Açores, a qual reuniria mais de 500 participantes, numa iniciativa da Associação de Vela de Lisboa.

³⁵³ A 12 de maio: “The Explorations of Prince Henry” (1959), de Jan Juta e Grahan Young; “Henrique, o Navegador” (1960), de João Mendes; “Infante de Sagres” (1961), de Emílio Campos Coroa. A 19 de maio: “Antiga Arquitetura Portuguesa” (1954), de Alfred Ehrhardt; “Primitivos Portugueses - Nuno Gonçalves” (1957), de Fernando Garcia; “A Paixão de Cristo na Pintura Antiga Portuguesa” (1961), de Baptista Rosa; “Gil Vicente e o seu teatro” (1966), de António Lopes Ribeiro; “Escrito na Pedra” (1971), de António Ruano; “Camões” (1966), de Faria de Almeida; “Volta pelo Manuelino” (1973), de Mário Fialho Lopes. A 26 de maio: “Algarve d’Além Mar” (1950), de António Lopes Ribeiro; “Ilha de Moçambique” (1961), de Miguel Spiguel; e “Mombasa” (1980), de António Escudeiro. A 9 de junho: “Camões” (1946), de Leitão de Barros. A 16 de junho: “Roteiro de Mandovi - Velha Goa” (1953), de Ricardo Malheiro; “Homenagem a Diu” (1957), de Miguel Spiguel; “Manhã de Sol em Damão” (1959), de Miguel Spiguel; “Malaca” (1960), de Miguel Spiguel; “Goa” (1980), de António Escudeiro. A 23 de junho: “Exposição de Arte Sacra Missionária” (1952), de Gentil Marques; “Caminhos de São Francisco Xavier” (1953), de Ricardo Malheiro; “The Columbus Route” (1969), de José Fonseca e Costa; “A Viagem - os Lusíadas” (1972), de João Cândido e Ruth Escobar; “Influência Portuguesa nas Artes Orientais e de Benim” (1974), de Mário Fialho Lopes. A 30 de junho: “O Descobrimento do Brasil” (1937), de Humberto Mauro. Cf. *Correio da Manhã*, 1/05/1983, *O Diário Popular*, 6/05/1983 e *Jornal de Letras*, 7/05/1983.

³⁵⁴ Numa edição financiada pelo Banco Totta & Açores e pelo *Correio da Manhã*.

³⁵⁵ Terão visitado a Exposição cerca de 210 a 220 mil alunos, *Jornal de Letras*, 27/09/1983.

³⁵⁶ ADSTR-PPC: Brochura; Suplemento de *a tarde*, 6/05/1983.

³⁵⁷ ADSTR-PPC: Brochura.

³⁵⁸ Não foi possível confirmar se foi efetivamente construído, junto à Torre de Belém, um restaurante cuja ideia foi debatida numa reunião entre o Comissariado e Maria de Lourdes Modesto, na qual a *chef* terá manifestado a opinião de que, após a análise do Livro de Cozinha da Infanta D. Maria, considerava que apresentar uma ementa em que figurassem apenas pratos do Renascimento seria extremamente arriscado... Cf. PT/TT/EAC17 cx. 82, mç.177: Carta do Comissariado para José Quitério, 13/12/1982. O plano de um restaurante, sob a responsabilidade de Escola de Hotelaria de Lisboa, surge no programa de atividades publicado na revista *Forum*, do Conselho da Europa.

³⁵⁹ PT/TT/EAC17, cx. 82, mç. 177: Carta do Planetário de Lisboa, 26/04/1983 e *Correio da Manhã*, 20/06/1983.

Outro aspeto que não deixou de ser atendido foi o *registo audiovisual*, que assumiu relevância tanto como elemento do próprio discurso expositivo da Décima Sétima, pois foi através de filmes que os países africanos de expressão portuguesa foram representados,³⁶⁰ como para documentar e conservar para a posteridade os cinco núcleos que a constituíram.

Logo em outubro de 1981, a imprensa dava nota da partida para o Brasil e Médio Oriente de uma equipa de cinema e fotografia para “levantamento de testemunhas locais, gentes e objetos relacionados com a presença dos portugueses no mundo”, equipa essa que voltou a ser notícia quando, na primavera de 1982, partia para Oriente e no verão de 1982, viajava para África.³⁶¹ As filmagens, que “percorreram quatro continentes ao longo de 254 dias”, deram origem a *cinco filmes* (4x50’+1x62’, 16mm), produzidos pela RTP, com a colaboração do Instituto Português do Cinema e do Comissariado: quatro filmes “Os Descobrimientos Portugueses” destinados a uma série televisiva (realização Bento Pinto da França, produção executiva de António Escudeiro)³⁶² e uma longa-metragem “Travessia - Viagem à Memória do Tempo” para o cinema (realização de António Escudeiro). Estes filmes foram apresentados na FCG, em outubro/ novembro 1983.³⁶³

Por seu turno, a *documentação fotográfica* resultante “de 80 mil quilómetros por estrada e mais de duzentas horas de avião”³⁶⁴, da responsabilidade de Jorge Barros, destinou-se a diaporamas que precediam a visita aos núcleos, a diapositivos para as escolas, bem como a livros de grande divulgação,³⁶⁵ postais e material de apoio para objetos de promoção.

Este acervo fotográfico estaria também na base das *pequenas exposições fotográficas itinerantes*, formadas por 20 painéis com cerca de 70 fotografias, apresentadas numa série de âmbito promocional a realizar nos países membros do Conselho da Europa, e numa outra destinada a países com elevado

³⁶⁰ Ver nota 270.

³⁶¹ *a tarde*, 3/10/1981, *Primeiro de Janeiro*, 26/03/1982 e *O Jornal*, 24/09/1982, respetivamente. A assinatura do contrato para a execução dos filmes havia sido, igualmente, divulgada na imprensa (ex. *Correio da Manhã*, 7/9/1981). Contrato entre Comissariado e António Escudeiro relativo à 1ª parte da execução do plano de filmagens em DR, III Série, n.º 223, 28/09/1981. Em ADSTR-PPC: Proposta de António Escudeiro de março 1981 e Documento com Sinopses e Fichas Técnicas 1983. Em PT/TT/EAC17 Cx. 53, mçs. 106 e 107: Correspondência de António Escudeiro para embaixadas dos países destino, solicitando autorização e colaboração.

³⁶² Num artigo sugestivamente intitulado “Estas imagens mereciam melhor texto”, Luís Filipe Barreto aponta uma série de erros e de omissões na narrativa histórica que acompanha as imagens, em *Jornal de Letras*, 13/09/1983. Na mesma linha, Jorge Leitão Ramos, depois de realçar o grande valor documental da série, ressalta “a indecisão entre uma montagem e texto de carácter cronológico-descritivo ou reflexivo. Indecisão que faz com que a série seja uma mescla, nem sempre bem resolvida, dessas duas vertentes. Se o resultado está longe de ser infeliz, as potencialidades do material recolhido não foram exploradas tão a fundo quanto era possível.”, em *Diário de Lisboa*, 30/09/1983.

³⁶³ ADSTR-PPC: Brochura.

³⁶⁴ *Jornal de Letras*, 7/5/1983.

³⁶⁵ Em especial, *Portugal e o Mar - Viagens pelos Descobrimientos* (Círculo de Leitores, 1983), onde as fotografias são acompanhadas por um texto, de Rui Rasquilho, “escrito em jeito de introdução (...) como uma ‘impressão de viagem’, levada a cabo por um navegador da época, que tem 20 anos quando embarca com Vasco da Gama, alcança o apogeu da vida quando acompanha Afonso de Albuquerque e acaba por morrer na China, após a permanência de Fernão Mendes Pinto no Japão.”, cf. *Correio da Manhã*, 3/4/1983.

número de emigrantes portugueses.³⁶⁶

No que toca à *documentação audiovisual da própria Décima Sétima*, o Instituto de Tecnologia Educativa, do Ministério da Educação, registou todos os núcleos deste “excepcional evento”, “com o objetivo de que em nossas escolas de qualquer ponto do país, se possa ter uma ideia da riqueza documental e artística que se reuniu em Lisboa”. Realizados por Artur Azedo e com sonoplastia de Francisco Rebelo, foram produzidos 5 filmes: *Madre de Deus* (33’); *Casa dos Bicos* (22’); *MNAA* (55’); *Torre de Belém* (37’) e *Mosteiro dos Jerónimos* (45’). Estes filmes, percorrendo cada núcleo e procurando apreender o discurso ali produzido, foram apresentados na Cinemateca Portuguesa a 6 e 7 de novembro de 1983.³⁶⁷

Os organizadores da Décima Sétima também não esqueceram a possibilidade de a eternizar através de objetos de coleção.

Relevante, até do ponto de vista do financiamento, foi a emissão de uma coleção de *moedas comemorativas* em que parte dos lucros da amoedação reverteu para o Comissariado.³⁶⁸ Refere o preâmbulo do diploma regulador desta emissão que a Décima Sétima “extravasa os limites do continente europeu, exemplificando a recolha e expansão mútua com influência em novos espaços extra-europeus, o que naturalmente lhe vem dar um carácter universal”. A sua importância justifica, então, a emissão de três moedas comemorativas, em cujos reversos seriam representadas faces de moedas ligadas a “momentos dos mais significativos na epopeia de Portugal e na história da civilização”, num episódio em que a moeda nova homenageia a moeda antiga. O limite da emissão foi de 585.000.000\$00, revertendo 262.000.00\$00 para o Comissariado.³⁶⁹

³⁶⁶ Exposições realizadas com o apoio do Banco Totta & Açores, TAP, Direção-Geral de Turismo, Kodak, Círculo de Leitores e Secretaria de Estado da Emigração. Cf. Revista *Forum*, edição especial XVII Exposição, e *Correio da Manhã*, 3/04/1983. Segundo o *Diário de Lisboa*, de 3/06/1983, a exposição itinerante seguiu, também, a bordo do navio-escola “Sagres” para um périplo mundial.

Estas mini-exposições não parecem, no entanto, ter atingido os objectivos. Pelo contrário, em telegrama de março de 1983, Lencastre da Veiga, embaixador na Bélgica, não hesita em afirmar que “da montanha nasceu insignificante ratinho”, dadas as “opiniões extremamente negativas” e as críticas sobre o “muito pobre material fotográfico exposto” explicitadas em documentação recebida do promotor de vendas da TAP em Bruxelas. O embaixador menciona a dificuldade em avaliar os prejuízos que a iniciativa iria provocar nos esforços que a embaixada tentava levar a cabo no setor cultural, afirmando que a sua credibilidade ficara lamentavelmente afetada e se propaganda houve sobre a Décima Sétima foi “de molde a fazer desistir quem teria intenção de a visitar”. É ainda referido que uma exposição do nível da apresentada não deixa de provocar uma reação de quase ofensa, na medida em que sugere que os seus organizadores consideram o público a quem se destina “como uma espécie de atrasados mentais”, havendo “sem dúvida alguma, muito provincianismo na pior acepção do termo” e um desconhecimento notório do público de um país europeu. A conclusão é a da essencialidade do MNE ter a possibilidade de ver as exposições antes da sua ida para o estrangeiro, cf. Arquivo MNE 3.7.2.

³⁶⁷ ADSTR-PPC: ITE Folha Informativa e Brochura de apresentação.

³⁶⁸ Sistema utilizado ‘lá fora’, nomeadamente no financiamento dos jogos olímpicos do Canadá, cf. *Diário de Notícias*, 8/05/1983.

³⁶⁹ cf. Decreto-Lei n.º 84/83, de 11 de fevereiro: Criação de uma coleção de moedas comemorativas. A *conquista dos mercados do ouro africano* é assinalada pelo reverso do “meio escudo”, de ouro, de Ceuta, de D. Afonso V (na moeda de 500\$); a *partida da armada de Vasco da Gama para a Índia* é assinalada pelo averso do “português” de ouro, de D. Manuel I (1000\$); e a *expansão comercial na época dos Descobrimentos*, é assinalada pelo averso do “índio” de prata, de D. Manuel I (750\$). Já o averso de qualquer das denominações é constituído, na parte

Em registo similar, e continuando a tradição que havia sido inaugurada pelos organizadores dos festejos henriquinos, de 1894, os quais, por seu turno, haviam sido inspirados pelo sucesso das estampilhas postas em circulação nas festas colombinas nos Estados Unidos,³⁷⁰ também a Décima Sétima foi acompanhada por uma edição de *selos comemorativos*, com primeiro dia de circulação a 6 de abril de 1983. Da autoria de António Mendes, os selos reproduzem as imagens associadas aos núcleos expositivos, a saber: chapéu de armas, século XVI (11\$); astrolábio, século XVI (12\$50); tapeçaria flamenga, século XVI (25\$); capitel, século XII (30\$); ampulheta, século XVI (37\$50); e biombo Namban, séculos XVI-XVII (40\$00).³⁷¹

Marcaram, de igual modo, presença na Décima Sétima as *medalhas comemorativas*, cuja origem remonta à Antiguidade e que, conta Maria Isabel João, constituíram uma prática importante nos centenários inscrevendo na memória uma imagem, um nome e uma data.³⁷² O Comissariado e a Casa da Moeda foram responsáveis pela emissão de seis medalhas, ditas oficiais, e o Banco Pinto & Sotto Mayo apresentou outras sete, reconhecidas como de grande significado histórico e artístico. Foram, ainda, realizadas uma medalha da autoria do capitão Sousa Machado sobre a Casa dos Bicos e outra do escultor Vasco Berardo, de tema geral.³⁷³

Finalmente, recordando o que se disse sobre o envolvimento de empresas comerciais nos eventos de celebração da memória da expansão,³⁷⁴ atente-se nos *souvenirs* e objetos afins produzidos a propósito da Décima Sétima. Sob o título “Grandes Empresas apoiam a cultura”, o *Correio da Manhã* noticiava como, além do apoio da TAP, do Banco Pinto & Sotto Mayor,³⁷⁵ do Banco Totta & Açores,³⁷⁶ e do Círculo de Leitores, outras empresas faziam lançamentos alusivos à Décima Sétima: a Artudec (cinzeiros e pratos com o símbolo e reproduções de azulejos e pratos do século XVIII), a Crisal (modelo

superior do campo central, pela representação da *cruz de Cristo*, na parte inferior pelo desenho do *astrolábio*, ficando ambas as figuras assentes sobre o desenho da *esfera armilar*, ladeada pela era em algarismos separados: 19-83. Por baixo, o valor facial em algarismos. Na orla superior, a legenda “República Portuguesa” e na orla inferior a legenda “Descobrimientos - Renascimento”, separadas por 2 florões.

³⁷⁰ Cf. João, 1999: 367.

³⁷¹ Cf. Portaria n.º 432/83, de 14 de abril (DR, I Série, n.º 86, 14-04-1983), relativa à emissão de selos com tarja fosforescente comemorativa da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura.

³⁷² João, 1999: 365.

³⁷³ Os autores e temas das medalhas ‘oficiais’ foram José Manuel Aurélio (interpenetração cultural), Dorita Castelo Branco (missão e exemplaridade apostólica), João Cutileiro (mulher indiana), António Duarte (expressão do exótico na arte europeia), Jorge Vieira (ciência náutica e cartografia) e Clara Menéres (os descobrimientos portugueses como factor de uma nova relação de espaço e tempo na cultura ocidental). Por seu turno, os autores e os temas das medalhas do Banco Pinto & Sotto Mayor foram Charters de Almeida (interpenetração de culturas e religiões), José Manuel Aurélio (o conhecimento); Gustavo Bastos (os descobrimientos - empresa coletiva), Barata Feyo (o universalismo português); Arlindo Rocha (a grande aventura marítima), José Rodrigues (instrumentos de navegação) e Irene Vilar (nova botânica, nova zoologia). Cf. ADSTR-PPC: Comunicação de Carlos Baptista da Silva no XIX Congresso da FIDEM, Florença, 1983, onde são descritas, com grande pormenor, todas as medalhas emitidas no âmbito da Décima Sétima. É interessante notar que, na descrição feita das medalhas, a coroa de estrelas do Conselho da Europa, é referida como símbolo da Comunidade Europeia.

³⁷⁴ Cf. nota 25.

³⁷⁵ Emissão das medalhas, edição de livros, oferta de *kits* de jogos populares, cf. *Correio da Manhã*, 12/02/1983.

³⁷⁶ *O Dia*, 21/10/1982 (assinatura de protocolo).

de garrafa utilizado nos barcos, em cristal), a Vista Alegre (peças em porcelana)³⁷⁷, a Efecê (casquinhas de prata), a Leitão & Irmão (astrolábio na ourivesaria ³⁷⁸) e a Fosforeira Portuguesa (carteiras de fósforos com animais e plantas exóticas).³⁷⁹ O próprio *Correio da Manhã*, além da publicação regular de reportagens, promoveu a realização e a venda de uma edição limitada de quatro litografias de artistas contemporâneos sobre a temática dos descobrimentos.³⁸⁰

Esta resenha não estaria completa sem uma referência, ainda que necessariamente breve, ao *plano editorial*, até porque, no conjunto das práticas comemorativas, as publicações, como sublinhado por Maria Isabel João, constituem uma forma privilegiada de perpetuação da memória, umas de natureza ‘mais efémera e circunstancial’, outras obras de divulgação ou eruditas, representativas de determinadas visões da história e do avanço dos conhecimentos relativos à temática em causa.³⁸¹

Os organizadores da Décima Sétima não só procuraram, desde o início, divulgar a sua realização, modelo expositivo e atividades paralelas, através da publicação regular de notícias e artigos, no *Correio da Manhã*, na revista *Atlantis* (TAP)³⁸² e em número especial da revista *Forum* (do Conselho da Europa), como a data da sua inauguração foi acompanhada por cadernos especiais em vários jornais, como *a tarde*, *Diário Popular*, *Jornal de Letras e Espaço T Magazine* do *Diário de Notícias*³⁸³. Folhetos e brochuras várias foram, igualmente, produzidos para o evento.

No que toca às edições, as ambições do Comissariado foram, assumidamente, condicionadas pelo fator tempo disponível e a sua atuação quase limitada a “apadrinhar” edições alheias.³⁸⁴ Como explicado,

³⁷⁷ Segundo a publicidade na imprensa, a *Vista Alegre* não quis manter-se alheia a este “histórico acontecimento cultural de expressão europeia”, para o qual realizou três coleções comemorativas: duas miniaturas de caravelas em porcelana, “símbolo da nossa audácia dinâmica no Mar que Portugal dominou, fundando e mantendo, durante séculos, um dos maíus vastos Impérios da História Universal”; um conjunto de seis selos reais em porcelana *biscuit* reproduzindo os originais em chumbo dos seis reis portugueses que iniciaram e prosseguiram os descobrimentos, aos quais se presta “uma homenagem à lucidez, à coragem e à pertinácia de que os nossos Soberanos deram prova na condução superior do Povo Português”, e uma jarra onde se unem simbolicamente “no seguir de um modo tão próprio do Génio Universal Português, o formato e a cara da pasta orientais com uma decoração europeia”, permitindo traduzir “numa peça de porcelana de alta qualidade e extremo rigor a interligação de dois mundos, o oriental e o europeu, até então completamente desconhecidos um do outro.”

³⁷⁸ Além de uma coleção de peças de ourivesaria especialmente desenhadas por José Aurélio inspiradas na Décima Sétima, cujos motivos são: cruz de cristo 3D, quadrante, fio de prumo, sereia, rosa dos ventos, astrolábio, balestilha, pacote e esfera armilar, cf. Publicidade na imprensa, suplemento de *a tarde* 6/05/1983.

³⁷⁹ *Correio da Manhã*, 2/1/1983. A propósito dos *souvenirs*, note-se que a exclusividade do direito ao uso da denominação e ao emblema da Exposição (estilização de um astrolábio náutico português da primeira metade do século XVI) foi assegurada pelo Decreto-Lei n.º 374/82, de 11 de setembro, o qual determina que o uso, a reprodução ou imitação daqueles constituem contraordenação. Foram celebrados com várias entidades contratos para o uso do símbolo da Exposição contra o pagamento de dez por cento do produto da comercialização dos referidos artigos, como indicado, a propósito das fontes de receitas, por Lucas Pires, no “dia da imprensa” e inauguração, na Galeria Almada Negreiros, da exposição retrospectiva das anteriores dezasseis exposições do Conselho Europa, cf. *Diário de Lisboa*, 6/05/1983.

³⁸⁰ Cf. *Correio da Manhã*, 20/06/1983. Os artistas foram Thomaz de Mello (vista de Lisboa século XVI), Lima de Freitas (Infante D. Henrique), Luís Filipe de Abreu (Pedro Nunes) e Francisco Relógio (Vasco da Gama).

³⁸¹ João, 1999: 336-37.

³⁸² As edições entre novembro 1981 e janeiro 1983 contam com artigos da responsabilidade do Comissariado.

³⁸³ Publicações entre 6 e 8/5/1983.

³⁸⁴ A expressão é de Fernando António Almeida, *Jornal de Letras*, 7/5/1983.

em 1982, pelo comissário-adjunto, além dos catálogos de cada núcleo, que constituiriam os repositórios científicos das obras apresentadas, procurar-se-ia uma linha de publicações voltada para a divulgação, com preocupações didáticas, bem como um “plano mais nobre” com a edição de obras de investigação erudita sendo, para este efeito, consultadas as entidades que normalmente editam livros relacionados com a temática da Exposição ³⁸⁵ e concertado “um acordo de edição para os planos que as várias entidades já possuíam, acrescentando-lhes algo em função dos nossos objetivos”, ou seja, possibilitando e acelerando a publicação de estudos em preparação há anos, nos quais foi apostado o astrolábio da Décima Sétima e a indicação de que a obra é editada sob os seus “auspícios”.³⁸⁶

Ora, apesar da centena de publicações, em história, literatura e história da arte, e de estas terem começado logo em 1982 “como forma de sensibilização para a própria exposição”,³⁸⁷ a ausência de um plano editorial próprio, que incluísse fontes documentais renascentistas, reedições de estudos esgotados, traduções de trabalhos estrangeiros e encomendas de novas investigações, foi o aspeto mais evidenciado pela crítica, incapaz de descortinar qualquer lógica nas publicações. Ainda assim, a crítica revelou alguns pontos positivos desse apoio conjuntural prestado a editoras.³⁸⁸

Mais problemática foi a inexistência, durante a exposição, dos Catálogos dos núcleos, apontada negativamente pela crítica internacional, mas, em certa medida, desculpada pela crítica nacional, se se atentar na compreensão manifestada por José Augusto França sobre a dificuldade de os executar em Portugal, “onde a mão de obra especializada não abunda.”³⁸⁹

Por fim, resta acrescentar que, além dos eventos programados pelo Comissariado, ou dos organizados por entidades por este desafiadas a se juntarem à “festa” (como o Museu da Marinha ou o Planetário de Lisboa), a Décima Sétima espoletou outras iniciativas.

Pelo discurso crítico, registre-se, a título exemplificativo, a iniciativa “O Seixal e os Descobrimentos” e a exposição da “Histórica Trágico-Marítima”, na SNBA.

Em resposta “a todo o arsenal da Décima Sétima”, a autarquia do Seixal, através de uma exposição, de um ecomuseu e até da recuperação de uma falua, empenhou-se em mostrar as provas da ligação entre toda a margem Sul do Tejo - na sua terra, seus produtos e suas gentes - e os descobrimentos, já que, na perspetiva do presidente daquela Câmara, a Décima Sétima “é uma tentativa de dar uma mostra daquilo que aprendemos nas escolas (...) que a História foi o produto da atividade dos reis, condes e alguns

³⁸⁵ Veja-se, por exemplo, PT/TT/EAC17 cx. 217: Circular remetida, em dezembro de 1981, a casas editoras a solicitar o seu envolvimento no projeto pedagógico e didático de uma exposição que “pretende também ser um grande centro de lazer e de difusão cultural, o que atrairá a Lisboa milhares de turistas nacionais e estrangeiros”.

³⁸⁶ *Diário de Notícias*, 12/10/1982. O artigo inclui as listas de coeditores já escolhidos e parte das edições planeadas, incluindo indicação das publicações, em especial livros de arte, a lançar por diversos bancos. Ver também *Jornal de Letras*, 7/5/1983.

³⁸⁷ *O Dia*, 9/03/1982.

³⁸⁸ Como as edições da *Peregrinação* e do manuscrito inédito da Casa Cadaval, *Sentenças para a Ensino e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, expressamente citadas por Luís Filipe Barreto no *Expresso*, em 12/11/1983, num artigo sobre “O que houve e o que faltou na XVII”.

³⁸⁹ *Diário de Lisboa*, 19/07/1983.

heróis. Mas, para nós, a História fez-se também com o labor do povo, com a arraia-miúda. Foram os carpinteiros de machado, o lavrador...”, e os vinhos daquelas terras que foram os primeiros a ser levados para a Índia, e a farinha, produzida nos seus moinhos de maré, que constituía a matéria-prima do “biscoito” dos marinheiros.³⁹⁰

Realçar os outros protagonistas da História parece igualmente ter sido o propósito do segundo evento exemplificativo. Durante a Décima Sétima, a AICA e a SNBA apresentaram a “Histórica Trágico-Marítima”, iniciativa que José Augusto França considerou paralela àquela outra que foi, em 1940, a exposição de António Pedro e António Dacosta.³⁹¹ Escreveu Fernando Pernes que, “quase dez anos após o fim do ‘império’, um conjunto de artistas plásticos revisitam e interpretam episódios da Trágico-Marítima, enquanto “memória dum outrora mítico que o monumentalismo oficial tem celebrado”, que “ecoam secularmente a crónica de sangue e de farrapo, de ilusões desfeitas e sacrifícios esquecidos com que à margem dos proclamados autores da História, os sofredores da História têm moldado a autêntica paisagem espiritual da terra que somos”.³⁹²

2.12. A receção à Décima Sétima

2.12.1. As expectativas

Após a nomeação do comissário-geral em julho de 1980, no princípio de setembro, juntaram-se, àquele e ao comissário-adjunto, os comissários técnicos, realizando-se, em final de outubro, a primeira reunião da Comissão Executiva. Foram sendo feitos contactos com os coordenadores dos núcleos expositivos, futuros membros da comissão cultural e demais colaboradores e, em dezembro, um primeiro figurino geral da Exposição estava desenhado e era remetido ao Conselho da Europa para apresentação na reunião do CDCC (39ª sessão) de janeiro de 1981, na qual foi logo abordada a questão do adiamento da exposição de 1982 para 1983.³⁹³

Chegara, então, o tempo da divulgação pública.

Dias depois de uma deslocação dos cinco comissários a Belém para expor ao presidente da República a iniciativa, é realizada, no dia 27 de março de 1981, a apresentação pública da Décima Sétima, “a maior exposição jamais realizada em Lisboa desde as ‘comemorações dos centenários’ e talvez a maior empresa cultural de sempre no nosso país.”³⁹⁴

³⁹⁰ *Diário de Lisboa*, 28/05/1983.

³⁹¹ *Diário de Lisboa*, 19/07/1983.

³⁹² *Colóquio/Artes*, setembro 1983.

³⁹³ A ideia foi contestada pela Turquia, que realizaria a XVIII exposição europeia de arte em 1983. A título excecional, o CDCC aprovou, na reunião seguinte, a realização de duas exposições no mesmo ano, cf. Arquivo CE: CDCC, 40th Session (8th meeting as Steering Committee) (Strasbourg 23-26 June 1981), meeting report, CM(81)174; CDCC(81)34.

³⁹⁴ Sobre a visita ao presidente da República, ver *O Dia*, *O Diário*, *O Diário de Notícias*, todos de 23/03/1981. Citação de *O Dia*, 28/03/1981. Curiosamente, a Décima Sétima foi anunciada no mesmo dia em que, em 1938, o presidente do Conselho havia divulgado a conhecida *Nota Oficiosa* sobre o projeto de realização das Comemorações dos Centenários previstas para dois anos depois.

Portugal iria ser, em 1983, “tema e lugar de uma exposição europeia”³⁹⁵ de arte do Conselho da Europa que, pela primeira vez, graças às diligências do Comissariado, passaria a designar-se “exposição de arte, ciência e cultura”. Após a conferência de imprensa, no Museu Nacional do Azulejo, os convidados, a partir de um itinerário a pé, de elétrico e de barco, visitaram *in loco* os diversos cenários e espaços que iriam acolher a mostra dedicada à “época histórica dos séculos XV e XVI na qual o nosso país desempenhou um papel de primeiro plano nas mudanças da cultura e da visão do mundo, a partir da inovação científica e técnica”.³⁹⁶ Acompanhada por múltiplas atividades paralelas, científicas e lúdicas, a Exposição iria fazer de Lisboa, durante seis meses, “a capital temporária do Renascimento”.³⁹⁷ O evento deveria também vir a proporcionar um sensível aumento de turistas nacionais e estrangeiros, como sucedera em Florença, em 1980, onde se registara a afluência de um milhão e meio de visitantes, e um aumento de 11 e 22 por cento do turismo interno e externo.³⁹⁸

Nessa primavera, o Comissariado foi ainda acolhido pelo cardeal-patriarca e pela Comissão de Cultura e Ambiente da Assembleia da República, onde terá recebido “o apoio de todos os partidos representadas na Comissão a esta importante iniciativa cultural”.³⁹⁹

A partir de então foram, regularmente, divulgadas na imprensa notícias sobre o andamento da preparação da Exposição e atividades paralelas, incluindo sobre as obras, em projeto ou em curso, nos edifícios que acolheriam os núcleos e sobre os contratos firmados com entidades patrocinadoras, além de entrevistas ao comissário-geral e artigos de divulgação do discurso expositivo redigidos pelos coordenadores de cada núcleo.

Durante dois anos foi-se criando a expectativa do que poderia vir a ser a Décima Sétima.

“As esperanças eram enormes e as dúvidas terríveis, muito era o que se anunciava e muito é que se esperava, pois só de longos em longos anos se torna possível uma realização deste âmbito”, escreve José Meco. “Ultrapassado o estigma colonial com o processo de descolonização (...) e o regresso de Portugal à sua dimensão continental e insular, esperava-se que esta exposição representasse o reencontro dos portugueses com a sua secular cultura disseminada e esquecida pelo mundo, a ambição de que essa mesma cultura tão específica, fecunda e aberta à fusão com formas de pensamento e expressão totalmente distintos pudesse ainda unir tudo aquilo que o colonialismo separara, explorara e ferira ao mais fundo da dignidade humana.”⁴⁰⁰

A mesma perspetiva de que se estaria a assinalar o fim do ciclo com o regresso aos mesmos locais do “Mundo Português”, numa nova exposição, agora “significativamente”, de iniciativa do Conselho da

³⁹⁵ *Expresso*, 28/03/1981

³⁹⁶ *Diário de Notícias*, 28/03/1981

³⁹⁷ *O Dia*, 28/03/1981.

³⁹⁸ PT/TT/EAC17 cx. 213, mc. 468: Minuta da carta convite de Rui Rasquilho para a apresentação pública. São também de março de 1981 as primeiras brochuras sobre a Décima Sétima e seus cinco núcleos (onde, aliás, ainda consta a Fábrica Nacional da Cordoaria) produzidas, provavelmente, para distribuição nas agências dos parceiros oficiais TAP e Havas Tours, cf. exemplar em ADSTR-PPC.

³⁹⁹ *O Dia*, 22/04/1981 e *Portugal Hoje*, 14/05/1981, respetivamente.

⁴⁰⁰ José Meco, *Expresso*, 13/08/1983.

Europa, era expressa por Luís Moita, o qual questionava se a Décima Sétima simbolizaria “para Portugal, a viragem da opção africana à opção europeia” e, “para a Europa da decadência, a procura de um novo renascimento”, não deixando de alertar para o quão é difícil olhar para a história e para as mistificações que a circunstância poderia favorecer. A escrever na véspera da inauguração, o autor - dirigente do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) - argumentava que a Décima Sétima só poderia vir a ter um sentido de atualidade, e não de saudosismo, se superasse o europocentrismo e a perspetiva de que a história de muitos povos teria começado no momento em que as caravelas portuguesas os “descobriram”. Ademais, só tendo presente que os descobrimentos portugueses foram também conversões em massa, guarnições militares para proteger mercadores, conquistas, expedições punitivas e escravatura podia ser possível uma aproximação à sua verdade histórica. “Gesta exultante e desvario abusivo, eles foram certamente um pouco as duas coisas. E para diversos outros povos, eles marcaram o início de um longo período de opressão. Por isso, a admiração pela aventura marítima vem a par do gozijo pelo termo do império.”⁴⁰¹

Aquele que foi, sem dúvida, um “projeto vasto e ambicioso”, era também “só teoricamente concretizável na realidade”, pelo que “muito do que se sonhou ficou pelo caminho”, como concluiu José Meco.⁴⁰²

2.12.2. A crítica nacional ⁴⁰³

Quando interveio na Cerimónia de Abertura, Lucas Pires argumentou que sendo a evocação do Renascimento, a evocação da emancipação da razão, da consciência individual e do Homem, no caminho da liberdade e da própria crítica, a crítica a que estivesse sujeita a Décima Sétima seria parte simbólica dela própria, sem a qual a Exposição não estaria completa.

Ora, nesse aspeto, a Décima Sétima não desiludiu, suscitando até “o exercício de um secular sentido de humor” por parte de alguns lisboetas que a redenominaaram “Décima Péssima”.⁴⁰⁴

Yudhishtir Raj Isar, então editor da revista quadrimestral *Museum* da Unesco, num artigo sobre a Exposição, divulgado em 1984 nessa mesma publicação, começa por afirmar que qualquer visitante da Décima Sétima teria ficado intrigado com a discussão acalorada na imprensa nacional, pois nunca antes uma exposição de arte do Conselho da Europa havia provocado tanta polémica no país anfitrião. Para si a explicação encontrava-se no facto da maioria destas exposições ter refletido uma política cultural oficial, inexistente em Lisboa, onde as sucessivas mudanças de governo não possibilitaram tempo

⁴⁰¹ Luís Moita, *Diário Popular*, 6/05/1983.

⁴⁰² José Meco, *Expresso*, 13/08/1983.

⁴⁰³ A revisão da crítica é realizada com base nos artigos de opinião de Fernando António Baptista Pereira, José Augusto França, José Luís Porfírio, José Meco, José Saramago, Manuel Lacerda e Tomás d’Eça Leal, Pedro Garcia Rosado, Pedro Vieira de Almeida, Tomás Taveira e Vítor Serrão e publicados na imprensa portuguesa entre maio e setembro de 1983, cujos títulos, publicações e data estão identificados em “Fontes Impressas - Imprensa - Artigos de opinião”.

⁴⁰⁴ Cf. Pedro Vieira de Almeida, o qual acabou por considerar a Exposição uma “Décima Sofrível”.

necessário para uma preparação concertada.⁴⁰⁵

Considerando as fontes reunidas desde a ideia de realizar em Portugal uma exposição de arte do Conselho da Europa até à inauguração da Exposição, é evidente que a sucessão de governos prejudicou a possibilidade de reflexão mais aprofundada - e alargada - sobre o projeto, mas usar esse argumento para justificar a maior controvérsia gerada pela Décima Sétima face às demais exposições europeias de arte é demasiado redutor. Houve, certamente, críticas sobre o tema, sua abordagem e programa crítico, mas, é fundamental ter presente que nunca antes - nem depois - uma exposição europeia de arte desta série tinha sido apresentada não em um, nem dois, mas sim em cinco núcleos diversos, a maioria localizados em monumentos nacionais seculares carentes de obras de fundo.

Grande parte das críticas foram dirigidas, precisamente, à questão de se saber se se tratou, como convenientemente colocado por Manuel Lacerda e Tomás d'Eça Leal, de “arquitetura para uma exposição ou uma exposição de arquitetura”, sendo amplamente discutidas as escolhas por arquitetura efémera ou definitiva e comprometedora, as concretas soluções arquitetónicas adotadas, a instalação museológica neutra, exibicionismo ou agressiva, ou mesmo a iluminação (ou falta dela) em cada espaço, já sem mencionar a referência aos montantes despendidos.

Estas críticas relativas à arquitetura e *design* de interiores tiveram um grande peso, e conduziram até a uma reação acesa do Comissariado, como no caso dos sete artigos do arquiteto Pedro Vieira de Almeida (classificando, de um a vinte, cada núcleo expositivo), que motivaram o comissário para o plano geral de obras, Formosinho Sanchez, a publicar uma resposta.⁴⁰⁶ Porém, para efeitos do presente estudo, interessa, sobretudo, atentar nas críticas ao discurso expositivo, ainda que, como se verá, estas surjam, não poucas vezes, entrelaçadas com o papel desempenhado pelos arquitetos e *designers* em cada núcleo.

Ainda a propósito da comparação da Décima Sétima com as exposições europeia de arte anteriores, retenha-se a (muito lúcida) questão apontada, logo na primeira semana de abertura, por José Luís Porfírio, conservador do MNAA, sobre a excessiva dimensão da Décima Sétima em relação àquelas outras exposições. A multiplicação por cinco núcleos foi, na sua opinião, “um risco desmedido para uma primeira experiência portuguesa neste tipo de intervenção”. Note-se que Porfírio nem se está a referir à questão das obras dos edifícios, mas tão só ao caos organizativo provocado por duplicações de pedidos, que vinha experienciando nas suas funções, pois “mesmo até à última da hora, ou mesmo depois dela, houve alguma contradição e confusão quanto aos objetos escolhidos, não sabendo certos responsáveis exatamente o que queriam, enquanto outros, sabendo-o muito bem, não tinham afinal tais objetos à sua

⁴⁰⁵ Isar, 1984,

⁴⁰⁶ Note-se que Vieira de Almeida não era um qualquer arquiteto, mas quadro do IPPC, onde esteve envolvido na apreciação e “chumbo” da ideia da cobertura do claustro dos Jerónimos. PT/TT/SEC GAB 2/0001/0194: Estudo prévio do IPPC, sobre as obras a executar nos Jerónimos, 22/06/1982, cujo relator é Vieira de Almeida.

disposição”.⁴⁰⁷

Mas, passemos às críticas.

A escolha do tema foi criticada por José Augusto França, o qual, como mencionado anteriormente, era da opinião de que, tanto o urbanismo, do Renascimento a Pombal e o retrato, desde Nuno Gonçalves, seriam temas mais favoráveis. Do mesmo modo, Baptista Pereira questionou-se sobre se, ao impor-se a comemoração de um facto da história nacional com ressonância europeia, seria forçoso retomar o “super-tratado e super-aproveitado ideologicamente tema dos descobrimentos”, propondo, por seu turno, os 600 anos da Revolução de 1383-85, enquanto uma das mais velhas revoluções europeias. Os dois historiadores criticaram a ausência de uma esclarecida e criteriosa escolha de responsáveis, substituída por uma seleção de especialistas e técnicos *ad hoc*, ambos fazendo notar a ausência de Vitorino Magalhães Godinho, o qual, segundo França, recusara a colaboração ou compromisso, “por discordância de programa ou de não programa, do que deveria ser, em 1983, a ‘anti-Exposição do Mundo Português’”.

Afirma Pedro Garcia Rosado que Magalhães Godinho teria sido o primeiro convidado para comissário-geral, em 1980. Mas basta ler as palavras publicadas por este último, meses antes da abertura da Décima Sétima, para compreender que jamais esta poderia ser um projeto seu. Na imprensa, o historiador criticou a incapacidade governamental de delinear e lançar uma política de cultura, substituída por ‘baldões do circunstancial’, ‘sessões mais ou menos interesseiras’, ‘pendor à ostentação’, e ‘mitos de justificação (como ‘a defesa do património’)’, ‘aproveitamentos para autopromoção’, ou seja, ações desconexas e controversas, ficando por fazer o essencial. “Temos de voltar à hiper apregoada exposição 83, com despesas de muitas centenas de milhar de contos, restaurações mais do que discutíveis, edições vergonhosas de obras sem plano, falta de investigações a apoiar os trabalhos, em suma, puro exibicionismo e ensejo para uns tantos se porem em bicos de pé ou ‘trabalharem’ em condições materiais de que nunca teriam gozado. O país é que perde.”⁴⁰⁸

Já nada havendo a fazer quanto ao tema - mal ou bem - escolhido, importa saber o que a crítica disse sobre a *abordagem* ao tema. Neste aspeto, apesar de comentários transversais, foi unanimemente apontada a margem de liberdade concedida às equipas, com evidentes reflexos na diversidade de abordagem e na qualidade de cada núcleo.

Para José Luís Porfírio, a Décima Sétima constituiu uma “exposição desconfiada”, considerando (perspicazmente) que esta se apresentava “a querer provar que no século XVI Portugal já era Europa!

⁴⁰⁷ A atestar esta situação, veja-se, ADSTR-PPC: Carta manuscrita de Borges de Macedo, coordenador do núcleo do MNAA, dirigida ao comissário-geral, a 25/05/1983, em que expressa espanto e estranheza a propósito da ideia da transferência da Crónica da Guiné para a Casa dos Bicos, considerando que o retrato do Infante Dom Henrique é “essencial para a didática da sala” onde então se encontrava, não fazendo sentido superior em qualquer outra parte, onde seria sempre secundário. Assim, considera impossível, do ponto de vista da concretização do discurso da exposição, que tal mudança se verifique, opinião essa que, reitera, é a de sempre, não concebendo qualquer outra.

⁴⁰⁸ “Uma pátria que se chamou Portugal”, artigo publicado no *Diário Popular* e *O Comercio do Porto* em março de 1983, republicado em Godinho, 1985: 81-117.

Ou ainda era?”. Na sua opinião, sendo esta uma aposta como outra, passava, porém, ao largo da questão fundamental que seria o registo visual e sensível das mudanças que os contactos e conhecimentos de outros continentes trouxeram à maneira de ver, de representar e de pensar europeias, um aspeto não devidamente abordado. Daí que, “um nacionalismo, mais ao menos velado, se irá certamente destilando”. A tendência para um “nacionalismo arqueológico que aos (não) falecidos anos 40 ainda afinal pertence” e as situações de “revivalismo de certas pseudoexplicações ‘pela fé e pelo império’ de há 40 ou 20 anos”, foram também apontadas, por José Augusto França e Baptista Pereira, respetivamente. Na mesma linha do evidenciar de recuperações ideológicas que se julgavam ultrapassadas, José Meco sublinhou como “os minutos de glória e de império continuam a ter ao seu serviço insinuantes sereias, que encantam os sentidos e entorpecem o espírito crítico.”

José Saramago o que viu foi “uma domesticada transposição dos meus velhos livros de história, com grande pluralidade de vultos imperiais e reais, de datas fastas e nefastas, de casamento de altezas, de bastardias, de batalhas, de tratados”, apontando como o erro mais grave da Décima Sétima “uma falta de coerência interna adequada ao nosso tempo, da falta de um pensamento organizado atual, como se o projeto inicial tivesse passado sem discussão, como se de projeto e discussão se tivessem ausentado precisamente as mais importantes disciplinas: em vão se procurará, com a necessária transparência, a intervenção sociológica, em vão se buscará a abrangência que tornaria claros os sentidos, as relações, as ações recíprocas, em vão esperamos ouvir aquela voz unificadora que a distância histórica, ainda que provisoriamente, já permite”.

A “ausência de uma *legibilidade globalizante* como vetor ideológico do certame” foi, igualmente, uma crítica apontada por Vítor Serrão, que recordou que, historicamente, uma exposição exige “uma dupla situação: de inserção no tempo presente, e de reflexão a partir do tempo presente, que lhe dê o *contexto possível* e, ao olhar de hoje, *necessário* - sob pena de se tornar culturalmente vazia.” Garcia Rosado propondo-se, precisamente, responder à questão de saber se a Décima Sétima teria corrido o risco de se transformar numa nova versão da EMP, afirma que sim e não pois, por um lado, nas suas diversificação e dispersão de espaços e responsáveis, a Exposição conseguiu dar a voz a várias interpretações e permitir várias leituras, mas, ao mesmo tempo, não foi capaz de apresentar “uma” leitura da História. Ainda quanto à abordagem ao tema, deixe-se, por fim, referido que Baptista Pereira considerou os subtemas da Madre de Deus e da Casa dos Bicos “totalmente contestáveis”, sendo para si inadmissível a ausência da Lisboa quinhentista.

Além da questão do tema e da abordagem ao mesmo, a Décima Sétima foi alvo de outro tipo de críticas, umas dirigidas ao certame em geral e outras dirigidas a um ou mais núcleos. Optou-se por não apresentar, separadamente, as críticas individuais a cada núcleo, elegendo-se, por economia expositiva, uma diversa abordagem que, ainda que algo artificialmente, elenca as principais críticas evidenciando o núcleo onde aquele aspeto foi mais salientado. Informação complementar relativa à crítica de arquitetura é apresentada em nota.

Uma primeira questão a considerar, diretamente decorrente do peso que as obras dos edifícios

assumiram na preparação da Exposição, é a da atribuição do “papel de comando”⁴⁰⁹ aos arquitetos em prejuízo dos museólogos. Manuel Lacerda e Tomás d’Eça Leal explicam que todos os cinco núcleos tiveram uma história de relação conflitual entre arquiteto e museólogo, com este a exigir que a arquitetura se apagasse para que os objetos se destacassem e aquele a reivindicar para a arquitetura foro de exposição. Esta crítica foi evidenciada na Casa dos Bicos, onde, para Porfírio, a conceção e a montagem se sobrepuseram aos objetos que havia para mostrar (os quais, de todo modo, eram, para Baptista Pereira, uma mostra de “já visto”, numa excessiva concentração do estilo retrato, segundo Vítor Serrão). Alias, a própria museóloga afeta à Casa dos Bicos dissociou-se, claramente, do projeto por o considerar não enquadrável no perfil museológico por si perfilhado.⁴¹⁰ Note-se, todavia, que, para Garcia Rosado, a Casa dos Bicos foi “de longe o local mais aprazível da Décima Sétima”, onde uma vista demorada foi “algo de refrescante e sugestivo”, pela encenação do espaço, afastada do “modelo clássico dos objetos friamente colocados” e acompanhada por um texto diferente do habitual “longe do texto frio e seco dos manuais escolares”. Manuais escolares esses que, como se referiu, José Saramago criticou por ter visto transpostos precisamente aqui...⁴¹¹

Com menos atenção, também o núcleo da Madre de Deus foi criticado pela encenação “cenográfica” e a “incompreensível falta de luz” do *design* de interiores que, em conjunto com a pobreza de testemunhos visuais, resultou, segundo Baptista Pereira, numa “programação completamente desarticulada”, “de um didatismo ao mesmo tempo infantil e pretencioso”, nas palavras de França. Garcia Rosado contra-argumentou, em defesa dos mapas e esquemas utilizados, que seriam formas mais pedagógicas e atraentes de estimular a redescoberta dos descobrimentos.

Esses mapas e esquemas substituíram objetos... Ora, José Luís Porfírio também chamou a atenção

⁴⁰⁹ A expressão é de Yudhishtir Raj Isar (1984).

⁴¹⁰ Veja-se, ADSTR-PPC: Carta de Maria Teresa Gomes Ferreira e Maria Fernanda Passos Leite, de 19/05/1983, na qual reafirmam que, na equipa da Casa dos Bicos, nunca foram dadas condições de intervenção real ao museólogo, onde o seu papel, que exigiria de início uma participação integrada para conceber os espaços e ambientes da mostra, foi substituído pelo relegar da intervenção para o momento final, apenas lhes cabendo a tarefa da colocação das peças nos espaços apontados. Face à sua discordância com a montagem adotada, e consequências nas condições de conservação e seguranças das obras, consideraram a abertura do núcleo insustentável com o perfil museológico que perfilhavam, recusando a supervisão que anteriormente se haviam obrigada enquanto museólogas da FCG. Em suma, a partir de então, a sua presença e intervenção deveria ser entendida, tão só, como apoio técnico para colocação das obras, realizada numa base de disponibilidade pessoal.

⁴¹¹ No campo da arquitetura, a disparidade de opiniões é igualmente registada. Na classificação de Vieira de Almeida, a Casa dos Bicos obteve um sólido medíocre (6,4/20), sendo considerada “uma peça insofritavelmente pretenciosa”, “um projeto pouco lúcido e arrogante”, onde a exposição resulta invisível, por falta de luz e insuficiente entendimento do espaço que cada peça exige. Manuel Lacerda e Tomás d’Eça Leal não só contestaram a decisão de reconstruir, como consideraram a obra um “oportunismo megalomaniaco” da dupla de arquitetos responsáveis pelo projeto, que se aproveitaram de uma encomenda por convite “para implementar os seus experimentalismos sensacionalistas num edifício mítico”. Já para Tomás Taveira, este edifício constitui “o único momento alto bem aproveitado pelo arquiteto”, onde existe já “um real discurso arquitetónico”, que permitiu apresentar uma obra de arquitetura já suscetível de meditação”. Por curiosidade, anote-se a existência em ADSTR-PPC de uma carta da *Biennale de Paris/Architecture*, de 25/09/1984, dirigida ao arquiteto Santa-Rita, dando nota de que a comissão internacional da organização confirmara a presença, no contexto do tema “visto de dentro ou a razão da arquitetura”, do projeto da Casa dos Bicos na exposição programada para maio de 1985, solicitando texto e iconografia para o catálogo.

para o facto das profissões museais (“os homens do objeto”) terem sido as grandes marginalizadas na Exposição, só convocadas para dar garantias de ‘prestígio internacional’, mas não em relação aos arquitetos. Fê-lo em relação aos “homens do livro” (professores universitários e historiadores) que conceberam a Exposição, os quais, mantendo uma relação longínqua e mediatizada com os objetos, não poderiam conhecer aspetos tão prosaicos como o local onde estão, ou quanto pesam, ou as suas dimensões reais. Na sua opinião, essa situação foi permanente e persistente e muito prejudicou a Exposição.⁴¹²

Em relação com essa situação, uma outra crítica apontada foi a de que, pese embora a magnificência de muitos dos objetos expostos, estes surgiram, muito vezes, desarticulados entre si, e, não poucas vezes, evidenciando um favorecimento artificial de algumas peças, sem critérios rigorosos e, frequentemente, sem correspondência direta com as ideias de base do conjunto. José Meco mostrou-se particularmente perplexo com a ausência de representação digna da azulejaria hispano-mourisca, bem como com o ostracismo a que a cultura islâmica foi votada, “miopias” essas que encontrou acentuadas no MNAA. Para si, o núcleo revelou uma perspetiva europocêntrica, onde as manifestações artísticas que não apresentam carácter especificamente europeu foram tratadas, ao nível do anedótico, sob a capa de exótico, o que conduziu a elementos intrínsecos à cultura peninsular (como o referido mudejarismo) terem sido “excluídos deste conceito de Europa pura e cristã ou da parada de exotismo de feira histórica”. O destaque de certas peças, ou, pior, a sua leitura lateral, secundarizadora do essencial, para fazer ressaltar um pormenor a favor de uma leitura unívoca é uma crítica, igualmente, apontada ao MNAA por Baptista Pereira, o qual, além do mais, ali encontra diversas situações de “escandalosa atribuição” e “escandalosa ausência”. Vítor Serrão junta-se nas críticas à *accrochage* das peças, à sua subalternização a elemento ornamental “como se de simples ‘décor’ de salas se tratasse” e à ausência de obras “imprescindíveis”, muitas delas do acervo do próprio MNAA. Já para José Augusto França, o MNAA não só ganhou com a reestruturação feita aos seus espaços, como a exposição ali mostrada é “a mais acertada, especialmente nos núcleos de arquitetura”. Não deixa, contudo, de apontar as “legendas nacionalistas de velho cariz, requentado e retorto, falando duma ‘sociedade cheia de confiança em si própria’ para ‘romper o isolamento da Europa’ conceito que, pretendendo ser (ou ‘fazer’) moderno, é apenas comicamente anacrónico ...”, alegrando-se, contudo, por as legendas estarem em português e, por isso, não serem lidas por estrangeiros.⁴¹³

⁴¹² Pedro Canavarro, por seu turno, considera que a responsabilidade dos “professores catedráticos” foi fundamental e reivindica para a Décima a oportunidade dada àqueles para, pela primeira vez, trabalharem com arquitetos, museólogos e *designers*, trazendo à leitura do grande público o resultado da sua investigação científica, numa “leitura visualizada das teorias e conceitos sobre as matérias abordados nas aulas universitários” (cf. Canavarro, 2019, 247, 249 e 254, e entrevista em Araújo, 2018: 85).

⁴¹³ Também no MNAA não se verificou unidade na posição dos arquitetos. Se para Vieira de Almeida se tratou da melhor intervenção, uma obra notável, segura, séria e profissionalmente qualificada, onde sublinhou como “a grelha quadrada do teto falso contribui para acentuar a noção de profundidade do átrio central”, para Tomás Taveira, o MNAA resultou num “espaço enorme, cheio de uma escada absolutamente despropositada, com um desenho pavoroso onde nada é ‘algo’”, sendo especialmente crítico da ideia do teto falso de favos...

Esta ironia do historiador de arte conduz a uma outra crítica e sobre esta é ilustrativo o título do artigo de opinião que José Saramago decide escrever, logo que terminada a visita aos dois primeiros núcleos: “Esta maldita língua portuguesa”. Como José Augusto França, o escritor alegrava-se por não haver traduções francesas e inglesas dos dísticos das peças e painéis informativos pois “assim, como as coisas foram feitas, fica-nos a vergonha em casa”. Dando nota de que nunca vira tão maltratada a língua portuguesa, o escritor explicava como “há letreiros na Madre de Deus simplesmente hilariantes, supremamente pedantes”, sendo a Casa dos Bicos “o delírio linguístico, agravado por um grafismo analfabeto. (...) Como foi possível um atentado destes? Quem redigiu estes textos? Quem os aprovou? Quem assume responsabilidade? Quem é o culpado”. Saramago foi, sem dúvida, o crítico que expressou a questão das deficiências da legendagem de modo mais expressivo, sendo, porém, acompanhado pela generalidade dos críticos que consideraram a legendagem “desatenta”, “negligente”, “parcimoniosa”, “ininteligível” e mesmo “mediocre”.

Passando agora a um outro aspeto, recorde-se que anteriormente (em 2.7.), ao referir a Comissão Organizadora Europeia, fez-se notar como, logo na sua primeira reunião, foi chamada a atenção para a necessidade de minimizar eventuais críticas à Exposição ligadas ao colonialismo através de um enquadramento explicativo adequado. Mas, aparentemente, nem isso seria necessário. Afinal, quando Pedro Canavarro foi expressamente questionado, pelo *Diário Popular*, sobre “Descobertas, colonialismo e descolonização. Terá a Exposição alguma coisa a ver com tudo isto?”, limitou-se a afirmar que a Décima Sétima *não tinha a ver com o colonialismo*, pois, “realizando-se após o termo do Império, vem ressaltar os valores essenciais de um ato histórico fundamentado na ciência náutica, na cartografia, na construção naval, no espírito de aventura, comércio e missionização que, pelos resultados alcançados e que se mostram através de obras de arte nesta Exposição não tem a ver com a noção de colonialismo, na medida em que são valores essenciais da condição e do desenvolvimento do homem.”⁴¹⁴

Esta curiosa - e “higienizada” - leitura parece ter sido genericamente acolhida pois, além do primeiro alerta dado pelo artigo de Luís Moita, já acima referido, publicado antes da abertura da Décima Sétima (aliás, no mesmo suplemento do *Diário Popular*), o tema foi pouco trazido à discussão pela crítica e num registo quase secundário.⁴¹⁵

Baptista Pereira colocou a mostra de armaria da Torre de Belém entre as maiores surpresas da

⁴¹⁴ Em entrevista a Carlos Benigno da Cruz, no *Diário Popular*, 6/05/1983.

⁴¹⁵ O que não será de totalmente de estranhar pois, como refere Valentim Alexandre, após a descolonização, seguiu-se um longo período de silêncio sobre o tema e só a partir de finais dos anos noventa é que a historiografia especializada começou a evidenciar os mitos e as omissões da memória coletiva, realçando, por exemplo, o peso do tráfico de escravos ou do trabalho forçado, cf. Alexandre, 2006. Aliás, mesmo na segunda década do século XXI, Elsa Peralta continua a dar nota da invisibilidade dos “legados negros” do colonialismo português, escrevendo, em particular, sobre o esquecimento do “retorno” e a difícil acomodação deste evento não só na narrativa do “império” e dos “descobrimientos” (que a autora considera continuar a marcar o discurso político, as agendas das instituições culturais, a consciência histórica nacional e banais aceções de senso comum), como na narrativa da “revolução dos cravos”, da herança democrática e de viragem para a Europa, que lida mal com as feridas deixadas pela descolonização, cf. Peralta, 2017.

Décima Sétima, enfatizando “a espantosa coleção” apresentada e a “notável realização museológica”. A expressão da sua admiração foi, porém, acompanhada pela tomada de consciência de que tendo aquelas armas sido feitas para matar e as armaduras para evitar a morte, “em nome de uma talvez excessiva exaltação do estético”, não se deu lugar conveniente a estas preocupações, sublinhando apenas que “a fuga ao ‘prisma bélico’ não pode acarretar a omissão histórica ...”. Esta ideia é retomada quando, ao fazer o cômputo final da Exposição, ao mesmo tempo que reconhece o esforço - que considera plenamente logrado - de entender os descobrimentos e a sua época como a primeira abertura da Europa ao Mundo e como troca de culturas e de experiências com os povos de África, da Ásia e das Américas, não deixa de apontar o facto de nem sempre ser referido “que esse intercâmbio também se fez à custa do derramamento de muito sangue, de pilhagem, enfim, da guerra de que, ainda hoje, nos não libertámos enquanto mundo”.

Registe-se apenas, para concluir o apanhado da crítica a este núcleo, que nem todos os críticos apreciaram a mostra de armaria. José Augusto França foi da opinião de que a Torre de Belém foi tratada como “estojo para valorizar uma coleção de armas particular e um tanto comercial” que, aliás “vem menos que mais a propósito do tema dos ‘descobrimientos portugueses’”, ideia essa partilhada por Garcia Rosado ao considerar questionável o modo como, ao longo dos vários andares, se acumularam as armas de uma coleção particular “como se se tratasse de um catálogo para venda”.⁴¹⁶

Apesar destes apontamentos, a maioria dos críticos não deixou de considerar que o certamente “valeu a pena” ou “foi melhor que tivesse acontecido do que não!”, sendo em especial, valorizada a oportunidade de visualização de obras originais, num diálogo entre os fundos nacionais e obras provenientes de coleções estrangeiras ou de fundos particulares. Para Vítor Serrão, pese embora as suas deficiências e ambiguidades, a Décima Sétima constituiu indiscutivelmente “o grande acontecimento cultural de 1983”, acrescentando, todavia, que não existiu lugar para a “festa” que o Comissariado esperava, porque, “da exposição de Florença, inicialmente invocada como fonte inspiradora, não se soube extrair o essencial da lição: estrutura científica e ideológica solidificadas, rigorismo na análise de áreas específicas sem perca do fio condutor de ‘leitura’ e sentido didático assegurado de molde a garantir sucesso junto das camadas médias do público recetor.” Vieira de Almeida apontou esse mesmo erro de a Décima Sétima não se ter misturado com a cidade, permanecendo “muito ‘museológica’ no mau sentido da palavra, muito ‘universitária’ no péssimo sentido da palavra.”

Refira-se, por fim, o facto de, após o encerramento da Décima Sétima, ter sido realizado um Ciclo

⁴¹⁶ Na arquitetura, se para Tomás Taveira, o núcleo da Torre de Belém “é apenas ridículo”, tendo sido criminoso “fechar” o pátio, para Manuel Lacerda e Tomás d’Eça Leal, a cobertura do claustro constituiu o ponto alto da obra... Já Vieira de Almeida apontou a perda lamentável de oportunidade de encontrar uma solução adequada para o envolvimento do edifício. A terminar a resenha da crítica de arquitetura, registe-se que, sobre o pavilhão dos Jerónimos, obra de ‘arquitetura menor’, Vieira de Almeida criticou o quase total alheamento do claustro e a falta de elaboração do pavilhão anexo, onde, para Manuel Lacerda e Tomás d’Eça Leal, “a simplicidade descamba por vezes no simplismo” fazendo as salas parecerem, na opinião de Tomás Taveira, “um pavilhão da Feira das Indústrias dos anos sessenta”, numa obra de arquitetura menor, “mediocre quer como organização física, quer como luz”.

de colóquios sobre a mesma, no Teatro Primeiro Ato, em Algés, onde participaram, além do Comissariado, coordenadores dos núcleos e colaboradores no plano arquitetónico e museológico, a vereadora do pelouro da cultura da câmara e um conjunto de especialistas, muitos dos quais autores das críticas que se vieram de expor.⁴¹⁷

2.12.3. A crítica internacional

Dada a dificuldade de acesso às fontes, não foi possível fazer uma análise representativa da crítica internacional ao discurso expositivo da Décima Sétima.

É certo que o arquivo do Comissariado contem um conjunto de ofícios remetidos pela Direção-Geral das Relações Culturais Externas (DGRCE), do MNE, dando nota da publicação de artigos na imprensa estrangeira, incluindo-os - ou respetiva tradução - em anexo. Porém, estes anexos, as mais das vezes, não constam do arquivo.

Do texto de *alguns* ofícios consta breve menção ao conteúdo da notícia, cuja referência aqui, não sendo minimamente representativa, não deixa de ser curiosa.

Tome-se, por exemplo, o caso do ofício relativo ao artigo publicado do Semanário italiano *L'Espresso*, onde a DGRCE destaca o facto do seu autor, o escritor Alberto Arbasino, deputado republicano, atribuir aos diversos núcleos “uma intenção de grandiosidade que põe em paralelo com a espetacularidade do fascismo italiano. Neste sentido, critica especialmente o núcleo do MNAA, ‘guarnecido com didascalias de um triunfalismo de tal modo vazio que faz pensar que o cavaleiro Benito fosse embebido de retórica portuguesa’”.

Outro exemplo curioso, é o relativo a um artigo no *Inside Tribune*, de Brian Trench, do qual a DGRCE destaca uma passagem como ‘particularmente significativa’: “mobiliário e ornamentos decorativos indo-afro-portugueses são uma revelação, visto que mostram uma relação entre colonizadores e colonizados que se não verificou na base do colonialismo britânico.”⁴¹⁸

Por outro lado, apesar de constituir apenas um testemunho, esse facto não deve impedir de aqui se registar a reflexão sobre a Décima Sétima, realizada em 1984, pelo já anteriormente citado quadro da Unesco e editor da revista *Museum* daquela organização, Yudhishtir Raj Isar.⁴¹⁹

Em primeiro lugar, apesar de reconhecer a riqueza de objetos expostos - particularmente nos

⁴¹⁷ A saber: António José Saraiva, Fernando António Baptista Pereira, Fernando de Melo Moser, José Augusto França, José Hermano Saraiva, José Luís Porfírio, José Manuel Fernandes, José Pina Martins, José Sebastião da Silva Dias, Luís Filipe Barreto, Luís Filipe Tomas, Manuel Graça Dias, Vasco Graça Moura e Vítor Serrão e os jornalistas António Mega Ferreira e Francisco Abelard, sendo moderador Julio de Magalhães (da Primeiro Ato). O programa foi o seguinte: dia 14 de outubro (conceção, oportunidade e importância. Contributo para uma nova leitura da História dos descobrimentos e do seu significado nacional e universal), dia 21 (organização dos diferentes núcleos e critérios de selecção e de repartição das pelas expostas. A reconstrução dos monumentos e os arranjos museológicos. A futura utilização dos espaços restaurados) e dia 25 (as atividades paralelas: livros, teatro, cinema, música, etc. A questão dos catálogos. Os congressos realizados. A promoção a nível nacional e internacional. O investimento efetuado e os resultados obtidos). Cf. *Diário de Lisboa*, 13/10/1983.

⁴¹⁸ Em PT/TT/EAC17, cxs. 63 e 171.

⁴¹⁹ Isar, 1984.

Jerónimos - que refletiram o encontro de Portugal com muitas culturas diferentes, o autor criticou a sua pouca contextualização e a falta de informação sobre a identidade e etnias desses outros povos. Para si, o “outro” chamava a atenção pela ausência, o que, ainda assim, justificava por as exposições do Conselho da Europa terem como objetivo explorar as raízes da identidade europeia. Num segundo momento, dando nota de como o “pioneirismo dos portugueses” e “expansão global do seu império” têm sido uma pedra angular da identidade nacional, inspirando diversas ideologias e uma resistência obstinada à perda do império, o autor defendeu que a Décima Sétima aproveitou a vantagem de anos de pesquisa anterior, mas não estabeleceu por si só novas áreas de investigação. Para o autor, não só não foi feita qualquer tentativa de lançar um novo olhar sobre a natureza híbrida da própria cultura portuguesa, como dominou uma conceção largamente aristocrático-política da história, com poucas tentativas de explorar os fundamentos económicos e os aspetos sociais e tecnológicos dos descobrimentos.

Ainda na crítica internacional, num registo diverso, note-se que, em setembro de 1983, o ministro da Cultura Coimbra Martins, numa entrevista, evocou “as críticas muito lisonjeiras nos jornais estrangeiros” não, deixando, porém a jornalista de o confrontar com a imprensa da República Federal Alemã, onde foram apontadas críticas graves à organização da Exposição, sendo particularmente criticada a ausência de catálogos, a falta de preparação cultural dos guias e a legendagem exclusivamente em português.⁴²⁰

Em que ficamos, portanto, quanto à reação internacional?

Talvez especialmente expressiva tenha sido a reação dos peritos do Conselho da Europa.

Na reunião de fevereiro de 1983 do CDCC foi decidido convocar uma reunião de peritos para estudar aperfeiçoamentos nas *Linhas Diretrizes relativas à Organização das Exposições Europeias* de arte, que, como anteriormente referido, tinham sido recentemente alteradas.

A reunião desse grupo de peritos teve lugar em Lisboa, a 26 e 27 de setembro de 1983, e deu origem a um conjunto de recomendações destinadas a estatuir: mais antecedência na submissão de temas e subtemas (6 anos) e na sua descrição detalhada e indicação da lista de empréstimos solicitados (5 anos, sendo a lista discutida 4 anos antes da realização do evento); que o comissário-geral fosse alguém qualificado para o efeito e com experiência em montar grandes exposições (diretor de um museu ou, excecionalmente, historiador de arte ou arqueólogo) e que a sua equipa incluísse outros museólogos; que se evitasse solicitar empréstimos a demasiadas instituições; que o local da exposição fosse indicado na descrição inicial, devendo qualquer tipo de obra estar completa 2 anos antes da data da abertura, evitando-se a dispersão por vários locais (um ou dois edifícios, sendo os objetos emprestados do estrangeiro concentrados num único); que a organização dispusesse de um número suficiente de colaboradores qualificados para preparar, editar e traduzir o catálogo (para estar concluído a tempo, em 1 ou 2 volumes, no máximo); que as exposições dispusessem de informação em vários idiomas, e que a

⁴²⁰ *Jornal de Letras*, 27/09/1983.

pré inauguração para a imprensa fosse realizada na semana anterior à abertura, em nenhuma circunstância antes de os objetos estarem devidamente colocados.⁴²¹

É por de mais evidente que as recomendações foram preparadas em reação ao que se passou na Décima Sétima, mas, se dúvidas houvesse, bastaria atentar nos comentários escritos apresentados por Simon Levie, nos quais o diretor-geral do Rijkmuseum, Amsterdão, não hesita em citar Lisboa, pelas piores razões: “In order to avoid difficulties as *we have seen in Lisbon* I think that the chief organiser should be a museum diretor or the diretor of an exhibition hall like the Royal Academy (...) or that the chief organiser should from the very beginning be assisted by all-round museum professionals”; “The (prospective) organizers have to be professionals, otherwise - *as we have seen in Lisbon* - you ran into difficulties”, “I agree to avoidance of over-dispersion. *Lisbon should remain an exception*. Furthermore, I think it would be wise not to take anymore risks of buildings which need such extensive restoration or rebuilding as *we have seen in Lisbon*”, “I am little shocked at the idea that journalists may visit the exhibition after inauguration. This contravenes all principles of news gathering. I understand that his suggestion results from *the difficulties in Lisbon* but, once again, if the organisers are museum professionals the exhibition will be ready at time of the press conference.”⁴²²

Estes comentários fazem, naturalmente, recordar tanto o alerta sobre a necessidade de “uma organização acertada e oportuna” que superasse a diminuta prática nacional na organização de exposições desta responsabilidade, feito, em outubro de 1978, por José Augusto França, como a observação sobre “o risco desmedido” que foi a multiplicação da Exposição por cinco núcleos, numa primeira experiência portuguesa neste tipo de exposição, apontada, logo a seguir à inauguração, por José Luís Porfírio, para não referir a apreensão manifestada por Futscher Pereira relativamente à “muito negativa imagem que daremos ao mundo da nossa maneira de fazer as coisas”, se a Exposição não corresponder ao que podia e devia ser.

⁴²¹ ADSTR-PPC: CDCC, Advisory Group on Council of Europe Art Exhibitions (Lisbon, 26-27 September 1983) - Report and Recommendations Submitted to the CDCC, DECS/Expo (83)4 AG, Também em Arquivo MNE 3.7.2.

⁴²² ADSTR-PPC: Extract from Dr Levie’s letter dated 30 August 1983 containing his comments on the document “Some discussion points prepared by the Secretariat” (DECS/Expo 83 2 AG).

SÍNTESE CONCLUSIVA

Conhecendo a importância conferida pelo Estado Novo à imagem externa de Portugal vinculada à antiguidade e à grandeza do império e o recurso obsessivo à temática dos descobrimentos nas Exposições Internacionais, bem como o peso assumido pela expansão na famosa EMP, o ponto de partida para este trabalho foi a curiosidade em saber a razão pela qual, em 1983, apenas oito anos passados desde o 25 de abril, os descobrimentos voltaram a ser o tema escolhido para uma exposição de arte a realizar pelo governo português em Lisboa, sob os auspícios do Conselho da Europa.

Averiguações preliminares revelaram não só as curiosas afirmações dos respetivos comissários-gerais sobre “o encontro de Portugal”, ora “consigo próprio” (em 1940), ora com “o mundo” (em 1983), anteriormente citadas, mas, sobretudo, que a Décima Sétima teria sido um momento significativo na “procurada e provada ligação à Europa”, o que parecia apontar para uma leitura histórica cultural da temática da expansão que, observada quase quarenta anos depois, surgia especialmente adequada ao momento que a Exposição ocorrera, de muito desejada, mas ainda não consumada, integração europeia.

Teria a Exposição sido condicionada pelo seu tempo? Que (nova) configuração estava a ser dada aos descobrimentos? E qual o seu significado?

Para se encontrar as ferramentas teóricas que permitissem melhor compreender a questão, analisaram-se os estudos que se dedicaram a saber como foi construída a memória da expansão, e qual o significado que lhe foi atribuído, num conjunto de eventos públicos, desde o último quartel do século XIX ao fim do século XX.

Desta análise resultou que, ao longo do tempo, a memória da expansão, assente num figurino de ideias que, com retoques, atravessou ideologias e regimes, foi sendo colocada ao serviço das conceções e necessidades de *cada* presente em que foi evocada, não deixando, porém, de, em *todas* as ocasiões, proporcionar alento aos portugueses, bem como atestar a sua capacidade realizadora.

Este enquadramento prévio constituiu, assim, evidência de como a memória da expansão, como memória histórica, sendo flexível e mutável, se ajusta a cada conjuntura, mobilizando os eventos do passado consoante as necessidades de explicação e orientação do *presente*.

A constatação parecia atestar que a investigação seguia uma hipótese verosímil, pelo que se passou, então, à delimitação do *presente* da Décima Sétima ou, para retomar a expressão usada neste trabalho, à delimitação do *tempo* da Décima Sétima.

O projeto da realização de uma exposição europeia de arte foi rastreado até ao seu *first beginning* ocorrido em fevereiro de 1976, quando, logo após a adesão à *Convenção Cultural Europeia*, começou a ser trocada correspondência sobre a matéria entre o Conselho da Europa e o então secretário de Estado da Cultura, do VI e último Governo Provisório, Mourão Ferreira.

O *tempo* da Décima Sétima foi, assim, delimitado a 1976-1983.

E que *tempo* era esse?

Um período caracterizado por acentuada instabilidade política, governativa e partidária, e de crise

social, económica e financeira, em que Portugal já não é império, e ainda não é “Europa”. Um período em que, após o pedido de adesão à CEE, em março de 1977, as negociações arrastam-se, a “Europa” está constantemente nas capas dos jornais e o “destino” europeu de Portugal é amplamente exaltado pela classe política. Um tempo muito próximo da descolonização e do encerramento do “ciclo do império”, em que a demanda sobre a (recuperação da) identidade nacional não só faz parte do discurso político, como é tema de análise pelas elites intelectuais, as quais refletem sobre as consequências das (ainda) recentes rupturas na vida da comunidade nacional.

Ao avançar a investigação, compreendeu-se que a Décima Sétima, sob vários prismas, foi a exposição do seu *tempo*.

A instabilidade governativa viu-se refletida no curso do projeto de realização da Exposição. Após a primeira troca de ideia com o Conselho da Europa e uma primeira manifestação oficial do interesse na sua realização por parte do I Governo Constitucional (1977), o projeto da exposição foi passando de governo em governo (entre o II e o V), sem que nada fosse, verdadeiramente, realizado.

Em janeiro de 1980, o VI Governo Constitucional, chefiado por Sá Carneiro, da coligação AD, apesar de cedo se manifestar contra o dispêndio de dinheiros públicos em iniciativas comemoratórias de mero carácter festivo, viu-se a braços com a herança do compromisso assumido junto do Conselho da Europa. Num *tempo* em que “a prioridade das prioridades” era a “Europa” e em que o Conselho da Europa era útil como “trampolim para a CEE”, foram então dados os passos necessários para a realização do evento.

Uma visita de Mourão Ferreira, primeiro comissário-geral, à XVI exposição europeia de arte, a decorrer em Florença, cedo revelou as muitas dificuldades de realizar um tal evento em Portugal, mas, era tarde demais para desistir, como lembrava o embaixador português junto do Conselho da Europa, “dadas as importantíssimas repercussões no plano internacional num país que se preparava para integrar a CEE!”. Pelo contrário, tratava-se de uma ocasião rara para “a consolidação do prestígio internacional”, cuja importância “como contribuição eficaz para o reforço da nossa identidade e destino cultural e histórico, no cenário do nosso imediato projeto político que é a própria Europa” era salientada na Nota Justificativa do diploma legal que viria a instituir o Comissariado.

Este primeiro governo AD herdara dos governos anteriores não só o compromisso de realizar uma exposição europeia de arte, mas também o seu tema, definitivamente fixado, em 1978, por Mourão Ferreira, durante a sua segunda passagem na SEC, durante o IV Governo Constitucional.

O que se apurou sobre a fixação e justificação do tema - que foi, afinal, um dos aspetos que conduziu a esta investigação - foi, lamentavelmente, muito pouco.

A indicação do tema inicial de “As Grandes Descobertas” surge, pela primeira vez, em correspondência do Conselho da Europa, não tendo sido possível esclarecer as circunstâncias em que o mesmo foi determinado. Considerou-se a hipótese de o tema ter sido sugerido por um dirigente do Conselho da Europa, até a título exemplificativo, ao desafiar Portugal a realizar uma exposição desta série, sugestão essa acolhida tão espontaneamente quanto foi proposta, cenário que explicaria - sem

justificar - a inexistência de debate prévio interno. Importa, porém, ter presente que o rebuscar do tema dos descobrimentos e do humanismo universalista português parece surgir de modo natural no pensamento de Mário Soares sobre o posicionamento de Portugal no mundo e a sua relação com a Europa, razão pela qual é defensável a eventual influência do primeiro-ministro socialista dos I e II Governos Constitucionais, quando a responsabilidade foi assumida junto do Conselho da Europa.

Como se referiu, em 1980, o impulso dado pelo Governo AD à Décima Sétima parece ter tido mais que ver com a assunção do compromisso junto do Conselho da Europa e com a obtenção de dividendos no *prestígio internacional do país* do que com o discurso da Exposição em si mesma considerada.

Assim se explica o facto de o secretário de Estado da Cultura, Pulido Valente, ter dado “carta branca” ao comissário-geral para conceber a Décima Sétima como lhe aprouvesse. Ou seja, não foram dadas pela tutela quaisquer instruções sobre qual deveria ser a mensagem da Exposição que, no entanto, de acordo com os objetivos que o Conselho da Europa então fixara para as exposições de arte, deveria evidenciar a universalidade do espírito europeu e o contributo português para o mesmo, na época em causa. A partir desta diretriz - que, curiosamente, era na época considerada demasiado politizada e datada, estando em vias de ser revista -, a Décima foi, fundamentalmente, concebida pelo seu comissário-geral.

Recusando que o tema dos descobrimentos fosse nacionalista, a ideia de base de Pedro Canavarro foi a de abordar os descobrimentos não como um movimento de dentro para fora, mas como “uma explosão cultural”.

A projeção do universalismo da cultura europeia seria abordada começando por explicar que os descobrimentos portugueses não foram um evento casual, mas expressão da maturidade da civilização europeia (o que obrigaria a uma incursão no século XIV, evidenciando, já então, a identidade cultural europeia de Portugal) para, depois, ser apresentado o impacto geral - na arte, mas também na ciência e na cultura - das novas relações geoculturais que os descobrimentos portugueses proporcionaram.

Em suma, nas palavras do comissário-geral, ao expor “esse período glorioso da nossa História”, o que se procurou foi “demonstrar como já éramos tão europeus e, ainda, de como tínhamos trazido tanto do Outro, para a Europa”. Aqui, o sujeito são os portugueses de Quinhentos, mas também os de Novecentos, a começar pelos organizadores da Decima Sétima. Para o comissário-geral, o facto de o Conselho da Europa ter permitido a realização em Portugal de uma Exposição que extravasou as fronteiras da Europa - e que exibiu objetos vindos de países fora desse território - confirmou a condição de Portugal como *interlocutor natural e histórico entre a Europa e os novos mundos*.

Ademais, à semelhança dos demais eventos, tanto antes como depois de 1983, em que a memória da expansão foi evocada, invariavelmente (também) para lembrar aos portugueses a sua *capacidade realizadora*, na Décima Sétima, a exibição de objetos dessa “idade de ouro”, propôs-se, igualmente, recordar aos portugueses - nesse *tempo* necessitados de uma ‘compensação’ após o encerramento do “ciclo do império” e redução do país às fronteiras continentais - a sua “dimensão cultural universal”, confiantes que a sua História transmitia uma imagem de esperança para encarar o futuro, a nova etapa

no seu caminho, decididamente europeu.

Ora, não era precisamente a vocação “de lugar de encontro entre dois mundos”, o *expertise* com que Portugal, desde cedo, se apresentou ao mundo e à “Europa” para onde, em 1983, era *tempo* de “voltar”?

Em sintonia, na cerimónia de abertura da Décima Sétima, o presidente da República, realçou o “valor maior da relação com outros povos que expressa o modo português de entender o sentido do humanismo”, daí “o sentido novo que assume a presença de Portugal na Europa e o reforço das suas relações privilegiadas com os povos que melhor conhece”.

O ministro da Cultura, o centrista Lucas Pires, foi, porém, o político que mais veementemente afirmou esta causa. Para o ministro, a Décima Sétima não só demonstrou a identidade cultural europeia de Portugal - pois “somos europeus há muitos anos” -, como evidenciou a mais-valia que o país poderia oferecer, atendendo a que o maior património da cultura portuguesa é “uma forma humana de ser, um tipo humano, uma espécie de humanidade, que pode ser muito útil à própria Europa na época de formação de uma nova unidade, com fermento convival e experiência de relação única na História do Mundo”.

Nestes termos, o enfoque da Décima Sétima era suposto ter sido o “encontro de culturas” proporcionado pelos descobridores portugueses, mas não foi isso que a crítica viu.

Se já por si a escolha em apresentar a época dos descobrimentos (um tema “super-tratado e super-aproveitado ideologicamente”) foi contestada, na abordagem adotada na Décima Sétima, a crítica apontou, precisamente, a excessiva preocupação em “querer provar que no século XIV Portugal já era Europa” e, sobretudo, em assinalar o contributo português para a abertura da Europa e para a irradiação da cultura europeia no mundo, numa conceção demasiado política e aristocrática, num resvalar evidente para um discurso europocêntrico e nacionalista, onde o “outro” chamou a atenção pela ausência, não só sobre a sua própria identidade, como em relação ao seu contributo para a maneira de ver, de representar e de pensar europeias.

Além do mais, curiosamente - ou talvez nem tanto, pois, na verdade, este é também um outro indicador de que a Décima Sétima foi a exposição do seu *tempo*, um período demasiado próximo da descolonização para que fosse possível olhar objetivamente para o colonialismo - curiosamente, dizia-se, apesar de a necessidade de explicações criteriosamente adequadas, que não justificassem a história nem oferecessem inadequada defesa contra criticismos sobre o colonialismo, ter sido uma questão muito cedo levantada pela Comissão Organizadora Europeia, para o comissário-geral a Décima Sétima “não tinha a ver com o colonialismo”, uma vez que o que se procurava ressaltar, através de obras de arte, era a empresa técnica e científica e o espírito de aventura comércio e missionização, subjacente aos descobrimentos portugueses....

Em nome da estética e do esplendor da “arte, ciência e cultura”, o carácter desigual, conflitual e brutal dos contactos, dos “encontros” com outras culturas, nem precisava de ser silenciado pois, à partida, não ‘teria a ver’ com a Exposição... Sendo esta perspectiva “higienizada” consequência do

tempo, não se estranhe que, em 1983, poucas tenham sido as vozes que apontaram a necessidade de atentar nessa outra face dos descobrimentos.

Abrindo o caminho para as comemorações que se seguiram, a Décima Sétima, como os demais eventos estudados em que a memória da expansão foi evocada, voltou a “Reapreciar Descobrimientos com olhos postos no futuro”.

Em 1983, a Décima Sétima foi o primeiro evento cultural que, sob o prisma do “encontro de culturas”, re-utilizou o mito da “vocação ecuménica” portuguesa (a especial capacidade para o relacionamento com outros povos, num luso-tropicalismo recondicionado) para alavancar a posição no mundo do Portugal moderno, democrático e - num futuro tão próximo quanto possível - europeu.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo PT/TT/EAC17: XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura:

Caixas 53, 63, 64, 65, 66, 73, 76, 82, 171, 190, 200, 202, 213, 214.

Fundo Secretaria de Estado da Cultura:

- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0057: Processo respeitante ao "Conseil de L' Europe - Secrétariat Général"
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0083: Registo de Despachos do Gabinete do Ministro da Cultura (1979-1983)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0091: Despachos do ano de 1980 (SEC)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0188: Processo respeitante à "XVII Exposição Europeia, Arte Ciência e Cultura" (1980-1981)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0195: Processo respeitante à "XVII Exposição Europeia, Arte Ciência e Cultura" (1982-1983)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0216: Processo respeitante ao Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Externas (1976-1978)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0232: Processo respeitante ao Gabinete de Relações Culturais Internacionais (GRCI) (1977-1978)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0233: Processo respeitante ao GRCI (1978-1980)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0234: Processo respeitante ao GRCI (1979-1980)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0410: Processo respeitante ao MNE - Gabinete do Ministro (1980-1985)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0490: Processo respeitante ao Serviço de Relações Culturais Externas (SRCE) da SEC
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0491: Processo respeitante ao SRCE da SEC - 1 (1977)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0492: Processo respeitante ao SRCE da SEC - 2 (1976)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0493: Processo respeitante ao SRCE da SEC - 2 (1977)
- PT/TT/SEC-GAB 2/001/0494: Processo respeitante ao SRCE da SEC - 3 (1977)
- PT/TT/SEC-GAB 1/001/0056/00019: Processo referente a um "Relatório da Atividade do Ministério da Cultura e Coordenação Científica durante o VIII Governo Constitucional")

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Processo 3.7.2. Comissariado para a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura (14058) - PT/AHD/3/MNE-SE-GMS/GM/026/000009

Processo 3.7.2. Comissariado para a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura (14051) - PT/AHD/3/MNE-SE-GMS/GM/026/000007

Arquivo Distrital de Santarém

Fundo Pedro Passos Canavarro (ADSTR-PPC): XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura

Arquivo do Conselho da Europa

1976	CCC/DC(76)23	Principes Généraux des Expositions Européenes d'Art (20/02/1976)	ANTT-SEC
1976	CM(76)184; CCC(76)17	Council for Cultural Co-operation, 30st Session (Strasbourg, 31 May - 4 June 1976)	
1977	CM(77)116; CCC(77)8	Council for Cultural Co-operation, 31st Session (Strasbourg, 31 January - 4 February 1977), report	http://rm.coe.int/168090e41d
1978	CM(78)41; CCC(77)21	Council for Cultural Co-operation, 32nd Session (Strasbourg, 17-21 October 1977)	http://rm.coe.int/168090e71c
1978	CM(78)54; CDCC(78)9	Council for Cultural Co-operation, 33rd Session, (Strasbourg, 21-24 February 1978), (1st meeting as a Steering Committee), meeting report	http://rm.coe.int/168090e744
1978	CM(78)171; CDCC(78)22	Council for Cultural Co-operation, 34th session, (Strasbourg, 20-23 June 1978), meeting report	http://rm.coe.int/168090e8bb
1978	CM(78)172; CDCC(78)10 rev	Council for Cultural Co-operation, Draft Programme for 1979	http://rm.coe.int/168090e8d2
1979	CM(79)101; CDCC(79)6	Council for Cultural Co-Operation, 35th session (3rd meeting as Steering Committee), Strasbourg 5-9 March 1979, meeting report.	http://rm.coe.int/168090fbd9
1979	CM(79)187; CDCC(79)14	Council for Cultural Co-operation, 36th session (4th meeting as a Steering Committee) (Strasbourg 5-8 June 1979), meeting report	http://rm.coe.int/168090fcb8
1980	CM(80)98; CDCC(80)16	Council for Cultural Co-operation, 37th Session (5th meeting as a Steering Committee) (Strasbourg, 4-8 February 1980)	http://rm.coe.int/168090ffb0
1980	CM (80) PV	Council of Europe - Minutes of the 66th session of the Committee of Ministers, Lisbon 10 April 1980	http://rm.coe.int/168091d501
1980	CM(80)206; CDCC(80)31	Council for Cultural Co-operation, 38th Session (6th meeting as a Steering Committee) (30 June - 2 July 1980), meeting report	http://rm.coe.int/168091010a
1980	CM(80)207; CDCC(80)19 rev	Council for Cultural Co-operation, draft programme for 1981	http://rm.coe.int/168091010c
1980	DECS/Expo (80)1	Memorando XVII apresentado por Pedro Canavarró para o CDCC de janeiro de 1981	ADSTR-PCC
1981	CM (81)51; CDCC (81)17	Council for Cultural Co-operation, 39th Session (7th meeting as Steering Committee) (Strasbourg 20-23 January 1981), meeting report	http://rm.coe.int/16809111f7
1981	CM (81)174; CDCC (81)34	Council for Cultural Co-operation, 40th Session (8th meeting as Steering Committee) (Strasbourg 23-26 June 1981), meeting report	http://rm.coe.int/1680911334
1981	DECS/Expo (81)3	<i>Lignes Directrices relatives à l'Organisation des Expositions Européennes d'Art (1982)</i> , adoptés par le CDCC à sa 40e session	ADSTR-PCC

1981	DECS/Expo (81) 6	Council for Cultural Co-Operation, Organising Committee of the XVII European Art Exhibition “The Portuguese discoveries and the Renaissance Europe”, First Meeting (Lisbon, 7-8 July 1981), Report	ANTT-SEC
1982	Addendum to CM(82)137 /CDCC(82) 35	20th Anniversary of the Council for Cultural Co-Operation, Delphi, 1-4 June 1982 (addresses given by Franz Karasek e chairman Raymond Weber).	http://rm.coe.int/168091162d
1982	DECS/Expo (82) 2 P	Council for Cultural Co-Operation, Organising Committee of the XVII European Art Exhibition “The Portuguese Discoveries and the Renaissance Europe”, Second Meeting (Lisbon, 16-17 March 1982), Report	ADSTR-PCC
1983	DECS/Expo (83) 2 AG	Extract from Dr Levie’s letter dated 30 August 1983 containing his comments on the document “Some discussion points prepared by the Secretariat” (DECS/Expo 83 2 AG)	ADSTR-PCC
1983	DECS/Expo (83) 4 AG	Council for Cultural Cooperation, Advisory Group on Council of Europe Art Exhibitions (Lisbon, 26-27 September 1983) - Report and Recommendations Submitted to the CDCC	ADSTR-PCC / Arquivo MNE 3.7.2.

Governos Constitucionais (I a IX), sua composição e respetivos Programas

Em <https://www.historico.portugal.gov.pt>

Diplomas legislativos

Diploma	Emissor	Sumário	Publicação
Decreto n.º 19605	Ministério da Instrução Pública - Repartição do Ensino Secundário	Estabelece novas bases para o concurso dos livros a adoptar nos liceus	Diário do Governo n.º 88/1931, Série I de 1931-04-16
Decreto n.º 21103	Ministério da Instrução Pública - Secretaria Geral	Esclarece a latitude da expressão «exactidão nas doutrinas», inserta no artigo 13.º do decreto n.º 19605, na parte que respeita ao Compêndio de História Pátria para o ensino secundário e técnico	Diário do Governo n.º 89/1932, Série I de 1932-04-15
Decreto-Lei n.º 717/75	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Aprova para adesão a Convenção Cultural Europeia (1954)	DR n.º 293/1975, Série I de 1975-12-20
Decreto-Lei n.º 80/77	Presidência do Conselho de Ministros	Determina que o Dia de Camões, comemorado a 10 de Junho, passe a ser dedicado também às comunidades portuguesas no estrangeiro	DR n.º 53/1977, Série I de 1977-03-04
Decreto-Lei n.º 39-B/78	Presidência do Conselho de Ministros	Determina que o Dia de Portugal passe a ser celebrado a 10 de Junho, sendo dedicado a Portugal, a Camões e às comunidades portuguesas no estrangeiro	DR n.º 51/1978, 1º Suplemento, Série I de 1978-03-02

Resolução n.º 194/79	Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro [16 de maio]	Fixa as normas relativas às comemorações do IV Centenário da Morte de Luís de Camões	DR n.º 153/1979, Série I de 1979-07-05
Decreto-lei n.º 513-A/79	Presidência do Conselho de Ministros [19 de novembro]	Determina que o IV Centenário da Morte de Luís de Camões seja comemorado durante todo o ano de 1980 e com início em 1 de janeiro	DR n.º 295/1979, Série I de 1979-12-24
Resolução n.º 30/80	Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro [26 de janeiro]	Estabelece limites à realização de despesas públicas que se destinem a custear quaisquer festividades ou comemorações previstas para 1980. Suspende a realização de despesas com os actos preparatórios do 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas e das comemorações do IV Centenário da Morte de Camões, até que a Assembleia da República se pronuncie sobre os diplomas respectivos	DR n.º 34/1980, Série I de 1980-02-09
Resolução n.º 52/80	Assembleia da República	Suspensão da execução do Decreto-lei n.º 513-A/79, de 24 de dezembro, até que seja publicada a lei que o alterar, por ratificação	DR n.º 38/1980, Série I de 1980-02-14
Despacho [6 de março]	Ministro dos Negócios Estrangeiros	Designa David Mourão Ferreira Comissário-Geral da XVII Exposição de Arte Europeia, subordinada ao tema “Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento”, que deverá realizar-se em Portugal em 1982.	?
Despacho ministerial [13 de março]	Ministro dos Negócios Estrangeiros	Designa João Bethencourt comissário adjunto da XVII Exposição de Arte Europeia, subordinada ao tema “Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento”, que deverá realizar-se em Portugal em 1982.	DR, II Série, de 1980-05-11
Decreto-lei n.º 244/80	Presidência do Conselho de Ministros [30 de maio]	Cria o Commissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura.	DR n.º 167/1980, Série I de 1980-07-22
Despacho [22 de julho]	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Exonera, a seu pedido, o Doutor David Mourão Ferreira do cargo de Comissário-Geral da XVII Exposição de Arte Europeia, subordinada ao tema os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento, que deverá realizar-se em Portugal em 1982.	DR, II Série, de 1980-08-08
Despacho [22 de julho]	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Designa Pedro Passos Canavarro Comissário-Geral da XVII Exposição de Arte Europeia, subordinada ao tema os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento, que deverá realizar-se em Portugal em 1982.	DR, II Série, de 1980-08-08
Despacho Normativo 302/80	Presidência do Conselho de Ministros	De delegação pelo Primeiro-Ministro no Secretário de Estado da Cultura, Dr. Vasco Pulido Valente, da competência que lhe é atribuída relativamente aos assuntos correntes do Commissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte	DR n.º 217/1980, Série I de 1980-09-19

Despacho Normativo 51/81	Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro	De delegação do Primeiro-Ministro no Secretário de Estado da Cultura, Dr. António Brás Teixeira, da competência que lhe é atribuída pelo Decreto-Lei n.º 244/79, de 22 de julho, relativa ao Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte.	DR n.º 25/1981, Série I de 1981-01-30
Decreto-lei n.º 189-A/81	Presidência do Conselho de Ministros	Altera a redacção dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 9.º, 12.º, 13.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 244/80, de 22 de julho (Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura).	DR n.º 150/1981, 1º Suplemento, Série I de 1981-07-03
Despacho [11 de junho]	Presidência do Conselho de Ministros - Comissariado para a XVII EEACC - Gabinete do Comissário-Geral	Nomeia Comissão Cultural de carácter consultivo.	DR - II Série, Nº 152, de 1981-07-06
Despacho Normativo 283/81	Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro	De delegação do Primeiro-Ministro no Ministro da Cultura e Coordenação Científica, Dr. Francisco António Lucas Pires, e, no tocante aos contactos exteriores, no Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Doutor André Gonçalves Pereira, da competência relativa ao Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura.	DR n.º 229/1981, Série I de 1981-10-06.
Despacho 31/81 [13 de outubro]	Ministério da Cultura e Coordenação Científica - Gabinete do Ministro	Início dos trabalhos e propostas visando a criação do Museu Nacional dos Descobrimentos e que se constitua uma Comissão Organizadora com membros representantes das entidades ali mencionadas.	DR - II Série, Nº 243, de 1981-10-22
Despacho Normativo 106/82	Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro	De delegação do Primeiro-Ministro nos Ministros da Cultura e Coordenação Científica e dos Negócios Estrangeiros da competência relativa ao comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura.	DR n.º 146/1982, Série I de 1982-06-28
Decreto-Lei n.º 374/82	Ministério da Cultura e Coordenação Científica	Assegura a protecção jurídica ao símbolo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura	DR n.º 211/1982, Série I de 1982-09-11
Decreto-lei 84/83	Ministério das Finanças e do Plano - Secretaria de Estado do Tesouro	Cria uma colecção de moedas comemorativas da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura.	DR n.º 35/1983, Série I de 1983-02-11

Portaria 432/83	Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes - Secretaria de Estado dos Transportes Exteriores e Comunicações - Correios e Telecomunicações de Portugal	Lança em circulação uma emissão de selos comemorativa da “XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura”.	DR n.º 86/1983, Série I de 1983-04-14
Despacho 11/83	Presidência do Conselho de Ministros	Delega competências do Primeiro-Ministro Mário Soares, no Ministro da Cultura, Dr. António Antero Coimbra Martins, relativamente ao Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura.	DR - II Série, Nº 158, de 1983-07-12
Despacho 15/84 [8 de fevereiro]	Ministério da Cultura - Gabinete do Ministro	Determina entrega formal das instalações onde decorreu a XVII Exposição a diversas entidades.	DR - II Série, Nº 45, de 1984-02-22
Decreto-lei 246/84	Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Cultura	Determina que o Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura encerre definitivamente a sua actividade em 31 de julho do corrente ano e remeta até ao termo deste prazo a sua conta de gerência ao Tribunal de Contas, a fim de ser julgada.	DR n.º 166/1984, Série I de 1984-07-19
Despacho 81/84	Ministério da Cultura - Gabinete do Ministro	Determina que o arquivo técnico do Comissariado da Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura fique à guarda da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros até à criação do Instituto dos Descobrimentos.	DR - II Série, Nº186, de 1984-08-11
Despacho 100/84	Ministério da Cultura - Gabinete do Ministro	Determina que o material da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura (Torre de Belém) passa para a posse do Instituto Português do Património Cultural	DR - II Série, Nº [236], de 1984-10-11
Decreto-Lei n.º 391/86	Ministério da Defesa Nacional	Cria a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	DR n.º 270/1986, Série I de 1986-11-22

Catálogos de cada um dos núcleos e Catálogo geral da exposição com discursos

Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura:

- *É a voz da terra ansiando pelo mar” - Os antecedentes medievais dos descobrimentos.* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1983 (Exposição realizada no Convento da Madre de Deus, , maio - outubro de 1983)
- *O Homem e a hora são um só” - A Dinastia de Avis e a Europa.* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1983 (Exposição realizada na Casa dos Bicos, maio - outubro de 1983)
- *Abre-se a terra em sons e cores” - As descobertas e o Renascimento, formas de coincidência e de cultura.* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 2 volumes, 1983 (Exposição realizada no Museu Nacional de Arte Antiga, maio - outubro de 1983)

- *A mão que ao ocidente o véu rasgou*” - *Armaria dos sécs. XV a XVII*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1983 (Exposição realizada na Torre de Belém, , maio - outubro de 1983)
- *Cumpriu-se o mar*” - *As navegações portuguesas e as suas consequências no Renascimento*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1983 (Exposição realizada no Mosteiro dos Jerónimos, maio - outubro de 1983)
- *Cumpriu-se o mar*” - *A arte e a missionação na rota do oriente*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1983 (Exposição realizada no Mosteiro dos Jerónimos, maio - outubro de 1983)
- *XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura: Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento - XVII European exhibition of art, science and culture: The Portuguese Discoveries and Renaissance Europe*. Lisboa: Montepio Geral, 1984 [inclui discursos nas cerimónias de abertura e encerramento]

Memórias e testemunhos contemporâneos

Araújo, Yann Loïc (2018), *A única coisa que fiz foi viver: um diálogo com Pedro Canavarro*. Chamusca: Cosmos.

Balsemão, Francisco Pinto (1986). “The Constitution and Politics”, em Kenneth Maxwell (ed.) *Portugal in the 1980’: dilemas of democratic consolidation*. New York: Greenwood Press, 197-232.

____ (2013). “O primeiro-ministro e a sua política externa”, Conferência no Instituto Diplomático, 24 de janeiro de 2013.

____ (2021). *Memórias*. Porto: Porto Editora.

Bethencourt, João Goulart de (2018). “Prólogo” em Araújo, Yann Loïc, *A única coisa que fiz foi viver: um diálogo com Pedro Canavarro*. Chamusca: Cosmos

Canavarro, Pedro (1969). *Um Museu de Cultura - Estudo da sua aplicação em Portugal*, Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, III série, 12.

____ (2019). *A Casa de Pedro - Autobiografia*. Lisboa: Oro

Carneiro, Francisco Sá (s.d. 1989?). *Textos - 4º volume (1975-77)*, s.d.: Lisboa: Aletheia Editores.

____ (s.d. 1990?). *Textos - 7º Volume 1980*. Lisboa: EPSD

Ferreira, José Medeiros (1976). *Elementos para uma política externa do Portugal contemporâneo*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Gama, Jaime, “A adesão de Portugal às Comunidades Europeias”, *Política Internacional*, 10, 1994-95

Gouveia, Teresa, “José Medeiros Ferreira: A redefinição da posição de Portugal no mundo”, Conferência no Instituto Diplomático, 23 de abril de 2013.

Pereira, André Gonçalves (1982). *Uma experiência política*. Lisboa: Ática

Pires, Francisco Lucas (1985). *Com Portugal no futuro: perspetivas de mudança cultural e política em Portugal*. Lisboa: IDL - Inst. Amaro da Costa.

Soares, Mário (1975) *Democratização e Descolonização - Dez meses no Governo Provisório*, Lisboa: Dom Quixote.

____ (2011), *Um político assume-se. Ensaio autobiográfico, político e ideológico*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Imprensa

i. Notícias

A Capital: 22/08/1981, 4/05/1983, 7/05/1983, 3/12/1984

A Crónica Ilustrada: 20/07/1983

a tarde: 3/10/81, 6/05/1983, 21/06/1983

A Tribuna: 29/05/1981

ACP revista: 1/11/1981

Atlantis (TAP): Novembro 1981, Fevereiro 1982, Maio 1982, Novembro 1982, Janeiro 1983
Correio da Manhã: 29/04/1981, 3/09/81, 7/09/81, 3/10/1981, 24/07/1982, 11/11/1982, 21/11/1982, 5/12/1982, 12/12/1982, 19/12/1982, 2/01/1983, 9/01/1983, 16/01/1983, 30/01/1983, 12/02/1983, 13/02/1983, 3/04/1983, 1/05/1983, 8/05/1983, 21/05/1983, 20/06/1983, 4/12/1984
(*O Dia*): 23/03/1981, 28/03/1981, 22/04/1981, 22/08/1981, 12/10/1981, 14/10/1981, 21/10/1981, 9/03/1982, 29/03/1982, 21/10/1982, 10/01/1983, 8/05/1983, 20/06/1983
(*o diário*): 29/03/1982, 7/08/1983
Diário de Lisboa: 17/02/1976, 17/12/1982, 06/05/1983, 07/05/1983, 13/05/1983, 19/05/1983, 20/05/1983, 24/05/1983, 25/05/1983, 03/06/1983, 31/08/1983, 01/09/1983, 13/09/1983, 19/09/1983, 20/09/1983, 28/09/1983, 29/09/1983, 30/09/1983, 13/10/1983
Diário de Notícias: 23/03/1981, 22/08/1981, 16/03/1982, 29/03/1982, 10/11/1982, 6/02/1983, 25/04/1983, 8/05/1983
Diário Popular: 24/04/1981, 27/02/1982, 1/03/1983, 6/05/1983, 7/05/1983
Expresso: 28/03/1981, 22/08/1981, 14/05/1983, 18/06/1983, 12/11/1983
Forum (revista Conselho da Europa): edição especial 1982?
Gente: 6/10/1982
Jornal de Letras: s.d. (1981), 7/05/1983, 21/06/1983, 13/09/1983, 27/09/1983
Portugal Hoje: 4/05/1981, 29/05/1981, 12/10/1981, 19/03/1982, 29/03/1982, 1/04/1983,
Primeiro de Janeiro: 26/03/1983
TV Guia: 11/04/1981

ii. Artigos de opinião

Almeida, Pedro Vieira de, “Visitar a XVII”, *Diário de Lisboa*, 20/07/1983
____ “Visitar a XVII: A ‘Madre de Deus’ - Classificação 13 (suficiente +)”, *idem*, 28/07/1983
____ “Visitar a XVII: A ‘Casa dos Bicos’ - Classificação 6,4 (mediocre)”, *idem*, 04/08/1983 (com R. Arnheim)
____ “Visitar a XVII: O Museu das Janelas Verdes - Classificação 18 (muito bom)”, *idem*, 11/08/1983
____ “Visitar a XVII: A Torre de Belém - Classificação 13 (suficiente +)”, *idem*, 17/08/1983
____ “Visitar a XVII: Mosteiro dos Jerónimos (suficiente)”, *idem*, 23/08/1983
____ “Visitar a XVII: Classificação 11,4 (sofrível)”, *idem*, 1/09/1983
____ “Re-visitar a XVII”, *idem*, 26/09/1983
Carvalho, Paula Torres de, “Ser ou não ser a exposição do século...”, *Jornal de Letras*, 27/09/1983
Isar, Yudhishthir RaJ, “The Portuguese discoveries and renaissance Europe”, *Museum*, XXXVI, 2, 92-98, em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000060383>
França, José Augusto, “A Décima Sétima”, *Diário de Lisboa*, 19/07/1983
Lacerda, Manuel e Tomás d’Eça Leal, em “Arquitectura para uma Exposição ou uma Exposição de Arquitectura?”, *Jornal da Ordem dos Arquitectos*, julho - agosto de 1983
Meco, José, “A XVII e o Azulejo: insuficiente e discutível amostragem”, *Expresso (Revista)*, 13/08/1983.
Moita, Luís, “Portugal precisa de Novos Descobrimentos”, *Diário Popular*, 6/05/1983
Pereira, Fernando António Baptista Pereira, “Que história nos vende esta XVII?”, *Expresso*, 18/06/1983
Pernes, Fernando, “Uma História Trágico-Marítima”, *Colóquio/Artes*, 58, setembro 1983, 26 - 33.
Porfírio, José Luís, “Pré-Conceitos”, *Expresso*, 14/05/1983
____ “Casa dos Bicos: um duplo disparate”, *idem*, 18/06/1983
Rosado, Pedro Garcia, “Nos bastidores da XVII”, *o diário*, 7/08/1983
Saramago, José, “Esta mal dita língua portuguesa”, *o diário*, 3/08/1983

Serrão, Vitor, “A Pintura e a Escultura na XVII”, *Colóquio/Artes*, 58, setembro 1983, 16 - 25.
Taveira, Tomás, “A XVII - Frustração ou Encontro com a Arquitectura?”, *Colóquio/Artes*, 58, setembro 1983, 5 - 15.

Bibliografia

- AA VV. *Camões e a Identidade Nacional*. Lisboa: INCM, 1983.
- Acciaiuoli, Margarida (1991). *Os anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes. “Restauração” e “Celebração”*. Lisboa: Universidade Nova
- Acciaiuoli, Margarida (2007). *Exposições do Estado Novo 1934/1940*, Lisboa: Livros Horizonte
- Albuquerque, Martim de (1980). *Primeiro Ensaio sobre a História da “Ideia de Europa” no Pensamento Português*. Lisboa: INCM
- Alexandre, Valentim (1993). “Portugal em África (1825-1974): Uma Perspectiva Global”, *Penélope*, 11, 1993, 53-66.
- ___ (1995). “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)”, *Penélope*, 15, 1995, 39-52.
- ___ (2006). “Traumas do Império: História, Memória e Identidade Nacional”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 9/10, 2006, 23-41.
- Almeida, José Carlos (2004). “Portugal, o Atlântico e a Europa. A Identidade Nacional, a (re)imaginação da Nação e a Construção Europeia”, *Nação e Defesa*, 107, 2004, 147-172.
- ___ (2005). *Celebrar Portugal. A Nação, as Comemorações Públicas e as Políticas de Identidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Antunes, Manuel (2011 [1979]), *Repensar Portugal*, Lisboa: CLEPUL - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Barreto, Luís Filipe (1988). *Portugal: Pioneiro do Diálogo Norte-Sul*, Lisboa: INCM. <http://hdl.handle.net/10451/45024>.
- Barros, Victor (2021). “Estado Novo e as Comemorações do Duplo Centenário nas Colónias”, em *Revista de História das Ideias*, Vol. 39, 2021, 141-173.
- Bebiano, Rui (1982). “O 1.º centenário pombalino (1882): contributo para a sua compreensão histórica”, em *Revista de História das Ideias - O Marquês de Pombal e o seu Tempo Tomo II*, Coimbra: IHTI Faculdade de letras, 381-428.
- ___ (2019). “Memória histórica, trauma e democracia”, texto apresentado na *1ª Conferência Internacional Usos do passado, Memória e Património Cultural*, 15 a 27 de novembro de 2019. Lisboa: FSCH/Nova.
- Belchior, Ana (2016). “O processo democrático em Portugal. Da instabilidade à estabilidade política”, em Ana Belchior e Nuno de Almeida Alves (orgs.), *Dos «anos quentes» à estabilidade democrática. Memória e ação política no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Belchior, Maria de Lourdes (1982). “Sobre o Caráter Nacional ou para uma ‘Explicação’ de Portugal. Ensaio”. *Nação e Defesa*, Ano VI, Jan-Mar, 1982, 11-31.
- ___ (1983a), “Como subsistir como povo autónomo?”. *A Capital*, 11/03/1983.
- ___ (1983b), “Consciência de crise e demanda de identidade”. *A Capital*, 18/03/1983.
- ___ (1983c), “Portugal: o Labirinto da Saudade”. *A Capital*, 8/04/1983.
- ___ (1983d), “Repensar Portugal”. *A Capital*, 15/04/1983.
- ___ (1983e), “Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento”. *A Capital*, 13/05/1983.
- Bernardino, Teresa (1980). “O Patriotismo, o Futuro e Portugal”. *Nação e Defesa*, Ano V, 14, Abr-Jun, 1980, 93-102.
- Bethencourt, Francisco e Diogo Ramada Curto (1991). “Nota de Apresentação” em Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org). *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 7-14.

- Bethencourt, Francisco (2000). “A Memória da Expansão”, em Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa Volume V - Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, 442-480.
- ___ (2003). “Desconstrução da memória imperial: literatura, arte e historiografia”, em Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (org.), *Fantasmata e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003, 69 - 89.
- Bruneau, Thomas (1982). “As dimensões internacionais da Revolução Portuguesa: apoios e constrangimentos no estabelecimento da democracia”, *Penélope*, XVIII /72-73-74), 1982, 885-896.
- Calafate, Pedro (2016). *Portugal, um Perfil Histórico*. Lisboa: FFMS
- Caldeira, Arlindo Manuel (1995). “O poder e a memória nacional. Heróis e vilões na mitologia salazarista”, em *Penélope*, 15, 1995, 121-139.
- Cardão, Marcos (2014). *Fado Tropical. O Luso-Tropicalismo na Cultura de Massas (1960-1974)* Lisboa: edições unipop
- Cardina, Miguel (2012). “Desportugalizar Portugal/ Deportugalize Portugal”, em Alexandre Franco de Sá et al. *Reinventar Portugal/Reinventing Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 207-214.
- Carvalho, Cidália Viegas de (2013). *Memória e Mito dos Descobrimentos na Literatura do Século XX*, Tese de Doutoramento em Literatura de Língua Portuguesa. Coimbra: Universidade de Coimbra
- Carvalho, Joaquim Barradas de (1974). *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?* Lisboa: Livros Horizonte
- Castelo, Cláudia (1999). *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento
- Castro, Augusto de (1940). *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade
- Castro, Maria João (2020). “A Arte (Nacional) ao Serviço do Império nas Grandes Exposições do século XX”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 20.
- Catroga, Fernando (1998). “Ritualizações da História”, em Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Lisboa: Temas e Debates, vol. 2, 221- 364.
- Centro de Estudos Europeus do Instituto Amaro da Costa, “Introdução: as quatro perspectivas da adesão de Portugal às Comunidades Europeias ”, *Cadernos Europeus - Porque vamos entrar para a CEE?*, 1, 1983, 12 - 81
- Corkill, David e José Carlos Almeida (2009). “Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The ‘Mundo Português’ Exposition of 1940”, *Journal of Contemporary History*, 44, 3, 2009, 381-399.
- Costa, Adelino Amaro da (1979). “Editorial”, *Democracia e Liberdade - Portugal e a Europa I*, 9, fevereiro 1979, 5.
- Cruz, Manuel Braga da (1989). “Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Atual. Alguns Resultados de um Inquérito”. *Nação e Defesa*, 49, Jan-Mar, 1989, 11-32.
- Cunha, Joaquim da Silva (1981) “A ideia de Europa. Raízes históricas. Evolução, Concretização atual. Portugal e a Europa”, *Revista de Guimarães*, 91, 1981, 97-118.
- Cunha, Luís (1994). *A nação nas malhas da sua identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Braga: Universidade do Minho Repositório <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6440/1/1994%20Provas%20APCC%20Tese.pdf> (2022-03-31)
- Curto, Diogo Ramada (1998). “Introdução” em Diogo Ramada Curto (dir.), *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Difel, 11-15.
- ___ (2015). “A memória dos descobrimentos, da expansão e do império colonial” em Bruno Monteiro e Nuno Domingos (orgs.), *Este País não Existe. Textos Contra Ideias-Feitas, Deriva, Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*. Lisboa: Deriva, 95-107.
- Dionísio, Eduarda (1994). “As Práticas Culturais”, em António Reis (coord.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 443 - 489.

- Domingos, Nuno e Elsa Peralta (2013). “A Cidade e o Colonial” em Peralta, Elsa e Nuno Domingos (org.), *Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*, Lisboa: Edições 70, 9-50.
- Domingues, Francisco Contente (2009). “A caravela como símbolo dos descobrimentos: A construção historiografia de um mito”, em Hermenegildo Fernandes, Isabel Castro Henriques, José da Silva Horta, Sérgio Campos Matos (eds.). *Nação e Identidades. Portugal, Os Portugueses e os Outros*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, 321-335.
- Fafe, José Fernandes (1984). “Reflexões sobre ‘a crise da identidade nacional’”, *Prelo*, 2, janeiro / março, 1984, 5 - 10.
- ___ (1993). *Portugal, meu remorso de todos nós*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Ferreira, José Medeiros (1985) *Portugal em Transe - Notas de Política Internacional e Política de Defesa*, Lisboa: Pandora
- ___ (coord.) (1994) “Portugal em Transe (1974-1985)”, volume 8, *História de Portugal de José Mattoso*. Lisboa: Estampa
- ___ (1995). “Os regimes políticos em Portugal e a organização internacional da Europa”, *Política Internacional*, Vol. 1, 11.
- ___ (2014). *Não há mapa cor-de-rosa. A história (mal)dita da integração europeia*, Lisboa: Edições 70
- França, José Augusto (1980) *A arte e a sociedade portuguesa no século XX 1910-1980*, Lisboa: Livros Horizonte.
- França, José Augusto (2000). *A arte e a sociedade portuguesa no século XX 1910-2000*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Freeland, Alan (1996). “The People and The Poet: Portuguese National Identity and the Camões Tercentenary (1880)”, em Clare Mar-Molinero e Angel Smith (Eds.) *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula: Competing and Conflicting Identities*, 53-67.
- Furtado, Peter, (2017) “The histories of nations and the history of the world”, em Peter Furtado (ed.) *Histories of Nations - How their identities were forged*. London: Thames & Hudson, 2017, 9-14.
- Gama, Jaime (1994). “A adesão de Portugal às Comunidades Europeias”, *Política Internacional*, Vol. 1, 10, Inverno 1994-1995
- Gillis, John R. (1994) “Introduction. Memory and Identity: The History of a Relationship”, em John Gillis (ed.) *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton: University Press, 1994, 3-24.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1982). “Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História”, em *Revista de História Económica e Social*, 10, jul-dez 1982, 1-13.
- ___ (1983). “Entre Mito e Utopia: Os Descobrimientos, Construção do Espaço e Invenção da Humanidade nos séculos XV e XVI”, em *Revista de História Económica e Social*, 12, jul-dez 1983, 1-13.
- ___(1985). “Uma pátria que se chamou Portugal”, *Portugal - A Pátria Bloqueada e a Responsabilidade da Cidadania*, Lisboa: Presença, 1985, 81-117.
- ___(1991). “O naufrágio da memória nacional e a Nação no horizonte do marketing” em Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org). *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 15 - 28
- ___ (1994). *O papel de Portugal nos séculos XV-XVI que significa descobrir?: os novos mundos e um mundo novo*. trad. João Fagundes. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Gonçalves, Rui Mário (1981). *Pintura e escultura em Portugal 1940 - 1980*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Gori, Annarita (2013). “Album di famiglia - Uso pubblico della storia nel Portogallo salazarista”, *Storiografia*, 17, 2013, 247-263.
- ___ (2018). “Celebrate Nation, Commemorate History, Embody the Estado Novo: The Exhibition of the Portuguese World (1940)”, *Cultural and Social History*, 15:5, 2018, 699-722.
- Guimarães, Ângela (1987). “O labirinto dos mitos”, em *O Estado Novo das Origens ao fim da Autarcia (1926-1959) - Vol II*, Lisboa: Fragmentos, 107-121.

- Hespanha, António Manuel (coord) (1999). *Há 500 anos. Balanço de Três Anos de Comemorações dos Descobrimientos Portugueses 1996-1998*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses
- ___ (2019). “Comemorar como política pública. A comemoração dos Descobrimientos Portugueses, ciclo 1997-2000”, *Práticas da História*, 8, 2019, 198-220.
- Homem, Amadeu Carvalho (1995). “Identidade Nacional e Contemporaneidade”, *Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 17, 1995, 587-596.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2015). “As marcas de Portugal: ensaios sobre o esquecimento” em Bruno Monteiro e Nuno Domingos (orgs.), *Este País não Existe. Textos Contra Ideias-Feitas, Deriva, Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*. Lisboa: Deriva, 33-39.
- João, Maria Isabel (1998). “Comemorações e Mitos da Expansão”, em Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir). *História da Expansão Portuguesa Volume IV - Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 403-425.
- ___ (1999). *Memória e Império: Comemorações em Portugal 1880-1960*, Dissertação de Doutoramento em História, Lisboa: Universidade Aberta [https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2466 (consultado em 2022.04.29)]
- Leal, João (2006). “O império escondido: camponeses, construção da nação e império na antropologia portuguesa”, em Manuela Ribeiro Sanches (org), “*Portugal não é um país pequeno*”: *Contar o 'Império' na pós-colonialidade*, Lisboa: Cotovia, 63-79.
- Léonard, Yves (1998). “Portugal, de um século a outro”, em Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, *Portugal na viragem do século – Valor da Universalidade*, Lisboa: Pavilhão de Portugal – Expo’98/ Assírio & Alvim, 91-125.
- ___ (2000). “Salazarismo e Luso-Tropicalismo”, em Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir). *História da Expansão Portuguesa Volume V - Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 37-44.
- Lira, Sérgio (2002). *Museums and Temporary Exhibitions as means of propaganda: the Portuguese case during the Estado Novo*, Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy, University of Leicester
- Loff, Manuel. (1996) *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras.
- ___ (2008) *O Nosso Século É Fascista! O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras
- Lourenço, Eduardo (1978). *O Labirinto da Saudade*, Lisboa: Dom Quixote
- ___ (2000). “Para uma revisitação improvável”, em *O Labirinto da Saudade*, Lisboa: Gradiva, 11 - 15.
- Macedo, Jorge Borges de (1979). “Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia”, *Democracia e Liberdade - Portugal e a Europa I*, 9, fevereiro 1979, 11-24
- Mardell, David (2004), “Foreword”, em *50 year of the Council of Europe Art Exhibitions*. Strasbourg: Council of Europe, 5-13.
- Magone, José (1998). “A integração europeia e a construção da democracia portuguesa”, *Penélope*, 18, 1998, 13-49.
- Martins, Guilherme de Oliveira (2020). *Património cultural - Realidade Viva*. Lisboa: FFMS
- Matos, Sérgio Campos (1990). *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte,
- ___ (1992). “História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XIX”, *Penélope*, 8, 1992, 51-71.
- ___ (1998). *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri.
- ___ (2008). “Introdução”, *Consciência Histórica e Nacionalismo*, Lisboa: Livros Horizonte, 7-15.
- ___ (2008a). “A historiografia portuguesa dos descobrimientos no século XIX”, *Consciência Histórica e Nacionalismo*, Lisboa: Livros Horizonte, 51-71

- ___ (2008b). “Vasco da Gama na cultura histórica portuguesa: política e memória”, *Consciência Histórica e Nacionalismo*, Lisboa: Livros Horizonte, 123-143
- ___ (2008c). “O V Centenário Henriquino (1960): Portugal entre a Europa e o Império”, *Consciência Histórica e Nacionalismo*, Lisboa: Livros Horizonte, 145-157
- Mattoso, José (1992), “Apresentação”, em *A construção social do passado*, Atas do Encontro (27 e 28 de novembro de 1987), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCSH-UNL, 5-6
- ___ (1998). *A Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva
- Mendes, José Amado (1998). “A renovação da historiografia portuguesa”, em Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Lisboa: Temas e Debates, vol. 1, 312 - 394.
- Monteiro, Nuno G. e António Costa Pinto (2000). “Mitos Culturais e Identidade Nacional Portuguesa”, em António Costa Pinto (ed), *Portugal Contemporâneo*, Sequitur, 233-245.
- Moura, Vasco Graça (2013). *A Identidade Cultural Europeia*. Lisboa: FFMS
- Neto, Maria João Baptista (2001). *Memória, Propaganda e Poder: o Restauro dos Monumentos Nacionais (1926-1960)*. Porto: FAUP
- Nunes, Helena Costa (coord.) (2001). *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias: História e Documentos*. Lisboa, Assembleia da República, 2001.
- Ó, Jorge Ramos do (1987). “Modernidade e tradição. Algumas reflexões em torno da Exposição do Mundo Português”, em *O Estado Novo das Origens ao fim da Autarcia (1926-1959) - Vol II*, Lisboa: Fragmentos, 177-185.
- Peralta, Elsa (2013). “A composição de um complexo de memória: O caso de Belém, Lisboa”, em Elsa Peralta e Nuno Domingos (org.), *Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*, Lisboa: Edições 70, 2013, 361-404.
- ___ (2017). “Retornar ao fim do Império: Fazer a memória de uma herança ilegítima” em *Museologia & Interdisciplinidade*, 6, 11, 2017, 14-36.
- Pernes, Fernando (1983). “Uma História Trágico-Marítima”, *Colóquio/Artes*, 58, setembro 1983, 26 - 33
- Pinto, António Costa e Nuno Severiano Teixeira (2005). “Portugal e a integração europeia, 1945-1986”, em António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira (org.), *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945 - 2000*, Lisboa: ICS, 17 - 43.
- Pires, Francisco Lucas (1991). “Portugal, o regresso à Europa” em *História de Portugal*, de João Medina (dir), Vol. XIV - Portugal Democrático. Amadora: Clube Internacional do Livro, 357-378.
- Polanah, Paulo S. (2012). “The Zenith of our National History! National identity, colonial empire, and the promotion of the Portuguese Discoveries: Portugal 1930s”, *e-JPH*, 9 (1), 2012, 39-62.
- Pontes, Joana (2011) “História, Memória e Política”, *Ler História*, 6, 2011, 185-192.
- Portela, Artur (1982). *Salazarismo e Artes Plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
- Pridham, Geoffrey (2005). “A integração europeia e a consolidação democrática na Europa do Sul”, em António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira (org.), *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945 - 2000*, Lisboa: ICS, 155-173.
- Power, Marcus e James D. Sidaway (2005). “Deconstructing twinned towers: Lisbon's Expo '98 and the occluded geographies of discovery”, em *Social & Cultural Geography*, 2005, 6, 865-883.
- Quadros, Fausto de (1979). “Introdução: A União da Europa”, *Democracia e Liberdade - Portugal e a Europa I*, 9, fevereiro 1979, 7-10.
- ___ (1983), “Apresentação” em Centro de Estudos Europeus do Instituto Amaro da Costa, *Cadernos Europeus - Por que vamos entrar para a CEE?*, 1, 1983, 5-7.
- Ramalho, Maria Helena, “Um imperialismo de poetas. Fernando Pessoa e o imaginário do império”. *Penélope*, 15, 1995, 53-77.
- Ramos, Rui (coord.) (1994) “A Segunda Fundação (1890-1926)”, volume 6, *História de Portugal de José Mattoso*. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Reis, Bruno Cardoso e Pedro Aires Oliveira (2017). “The power and limits of cultural myths in Portugal’s search for a Post-Imperial Role”, *International History Review*, 2017, 1-23.
- Ribeiro, Margarida Calafate e Ana Paula Ferreira (2003), “Apresentação” em Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (org). *Fantasmata e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Porto: Campo das Letras, 9-28.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004). *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (2009). “Relações Portugal-Europa (séculos XIX e XX)”, em Hermenegildo Fernandes, Isabel Castro Henriques, José da Silva Horta, Sérgio Campos Matos (eds.). *Nação e Identidades. Portugal, Os Portugueses e os Outros*. Lisboa: Caleidoscópio, 395-411.
- ___ (2017). “Itinerários Culturais Europeus Transfronteiriços”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 35. 2ª série, 37-46.
- Rolo, Maria Fernanda, João Ferreira do Amaral e José Maria Brandão de Brito (orgs.) (2011), *Portugal e a Europa: cronologia*, Lisboa: Tinta-da-China
- Rosas, Fernando (1995). “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial” em *Revista de História das Ideias*, Vol. 17, Coimbra, 1995, 19-32.
- ___ (2000). “O Estado Novo - memória e história”, em Iva Delgadp, Manuel Loff, António Cluny, Carlos Pacheco e Ricardo Monteiro (orgs.) *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa: Edições Cosmos, 147-152.
- ___ (2010). “Seis teses sobre a memória e hegemonia ou o retorno da política”, em Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros combates pela História*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 187-189.
- Rosas, Fernando, e J.M. Brandão de Brito (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand.
- Sá, Tiago Moreira de (2009). *Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Salazar, Oliveira (1943). *Discursos e Notas Políticas, Volume III (1938-1943)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Sebastião, Dina (2018). *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*. Cascais: Principia
- Sieber, R. Timothy (2001). “Remembering Vasco da Gama: Contested histories and the cultural politics of contemporary nation-building in Lisbon, Portugal”, *Identities*, 8(4), December 2001, 549-581.
- Silva, António Martins da (2005). *Portugal e a Europa. Distanciamento e Reencontro. A ideia de Europa e a Integração Europeia - Ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)*, Palimage Editores
- Silva, José Miguel Pimenta (2012). *Portugal no IV Centenário do Descobrimento da América (1892-93)*, Tese de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras
- Sobral, José Manuel (2003). “A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português”. *Análise Social*, 2003, 165, 1093-1126.
- ___ (2012). *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: FFMS
- Sousa, João Ferreira de (1985). “As relações externas na dinâmica política e económica nacional nos anos 80”. *Análise Social*, 1985, XXI (87-88-89), 473-497.
- Schwabe, Klaus (2001). “The Cold War and European Integration”, *Diplomacy & Statecraft*, Vol. 12, No. 4 (December 2001), 18-24.
- Schwartz, Barry (1982). “The Social Context of Commemoration: A Study in Collective Memory”, *Social Forces*, Dec., 1982, Vol. 61, No. 2, 374-402
- Teixeira, Nuno Severiano (2004). “Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa, 1890-2000”, em António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Dom Quixote, 87-116.
- ___ (2010). “Breve ensaio sobre a Política Externa Portuguesa”, em *Relações Internacionais*, dezembro 2010, 28, 51-60.
- Telo, António José (2007). *História Contemporânea de Portugal - Do 25 de abril à atualidade*, volumes

I, Lisboa: Presença

___ (2007). *De Marcelo Caetano ao Portugal democrático as relações internacionais da transição*, em *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, t. 19, 2007, 247-285

Thiesse, Anne-Marie (2000). *A criação das identidades nacionais: Europa - séculos XVIII-XX*. Lisboa: Temas e Debates.

Thomaz, Luís Filipe F. R e Jorge Santos Alves (1991). “Da cruzada ao Quinto Império” em Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org). *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 81-165.

Torgal, Luís Reis (1989). *História e Ideologia*, Coimbra: Minerva

___ (1998). “A história em tempo de ‘ditadura’”, em Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Lisboa: Temas e Debates, vol. 1, 272 - 310.

Traverso, Enzo. (2012) *O Passado. Modos de Usar. História, Memória e Política*, Lisboa: Edições Unipop

Trindade, Luís (2013). “Unmaking Modern Portugal” em Luís Trindade (ed). *The Making of Modern Portugal*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 1-16.

Vakil, Abdoolkarim (1996). “Nationalising Cultural Politics: Representations of the Portuguese “Discoveries” and the Rhetoric of identitarianism, 1880-1926”, em Clare Mar-Molinero e Angel Smith (Eds.) *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula: Competing and Conflicting Identities*, 33-52.

___ (2006). ”Heróis do Lar, Nação AmbiValente: Portugalidade e Identidade Nacional nos tempos dos pós-“, em Manuel Loff (org.), *30 anos de democracia em Portugal*. Porto: FLUP. 2006. 73-101.

Veiga, Lencastre da (1979). “Integração Europeia e Política Externa”, *Democracia e Liberdade - Portugal e a Europa I*, 9, fevereiro 1979, 73 - 82.

Yamashiro, Jeremy K. e Henry L Roediger (2022), “The collective memory bias that flatters our homelands”, *Psyche*, fevereiro 2022, <https://psyche.co/ideas/the-collective-memory-bias-that-flatters-our-homelands>
